

UFF – Universidade Federal Fluminense
ESS – Escola de Serviço Social
PPS – Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social

LAÍS MARTÍNEZ GALLARDO

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA
FAMILIAR COOPERATIVA EM CUBA**

Tensões e Possibilidades das Políticas Sociais



Niterói – RJ

Abril 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL

LAÍS MARTÍNEZ GALLARDO

RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR COOPERATIVA EM CUBA

Tensões e Possibilidades das Políticas Sociais

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social.

ORIENTADORA: ADRIANA SOARES DUTRA

Niterói – RJ

Mai 2025

Martínez Gallardo, Laís.
RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR
COOPERATIVA EM CUBA. Tensões e Possibilidades das
Políticas Sociais / Martínez Gallardo, Laís. – 2025.

247 f. ; il.

Orientadora: Adriana Soares Dutra.

Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal
Fluminense, Escola de Serviço Social, 2025.

Bibliografia:

1. Relações de Gênero. 2. Cooperativas de Créditos e Serviços. 3. Agricultura Familiar. 4. Políticas Sociais. I. Dutra, Adriana Soares. II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social. III. Título.

LAÍS MARTÍNEZ GALLARDO

**RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR COOPERATIVA EM
CUBA**

Tensões e Possibilidades das Políticas Sociais

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em Política Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social

Aprovado em ____ / ____ / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^aDr.^a. Adriana Soares Dutra
Universidade Federal Fluminense – Orientadora

Prof.^a. Dr.^a. María de los Ángeles Arias Guevara
Universidade Internacional de Valencia – 1^a Examinadora

Prof. Dr.^a Fernanda Mitsue Soares Onuma
Universidade Federal de Alfenas – 2^a Examinadora

Prof.^a. Dr.^a. Hildete Pereira de Melo Hermes de Araujo
Universidade Federal Fluminense – 3^a Examinadora

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes
Universidade Federal Fluminense – 4^o Examinador

A mi Mamita y mi Papito,
mi refugio y mi fortaleza.

AGRADECIMENTOS

Com gratidão e profundo afeto, inicio estes agradecimentos reconhecendo aquelas e aqueles que, de distintas formas, tornaram possível esta jornada.

À minha mãe e ao meu pai, que caminharam comigo desde o início, com constância e perseverança, sendo sempre meu sustento no afeto e na educação. A vocês, meu mais sincero agradecimento por acreditarem em mim incondicionalmente.

À minha orientadora, Adriana Soares Dutra, obrigada por acolher esta pesquisa, por sua orientação firme e sensível, pela paciência generosa e pela disponibilidade constante ao longo de todo este percurso. Suas palavras e gestos foram fundamentais para que este trabalho chegasse até aqui.

Às pessoas da cooperativa Atanagildo Cajigal que participaram do estudo, minha sincera gratidão. Obrigada por me receberem com tanta abertura e carinho, por compartilharem suas experiências e por me permitirem entrar em suas vidas e cotidianos de trabalho — este estudo não teria sentido sem vocês.

Agradeço igualmente à banca examinadora, María de los Ángeles Arias Guevara, Hildete Pereira de Melo Hermes de Araujo, Fernanda Mitsue Soares Onuma e Carlos Antonio de Souza Moraes, por aceitar o convite de acompanhar este trabalho, por suas contribuições valiosas e por enriquecer esta pesquisa com olhares cuidadosos e generosos.

Sou imensamente grata a todas e todos os professores, professoras, servidoras e colegas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Levo comigo o aprendizado e a acolhida que encontrei nesse espaço de formação tão potente.

Ao professor Carlos, coordenador do Programa, agradeço a escuta atenta, compreensão e apoio nos momentos mais delicados de saúde — sua sensibilidade fez grande diferença.

A Libys, María e Arais, minha profunda gratidão por serem inspiração, referência, força e coragem ao longo do caminho. Seu apoio e incentivo foram fundamentais para que eu assumisse e concluísse este desafio.

Às amigas de diferentes tempos e lugares (Lia, Yudania, Siam, Eli e Adriana), obrigada pelo espaço de acolhimento, diversão, crescimento e aprendizado mútuo — e, sobretudo, pela amizade que resiste à distância.

A meus professores e professoras de Cuba, parte essencial da minha formação e da minha vida, obrigada por estarem sempre por perto, com carinho e presença.

E por fim — mas nunca por último — agradeço a Obbatalá, Diosito, Ochún, la Virgencita de la Caridad e San Judas Tadeo, por me acompanharem espiritualmente, nos momentos de luz e nos de sombra, com fé e proteção.

Muito obrigada, mais uma vez, a todas e todos que fizeram parte desta jornada.

*“No me sé el camino, sólo tiran de mí
los anhelos, de posibles maravillas.
Salgo a caminar pues no aprendí a dormir
mientras en el zurrón,
mientras en el zurrón,
mientras en el zurrón queden semillas”.*

“Não conheço o caminho, apenas me puxam
os anseios, de possíveis maravilhas.
Saio a caminhar, pois não aprendi a dormir
enquanto no alforje,
enquanto no alforje,
enquanto no alforje restarem sementes.”
(Israel Rojas Fiel)

RESUMO

Esta tese analisa as relações de gênero na agricultura familiar cubana, com foco nas Cooperativas de Créditos e Serviços, considerando a atuação de todos os membros das unidades familiares agrícolas, tanto mulheres quanto homens, nos espaços de produção e no trabalho reprodutivo. Cuba apresenta avanços significativos na garantia dos direitos civis e políticos das mulheres, como o sufrágio, o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho. No entanto, sob uma perspectiva crítica de gênero, tornam-se evidentes os limites estruturais dessas conquistas. Realizou-se um estudo de caso na Cooperativa Atanagildo Cajigal, em Holguín, com o objetivo de compreender as relações de gênero e suas repercussões nas dinâmicas sociais e institucionais que orientam a promoção da equidade de gênero. Adotando uma abordagem qualitativa, foram utilizados diversos instrumentos que permitiram a análise dos discursos e práticas de produtores familiares, dirigentes da cooperativa e lideranças comunitárias, considerando a influência das políticas sociais e as especificidades socioculturais do Oriente cubano. A investigação revela que, na Cooperativa Atanagildo Cajigal, houve esforços para incluir mais mulheres em projetos produtivos. No entanto, a sobrecarga de trabalho, combinando produção agrícola e cuidado do lar e da família, permanece como um obstáculo relevante à plena inserção feminina na instituição. Observou-se ainda que a eficácia dessas iniciativas muitas vezes é limitada por barreiras culturais e pela resistência de estruturas patriarcais arraigadas entre associados, associadas e na própria presidência da cooperativa.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Cooperativas de Créditos e Serviços. Agricultura Familiar. Políticas Sociais.

ABSTRACT

This thesis analyzes gender relations in Cuban family farming, focusing on the Credit and Service Cooperatives (CCS), and considering the participation of all members of farming households—both women and men—in productive spaces and reproductive labor. Cuba has made significant advances in ensuring women’s civil and political rights, such as suffrage, access to education, and entry into the labor market. However, from a critical gender perspective, the structural limits of these achievements become evident. A case study was conducted at the Atanagildo Cajigal Cooperative in Holguín, with the aim of understanding gender relations and their impact on the social and institutional dynamics that guide the promotion of gender equity. Using a qualitative approach, various tools were employed to analyze the discourses and practices of family farmers, cooperative leaders, and community figures, taking into account the influence of social policies and the sociocultural specificities of eastern Cuba. The research reveals that, within the Atanagildo Cajigal Cooperative, efforts have been made to include more women in productive projects. However, the overload of work—combining agricultural production with domestic and caregiving responsibilities—remains a significant barrier to the full inclusion of women in the institution. It was also observed that the effectiveness of these initiatives is often limited by cultural barriers and the persistence of entrenched patriarchal structures among members, including both women and men, and within the cooperative’s own leadership.

Keywords: Gender Relations. Credit and Services Cooperatives. Family Farming. Social Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1. Área agrícola de propriedade de famílias camponesas desde a vitória da Revolução.....	93
Figura 1. Ambiente de desenvolvimento das cooperativas cubanas.....	106
Gráfico 2. Superfície agrícola cubana segundo a estrutura da propriedade e segundo a forma de gestão.....	109
Figura 2: Mapa do conselho popular Edecio Pérez.....	148
Gráfico 3: Proporção de gênero na propriedade da terra.....	153
Figura 3: Foto da sede da cooperativa Atanagildo Cajigal. Área onde são realizadas as assembleias da organização.....	155
Gráfico 4: Distribuição de gênero por área de atuação na CCS-F Atanagildo Cajigal.....	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Periodização do processo agrário cubano após o triunfo revolucionário.....	58
Tabela 2. Atualização da periodização do processo agrário cubano após o triunfo revolucionário.....	58
Tabela 3. Medidas e consequências da Primeira Lei de Reforma Agrária.....	60
Tabela 4. Dados da situação da agricultura cubana após o colapso do campo socialista.....	81
Tabela 5. Percentual de mulheres na força de trabalho de diferentes setores econômicos em 1993.....	85
Tabela 6. Percentual de homens e mulheres de 23 a 59 anos de idade por setor de atividade em Cuba em 2019.....	101
Tabela 7. Tipo de propriedade sob o solo e outros meios de produção nas distintas formas de gestão agrícola em Cuba.....	104
Tabela 8. Princípios das cooperativas do setor agrícola cubano.....	107
Tabela 9. Movimento cooperativo agrícola cubano nos primeiros anos do século XXI.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Lista de consequências para o setor agrícola da queda do bloco socialista soviético.....	81
Quadro 2. Corpo legal referente à entrega de terras em usufruto em Cuba em 2008.....	92
Quadro 3. Outros resultados positivos do Piaus na atualização do modelo agrário cubano, a partir da aplicação.....	123
Quadro 4. Dados do setor agrícola cubano entre 2007 e 2017.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acdi	Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional
Acnu	Associação Cubana das Nações Unidas
Acpa	Associação Cubana de Produção Animal
Acre	Associação de Combatentes da Revolução Cubana
Actaf	Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais
Anap	Associação Nacional de Agricultores Pequenos
Anec	Associação Nacional de Economistas e Contadores de Cuba
Apar	Projeto Apoio à participação cidadã ativa para a reabilitação ambiental
Azcuba	Grupo Açucareiro de Cuba
Banfaic	Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba
Came	Conselho de Ajuda Mútua Econômica
CCS	Cooperativas de Créditos e Serviços
CCS-F	Cooperativas de Créditos e Serviços Fortalecidas
CDR	Comitês de Defesa da Revolução
Cedaw	<i>Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women</i> (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)
CEM	Centro de Estudos da Mulher
Cenesex	Centro Nacional de Educação Sexual
Cepal	Comissão Econômica para América Latina y o Caribe
Cepde	Centro de Estudos de População e Desenvolvimento
Cips	<i>Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas</i> (Centro de Pesquisas Psicológicas e Sociológicas)
CNoA	Cooperativas Não Agropecuárias
covid-19	<i>Corona Virus Disease 2019</i>
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPP	<i>Country Partnership Program</i> (Programa de Associação de País)
CTC	Central de Trabalhadores de Cuba
DMA	Delegação Municipal da Agricultura
EcuRed	Enciclopédia Cubana na Rede

Egsa	Estratégia de Gênero do Sistema da Agricultura
Enig	<i>Ecuesta Nacional sobre Igualdad de Género</i> (Pesquisa Nacional sobre Igualdade de Gênero)
EUA	Estados Unidos de América
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
Feem	Federação de Estudantes do Ensino Médio
FMC	Federação de Mulheres Cubanas
GEO	<i>Global Environment Outlook</i> (Panorama Ambiental Global)
Iica	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
Inra	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPI	Instituto Politécnico de Informática de Holguín Calixto García
IPS	<i>Inter Press Service</i> (Serviço de Imprensa Inter Press)
Lgbtqiap+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Panssexuais e Outras identidades de gênero e orientações sexuais
MACaC	Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês
Mha	Milhões de hectares
Minag	Ministério da Agricultura
Minsap	Ministério de Saúde Pública
Nsdpe	Novo Sistema de Direção e Planificação da Economia
Onei	<i>Oficina Nacional De Estadística e Información</i> (Escritório Nacional de Estatística e Informação)
ONU	Organização das Nações Unidas
Opjm	Organização de Pioneiros José Martí
Oxfam	<i>Oxford Committee for Famine Relief</i> (Comitê de Oxford para o Alívio da Fome)
Palma	Programa de Apoio Local à Modernização Agrícola em Cuba
PAM	Programa Nacional para o Avanço das Mulheres
PCC	Partido Comunista de Cuba
Pdhl	Programa de Desenvolvimento Humano Local
PIA	Produto Interno Agrário

Piaus	Programa Integral da Agricultura Urbana e Suburbana
PLA	Partido Liberal Autonomista
PNR	Policia Nacional Revolucionária
Pnud	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRC	Partido Revolucionário Cubano
PUC	Partido União Constitucional
RSC	Responsabilidade Social Cooperativa
SAU	Superfície Agrícola Útil
TRD	<i>Tiendas Recaudadoras de Divisas</i> (Lojas Arrecadadoras de Divisas)
Ubpc	Unidades Básicas de Produção Cooperativa
UFF	Universidade Federal Fluminense
UHo	Universidade de Holguín
UJC	União de Jovens Comunistas
Unaic	<i>Unión Nacional de Arquitectos e Ingenieros de la Construcción de Cuba</i> (União Nacional de Arquitetos e Engenheiros da Construção de Cuba)
Unjc	União Nacional de Juristas de Cuba
Urss	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. RELAÇÕES DE GÊNERO NO DEVIR HISTÓRICO DE CUBA	21
1.1. RELAÇÕES DE GÊNERO ANTES E DURANTE O PERÍODO COLONIAL.....	23
1.1.1. <i>Relações de Gênero coloniais: Trabalho, Escravidão, Raça e Plantações</i>	<i>29</i>
1.1.2. <i>Relações de Gênero em Três Guerras de Independência: Dez Anos, Chiquita e Necessária</i>	<i>41</i>
1.2. RELAÇÕES DE GÊNERO DURANTE A ÉTAPA NEOCOLONIAL	48
1.3. RELAÇÕES DE GÊNERO NA ETAPA DA REVOLUÇÃO NO PODER.....	57
1.4. GÊNERO NA CUBA DO SÉCULO XXI E ESTUDOS SOBRE A CATEGORIA NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL	91
CAPÍTULO 2. RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CUBA: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS ATUAIS E RELAÇÃO COM O COOPERATIVISMO AGRÁRIO NACIONAL	103
2.1. AGRICULTURA CUBANA. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR NO PAÍS	103
2.1.1. <i>Generalidades da agricultura familiar e cooperativista cubana no presente século.....</i>	<i>104</i>
CAPÍTULO 3. RELAÇÕES DE GÊNERO NA COOPERATIVA ATANAGILDO CAJIGAL DA CIDADE DE HOLGUÍN, EM CUBA	144
3.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO LOCAL DA PESQUISA E GÊNERO NO ESPAÇO COMUNITÁRIO.....	144
3.2. GÊNERO NAS RELAÇÕES COOPERATIVAS E FAMILIARES NA CCS-F ESTUDADA.....	151
3.2.1. <i>Estrutura ocupacional da CCS-F Atanagildo Cajigal</i>	<i>162</i>
3.2.2. <i>Propriedade da terra como barreira estrutural na cooperativa</i>	<i>167</i>
3.2.3. <i>Poder de decisão na cooperativa a partir da distribuição de cargos e oportunidades de liderança</i>	<i>171</i>
3.2.4. <i>Percepção e política ante a violência de gênero, assédio sexual e feminicídios na cooperativa ..</i>	<i>173</i>
3.3. RELAÇÕES DE GÊNERO AO INTERIOR DOS LARES DA CCS-F ATANAGILDO CAJIGAL	176
3.3.1. <i>Gênero nas relações do Lar 1</i>	<i>184</i>
3.3.2. <i>Gênero nas relações do Lar 2</i>	<i>199</i>
3.3.3. <i>Gênero nas relações do Lar 3</i>	<i>212</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	226
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	234
APÊNDICES.....	250

INTRODUÇÃO

A exploração doméstica da mulher é um reflexo das dificuldades enfrentadas por elas socialmente. Muitas vezes, as atividades realizadas por elas na sociedade são subestimadas. O papel de “apenas doméstica” ainda está longe de ser desafiador em termos de status social e de trabalho, e mais mulheres precisariam de acesso a serviços sociais e benefícios para poderem trabalhar fora de casa de forma justa (Davis, 2013).

O expressado por Davis (2013) me remete a questões que me inquietam desde a realização do trabalho de campo de minha pesquisa de mestrado no conselho popular¹ Edecio Pérez da cidade de Holguín: desigualdades de gênero, violência de gênero e outras situações, que despertaram em mim o interesse por indagar nas relações de gênero na Cooperativa Atanagildo Cajigal localizada no referido contexto. Essa breve lista de problemas, que desperta indignação e insatisfação, deve ser não somente motivo para uma avaliação crítica da condição moral da nossa sociedade, mas também um estímulo para a busca de respostas fundamentadas teoricamente para essas questões (Sousa Santos, 2006).

Ao contrário da palavra “sexo”, que se refere às diferenças morfológicas entre homens e mulheres, o termo “gênero” aponta para as diferenças adquiridas pelas pessoas desde a infância através de interações com a família, amigos e indivíduos do convívio social, moldando suas perspectivas e comportamentos (Poats, 2000). Dessa forma, quando as concepções patriarcais predominam, as mulheres são avaliadas pelo seu trabalho reprodutivo (tarefas domésticas, cuidado de crianças, familiares doentes, com deficiência ou idosos), enquanto os homens ganham visibilidade por suas atividades produtivas (produção de alimentos, manufatura de produtos ou serviços financeiros). Mesmo quando as mulheres desempenham funções produtivas, sua contribuição muitas vezes é reduzida a um papel secundário (Silva, 2007).

As relações de gênero estão presentes no conjunto das relações sociais. Os domínios do trabalho, da política e da cultura também se desenvolvem com base na participação de mulheres e homens (Torrens; Menasche, 1996). O ser humano encontra-se inserido em diversos âmbitos, nos quais se entrelaçam complexas relações sociais, sexuais e étnicas. As relações de gênero são moldadas por práticas e ideologias, e, de maneira recíproca, contribuem para sua formação, interagindo com as estruturas sociais hierárquicas que englobam classe, casta e raça (Agarwal, 1999).

¹ Conselhos Populares: são subdivisões dentro das cidades e povoados que agrupam bairros e comunidades. Representam o nível mais local de governo, promovendo a participação cidadã e a gestão comunitária.

A maneira específica pela qual o sistema sexo-gênero se manifesta em cada contexto pode apresentar notáveis diferenças entre diferentes sociedades ou mesmo dentro de uma mesma sociedade ao longo do tempo (Espinari Ruiz, 2007). Isso ocorre porque as relações de gênero têm suas raízes em características atribuídas aos sexos e internalizadas por meio da cultura; um aspecto que também influencia sua adaptabilidade e potencial para transformação.

Segundo Morin (1996), o universo é fundado não em uma unidade indivisível, mas em um conjunto de sistemas complexos. O ser humano faz parte de um sistema social multidimensional, conectado por meio de inter-relações. O autor destaca que, na verdade, o que integra um sistema são os diversos elementos interconectados e interdependentes (Morin, 1996). Segundo Agarwal (1999), a complexidade das relações de gênero deriva principalmente do fato de que, como em todas as relações sociais, elas englobam tanto aspectos materiais quanto ideológicos.

Estudar sobre relações de gênero na agricultura familiar demanda uma abordagem que não veja as mulheres apenas como cuidadoras do lar, mas como agentes ativos na reprodução social da vida e no cuidado da natureza. Para Silvia Federici, trata-se de um trabalho que exige vastos conhecimentos sobre o corpo, a alimentação, os cuidados e as emoções, e pode assumir um caráter emancipador se praticado de forma coletiva e centrado nas necessidades reais das pessoas, e não nos imperativos de economia de custos impostos pelo capital (Gonçalves; Assis, 2022)

As pesquisas conduzidas, tanto na tradição dos estudos sobre o campesinato quanto na abordagem da agricultura familiar, com foco na classe ou na família como unidade doméstica têm frequentemente obscurecido o papel das mulheres como produtoras e cuidadoras da vida dada sua representativa presença no trabalho reprodutivo, além das suas relações mais harmoniosas com a natureza. Foi por meio dos estudos de gênero que se tornaram visíveis as desigualdades existentes e as contribuições das mulheres rurais para a riqueza nacional cubana (Arias Guevara, 2018). Portanto, é crucial desvendar essas relações de desigualdade, que se entrelaçam com outras disparidades no acesso e uso dos meios de produção, nas transações comerciais monetárias, na administração e aproveitamento do tempo como recurso valioso, na participação nas organizações produtivas e sociais, bem como nas responsabilidades de cuidado dentro e fora do ambiente doméstico.

De acordo com Cepal², FAO³ e Iica⁴ (2013), o objetivo primordial da agricultura familiar é assegurar a sustentabilidade do sistema agrícola, no qual a família constitui uma

² Cepal: Comissão Económica para América Latina e o Caribe.

unidade essencial tanto de produção quanto de consumo. Adicionalmente, salienta-se que esse modelo de agricultura centraliza a terra como o principal recurso produtivo e se apoia principalmente no trabalho da família, embora, em algumas circunstâncias, possa receber complementação por meio de mão-de-obra externa. Somente em um período recente, sob o impulso do movimento das mulheres rurais e do movimento feminista internacional, é que essas organizações incorporaram, em seus âmbitos de atuação, uma análise sob a perspectiva de gênero, enfatizando o papel das mulheres na agricultura familiar.

As mulheres são detentoras de muitas vertentes do patrimônio cultural nas regiões rurais (Araújo; Canteri; Bittencourt, 2018). Ademais, conforme destacado por Siliprandi (2015), as agricultoras familiares valorizam as dimensões das interações entre ser humano e natureza. Isso possivelmente é resultado da sua forma de inserção na estrutura produtiva, caracterizada por um aspecto que se complementa com a construção de sua subjetividade enquanto “cuidadoras” de pessoas e outras formas de vida, um papel distinto do que tradicionalmente é atribuído ao homem.

Conforme Siliprandi (2015), os estudos tradicionais a respeito da agricultura familiar frequentemente descrevem a dinâmica das famílias como um ideal de complementaridade de papéis e responsabilidades entre diferentes gêneros e gerações. Acrescenta-se que tais estudos destacavam que essa atividade estava primordialmente voltada para a reprodução desse estilo de vida, diante de um mundo adverso que frequentemente ameaçava a sua continuidade. Ademais, essa atividade tinha a função de garantir as necessidades básicas de sobrevivência dos membros da família.

Apesar de o trabalho da mulher no campo ter historicamente sido mais desafiador, frequentemente são elas que recebem menos privilégios e direitos legais em comparação aos homens (Araújo; Canteri; Bittencourt, 2018). Mesmo no que diz respeito ao acesso a recursos produtivos, incluindo o ambiente natural, e aos bens simbólicos associados à agricultura familiar⁵, existem limitações que impedem as mulheres de participar plenamente na gestão desses recursos. Isso ocorre em grande parte devido às dinâmicas de poder entre homens e mulheres (Siliprandi, 2015).

³ FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

⁴ IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

⁵ Bens simbólicos associados à agricultura familiar: bens simbólicos são itens ou elementos que têm um valor principalmente cultural, emocional ou representativo, em vez de um valor material ou utilitário direto. Esses bens são frequentemente associados a significados, identidade ou status social, como obras de arte, símbolos religiosos, prêmios e troféus. Logo, ao fazer referência aos bens simbólicos associados à agricultura familiar, está se falando de itens ou elementos que carregam significados culturais, identidade e valores tradicionais ligados à prática da agricultura realizada por famílias em pequena escala. Esses bens podem incluir sementes crioulas, técnicas agrícolas tradicionais, celebrações e rituais específicos da agricultura familiar, que representam a conexão entre a família, a terra e a herança cultural ligada à agricultura.

O reconhecimento das atividades femininas no contexto da agricultura familiar provém, ainda que em um patamar inferior, de seu papel como esposa e mãe e de todas as tarefas domésticas consequentes disso. Enquanto isso, sua efetiva participação nas etapas de preparação do solo, semeadura, colheita, pecuária e outras é frequentemente omitida ou subestimada (Siliprandi, 2015). Por outro lado, Araújo, Canteri e Bittencourt (2018) destacam que, na atualidade, a carga de trabalho continua a ser mais intensa para as mulheres em comparação com os homens, e que a distribuição do tempo é substancialmente distinta entre os sexos. Dessa forma, o tempo de trabalho não remunerado tende a ser maior para as mulheres, enquanto o tempo destinado ao trabalho remunerado é mais extenso para os homens.

A organização da divisão sexual do trabalho e do poder na agricultura, na qual o papel de chefe da família e da unidade produtiva é socialmente atribuído aos homens, contribui para a invisibilidade do trabalho das mulheres (Siliprandi, 2015). De fato, é notável a dupla discriminação enfrentada pelas mulheres rurais, que, além das necessidades insatisfeitas e da ausência de garantias de direitos, também têm de lidar com a presença do sistema patriarcal no ambiente rural, a percepção da produção agrícola como uma atividade predominantemente masculina, as questões de regularização fundiária, as dinâmicas de herança dos bens familiares, o acesso às políticas sociais, entre outras questões (De Oliveira; Vilaça; Correio, 2019).

Como mencionado anteriormente, as relações de gênero abrangem diferentes níveis, que variam do sociocultural ao relacional e ao individual. Geralmente, as mulheres se encontram em posição de desvantagem nesses cenários, o que justifica a consideração das políticas sociais como facilitadoras da ampliação de oportunidades para a inclusão e empoderamento feminino em diversos âmbitos da vida social. Essas políticas possuem uma influência crucial na transformação das relações de gênero. Wappenstein e Villamediana (2015) destacam a trajetória significativa da inclusão da categoria de gênero no planejamento, avaliação e análise de políticas sociais na América Latina.

A pesquisa estudou as relações de gênero na agricultura familiar em Cuba. Isso se justifica pelo papel crucial desempenhado por essa atividade na revitalização das economias rurais e no cada vez maior interesse governamental de apoiar este tipo de atividade agrícola em meu país. Na agricultura familiar, o trabalho é realizado principalmente em pequenas áreas de terra, proporcionando estabilidade e enraizamento social. Essa atividade depende amplamente do esforço conjunto de homens e mulheres, já que a família e o local de produção

estão interligados, coevoluindo e desempenhando funções econômicas, ambientais, sociais e culturais de maneira integrada (FAO, 2013).

Cuba apresenta avanços significativos na garantia dos direitos civis e políticos das mulheres, incluindo o sufrágio, o acesso à educação e a inserção no mercado de trabalho. No entanto, sob uma perspectiva de gênero crítica, tornam-se evidentes os limites estruturais dessas conquistas. Apesar do reconhecimento formal de direitos, os papéis de gênero tradicionais, como o de cuidadora e dona de casa, permaneceram profundamente enraizados, sendo amplamente reforçados pela mídia e pela cultura dominante. A imprensa, ao perpetuar estereótipos sexistas, evidencia que as mudanças legais não resultaram em uma transformação substancial nas relações de poder entre homens e mulheres.

A pesquisa que se apresenta analisa as relações de gênero na agricultura familiar cubana levando em consideração a atuação de todos os membros das unidades familiares agrícolas (de gênero feminino e masculino), tanto nos espaços de produção quanto no trabalho reprodutivo. Com esse recorte analítico em mãos, voltamos nossa atenção ao contexto específico da agricultura familiar em Cuba. A agricultura familiar possui uma dinâmica singular em cada país, resultando em diferentes manifestações das relações de gênero e variados impactos nas oportunidades de promover a sustentabilidade comercial e sociocultural dessa atividade. Na maior das Antilhas, a agricultura familiar segue a prática comum de ser ancorada na propriedade privada da terra e na posse dos principais meios de produção, com base no trabalho familiar e nos conhecimentos tradicionais do campo. Contudo, possui características específicas devido à sua adaptação às condições da construção socialista que prevalecem no país por mais de meio século. Este cenário, situado em uma economia bloqueada e de tradição monoprodutora, apresenta desafios peculiares.

A agricultura familiar em Cuba é uma forma de produção agrícola, pecuária, silvicultura, pesca e aquicultura gerida por famílias que dependem predominantemente da mão de obra familiar. No contexto cubano, essa prática tem se desenvolvido intensamente em pequenas áreas, tanto urbanas quanto rurais, com foco no autoabastecimento alimentar. As famílias produtoras priorizam a produção de sementes, adubos orgânicos, manejo eficiente da água e controle agroecológico de pragas, visando à sustentabilidade dos sistemas produtivos e a autossuficiência alimentar. Essa abordagem integra-se ao Programa Nacional de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento comunitário.

A agricultura familiar cubana passou por diversas fases de mudança ao longo do período revolucionário. Uma das mais radicais, que deve ser considerada no estudo da evolução histórica dessa atividade no país, foi promovida pelas medidas adotadas na década de 1990 como resposta à crise do Período Especial⁶ em Cuba. Conforme Arias Guevara e Leyva Remón (2012), essas mudanças foram de natureza estrutural e impactaram os fundamentos da organização produtiva, introduzindo alterações nas relações sociais e resultando na transição para um novo modelo agrário.

Esse processo englobou a diversificação do regime fundiário e das formas de exploração mediante a concessão coletiva e individual do usufruto da terra do Estado, a autonomia de gestão e o pagamento baseado em resultados produtivos. Essas medidas complementaram a política de descentralização implementada pelo Estado. Ademais, é essencial analisar as consequências das transformações mais recentes ocorridas a partir de 2011, durante a atualização do modelo econômico e social nacional, sobre a agricultura familiar no país.

A economia cubana como um todo e o setor agrícola em particular sofreram uma rápida depressão a partir da década de 1990. Essa situação, aliada a outros fatores, deu origem ao início de uma crise multissetorial no país, sendo uma das manifestações dessa crise a escassez alimentar que também teve início naquela época. Durante esse período, houve um esgotamento do modelo de agricultura empresarial-estatal que havia sido implementado no país nas décadas de sessenta e setenta. Foi nesse contexto que a agricultura familiar começou a assumir um papel crucial na produção de alimentos.

Nos últimos anos, tem sido evidente em Cuba um forte desejo governamental de buscar alternativas para revitalizar a produção agrícola através de iniciativas locais e, igualmente, de abordar as dinâmicas sociais que contribuem para a manifestação das desigualdades presentes nas áreas rurais. As relações de gênero no setor agrícola cubano também são influenciadas pela sobrecarga das responsabilidades domésticas das mulheres, além da persistência de estereótipos sexistas que limitam suas oportunidades de ocupar cargos mais complexos e mais bem remunerados.

Uma das principais necessidades da política pública para o setor agrícola em Cuba é aprimorar a articulação das variáveis de território, gênero, raça e geração. A agricultura

⁶Período especial em tempos de paz (1990-1999): foi uma grave crise econômica em Cuba, causada pelo colapso dos acordos econômicos com a União Soviética. O país enfrentou escassez extrema de alimentos subsidiados, falta de combustíveis e uma contração econômica severa. A qualidade de vida das famílias deteriorou-se drasticamente, aumentando a desigualdade social, o individualismo e a competição. Como resposta, foram implementadas reformas urgentes, especialmente na agricultura, além da redução do uso de automóveis, reestruturação da indústria e da saúde, e diminuição dos alimentos distribuídos pela *libreta de abastecimiento*.

familiar em Cuba revela uma pluralidade e diversidade entre os atores envolvidos nesse meio; portanto, os fatores específicos que podem influenciar as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres nesse setor precisam ser mais profundamente examinados.

Em um estudo realizado por Muster e Fleitas (2014), sobre a equidade no setor agrícola cubano, foram destacadas as seguintes desigualdades de gênero, que resumem alguns dos aspectos analisados neste estudo, tais como:

- Participação das mulheres nas diferentes formas de propriedade no setor agropecuário: a presença feminina é maior no setor estatal do que nas formas de produção não estatais (que são mais bem remuneradas).
- Nos processos de seleção e contratação de pessoal: as mulheres têm uma presença maior em cargos administrativos e de serviços.
- Em relação ao salário: as mulheres que trabalham no setor agrícola ocupam principalmente profissões de baixa remuneração, apesar de possuírem melhores qualificações.
- Na posse de bens: os homens são os principais beneficiários na sucessão de bens de herança e de bens patrimoniais.
- No que diz respeito à conciliação entre vida pública e privada: as mulheres enfrentam uma maior sobrecarga nas responsabilidades domésticas e de cuidado.

Além disso, é importante lembrar que autoras como Hernández García (2019) e Hidalgo López-Chávez (2020) fazem referência em suas análises dos contextos rurais cubanos, à violência de gênero como mais um marcador das desigualdades presentes. As manifestações desse tipo de violência, embora não atinjam os níveis alarmantes de outros contextos, principalmente na América Latina, continuam sendo um problema latente nas famílias das áreas rurais de Cuba (Hidalgo López-Chávez, 2020). A esse respeito, deve-se acrescentar que essa violência se manifesta em muitos casos, como estudado por Hernández García (2019), por meio de práticas cruéis, legitimadas e enraizadas na cultura desses espaços, práticas com as quais os homens exercem controle sobre as mulheres, que se tornam vítimas de atos de violência física e sexual (tanto no ambiente doméstico quanto no público), além de relações incestuosas que afetam especialmente meninas e adolescentes (Hidalgo López-Chávez, 2020).

As políticas sociais enfrentam o desafio de melhorar sua eficácia na identificação e abordagem específica da violência de gênero, especialmente em contextos onde as mulheres são mais vulneráveis. Portanto, em Cuba, também é necessário melhorar os registros sobre

violência de gênero; nesse sentido, concorda-se com Freitas *et al.* (2011, p. 167) de que é necessário que, ao realizar esses registros, “os dados resultantes dessas notificações sejam cada vez mais qualificados e que sirvam de base para a consolidação de políticas sociais mais efetivas”.

Os principais obstáculos para o empoderamento das mulheres rurais em Cuba continuam sendo a sobrecarga das responsabilidades domésticas e do cuidado dos filhos, o que reduz suas oportunidades de maior participação nas atividades produtivas. De acordo com Casimiro Rodríguez, Casimiro González e Suárez Hernández (2017), é necessário capacitar às mulheres rurais, facilitando sua participação na tomada de decisões e garantindo uma participação equitativa.

Machín *et al.* (2010) observam que, apesar das condições de igualdade e dos avanços sociais desfrutados pelas mulheres cubanas, a incorporação das camponesas como associadas das organizações de base da Anap (Associação Nacional de Agricultores Pequenos) ainda é baixa. Em 2009, estimava-se que, embora 47% da população das zonas rurais cubanas fosse feminina, apenas 11,41% dos membros da Anap eram mulheres (Machín *et al.*, 2010). Essas estatísticas continuaram a mostrar um padrão semelhante ao longo do tempo; em 2019, as mulheres representavam apenas 13% dos 532.735 trabalhadores das cooperativas agropecuárias cubanas (IPS, 2020).

Ao problematizar as relações de gênero na agricultura familiar cubana, os estudos citados anteriormente mostram que elas são influenciadas tanto pelos esforços políticos para torná-las mais equitativas quanto pelas persistências das influências do sistema patriarcal nos espaços agrícolas. Esses padrões patriarcais se manifestam na presença de uma dominância masculina que permanece hierárquica na estrutura de poder desses ambientes. Isso também se relaciona com a subordinação das mulheres no âmbito doméstico, as responsabilidades quase exclusivas das mulheres no trabalho reprodutivo, a maior carga horária de trabalho para elas, a menor remuneração, os benefícios de herança e sucessão de bens patrimoniais reduzidos, além das manifestações de violência de gênero das quais elas são vítimas.

Essa situação tem provocado várias inquietações em mim, tendo motivado a proposição dos seguintes objetivos de pesquisa:

Objetivo Geral: Compreender as relações de gênero no contexto da agricultura familiar em Cuba e suas repercussões nas dinâmicas sociais e institucionais que orientam a promoção da equidade de gênero nas Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS).

Objetivos Específicos:

- Estudar os antecedentes históricos e fatores culturais, econômicos e políticos que geram desigualdades de gênero em Cuba.
- Analisar a articulação das relações de gênero na agricultura familiar cubana com as políticas sociais, particularmente nas Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS).
- Investigar os desafios das políticas sociais cubanas para promover a equidade de gênero no setor da agricultura familiar a partir do estudo na CCS Atanagildo Cajigal de Holguín, Cuba.
- Identificar as relações de gênero em determinados lares como expressão das dinâmicas da Cooperativa Atanagildo Cajigal, em Holguín, Cuba.

Ao analisar as dinâmicas de gênero na agricultura familiar cooperativa em Cuba, a pesquisa utilizou enfoques teóricos e metodológicos que permitiram compreender o contexto como um sistema social complexo, composto por múltiplos elementos interconectados. Para aprofundar essa compreensão sistêmica, adotou-se um referencial pautado na Teoria da Reprodução Social (TRS), fornecendo as ferramentas analíticas necessárias para mapear relações de poder, desigualdades estruturais e cruzamentos entre diferentes eixos sociais. Esse arcabouço teórico possibilitou a compreensão das relações de poder, das desigualdades estruturais e das formas como diferentes eixos se entrecruzam na configuração da realidade social investigada.

O enfoque adotado baseia-se na necessidade de analisar as relações de gênero na agricultura familiar cooperativa das CCS em Cuba a partir de múltiplas dimensões, de modo a desvelar as complexas interações entre poder, desigualdades estruturais e processos históricos. A integração de perspectivas diversas favoreceu uma abordagem capaz de reconhecer a inter-relação entre fatores econômicos, culturais, epistemológicos e sociais na conformação das experiências de gênero, tanto individuais quanto coletivas, no meio agrícola cubano, constituindo um referencial analítico fundamental para compreender como as identidades e as relações de gênero são socialmente construídas, além de permitir a investigação das dinâmicas de poder que as moldam e mantêm.

Essa perspectiva possibilita problematizar as normas, hierarquias e práticas que regulam o papel dos sujeitos na sociedade, evidenciando sua dimensão histórica, cultural e relacional. Buscou-se a fundamentação da ideia de gênero em Federici (2017) e Fraser (2016). Silvia Federici propõe que, ao adotar a perspectiva da reprodução como ponto de partida, a

luta social deixa de ser apenas uma reação ao capital e passa a ter um caráter construtivo. Segundo ela, esse olhar permite questionar se os processos de resistência estão criando vínculos afetivos e comunitários ou se ainda se baseiam em práticas individualistas. A autora destaca o exemplo de mulheres da América Latina e da Espanha, que colocam a vida no centro de suas ações políticas e organizativas. Para Federici, a reprodução social representa não apenas um campo de exploração histórica, mas também uma lente a partir da qual se pode projetar, desde o presente, os fundamentos de uma sociedade centrada no bem-estar coletivo (Gonçalves; Assis, 2022).

A autora afirma que foi a partir das experiências das mulheres no movimento feminista dos anos 1970 que se passou a compreender a centralidade da reprodução social nas dinâmicas do capitalismo. Esse movimento criticou as limitações do pensamento marxista tradicional e destacou que o trabalho das mulheres (especialmente o voltado à procriação, cuidado, educação dos filhos e manutenção da vida familiar) era desvalorizado e naturalizado, sendo visto como não-trabalho. Federici argumenta que, embora esse trabalho não seja reconhecido como produtivo, ele é essencial para a reprodução cotidiana da força de trabalho, e, portanto, para a acumulação capitalista. Assim, o conceito de reprodução social revela seu caráter coletivo e estrutural, voltado não apenas à manutenção de famílias individuais, mas à sustentação de todo o sistema capitalista (Gonçalves; Assis, 2022).

Aliás, Silvia Federici aponta que a hierarquia entre o masculino e o feminino exerce uma função econômica central na estrutura capitalista, pois naturaliza e impõe às mulheres a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, permitindo a continuidade da exploração de um enorme volume de trabalho não remunerado. A autora afirma que, a partir de suas experiências em diferentes contextos do Sul global, especialmente na África e na América Latina, passou a compreender a reprodução social de maneira mais ampla, incluindo práticas como a agricultura de subsistência (uma forma de sustento cotidiano que substitui a lógica mercantil). Além disso, destaca o papel das mulheres na luta por terra, saúde e meio ambiente, reconhecendo essas ações como partes fundamentais da reprodução social. Ao ocupar espaços urbanos ociosos para cultivar alimentos ou ao protagonizar movimentos ecológicos, as mulheres expressam uma resistência que não apenas enfrenta o capital, mas propõe novos modos de existência e questiona os fundamentos da sociedade que se pretende construir (Gonçalves; Assis, 2022). Apesar de os estudos da Silvia Federici se inserirem em realidades capitalistas, os enfoques teóricos por ela propostos permitem esclarecer aspectos que ainda estão presentes na configuração social cubana.

Segundo Fundora Nevot (2020), diversas pesquisas em Cuba identificaram desigualdades sociais, entre elas a renda familiar e individual. Essa disparidade de rendimentos também se manifesta no setor agrário, uma vez que o sistema de distribuição de salários e lucros favorece os camponeses diretamente vinculados à produção (setor em que predominam os homens) e desfavorece os trabalhadores indiretos, responsáveis por tarefas administrativas e reprodutivas, nas quais prevalecem as mulheres.

A investigação se fundamentou nas contribuições de feministas marxistas, como Luxemburg (2003), Davis (2013) e Saffioti (2015), que articulam a análise das relações de gênero às condições materiais e às estruturas de classe. Esse referencial teórico permitiu compreender as dinâmicas de opressão e exploração que atravessam o trabalho feminino, evidenciando sua centralidade na reprodução social e econômica do contexto investigado. Na aplicação do conceito de gênero às análises agrária, ambiental e rural, destacam-se as contribuições de Agarwal (1999) e Deere (2005). No contexto da agricultura familiar, a pesquisa se apoia nos trabalhos de Siliprandi (2015) e de Araújo, Canteri e Bittencourt (2018).

A análise da categoria gênero no contexto cubano, com ênfase na agricultura e nas Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS), buscou compreender a distribuição de papéis, saberes, responsabilidades e acessos nos espaços produtivo e reprodutivo, com base nas contribuições de Arias Guevara e Leyva Remón (2012, 2017), Arias Guevara (2015, 2018) e García Botella (2021). Esses estudos evidenciam a persistência da divisão sexual do trabalho, a invisibilização da contribuição feminina para o setor agropecuário e as tensões entre o espaço público e o doméstico nos meios rurais cubanos, mesmo sob um modelo socialista.

A perspectiva qualitativa permitiu explorar as relações de gênero na agricultura familiar cubana em um nível mais profundo. Consequentemente, de acordo com o que Minayo (2001) argumenta, este estudo busca investigar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes dos sujeitos envolvidos no campo de análise. Isso nos permitirá examinar os processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O fato de a pesquisa qualitativa adotar uma abordagem multimétodo influencia sua abordagem interpretativa e naturalista em relação ao objeto de estudo (Denzin; Lincoln, 1994). A disponibilidade de um instrumental claro e coeso, capaz de direcionar os desafios teóricos para a prática, é fundamental para o roteiro metodológico em estudos científicos. Além disso, é essencial que esse roteiro mantenha um equilíbrio na seleção dos métodos e técnicas utilizados, evitando tanto a rigidez formal quanto respostas estereotipadas, bem como

o empírico, que frequentemente leva a conclusões ilusórias, ou especulações abstratas e infrutíferas (Minayo, 2001).

Segundo González Rey (2010), a pesquisa qualitativa é um processo de construção altamente dinâmico, no qual o modelo teórico está constantemente em tensão com o momento empírico. Sua legitimidade reside na capacidade de ampliar tanto suas alternativas de compreensão do objeto de estudo quanto seu aprofundamento constante na compreensão da realidade estudada como um sistema.

A abordagem qualitativa desta pesquisa possibilita a construção de um perfil representativo do tema em questão por meio da interação com os atores sociais do campo de estudo selecionado. Essa interação ocorre por meio de conversas, questionários e observações do comportamento dos participantes durante o processo. De acordo com Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (2004), neste tipo de pesquisa, as descrições são obtidas por meio de observações, como entrevistas, narrações, notas de campo, gravações, transcrições de áudio, registros escritos de todos os tipos, fotografias ou filmes e artefatos.

Além disso, é importante considerar que, por se tratar de uma pesquisa nas ciências sociais, é necessário interagir com pessoas que, por questões culturais, de classe, faixa etária ou qualquer outro motivo, compartilhem um substrato comum de identidade com a pesquisadora. Isso implica que sujeito e objeto de pesquisa estejam interligados e comprometidos, baseando-se na identidade entre eles (Minayo, 2001).

Na pesquisa foram analisadas as relações de gênero na agricultura familiar cubana, especificamente no caso da CCS-F Atanagildo Cajigal da cidade de Holguín, Cuba. A escolha da cooperativa foi motivada por minha participação no projeto “Apoio à participação cidadã ativa para a reabilitação ambiental” (Apar) e incluía várias atividades de educação ambiental participativa, por meio das diferentes atividades desenvolvidas mantive contato com alguns dos líderes da comunidade que desempenhavam um destacado papel na coordenação, com o governo municipal subministrando os recursos necessários para melhorar as condições de vida dos residentes.

As pesquisas no local ocorreram durante a Maestria em Gestão Ambiental na UHo (Universidade de Holguín). Nos trabalhos finais das disciplinas de mestrado tive que conduzir pesquisa na cooperativa Atanagildo Cajigal. Durante esse período, realizei várias visitas à comunidade para conduzir o trabalho de campo para minha pesquisa de mestrado. Nessas visitas, estive acompanhada por alguns colegas do projeto Apar que também estavam realizando estudos específicos na mesma comunidade. Uma delas estava investigando a

questão da violência de gênero naquele local, e lembro-me de ter participado de uma reunião do grupo gestor, onde a coordenadora do projeto mencionou que, naquele momento, a comunidade tinha um dos maiores índices de feminicídios na cidade de Holguín e também a nível provincial. Além disso, durante uma conversa posterior às entrevistas desse dia, minha colega compartilhou comigo alguns dos casos que estava estudando. Essa conversa, juntamente com o que pude observar em minha própria pesquisa, foi o que inicialmente me levou a considerar a possibilidade de desenvolver uma pesquisa com foco na análise dos padrões de vida nessa comunidade sob uma perspectiva de gênero.

Além disso, devo destacar que, enquanto aplicava questionários e conduzia entrevistas para minha pesquisa de mestrado, conheci uma residente da comunidade cujo depoimento despertou ainda mais meu interesse pelas questões de gênero. A senhora, com pouco mais de 60 anos, morava em uma das casas com as piores condições construtivas da comunidade, condições que se agravavam devido à localização da casa em uma zona sujeita a inundação. Ela me contou como vivia lá ilegalmente há mais de 20 anos e como essa casa e seu atual esposo haviam sido um refúgio para ela, uma vez que decidiu terminar seu relacionamento com o pai de sua filha devido aos abusos que sofria por parte dele.

No entanto, esse não foi o único motivo em seu relato que me fez examinar mais de perto as relações de gênero de forma geral e suas particularidades em meu país. Ela também me contou que até alguns meses atrás trabalhava no aqueduto local da comunidade, onde era responsável por operar a turbina. No entanto, quando o Instituto de Recursos Hidráulicos da província⁷ de Holguín assumiu a responsabilidade pelo local, informaram-lhe que ela havia sido “realocada” porque precisavam de um homem para desempenhar essa função. Essa decisão claramente discriminatória não apenas a afastou de um cargo que havia ocupado com sucesso por cerca de dez anos consecutivos, mas também tornou ainda mais difícil a vida de um casal idoso (ela e seu esposo). Isso ocorreu porque ela teve sua principal fonte de renda interrompida devido à impossibilidade de ocupar o novo cargo, que exigiria que ela viajasse diariamente para fora da comunidade e deixasse seu esposo doente sozinho em casa por longos períodos, uma situação que não ocorria em seu posto anterior.

Ao ingressar no Doutorado em Políticas Sociais da UFF, aprofundi temas que já despertavam meu interesse anteriormente e que estavam presentes nos projetos de pesquisa que pretendia desenvolver. Assim, para investigar a agricultura familiar na cooperativa Atanagildo Cajigal, apoiei-me em estudos prévios realizados na área, os quais evidenciaram

⁷ Cuba é oficialmente dividida em 15 províncias, que representam o maior nível de administração territorial. Cada província tem um governo próprio, responsável por coordenar políticas regionais.

desigualdades de gênero. Além disso, ampliei o escopo da pesquisa para analisar de que forma as políticas sociais se manifestam tanto no contexto local da agricultura familiar quanto na região leste de Cuba e no país como um todo.

Motivada pelos fatores anteriormente expostos, optei por realizar um estudo de caso sobre as relações de gênero na cooperativa Atanagildo Cajigal. A escolha desse tipo de abordagem baseou-se nos critérios propostos por Bogdan e Biklen (1982), que definem o estudo de caso único, direcionando minha análise para a CCS-F selecionada. A cooperativa é composta por agricultores familiares que produzem na periferia da cidade de Holguín, em Cuba. A decisão por estudar um único caso fundamentou-se na ideia de que, parafraseando Rodríguez Gómez, Gil Flores e García Jiménez (2004), o número de casos não é o fator determinante, mas sim o potencial que um único caso possui para contribuir com um entendimento teórico mais aprofundado na área de estudo.

De acordo com os autores mencionados, a escolha por um estudo de caso único pode ser justificada pelo fato de que esse caso singular permite confirmar, alterar, modificar ou ampliar o conhecimento sobre o objeto de estudo, ou seja, tem um caráter crítico. Dessa forma, busca-se produzir resultados que contribuam significativamente para o conhecimento e a construção teórica. Outro argumento destacado por eles, e adotado como parte da presente pesquisa, é a singularidade do caso, ou seja, a condição única, irrepetível e peculiar de cada sujeito (Rodríguez Gómez; Gil Flores; García Jiménez, 2004).

Assim, nesta pesquisa, se identificam os fatores que podem explicar as peculiaridades das relações de gênero no âmbito da agricultura familiar desenvolvida a partir de uma abordagem cooperativa, em um país com um modelo socioeconômico socialista. Para esse propósito, se analisam os discursos e práticas dos produtores familiares, diretores da cooperativa e líderes comunitários sobre as percepções, atitudes e comportamentos das famílias de agricultores da cooperativa estudada, levando em consideração a influência das políticas sociais nesse contexto e as dinâmicas e peculiaridades sociais do Oriente cubano.

Neste ponto, cabe esclarecer que, como parte da contextualização desta pesquisa em uma dimensão geográfica, foi dada especial atenção à forma como a localização espacial do caso examinado pode estar influenciando o comportamento do objeto de estudo. Assim, ao longo da investigação, foram consideradas as especificidades do contexto oriental do país.

Considerando que o estudo de caso foi conduzido em uma organização agrícola que combina agricultura familiar com cooperativismo agrário, foi considerado relevante incluir e analisar três lares vinculados à CCS-F. O propósito não foi generalizar a partir deles, mas sim

realizar análises contextualizadas das interações e comportamentos produtivos dos membros desses lares, em níveis que extrapolam o âmbito cooperativo. Buscou-se, assim, identificar possíveis conexões, ou desvios, entre essas dinâmicas domésticas e agropecuárias com as relações de gênero observadas na cooperativa.

As visitas aos três lares mencionados foram em dezembro de 2022 e fevereiro de 2023, permitindo incorporar aspectos relacionados às esferas pessoal, doméstica, familiar, cooperativa e comunitária. Essa abordagem contribuiu para compreender de forma mais abrangente as dinâmicas sociais e produtivas que moldam as interações dentro da cooperativa, com especial atenção para as relações de gênero.

A pesquisa de campo obedeceu a princípios éticos cumpridos ao coletar informação que tem implicações para os indivíduos e organizações participantes no estudo, as informações de ordem pessoal foram utilizadas com a anuência de cada sujeito, que assinou um consentimento livre e esclarecidas, e seus nomes foram substituídos por outros. O referido consentimento, como explicado por De Araújo (2003), manifesta a vontade do participante o que expressa uma relação de respeito entre o sujeito e pesquisador (a) (Ver Apêndice 1).

Na pesquisa qualitativa e importante a ética de quem investiga por que fazem parte da rede de relacionamentos do contexto estudado. O trabalho de campo conduz à imersão na realidade investigada, onde o propósito de quem pesquisa é chegar a conhecer e interpretar os fenômenos analisados. Segundo Costa (2002) o conhecimento deve obedecer a preceitos éticos onde a vida digna deve ser preservada, é assim que os nomes das pessoas que foram entrevistados se substituem por nomes comuns em Cuba, garantindo a proteção de suas identidades.

A entrevista foi semiestruturada. Primeiro a ser entrevistado foi o vice-presidente da cooperativa no mês de dezembro 2022 (Ver Apêndice 2). A conversa abordou os seguintes aspectos: distribuição de gênero nas atividades produtivas e nos cargos administrativos, políticas institucionais para equidade de gênero, barreiras enfrentadas por mulheres no acesso a terra e na tomada de decisões e casos de violência de gênero dentro da cooperativa e existência de mecanismos de denúncia.

A conversa com o vice-presidente focou no funcionamento da cooperativa e em seu impacto na promoção ou não da equidade de gênero. Questionou-se o equilíbrio de gênero nas lideranças e nas políticas internas, além de serem discutidos temas como legislação, direitos trabalhistas e iniciativas voltadas para a equidade. Durante o encontro, o dirigente forneceu

diversos contatos de produtores filiados à cooperativa, o que facilitou a escolha dos lares pela pesquisadora.

Realizaram-se entrevistas e questionários nas residências de produtores familiares, contando com a participação individual de todos os integrantes do núcleo familiar (Ver Apêndices 3 e 4). Optou-se pela entrevista por permitir maior interação com os participantes, promovendo trocas e aprofundando as respostas. As perguntas estimularam uma conversa sobre a estrutura familiar, o trabalho doméstico e produtivo, as relações entre os familiares, a produção agrícola e as redes comunitárias. Segundo Duarte (2004), a entrevista é uma espécie de mergulho em profundidade, que permite a coleta de dados sobre os modos como os sujeitos percebem e atribuem significado à sua realidade.

Por meio da entrevista, buscou-se obter dados qualitativos que possibilitassem uma análise complexa, considerando raça, classe, idade e localização geográfica como fatores que influenciam as relações de gênero. Além disso, aprofundou-se na investigação de problemas estruturais, como a sobrecarga feminina no trabalho doméstico e as barreiras no acesso a recursos agrícolas. A entrevista possibilitou a observação de padrões e tensões dentro do grupo, contribuindo para a compreensão de conflitos e contradições. Os dados coletados foram comparados com as respostas obtidas nos questionários, uma vez que ambas as abordagens utilizaram as mesmas categorias empíricas.

Os questionários aplicados abrangeram múltiplas dimensões da vida dos participantes, cruzando fatores socioeconômicos e culturais. Os dados coletados, praticamente idênticos para homens e mulheres, permitiram contrastar percepções de gênero e explorar respostas descritivas, captando nuances importantes. O instrumento foi preenchido pela pesquisadora a pedido dos participantes do estudo. Segundo De Sousa *et al.* (2005), essa forma de aplicação possibilita um contato pessoal e direto entre o aplicador e o respondente, além de permitir que o pesquisador registre as respostas de maneira fiel à intenção do participante.

A coleta de dados foi um processo complexo e desafiador, sobretudo devido à necessidade de deslocamento. A cooperativa está situada em uma região afastada do centro da cidade, e as dificuldades de transporte tornaram o acesso aos participantes ainda mais difícil. No entanto, os envolvidos demonstraram grande disponibilidade e generosidade, dedicando seu tempo para responder às perguntas. Seus depoimentos foram extremamente valiosos, pois compartilharam experiências pessoais que enriqueceram significativamente a análise.

A análise dos dados é um processo complexo que vai entre raciocínio indutivo e dedutivo, entre descrição e interpretação (Teixeira, 2003). Para a apreciação crítica do

material foi necessário primeiro fazer a transcrição das entrevistas respeitando o dito pelos sujeitos envolvidos. Os dados foram analisados a partir da compreensão e a internalização dos fundamentos teóricos estudados na bibliografia utilizada sobre o tema.

Efetuuou-se uma codificação de dados que segundo Dabenigno (2017) consiste em uma atividade de categorização e classificação dos dados, que podem ser descompostos em temas e categorias. Nesta pesquisa se definiram quatro dimensões para a análise das relações de gênero na Cooperativa Atanagildo Cajigal estas são:

- Gênero nas relações produtivas intrafamiliares e cooperativas.
- Relações de gênero no lar.
- Relações de gênero no espaço comunitário.
- Estereótipos, preconceitos, concepções e ideias sobre papéis e relações de gênero.

Na análise dos dados, trabalha-se com os conceitos e eixos analíticos que possibilitam a compreensão das relações de gênero no contexto das cooperativas de crédito e serviços em Cuba. O depoimento do líder acrescentou um olhar institucional, revelando as barreiras e potencialidades da cooperativa na promoção da equidade de gênero. Os instrumentos aplicados permitiram captar tendências gerais e percepções, assim como identificar desigualdades estruturais.

Outro dos métodos utilizados foi a análise documental, empregado para compreender a realidade social e gerar conhecimento a partir de diversas fontes, como a Constituição de 2019, diretrizes políticas, legislação agrícola e outros documentos relevantes, os que aparecem listados em tabela colocada nos apêndices (Ver Apêndice 5). O foco desta análise foi investigar o papel das relações de gênero e os estereótipos dos membros dos lares estudados em relação às suas posições nas relações sociais. A pesquisa concentrou-se em documentos promulgados a partir da segunda década do século XXI, com o objetivo de identificar as normativas que abordam questões relacionadas a gênero, trabalho familiar, violência de gênero, uso do tempo, família, raça e propriedade da terra, entre outros aspectos.

Em relação aos documentos do setor agrícola, definiu-se como critério de escolha que eles tenham sido promulgados a partir da década de 2010, uma vez que essa data marca o início da mais recente etapa de profundas transformações econômicas em Cuba, as quais têm modificado significativamente o setor agrícola do país.

No que concerne à análise documental, foi utilizada para a compreensão da realidade social e a produção de conhecimento sobre as relações de gênero no âmbito da agricultura familiar em Cuba, por meio da coleta de informações dos documentos escolhidos.

Considerou-se o papel estruturante das relações de gênero no bem-estar familiar, bem como a vulnerabilização de seus membros, de acordo com a posição que ocupam nas relações sociais.

A tese oferece uma contribuição teórica importante ao analisar como as políticas de gênero em Cuba, dentro de um modelo socialista, impactam as relações de poder e o acesso a recursos em um setor fundamental como é a agricultura familiar. Além disso, propõe novas interpretações sobre as relações de gênero em um ambiente agrário tradicionalmente marginalizado. Embora existam alguns dados disponíveis sobre as CCS e sobre as políticas sociais e de gênero em Cuba, a tese aporta subsídios interessantes ao reinterpretá-los a partir de uma perspectiva centrada nos sujeitos e em seu contexto geográfico e cultural. Essa releitura permite identificar dinâmicas não evidentes em estudos anteriores, desvelando as contradições entre as intenções das políticas e sua implementação prática.

Ainda que existam estudos sobre gênero na agricultura familiar cubana, poucos se concentram nas CCS, e menos ainda em contextos híbridos como as zonas de transição urbano-rural. Essa lacuna é significativa, uma vez que esses espaços apresentam características socioeconômicas e culturais particulares que influenciam a implementação e a percepção das políticas sociais. A pesquisa contribui à análise das políticas sociais (especialmente as de gênero) e sua influência, tanto em nível macroestrutural quanto no cotidiano dos atores envolvidos.

A tese centra sua análise em um ambiente pouco explorado e ao priorizar a perspectiva dos sujeitos envolvidos, que são os principais destinatários dessas políticas. Oferece uma análise complexa, em uma perspectiva interdisciplinar que enriquece a compreensão dos processos sociais e econômicos na agricultura familiar. Esse enfoque interdisciplinar permite uma compreensão mais completa das complexidades do tema, abordando não apenas aspectos econômicos e produtivos, mas também socioculturais e políticos.

Um dos elementos centrais da originalidade da tese é a forma como ela coloca os sujeitos da pesquisa no centro da análise, por meio de uma abordagem que prioriza suas experiências, contrastando as políticas implementadas com a realidade vivida pelos produtores e produtoras. Essa perspectiva permite uma compreensão mais matizada das dinâmicas de poder e das desigualdades de gênero nas CCS, indo além dos enfoques tradicionais que tendem a se concentrar nas políticas ou estruturas, sem considerar a subjetividade dos envolvidos.

A tese está escrita em três capítulos:

O capítulo 1 apresenta uma análise histórica do papel das mulheres em Cuba, traçando sua trajetória desde o período colonial até a era revolucionária, com destaque para as atividades agrícolas. Nele, são discutidas as transformações dos papéis de gênero impostas pelo colonialismo, a escravidão e as estruturas patriarcais, destacando como as mulheres (especialmente as racializadas e de classes populares) foram historicamente marginalizadas e, ao mesmo tempo, resistiram e contribuíram para os movimentos de independência e mudanças sociais. O texto aborda as dinâmicas de poder que ligam questões de raça, classe e gênero, enfatizando a importância de compreender a exploração e a opressão e a emancipação feminina em um contexto de dominação colonial e posterior neocolonial, culminando nos avanços e desafios enfrentados durante a Revolução Cubana.

O capítulo 2 analisa a agricultura familiar das Cooperativas de Créditos e Serviços em Cuba sob diversas perspectivas. Inicialmente, traça sua evolução histórica (desde o período colonial até as transformações promovidas pelas reformas agrárias revolucionárias) destacando como o país passou de uma estrutura marcada pelos latifúndios e pela marginalização dos pequenos produtores para um modelo que envolve a redistribuição fundiária e a implementação de formas coletivas de produção, como as cooperativas. Além disso, aborda as transformações ocorridas nas décadas seguintes, evidenciando o impacto da crise dos anos 1990 e os esforços para revitalizar o setor por meio de práticas agroecológicas e de uma maior diversificação produtiva.

No que se refere aos elementos teóricos de relações de gênero, o segundo capítulo insere essa abordagem como um dos eixos de análise dos estudos recentes sobre a agricultura familiar em Cuba. Esses estudos ampliam o debate tradicional ao incluir a perspectiva de gênero, examinando como as transformações agrárias e as políticas de redistribuição da terra também reconfiguraram os papéis e as relações dentro do lar e no contexto agrário. Dessa forma, o capítulo ressalta a importância de considerar as dinâmicas de gênero para compreender plenamente os desafios e as potencialidades da agricultura familiar, contribuindo para a revalorização do capital social e humano dos pequenos produtores.

O capítulo 3 analisa as relações de gênero no contexto da Cooperativa Atanagildo Cajjal, em Holguín, Cuba. Nele, se investiga como normas culturais, papéis historicamente atribuídos aos gêneros e dinâmicas de poder influenciam a divisão do trabalho, a tomada de decisões e as oportunidades de participação tanto no ambiente doméstico quanto na produção agrícola e na gestão cooperativa. O capítulo também analisa as especificidades de três lares de agricultores e agricultoras familiares associados à mesma. Além disso, discute como essas

relações refletem estereótipos e desafios estruturais, como a desigualdade no acesso à terra e na representatividade feminina nas funções produtivas e de liderança.

CAPÍTULO 1. RELAÇÕES DE GÊNERO NO DEVIR HISTÓRICO DE CUBA

A análise das questões de gênero exige uma abordagem interdisciplinar, incorporando áreas como História, Antropologia, Sociologia e Filosofia, para compreender as complexas interações humanas (Lopes Miranda; Schimanski, 2014). As relações de gênero estão profundamente conectadas com as relações sociais em diversas esferas, como o trabalho, a política e a cultura, sendo moldadas por práticas e ideologias que, por sua vez, contribuem para a construção de estruturas sociais hierárquicas, como classe, casta e raça (Torrens; Menasche, 1996; Agarwal, 1999).

O conceito de sexo biológico é socialmente construído, e durante o século XIX e início do século XX, a função reprodutiva era vista como a característica definidora de uma mulher, sendo a presença ou ausência de ovários um critério decisivo. Atualmente, fatores como cromossomos, gônadas, morfologia e hormônios são usados para definir o sexo, mas essas definições também são interpretadas socialmente e até modificadas cirurgicamente. Essa naturalização das diferenças sexuais, muitas vezes justificada pela biologia, é uma construção social usada para sustentar a exploração e a dominação no contexto do capitalismo global eurocentrado (Lugones, 2008).

As relações de poder se fundamentam em práticas organizacionais duráveis que se manifestam em quatro domínios interconectados: o estrutural, o cultural, o disciplinar e o interpessoal. O domínio estrutural abrange as bases das instituições sociais (como mercados de trabalho, moradia, educação e saúde), onde fatores como classe e nação se entrelaçam. Já o domínio cultural ressalta a crescente influência das ideias e da cultura na organização dessas relações, enquanto o disciplinar diz respeito à aplicação de regras e normas que direcionam comportamentos, inclusive por meio da exclusão ou estímulo de indivíduos em contextos diversos, como no esporte. Segundo Silvia Federici, a hierarquia entre homem/masculino e mulher/feminino possui um componente econômico extremamente forte, pois é justamente essa diferenciação que obriga as mulheres a assumirem o trabalho reprodutivo; dessa forma, se mantém a exploração dos que trabalham sem remuneração (Gonçalves, Assis, 2022).

Por sua vez, a indiferença é insidiosa porque cria barreiras intransponíveis nas nossas lutas enquanto mulheres racializadas pela própria integridade e autodeterminação, elementos essenciais das lutas pela libertação de nossas comunidades. Ela se manifesta tanto no nível da vida cotidiana quanto na teorização da opressão e da libertação, sendo alimentada pela separação categorial de raça, gênero, classe e sexualidade, que impede uma visão clara da

violência. As feministas de cor⁸ já destacaram como, ao focar na interseção dessas categorias, se revela a violência da dominação e exploração. No entanto, isso não tem sido suficiente para que homens que também foram vítimas de dominação e exploração reconheçam sua cumplicidade ou colaboração no exercício da dominação violenta contra as mulheres racializadas (Lugones, 2008).

Em sociedades patriarcais, o trabalho das mulheres é frequentemente desvalorizado, com suas contribuições, mesmo quando produtivas, vistas como secundárias, enquanto os homens são reconhecidos por suas atividades produtivas (Silva, 2007). A expressão do sistema sexo-gênero varia entre diferentes sociedades e ao longo do tempo, sendo influenciada por características atribuídas a cada sexo e absorvidas culturalmente (Espinar Ruiz, 2007).

América foi o primeiro cenário onde se estabeleceu um modelo de poder com aspirações globais, tornando-se, assim, a primeira identidade da modernidade. Esse processo decorreu da convergência de dois fenômenos históricos essenciais que se tornaram pilares desse novo sistema de dominação. O primeiro foi a formulação da noção de raça, empregada para categorizar as diferenças entre colonizadores e colonizados, atribuindo a estes uma suposta inferioridade biológica. Tal concepção serviu como base estrutural para as relações de dominação que garantiram a consolidação da conquista. Como consequência, a população americana (e, posteriormente, de outras regiões do mundo) foi inserida nesse novo padrão de poder. O segundo elemento central foi a organização das distintas formas históricas de controle do trabalho, seus recursos e seus produtos, alinhando-as à lógica do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005).

Para Oyéronké Oyewùmi (1997) o sistema opressor de gênero imposto pelo colonialismo afetou não apenas a organização reprodutiva, mas também subordinou as mulheres de forma generalizada. Ela destaca que muitas comunidades indígenas americanas, como as tribais, tinham uma visão de gênero igualitária, onde a homossexualidade e os “terceiros gêneros” eram reconhecidos positivamente, sem as hierarquias impostas pelo capitalismo eurocentrado.

⁸ A filósofa feminista María Lugones utiliza os termos “feministas de cor” e “mulheres de cor”, originados nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, como um conceito de coalizão contra as múltiplas opressões. Para ela, não se trata apenas de um marcador racial ou de uma reação à dominação racial, mas de um movimento solidário e horizontal. “Mulheres de cor” é uma expressão adotada por mulheres subalternas, vítimas de diversas formas de dominação nos Estados Unidos, e não se refere a uma identidade que separa, mas a uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras: cherokees, puertorriquenhas, sioux, chicanas, mexicanas, entre outras, formando uma trama complexa de vítimas da colonialidade de gênero. No entanto, adiciona que, elas não são vistas como vítimas, mas como protagonistas de um feminismo decolonial. A coalizão é aberta, com intensa interação intercultural (Lugones, 2008).

1.1. Relações de Gênero antes e durante o Período Colonial

A história social de Cuba é rica e complexa, caracterizada por relações de gênero profundamente influenciadas por uma série de fatores culturais, econômicos e políticos ao longo dos séculos. Desde a época colonial até o período pós-revolucionário, os papéis de gênero e a estrutura social sofreram consideráveis transformações. Um aspecto central desse processo é a construção da identidade feminina em Cuba, que está intrinsecamente ligada a um longo histórico de lutas sociais. O protagonismo das mulheres, longe de ser um fenômeno recente, constitui uma parte fundamental da formação da identidade nacional cubana.

O sistema agrícola cubano nas épocas pré-revolucionárias pode ser visto como um sistema complexo, dinâmico e interdependente, cujos elementos interagem de forma não-linear. Nele, a agricultura familiar sempre ocupou uma posição marginal frente a outras formas de produção em grande escala, como os latifúndios, o agronegócio e as fazendas estatais (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Antes da chegada de Cristóvão Colombo, Cuba era habitada por comunidades indígenas como os *taínos* e os *guanajatabeyes*, que possuíam diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico. Enquanto algumas eram pré-agroalfareras, sustentando-se por caça, pesca e coleta, outras, como os *taínos*, praticavam a agricultura, com destaque para o cultivo e processamento da mandioca para produção de *casabe* (Callejas Opisso *et al.*, 2011). Essas comunidades indígenas viviam em um sistema comunitário, sem propriedade privada da terra. Contudo, a partir de 1492, com a chegada dos colonizadores espanhóis, foi implantado um modelo agrícola baseado na distribuição de terras e na exploração latifundiária (McCormack Bequer; Sarria Cruz, 2018).

O contato com os colonizadores europeus destruiu ou transformou profundamente os modos de produção dessas sociedades, subordinando-as ao capitalismo em expansão sem que pudessem evoluir internamente. A cultura *taína* foi obliterada ou integrada ao sistema colonial, e suas formas horizontais de organização social foram desmanteladas pela imposição das hierarquias europeias.

A destruição dos modos indígenas de vida afetou profundamente o tecido social e ecológico da Ilha, gerando uma rede de impactos que se prolongam no tempo. As comunidades indígenas, organizadas de forma gentílica, com economias comunais e relações baseadas em cooperação, faziam parte de um sistema complexo que integrava ecologia, cultura, economia e relações sociais. A chegada dos colonizadores rompeu esse equilíbrio, criando novos sistemas baseados na exploração intensiva de humanos e natureza.

Nessas comunidades, a divisão do trabalho era baseada no sexo e na idade, sem a existência de classes sociais, refletindo um modelo colaborativo de vida comunitária, mas nada a ver com o patriarcado europeu. A colonização espanhola devastou as populações indígenas, impondo um sistema patriarcal e eurocêntrico que marginalizou as mulheres indígenas, excluindo-as das decisões políticas, econômicas e sociais. O dismantelamento das estruturas tradicionais e a exploração forçada nos lavadouros de ouro e nas vilas agrícolas foram centrais nesse processo, submetendo essas populações a trabalho exaustivo e sem incentivos (Callejas Opisso *et al.*, 2011).

Essa transição forçada de um modo de produção comunal para um sistema de trabalho exploratório beneficiava a acumulação colonial espanhola e reforçava a dominação metropolitana. A marginalização das mulheres indígenas foi um componente essencial dessa reorganização, estabelecendo novas identidades sociais subordinadas por meio de instituições coloniais como a igreja, a escola e a família patriarcal. A redefinição dessas identidades sustentou a exploração, mas também gerou formas de resistência entre os povos subjugados.

A colonialidade do gênero e a imposição de normas heteronormativas foram construídas e como a resistência às formas de violência contra as mulheres e as comunidades racializadas deve ser considerada no contexto da luta contra o patriarcado. A imposição de um sistema de gênero binário e heteronormativo, em grande parte, foi um produto do colonialismo eurocêntrico, que estabeleceu normas de gênero que continuam a ter efeitos profundos até os dias atuais (Lugones, 2008).

As mulheres indígenas foram alvo de uma opressão múltipla, tanto de classe (exploração econômica), como de raça (subalternização racial) e de gênero (patriarcado imposto). Isso evidencia como as formas de exploração não podem ser analisadas isoladamente, pois se combinam e se reforçam dentro da lógica colonial. Assim, a colonização não apenas destruiu as formas comunais e coletivas de organização econômica, mas dismantelou a lógica de gênero própria dessas comunidades, impondo uma estrutura em que o corpo feminino passou a ser controlado e explorado como parte do aparato de dominação (inclusive através da violência sexual).

Cuba, desde o século XVI, organizou suas instituições baseando-se em modelos peninsulares, como *cabildos* e municipalidades, adaptando-os à realidade local. Os colonizadores preservaram aspectos da cultura hispânica, consolidando os peninsulares como classe exploradora (Callejas Opisso *et al.*, 2011). A sociedade refletia dicotomias como

“livre/escravo⁹, branco/negro, cultura europeia/cultura africana, campo/cidade, rico/pobre, peninsular/crioulo” (Moreau-Lebert, 2015b). A coexistência entre aborígenes, africanos e espanhóis originou um processo de transculturação que resultou na figura do *criollo*¹⁰ (crioulo), símbolo da mestiçagem característica da ilha (Callejas Opisso *et al.*, 2011).

A noção moderna de raça não possui registros históricos antes da colonização da América. Embora possa ter surgido inicialmente como uma forma de distinguir conquistadores e conquistados com base em características fenotípicas, o mais relevante é que, desde cedo, foi concebida como uma referência a diferenças biológicas supostamente inerentes entre esses grupos. Com o passar do tempo, os colonizadores atribuíram aos traços fenotípicos dos povos colonizados uma identificação baseada na cor, tornando-a o principal marcador da categoria racial. Esse processo de codificação foi provavelmente consolidado na região britânico-americana, onde os negros não apenas desempenhavam um papel central na economia devido à sua força de trabalho explorada, mas também eram a principal raça colonizada, uma vez que os indígenas não estavam plenamente inseridos nessa sociedade colonial. Como resultado, os dominadores passaram a se autodenominar brancos. Já a partir do século XVIII, na América Ibérica, mestiços de espanhóis e indígenas passaram a ocupar funções semelhantes às dos ibéricos não nobres, enquanto mestiços de negros e europeus enfrentavam maiores dificuldades para serem reconhecidos socialmente, especialmente por serem filhos de mulheres escravizadas. Essa estrutura de distribuição racial do trabalho permaneceu durante todo o período colonial (Quijano, 2005).

Durante o período colonial cubano, a composição étnica dos africanos escravizados foi marcada por uma grande diversidade, refletindo as diferentes regiões da África Ocidental e Central de onde eram capturados e levados ao arquipélago caribenho. Entre os principais grupos estavam os povos Bantu, provenientes do Congo e de Angola, que foram os primeiros e mais numerosos a chegar, deixando uma forte influência na cultura cubana, especialmente

⁹ O uso de “escravo” é reconhecido na historiografia cubana como uma parte central da formação da sociedade colonial, e o debate gira em torno de como esse passado de escravidão é lembrado, se é minimizado ou se é apropriado usar o termo no presente para se referir a populações afrodescendentes. A escravidão, em Cuba, durou até 1886, e essa marca histórica é ainda muito presente nas desigualdades raciais contemporâneas. Ainda assim, sou consciente de que a condição de escravidão, como uma imposição e violação dos direitos dessas pessoas, as convertia em escravizadas, dada sua inconformidade e resistência a esse sistema desumanizante. A escravidão não era uma identidade, mas uma circunstância imposta pela força, contra a qual muitas dessas pessoas lutaram ativamente, seja por meio de formas cotidianas de resistência, fugas, revoltas ou da preservação de suas culturas e tradições, reafirmando sua humanidade e agência diante da opressão.

¹⁰ A palavra *criollo* tem origem no termo português crioulo, derivado do verbo criar. Nos séculos xv e xvi, era utilizado para designar escravizados africanos nascidos na América, diferenciando-os dos nascidos na África. Posteriormente, o termo passou a referir-se aos descendentes de europeus nascidos nas colônias. Na América Latina colonial, *criollo* distinguia os nascidos na América dos peninsulares (espanhóis e portugueses nascidos na metrópole). Apesar de possuírem privilégios, os *criollos* foram relegados politicamente, o que fomentou sua participação nos movimentos independentistas do século xix. Em Cuba, o termo possuía um significado social e racial específico, identificando os descendentes de europeus nascidos na ilha, que, apesar de sua influência econômica, enfrentavam restrições impostas pela Coroa espanhola. Além de seu uso social e político, *criollo* tornou-se símbolo de identidade cultural cubana, contrapondo-se ao espanhol, sendo exaltado na literatura, na imprensa e nas tradições locais. No contexto racial, o termo também podia referir-se a escravizados e mestiços nascidos na Ilha.

na religião *Palo Monte*. Temos ademais, os Iorubas, conhecidos em Cuba também como *Lucumí*, vieram da atual Nigéria e Benim, sendo responsáveis por trazer a base da *Santería*, uma prática religiosa centrada nos *Orishas*¹¹. De igual forma, os Efik e Ibíbio, frequentemente chamados de *Carabalí*, eram originários da região do atual sul da Nigéria e Camarões, e contribuíram para a formação da sociedade secreta *Abakuá*, ainda presente no país. Já os Fanti e Ashanti, chegados do atual Gana, levaram elementos religiosos da tradição Akan e influenciaram rituais que se integraram à *Santería*. Além desses grupos, também houve escravizados de origem islâmica, como os Mandinga e os Fulani, muitos dos quais eram alfabetizados em árabe e participaram de revoltas, como a de 1835 em La Habana. Com o tempo, essas diferentes etnias africanas se misturaram entre si e com elementos culturais espanhóis e indígenas, dando origem à identidade afro-cubana e influenciando profundamente a religião, a música e as estruturas sociais da Ilha.

Sobre um desses povos, Oyewùmi (1997) nos fala de como a imposição do Estado colonial patriarcal excluiu as mulheres iorubás de papéis de liderança, transformando-as em “mulheres” subordinadas aos homens, o que não existia nas estruturas pré-coloniais. Também identifica que o processo de inferiorização colonial foi duplo: racial, com a inferiorização dos africanos, e de gênero, com a subordinação das mulheres. Ela também argumenta que, enquanto o feminismo ocidental enfrenta o desafio de ultrapassar as limitações da categoria “mulher”, para os iorubás, o conceito de “humanidade assexuada” já existia, mas estava entrelaçado com a realidade das hierarquias de gênero impostas pela colonização (Oyewùmi, 1997). Essa informação vai ecoar até a atualidade e no contexto cubano, em suas percepções, concepções, práticas e comportamentos no referente às relações de gênero dos crentes e praticantes da *Santería* em Cuba e na sociedade em geral.

Por então, o conceito de modernidade eurocêntrica também se vinculou à estrutura global do poder capitalista, na qual o controle do trabalho, da autoridade e da produção de conhecimento ficou sob a hegemonia de instituições europeias. O Estado-nação, a empresa capitalista e a família burguesa tornaram-se pilares desse sistema, funcionando de maneira interdependente. A modernidade, portanto, não pode ser reduzida a um mero avanço científico ou tecnológico, mas deve ser compreendida como um fenômeno complexo, associado à expansão colonial e à dominação econômica e cultural (Quijano, 2005).

No século XIX, a sociedade cubana era rigidamente estratificada. A elite crioula dominava, enquanto escravos africanos e mestiços viviam sob opressão. O patriarcado era

¹¹ *Orishas*: ou orixás, em português.

central, impondo papéis de gênero tradicionais às mulheres, que eram socializadas como guardiãs da honra familiar e relegadas ao espaço doméstico. O modelo patriarcal crioulo predominava, sustentado por normas ibéricas, religiosas e escravistas. O casamento, imposto pela Igreja, era motivado por interesses econômicos e reforçava o controle masculino sobre as mulheres (Moreau-Lebert, 2015b; Fernández Silva, 2019).

Durante o período colonial (1512-1898), famílias pobres formavam a população rural, recebendo pequenas parcelas de terra dentro dos grandes latifúndios para produção de alimentos, essenciais para abastecer as vilas recém-fundadas (Machín *et al.*, 2010). A atividade agrária evidenciava uma estrutura de classes rigidamente organizada pela posse da terra. Assim, a estrutura rural cubana consolidou-se em torno das vilas e da produção de gêneros de exportação, como açúcar, cítricos e tabaco (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Fernández Silva (2019) aponta que a educação, religião, política e leis legitimavam a subordinação feminina, promovendo um ideal universal de sujeito como homem, branco e europeu. Em 1867, havia 609.843 mulheres em Cuba, incluindo brancas, mulheres livres de cor e escravas, todas submetidas a uma estrutura patriarcal sustentada por valores morais e interesses econômicos (Moreau-Lebert, 2015b).

Isso se corresponde com o fato de que a intelectualidade da modernidade criou uma forma de conhecimento que reflete o padrão global de poder: colonial, capitalista e eurocêntrico. Essa abordagem de produzir conhecimento é reconhecida como eurocentrismo (surgido na Europa Ocidental antes do século XVII, com raízes mais antigas, e se tornou hegemônico globalmente, acompanhando a ascensão da Europa burguesa). Ele está associado à secularização burguesa do pensamento europeu e às necessidades do poder mundial capitalista, colonial e eurocêntrico originado na América. Não se trata de uma categoria que abarca toda a história cognitiva da Europa, mas de uma perspectiva de conhecimento específica que se impôs globalmente, suprimindo outras formas de saber, tanto na Europa quanto em outros lugares. Este trabalho propõe discutir questões dessa perspectiva, especialmente no contexto histórico da América Latina, mas sem se limitar a ela (Quijano, 2005).

Logo, na Maior das Antilhas, as mulheres livres racializadas, marginalizadas e exploradas, frequentemente recorriam à prostituição e ao “branqueamento” como estratégia de ascensão social. Já as mulheres brancas de classes baixas tinham maior liberdade econômica, mas também eram controladas por normas morais rígidas. Mesmo as mulheres brancas da

elite eram restringidas ao espaço privado, destinadas ao casamento estratégico para preservar status e riqueza. Suas vidas eram regidas pelas *leyes de las siete partidas*¹², que negavam autonomia jurídica e cargos públicos às mulheres, consolidando a estrutura patriarcal (Moreau-Lebert, 2015a; 2015b).

Durante três séculos, Cuba não possuía um sistema educacional formal, e a elite educava seus filhos em academias privadas. Com a economia açucareira em ascensão, surgiu a necessidade de instruir a população branca menos culta, papel assumido parcialmente pela *Sociedad Económica de Amigos del País*. As meninas tinham poucas opções, e as *Escolas de amigas*, fundadas por mulheres negras ou mulatas¹³, ensinavam crianças pobres de todas as cores. Ordens religiosas e academias privadas, como a de Madame Chaigneau, limitavam-se a formar boas donas de casa. Mesmo após a Lei Moyano (1857), 74% das mulheres eram analfabetas em 1866, especialmente meninas de cor, cuja escolarização era ainda mais precária (Moreau-Lebert, 2015a e 2015b; Fernández Silva, 2019).

O casamento nas classes dominantes garantia status e riqueza, com uniões arranjadas e indissolúveis. Entre 1760 e 1830, um grupo familiar detinha 30 dos 46 títulos de nobreza, consolidando poder por casamentos internos. A Real Cédula de 1806 proibiu uniões entre nobres e pessoas de cor¹⁴, reforçando a segregação e aumentando os casamentos consensuais entre setores populares. A *Pragmática Sanción* de 1776 e outras leis restringiram a mobilidade da população livre de cor. O arcebispo Antonio María Claret y Clará defendeu a legalização de uniões interracialis, enfrentando forte resistência. Entre escravizados, laços comunitários fortaleciam a identidade coletiva, apesar da escassez de mulheres nas plantações e da alta mortalidade materna (Moreau-Lebert, 2015a; 2015b).

¹² *Leyes de las siete partidas* (Leis das Sete Partidas): foram um código jurídico elaborado no século XIII sob o reinado de Alfonso X de Castela. O código abrangia uma ampla gama de temas, desde direito civil e penal até questões religiosas e morais. Introduzidas nas colônias espanholas juntamente com o direito castelhano, as Sete Partidas formaram a base do sistema jurídico em Cuba durante o período colonial. Elas permaneceram em vigor até o movimento de codificação moderna no século XIX. Além disso, influenciaram práticas específicas na sociedade colonial cubana. Por exemplo, o conceito de *coartación*, que permitia aos escravizados comprar sua liberdade, tem raízes nas disposições dessas leis.

¹³ O termo *mulata* é objeto de debates e críticas devido à sua origem e às conotações raciais que carrega. No entanto, na análise histórica das relações de gênero em Cuba nesta tese, será utilizado várias vezes no contexto da História, pois, além de representar o uso comum dessa palavra em grande parte desses períodos e contextos, reflete a estigmatização da população mestiça (especificamente das mulheres), que tem sido desumanizadas, objetificadas, animalizadas, denegridas e sexualizadas por estrangeiros, compatriotas e até mesmo por seus pares. Sou consciente de como este termo é considerado altamente problemático, pois remete a uma ideia de miscigenação que historicamente foi explorada para justificar uma noção de “superioridade” branca e invisibilizar as populações negras. Na academia cubana, há um debate sobre se a utilização desse termo reforça a noção de “raça intermediária” e contribui para a perpetuação de estigmas associados às mulheres afrodescendentes.

¹⁴ Algo semelhante ao uso dos termos *mulata* e escravo ocorre com a expressão “pessoas de cor”. Tem contextos nos que esse termo, alvo de debates e críticas devido à sua origem e às conotações raciais que carrega, é empregado nesta tese para a análise histórica das relações de gênero em Cuba. Além de representar o uso comum da expressão em grande parte desses períodos e contextos, ele evidencia a estigmatização das populações não brancas. Lembremos também que, nesses primeiros períodos da colônia espanhola, a escravização e o uso do termo abrangiam ademais a populações indígenas e que ficou formalizada sob a *Encomienda*, integrando-se com o tempo ao processo de miscigenação. Por fim, compreendo os questionamentos do uso dessa expressão, argumentando que ele pode obscurecer as desigualdades raciais ao substituir uma identificação explícita com a afrodescendência por uma generalização que não aborda diretamente as questões de discriminação.

O sistema jurídico reforçava a submissão feminina, reconhecendo apenas homens brancos proprietários como sujeitos de direitos. Mulheres eram subordinadas, legitimando desigualdades de gênero (Fernández Silva, 2019). A mídia consolidava normas sexistas, como em *El Correo de las Damas* (1811), que promovia valores familiares e invisibilizava mulheres de cor. Estas eram estigmatizadas como “outra”, reforçando a branquitude como padrão social (Moreau-Lebert, 2015a e 2015b; Fernández Silva, 2019).

Apesar das opressões, as mulheres começaram a se organizar e a contestar a hierarquia social. O movimento de emancipação, que lutava contra a escravidão e o patriarcado, fomentou a consciência coletiva, impulsionando as lutas femininas em Cuba e contribuindo para a construção de uma identidade feminista que influenciaria gerações futuras.

Resumindo, o papel das mulheres como “reprodutoras sociais” (no sentido de manter o status quo, a moralidade e a reprodução das classes dominantes) era também uma ferramenta de perpetuação da estrutura patriarcal, mas não sem oposição. A imposição do ideal europeu (branco, masculino, proprietário) como sujeito universal evidenciava a colonialidade não apenas no domínio político-econômico, mas na produção de subjetividades. A mestiçagem, longe de ser apenas um processo biológico, foi um processo cultural e social, que colocou em contato elementos contraditórios e gerou novas identidades (o crioulo como figura complexa), mas sem apagar as hierarquias.

A classe crioula buscava sua autonomia econômica e social frente aos peninsulares, mas reproduzia a mesma lógica escravista e patriarcal sobre mulheres e negros. As mulheres, especialmente as racializadas, eram excluídas da categoria “humano pleno”, reforçando sua subalternização social, política e jurídica. Assim, a estrutura de gênero era um dos pilares do sistema colonial, mas apresentava fissuras provocadas por experiências femininas diversas e resistência.

1.1.1. Relações de Gênero coloniais: Trabalho, Escravidão, Raça e Plantações

Historicamente, as mulheres têm sido associadas ao trabalho reprodutivo e de sustento, mas seu papel foi subestimado. Para alcançar a igualdade de autonomia em relação aos homens, é necessário desenvolver habilidades e conhecimentos que aumentem o seu poder de decisão, promovendo uma distribuição justa de oportunidades e possibilitando uma maior realização de seus potenciais (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Engels (2017) destaca que, desde a formação das estruturas familiares e do Estado, as mulheres foram associadas ao trabalho de sustento, mas seu papel foi frequentemente desvalorizado.

Entretanto, apesar de o trabalho assalariado ter sido central no capitalismo europeu, nas colônias o trabalho não remunerado foi associado às raças subjugadas, reforçando a ideia de que os brancos eram os únicos merecedores de salário. Essa distinção racial estruturou a divisão do trabalho e se manteve mesmo após a abolição da escravidão e da servidão, perpetuando desigualdades salariais entre brancos e não brancos nos centros capitalistas. Dessa forma, a relação capital-trabalho assalariado tornou-se o eixo do controle global do trabalho, mas sempre articulada com formas coloniais de exploração. Essa distribuição racial do trabalho foi essencial para a consolidação do capitalismo mundial, que nasceu colonial e eurocentrado. A associação entre raça e formas de trabalho subordinou indígenas, negros e mestiços ao trabalho não remunerado, enquanto os brancos monopolizaram os empregos assalariados e os postos de poder. Essa estrutura consolidou a Europa como centro do capitalismo, ao mesmo tempo em que perpetuava uma divisão global entre centro e periferia (Quijano, 2005).

Durante os séculos XVI e XVII, Cuba tornou-se um importante centro de produção de açúcar e tabaco, impulsionando a demanda por mão de obra escrava africana. Segundo Moreno Fraginals (1981), nas ilhas despovoadas sistematicamente, consolidou-se o modelo econômico da plantação, característico do capitalismo europeu e essencial para a acumulação primitiva de capital. Esse modelo, que combinava produção em larga escala com exploração extrema da força de trabalho, não foi exclusivo de um único padrão colonizador, mas resultado de experiências coloniais sucessivas, com influência espanhola, portuguesa, inglesa e francesa. Na Maior das Antilhas, esse sistema foi aprofundado, servindo não apenas à economia metropolitana, mas também como instrumento de controle social sobre indígenas e africanos escravizados.

Também, os latifundiários da América Latina não podiam transformar sua riqueza comercial em capital industrial, pois isso exigiria a emancipação dos servos e escravos. Em vez de promover uma classe trabalhadora assalariada, preferiam consumir produtos importados, especialmente da Europa. A dependência desses senhores de terra era, portanto, um reflexo de sua ligação com a burguesia europeia, não uma subordinação direta a potências coloniais como a Espanha ou Portugal (Quijano, 2005).

O modelo da plantação escravista, como mostrado, é a expressão do capitalismo mercantil colonial e da acumulação primitiva, reconfigurada em Cuba como um espaço específico de exploração sistemática do trabalho humano. A plantação cubana não era apenas uma instituição econômica, mas um mecanismo de reprodução social e racial das relações de

classe, com os trabalhadores escravizados constituindo a base da pirâmide, sob o comando de uma elite oligárquica estreitamente conectada ao capital metropolitano (Espanha e, depois, EUA). Como o trabalho não era livre, ficava organizado com base em coerção, e o sistema necessitava manter o “estoque” de força de trabalho via comércio de escravos e reprodução forçada. Desse jeito, a história da plantação cubana desmascara o mito do “progresso europeu”, revelando como a modernidade capitalista foi erguida em grande parte sobre a morte, tortura e escravização de populações africanas e indígenas.

A formação histórica do continente americano integrou diferentes formas de exploração do trabalho ao sistema capitalista e ao mercado mundial, incluindo escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade e trabalho assalariado. Essas formas foram reorganizadas para atender à produção global de mercadorias, assumindo novas características e interagindo diretamente com o capital. Essa articulação criou um padrão inédito de controle do trabalho, tornando-se um elemento central da nova ordem de poder. O resultado foi a consolidação do capitalismo mundial, marcado pela interdependência entre diversas formas de trabalho e sua subordinação ao mercado global (Quijano, 2005).

As plantações eram organizadas como prisões, dominadas por trabalhadores de origem africana, majoritariamente homens entre 18 e 30 anos, gerando um grande desequilíbrio de gênero. O sistema repressivo eliminava o tempo livre, padronizava alimentação e vestuário e subordinava a vida sexual a exigências reprodutivas. Com o tempo, apesar das condições opressivas, formaram-se laços de fraternidade e núcleos familiares matriarcais. No entanto, a alta mortalidade e o déficit populacional exigiam novas levas de escravizados, reforçando a exploração e a formação de uma identidade comum entre eles. Com a decadência da estrutura colonial tradicional, o capitalismo reorganizou a exploração, promovendo novas migrações e transformando engenhos escravistas em plantações modernizadas, onde o trabalho forçado persistiu (Moreno Friginals, 1981).

Além disso, como as mulheres negras eram forçadas a desempenhar trabalhos exaustivos sem serem vistas como frágeis ou destinadas ao lar, os homens negros também eram privados da posição de chefe ou provedor da família. No fim, dentro do sistema escravista, todos (homens, mulheres e crianças) eram reduzidos à mesma condição de propriedade, sem distinção de papéis familiares ou sociais (Davis, 2013).

Esse desequilíbrio de gênero mostra como o sistema escravista negava a possibilidade de famílias estáveis e de um tecido social saudável, reforçando o caráter carcerário e desumanizante da plantação. Igualmente, a plantação foi o nó central do colonialismo de

acumulação, mas também do racismo sistêmico, que construiu o negro como “corpo-coisa”, ao mesmo tempo mercadoria e produtor de mercadorias. Conforme afirma Mbembe (2014), na narrativa de dominação, o corpo negro tem sido construído e transformado em objeto ou em algo distinto. Esse processo de alteridade é colocado em movimento de anulação, já que o “outro” não é considerado apto a possuir a condição humana segundo a lógica colonial. Como também ressalta este filósofo, o negro, profundamente humilhado e desonrado, torna-se um ser humano cuja carne se converte em objeto e cujo espírito é mercantilizado, funcionando como a tumba viva do capital; assim, seu corpo é submetido a um processo de exploração pelo capital de forma ainda mais intrincada.

Nas plantações e no sistema escravagista em geral, as mulheres escravizadas eram forçadas a realizar trabalhos exaustivos, mesmo durante a gravidez, e eram punidas violentamente caso não atingissem as cotas diárias ou protestassem contra os maus-tratos. Em alguns casos, as punições eram tão severas que levavam ao parto prematuro e até à morte. No entanto, a preocupação dos senhores com mulheres grávidas não refletia humanitarismo, mas sim um interesse econômico na reprodução de mais escravos, comparável à criação de animais. Os senhores escravistas valorizavam as mulheres negras como força de trabalho por serem mais baratas e igualmente produtivas em relação aos homens (Davis, 2013).

Desse jeito chegamos ao exposto por Aníbal Qujano (2005): a separação entre corpo e não-corpo, presente na perspectiva eurocêntrica, tem profundas implicações nas relações de raça e gênero. A ideia de diferenciar corpo e não-corpo é quase universal na história humana, mas era entendida como uma co-presença inseparável até o advento do eurocentrismo. A separação desses elementos surge com a primazia da “alma” sobre o “corpo” no cristianismo, especialmente durante os séculos XV e XVI, com a Inquisição. No entanto, essa distinção se intensificou com Descartes, que criou uma separação radical entre “razão/sujeito” e “corpo”, tornando o corpo apenas um “objeto” de conhecimento, sem relação com a razão. Essa separação permitiu a objetificação do corpo e a teorização racial, tratando certos grupos como “inferiores” por não possuírem a razão, tornando-os objetos de exploração. Conseqüentemente, esse dualismo também afetou as relações de gênero, em especial no caso das mulheres de raças consideradas “inferiores”, que eram estereotipadas como mais próximas da natureza. A ideia de gênero, ligada a essa divisão, emergiu após essa separação radical entre corpo e razão. No século XVIII, o dualismo foi associado à ideia de progresso, criando uma visão evolucionista da história, onde os não-europeus eram vistos como etapas primitivas a serem superadas até alcançarem a civilização europeia. Essa perspectiva

eurocêntrica, marcada pelo colonialismo, moldou a visão de dominação e exploração, e sua hegemonia continua a influenciar a compreensão do mundo até hoje (Quijano, 2005).

Paralelamente, a imigração canária impulsionou o crescimento populacional da Ilha, especialmente no cultivo do tabaco, onde adotaram técnicas indígenas. Muitos canários, apesar de europeus, viviam em condições precárias como arrendatários ou trabalhadores rurais, formando um setor social explorado e discriminado (Callejas Opisso *et al.*, 2011).

Na colônia cubana, a participação feminina no mercado de trabalho era limitada, com restrições legais até o século XVIII. No entanto, no século XIX, a economia de plantação e a influência francesa ampliaram a inserção das mulheres, especialmente negras e mulatas, em setores como moda e alimentação. Em 1841, 41,3% das mulheres racializadas livres estavam empregadas, frente a 19,4% das brancas, com maior concentração no artesanato e manufatura. No entanto, a segregação racial e de classe influenciava profundamente as oportunidades disponíveis: mulheres negras ocupavam funções menos valorizadas, enquanto as brancas tinham acesso a ocupações mais lucrativas (Moreno Friginals, 2001; Moreau-Lebert, 2015a; 2015b).

Durante a escravidão, os escravizados eram tratados como bens móveis, sem distinção de gênero no que dizia respeito à exploração de seu trabalho pelos proprietários. As mulheres escravizadas eram vistas, antes de tudo, como trabalhadoras de tempo integral e, apenas secundariamente, como esposas, mães ou donas de casa. No século XIX, enquanto a ideologia da feminilidade promovia a imagem da mulher como cuidadora, esposa dócil e dona de casa, as mulheres negras eram excluídas desse ideal, tornando-se uma “anomalia” dentro dessa lógica (Davis, 2013).

As mulheres escravizadas enfrentavam dupla servidão, submetidas ao senhor e ao parceiro, sendo forçadas a trabalhos extenuantes nas plantações e no serviço doméstico. No início do século XIX, sua presença era limitada devido à percepção de baixa produtividade e alta mortalidade materna. No entanto, a partir de 1840, os proprietários passaram a incentivar a natalidade, tentando regular a reprodução das escravas. Muitas, contudo, resistiam a essa imposição, recorrendo ao aborto ou até mesmo ao infanticídio para evitar que seus filhos fossem condenados à escravidão (Moreau-Lebert, 2015a; 2015b). Essa recusa em gerar filhos foi uma forma extrema de resistência, que expressa o grau absoluto de violência estrutural de época.

As relações familiares e de gênero, longe de serem elementos isolados, reproduzem a lógica do capital escravista: o controle sobre a reprodução humana é uma peça funcional do

sistema produtivo. Também, a crescente participação feminina no trabalho, ainda que em condições precárias, evidenciava a força da opressão econômica como fator de ruptura das barreiras do espaço privado. Enquanto a divisão do trabalho baseada em raça e classe acentuava a exploração intraclasse, com mulheres não brancas relegadas a funções de menor prestígio e remuneração, enquanto as brancas se beneficiavam de posições mais privilegiadas.

Logo, as análises de Manuel Moreno Fraginals (1981, 2001) e Mélanie Moreau-Lebert (2015a, 2015b) deixam claro que a plantação não apenas explorava o trabalho, mas também controlava os corpos femininos e a reprodução. A partir de uma perspectiva de gênero, destacam-se várias camadas de exploração e de opressão: por serem negras (racismo), por serem mulheres (patriarcado escravista) e por serem escravizadas (classe/trabalho forçado). Assim, o sistema colonial-escravista e a plantação, como unidade produtiva e ecossistema sociocultural, criavam dinâmicas locais de poder e camadas de exploração, com: a) homens brancos latifundiários no topo; b) mulheres brancas em papéis subalternos, mas ainda protegidas racialmente; c) homens negros escravizados como base da força de trabalho; e d) mulheres negras e mestiças na base mais explorada, objetificadas sexual e economicamente.

A linguagem da indústria açucareira cubana do século XIX revelava seu cinismo, pois igualava, com o termo “lavradores”, escravos e proprietários, justificando punições aos primeiros e protegendo os segundos (Moreno Fraginals, 2001). O fato desse termo incluir tanto escravizados quanto proprietários indica uma naturalização da desigualdade, que apaga as fronteiras entre trabalhadores livres precarizados e cativos, dissolvendo diferenças de poder e condições de vida em uma categoria aparentemente neutra.

Houve um conflito entre a Igreja e os engenhos sobre os cemitérios, sendo que os *hacendados* (fazendeiros) preferiram construir cemitérios em suas propriedades, vencendo a disputa (Moreno Fraginals, 2001). A construção de cemitérios nos engenhos (evitando o “custo” de transporte dos corpos) é outro exemplo do processo de coisificação completa da vida negra, que nem mesmo na morte é respeitada.

Por sua vez, a brutalidade da escravidão levou homens livres a substituírem escravizados em tarefas como o corte de lenha. Mulheres negras cortavam toneladas de cana com facões importados, enquanto *rancheadores*¹⁵ capturavam escravos fugitivos, alimentando o mercado de trabalho escravizado (Moreno Fraginals, 2001).

¹⁵ *Rancheadores*: eram indivíduos ou grupos que se dedicavam à caça e captura de escravizados fugidos, conhecidos como *cimarrones*, e também de indígenas fugidos. Aliás, estavam envolvidos no tráfico de escravizados, como intermediários entre os comerciantes de escravos e as plantações.

A vitória dos nortistas na Guerra Civil dos EUA resultou no abandono de um projeto disfarçado que visava manter o comércio ilegal de escravos, evidenciando a decadência da elite açucareira cubana na década de 1860. A proposta incluía a importação de africanos, sob a alegação de que apenas eles suportariam o trabalho árduo, enquanto trabalhadores chineses¹⁶ eram vistos como “preguiçosos”. Arango y Parreño¹⁷ defendia a criação de uma massa de trabalhadores dependentes dos engenhos, sugerindo colônias com lavradores europeus e mulheres negras para “branqueamento” da população. Alternativas incluíam forçar “vagabundos” ao trabalho. Embora abandonado após a vitória do Norte, o projeto expôs a decadência da elite açucareira cubana (Moreno Friginals, 2001). A tentativa de importar mão de obra africana, chinesa e europeia revela o esforço por uma “adaptação capitalista” ao declínio do tráfico de escravos. A lógica de maximização do lucro, central ao capitalismo, justifica o tratamento desumano de mulheres e homens negros e a pressão por manter o ciclo produtivo em sua máxima capacidade, mesmo com a falência moral e social do sistema escravista.

Em 1845, José Antonio Saco¹⁸ repetiu os argumentos de Arango, alegando que a “imobilidade” dos negros em Cuba era prejudicial e que o “branqueamento” via miscigenação resolveria as barreiras raciais (Moreno Friginals, 2001). Essa proposta de branqueamento racial via miscigenação, defendida por Saco e Arango, expõe uma política racial de longo prazo para reconfigurar o corpo social cubano segundo interesses coloniais, onde o gênero era essencial: seriam as mulheres negras as que deviam gerar “filhos brancos”, sendo violentadas sistematicamente por esse projeto e perdendo o controle sobre seus próprios corpos e descendências.

A expropriação de “vagos” para o trabalho forçado nas plantações já existia desde o século XVI. Miguel Estorch, ao empregar catalães no engenho *La Colonia*, observou que, apesar de mais produtivos que os escravizados, eles preferiam empregos melhores. Saco e Arango defendiam a presença de famílias brancas para o desenvolvimento econômico,

¹⁶ A escravização de chineses também começou a ocorrer no século XIX, e foi incrementada como uma alternativa ao trabalho escravo africano, especialmente após a abolição da escravidão em 1886. No entanto, os chineses não foram um grupo escravizado tão numeroso quanto os africanos.

¹⁷ Francisco de Arango y Parreño: influente advogado, comerciante e economista de Cuba. Ele desempenhou um papel fundamental na criação da *Sociedad Económica de Amigos del País*, sendo posteriormente seu diretor. Figura central na política da época, se destacou como defensor do reformismo, integrando a aplicação da ciência à economia, o que ficou evidente em seu célebre discurso sobre a agricultura de Havana e suas propostas para promovê-la. Também foi árbitro da Comissão Mixta (1819), que tratava da questão do tráfico de escravos.

¹⁸ José Antonio Saco y López Cisneros: foi um sociólogo, jornalista, historiador e economista de Cuba, conhecido por sua oposição à escravidão (ainda sustentada em argumentos racistas), contra a anexação de Cuba aos Estados Unidos e em defesa do reformismo liberal. Foi um precursor na defesa da identidade nacional cubana. Viveu na Alemanha, Itália, Áustria e França, focando especialmente nas questões étnicas de Ilha, como o tráfico de escravos e a proposta de aumentar a população branca, temendo que os eventos de Haiti se repetissem.

enquanto a resistência dos escravizados e o suicídio entre eles preocupavam os proprietários, que viam isso como perda de “investimento” (Moreno Fraginals, 2001).

A rebeldia passiva, ou *ladinismo*¹⁹, era uma forma de resistência à opressão, onde os escravizados faziam o mínimo do que era ordenado, muitas vezes de má vontade. Essa prática fragmentava a exploração, tornando a coerção ineficaz e favorecendo um sistema de trabalho extensivo nas manufaturas açucareiras. Os escravizados eram tratados como bens, e aqueles não rentáveis eram vendidos ou deslocados. No engenho de Arango y Parreño, em 1829, havia 340 escravizados, principalmente mulheres no corte de cana, sob vigilância constante (Moreno Fraginals, 2001).

Conforme apontado por Angela Davis, a exploração econômica das mulheres escravizadas levava os senhores a deixarem de lado concepções tradicionais de gênero, pois a necessidade de mão de obra prevalecia sobre qualquer ideia sexista convencional. No entanto, essa dinâmica também impedia a consolidação da supremacia masculina entre os homens escravizados. Como maridos, esposas, pais e filhos estavam igualmente submetidos à autoridade absoluta dos proprietários, permitir que os homens negros exercessem uma posição de liderança dentro das famílias escravizadas poderia ameaçar a estrutura de dominação (Davis, 2013).

Nos engenhos semimecanizados, a especialização de alguns escravizados em tarefas complexas, embora rara, era necessária para atividades que exigiam habilidades manuais. Mesmo os escravizados especializados, considerados “excepcionais”, retornavam ao trabalho agrícola nos períodos de inatividade, evidenciando a exploração extensiva. Durante o tempo morto, os engenhos passavam por manutenção, com reparos na máquina a vapor e outras tarefas como construção de cercas de pedra (Moreno Fraginals, 2001).

As relações de gênero nas plantações de açúcar revelam que, apesar da predominância do trabalho escravo e assalariado, as mulheres desempenhavam papéis significativos, mas frequentemente invisíveis. O trabalho feminino, tanto de mulheres brancas quanto negras, era fundamental na produção agrícola, organização do trabalho e luta por direitos, mas as condições e contribuições dessas mulheres não eram reconhecidas. As mulheres negras, especialmente, enfrentavam tarefas pesadas, como cortar e carregar cana, além de gerenciar tarefas domésticas, resultando em uma sobrecarga de trabalho (Moreno Fraginals, 2001).

O trabalho das mulheres negras na colheita da cana exemplifica sua invisibilidade, pois elas realizavam tarefas extremamente árduas, frequentemente em condições de

¹⁹ *Ladinismo*: é a característica de quem age com astúcia e malícia. Embora seja um vocábulo em desuso e tratado como cultismo, descreve alguém especialmente esperto e manipulador, repleto de artimanhas e truques.

exploração extrema. Elas eram também responsáveis pelas tarefas domésticas, resultando em uma sobrecarga de trabalho. A resistência das mulheres negras e sua contribuição para a economia local foram fundamentais, mas não reconhecidas nas narrativas oficiais (Moreno Friginals, 2001).

A distribuição do trabalho nas plantações de açúcar não seguia regras fixas, refletindo relações de poder rígidas. A coexistência de trabalho escravo e assalariado ilustrava um sistema capitalista adaptado, no qual a elite açucareira cubana estava imersa, buscando maximizar lucros por meio da exploração de trabalhadores. A discrepância entre os custos de manutenção de escravos e trabalhadores livres evidenciava essa lógica (Moreno Friginals, 2001).

A caracterização dos trabalhadores negros como resilientes e submissos perpetuava uma lógica de objetificação, enquanto a marginalização dos trabalhadores chineses refletia um preconceito racial e étnico. A busca por mão de obra “eficaz” e a ideia de “branqueamento” da população também reforçavam uma lógica patriarcal que desconsiderava a autonomia das mulheres negras. As propostas de Arango, embora cientes das condições de exploração, buscavam perpetuar o sistema de trabalho forçado, revelando contradições dentro da elite açucareira (Moreno Friginals, 2001).

Então, temos que, a invisibilização histórica das mulheres negras, sobrecarregadas com o trabalho agrícola e doméstico, denuncia uma escrita oficial que ocultava sua agência, mesmo sendo elas um dos pilares centrais da produção e recebendo uma sobreposição de funções que ultrapassava a esfera econômica, atingindo também o controle biopolítico dos corpos femininos negros. Logo, a função de reprodutoras de futuras gerações de trabalhadores não era apenas um papel biológico, mas uma função socialmente imposta que as reduz a “mercadorias vivas” (semelhante ao conceito de “capital humano” que já surgia nesse período) e, aliás, as tratava como “recursos” tanto para o trabalho quanto para a regeneração do sistema escravista.

A resistência, seja ativa ou passiva, é uma constante na luta de classes, refletindo a opressão histórica. O conceito de “branquitude” e a preservação da “pureza racial” representam um colonialismo que destrói culturas e identidades. Por tanto, a resistência passiva, como suicídio e *cimarronage*, mostrava que os escravizados negros eram agentes de resistência, desafiando a opressão. Mas, a transição da escravidão para o trabalho livre foi lenta, com as mulheres desempenhando um papel essencial na luta por direitos e dignidade,

sendo necessário reconhecer suas experiências nas plantações de açúcar para compreender as dinâmicas de poder.

Francisco de Arango e Parreño defendeu a introdução de mulheres escravas em Cuba devido à desproporção de gênero nas plantações. Ele propôs impostos sobre homens para incentivar a compra de mulheres, especialmente em fazendas com menos de 33% de fêmeas. Suas ideias foram aceitas pelo governo, resultando em uma ordem real de 1804 para que fazendas compostas apenas por homens adquirissem mulheres até que todos estivessem casados. No século XIX, quatro fatores impulsionaram a importação de mulheres escravas: medo de interrupções no tráfico, apoio governamental, aumento dos preços dos homens e mudanças técnicas que permitiram a inclusão de mulheres nas atividades do engenho (Moreno Friginals, 2001).

As propostas de Arango sobre o casamento entre escravizados e a presença de mulheres negras nas plantações ignoravam as reais necessidades dessas mulheres. Isso evidencia a complexidade das lutas sociais e as contradições na elite açucareira, onde a lógica econômica prevalecia sobre a dignidade humana, desafiando a narrativa simplista de opressores e oprimidos. As características ancestrais dos escravizados foram distorcidas por discursos racistas que justificaram a escravidão e exploraram a sexualidade feminina sob o colonialismo, evidenciando a necessidade de descolonizar as narrativas sobre gênero.

A desproporção de gênero e as condições de trabalho extenuantes resultaram em sofrimento coletivo. A resistência à desumanização e as tentativas de formar famílias, embora dificultadas pela transição para o trabalho assalariado, evidenciam a complexidade das relações de poder nas plantações. A interseção de raça, gênero e classe revela a multiplicidade de violências enfrentadas pelas mulheres, mas também destaca a resistência das famílias negras, que formaram novos laços sociais em meio à opressão.

O comércio de mulheres escravas no arquipélago cubano, impulsionado por fatores econômicos e políticos, ocultou os “pecados nefandos” nos engenhos, tornando a Ilha um novo paraíso para os comerciantes internacionais. A importação de mulheres aumentou ao longo do século XIX, permitindo a formação de famílias escravas, mas as tentativas de criar núcleos familiares foram prejudicadas pela instabilidade das vendas de escravos e pela falta de um ambiente propício. A vida familiar dos escravizados, distinta da cultura burguesa, favoreceu a produção escravista, dificultando a transição para o trabalho assalariado no final do século XIX (Moreno Friginals, 2001).

Segundo o historiador Moreno Fragnals (2001), a instabilidade das uniões sexuais nas plantações caribenhas gerou práticas de poligamia entre os descendentes de escravos. Isto também pode ser visto como uma visão eurocentrada dessas práticas.

Por sua vez, a abolição da escravidão teve um impacto traumático, especialmente entre os mais velhos, que não conseguiam se adaptar ao trabalho assalariado e viviam em condições precárias (Moreno Fragnals, 2001). A plantação, comparada a uma prisão, não era uma verdadeira sociedade, mas uma unidade coercitiva onde os escravos perderam seus atributos tradicionais. A exploração sexual das mulheres escravizadas refletia práticas patriarcais, e o controle de sua reprodução visava garantir a produção.

Em vista disso, a representação das mulheres no contexto colonial também contribuiu para uma construção de sexualidade que as via como monstruosas ou excessivamente sexualizadas, enquanto as mulheres não-brancas eram frequentemente retratadas como figuras subjugadas e sexualmente disponíveis. Esses estereótipos foram usados para justificar a violência sexual contra elas e sua exploração no contexto colonial, onde a raça e o gênero se entrelaçavam de forma a garantir a subordinação e a exploração (Lugones, 2008).

O manual açucareiro publicado em Cuba destaca a importância da vida sexual dos escravos para os interesses dos fazendeiros, refletindo a moral burguesa. A principal recomendação do manual era a construção de *criolleras*, locais dedicados ao cuidado das crianças escravas, já que as mães trabalhavam longas jornadas. Essa prática ilustra a desumanização dos escravos, tratados como *criollitos* (crias) em *criaderos* (criadouros), onde o controle sobre a reprodução das mulheres refletia uma dinâmica de poder patriarcal (Moreno Fragnals, 2001).

José Suárez e Argudín, um negreiro proeminente, implementou um sistema de produção em massa em seu engenho Angelita, incluindo o controle da procriação e a formação de futuros trabalhadores. Essa prática estava ligada aos interesses dos proprietários em manter o ciclo produtivo nas plantações, com crianças trabalhando desde cedo. A instabilidade das uniões sexuais e a poligamia evidenciam a desintegração das famílias negras, exacerbada pela falta de responsabilidade econômica e propriedade, o que tornou a exploração e opressão normativas. Em consequência, essas relações de violência e coerção resultaram em uma sociedade sem vínculos afetivos, onde a liberdade e dignidade eram negadas. A elevada mortalidade infantil, exacerbada por cuidados inadequados, refletia a aversão das mães em criar filhos destinados à escravidão. O impacto da cultura da escravidão ainda é sentido nas sociedades afrodescendentes contemporâneas (Moreno Fragnals, 2001).

As mulheres escravizadas eram responsáveis pelo cuidado das crianças sob a supervisão das *mamás criolleras*, refletindo uma divisão de trabalho que não valorizava o afeto, mas tratava essas funções como tarefas controladas pelos proprietários. A imposição de casamentos arranjados e a ausência de vínculos afetivos entre os cônjuges reforçavam que as relações de gênero serviam como ferramentas de controle social, não como expressões de laços familiares genuínos. A lógica de “gerar e cuidar de novos escravos” estava ligada à visão de que a força de trabalho era uma mercadoria a ser manipulada, com os proprietários buscando garantir a continuidade de sua riqueza, sem consideração pelos direitos humanos (Moreno Fraginals, 2001).

Os negros crioulos, nascidos nos engenhos, eram “domesticados” desde a infância, o que os colocava em conflito com os africanos recém-chegados. Enquanto apresentavam algumas formas de resistência passiva, foi nas décadas de 1860 e 1870 que começaram a compensar as perdas demográficas, estabelecendo um equilíbrio populacional. Já entre 1855 e 1859, as condições dos crioulos melhoraram, com uma dieta adequada e redução da carga de trabalho para gestantes, mas essas melhorias foram motivadas pela necessidade de maximizar a força de trabalho futura, não pelo bem-estar das mulheres e crianças. A estatura média dos crioulos era maior que a dos africanos, refletindo um processo seletivo e um controle genético nas plantações (Moreno Fraginals, 2001).

Embora as mulheres negras fossem tratadas como recursos reprodutivos, algumas melhorias nas condições de vida foram feitas nas grandes plantações do ocidente, com a intenção de garantir uma população saudável. Contudo, as práticas de reprodução e cuidado infantil sempre se inseriram em uma lógica de controle e exploração, objetificando as mulheres como produtoras de mão de obra. A resistência feminina era evidente em práticas malthusianas²⁰ e abortivas, evidenciando a luta pela autonomia sobre seus corpos (Moreno Fraginals, 2001).

O vestuário dos escravos, denominado “esquifação”, era escasso e refazia-se duas vezes ao ano. Embora alguns escravizados recebam roupas mais vistosas, a maioria trabalhava em farrapos, refletindo a hipocrisia da moral conservadora da sociedade branca. Além disso, as mulheres negras não eram selecionadas com base em altura para o mercado, ao

²⁰ Práticas malthusianas: se refere a políticas ou estratégias baseadas nas teorias do economista britânico Thomas Malthus, que acreditava que o crescimento populacional excessivo levaria à escassez de recursos e à fome, já que a população tende a crescer mais rapidamente do que a oferta de alimentos e outros recursos. Nesse contexto, práticas malthusianas envolvem estratégias de controle populacional, como a limitação de nascimentos, restrição de recursos ou controle da fecundidade, visando evitar o superávit populacional e suas consequências econômicas e sociais negativas. Em alguns contextos históricos, como as colônias espanholas na América, essas práticas foram utilizadas para justificar a exploração ou a opressão de certos grupos, como no caso da escravidão, onde as mulheres eram forçadas a abortar ou impedir a procriação.

contrário dos homens, destacando as diferentes formas de controle exercidas sobre os corpos femininos. As condições de saúde e o tratamento dos escravos refletiam a instrumentalização dos corpos femininos para a reprodução de força de trabalho. Aliás, a “morte prematura” dos escravizados era tratada como uma preocupação econômica, com os proprietários investindo em cuidados mínimos para garantir o retorno do capital. O aumento da imigração de mulheres para a procriação de escravos evidencia a opressão de gênero, com as mulheres vistas como reprodutoras de mão de obra (Moreno Friginals, 2001).

A pirâmide de idades da população negra cubana, entre 1746 e 1899, evidenciou uma estrutura desbalanceada, com um predomínio de homens, especialmente na fase de maior importação de africanos. No entanto, com as políticas de “bom tratamento”, a população feminina foi aumentando, resultando em um pequeno avanço para uma estrutura mais equilibrada. As políticas visavam a racionalização da força de trabalho, embora a “humanização” fosse limitada pela lógica econômica que prevalecia sobre o bem-estar humano (Moreno Friginals, 2001).

Portanto, as práticas descritas por Moreno Friginals (2001), embora revestidas de aparente “humanização”, eram, em sua essência, expressões da lógica colonial-patriarcal-capitalista, que via os corpos negros, especialmente os femininos, como máquinas de produção e reprodução, desprovidas de humanidade plena. Finalmente, a resistência feminina, mesmo nos limites desse sistema, revelava a potência subversiva da vida diante da morte social e da mercantilização total.

1.1.2. Relações de Gênero em Três Guerras de Independência: Dez Anos, Chiquita e Necessária

A transgressão das mulheres se acentuou com a Guerra dos Dez Anos e a luta pela independência cubana a partir de 1868, quando as mulheres da elite crioula se opuseram à dominação espanhola. Muitas delas desafiaram a pátria potestade, lutando ao lado de homens e mulheres de diferentes classes sociais e etnias por um ideal comum de liberdade, o que forçou os homens a reconhecerem suas capacidades (Moreau-Lebert, 2015b).

O fato de que as mulheres passaram a ter uma consciência maior de sua opressão a partir da participação na guerra, mesmo sem uma agenda feminista explícita, mostra a emergência de novos sujeitos políticos de forma não linear. Não houve uma intenção clara ou planejamento, mas o contexto (guerra, perdas, migrações forçadas, luto) criou condições para o questionamento dos papéis sociais e dos discursos dominantes.

A primeira guerra de independência foi um espaço para a emancipação nacional, com o descontentamento crescente com as políticas espanholas e a falta de representação política para a população cubana. Embora as mulheres estivessem excluídas da política direta, como dito, muitas apoiaram a causa independentista, principalmente por laços familiares. Mas, a ausência de uma agenda política feminina ficou clara na Constituição de 1869, que não as reconheceu como cidadãs, mas sua participação na guerra despertou uma nova consciência sobre a opressão de gênero (Fernández Silva, 2019). Isso revelava o caráter patriarcal e masculinizado da luta pela independência, onde o papel da mulher, ainda que crucial, foi lido e autorizado maioritariamente apenas a partir de seu vínculo com o masculino (mães, esposas, irmãs).

Durante a guerra, elas se envolveram em atividades que desafiavam os papéis de gênero tradicionais, como espionagem, combate e traficantes de armas, e começaram a questionar as opressões colonial, classista e patriarcal; no entanto também desempenharam papéis que eram coniventes com o patriarcado como: enfermeiras, costureiras, e mensageiras. Embora sua participação não tenha sido inicialmente voltada para reivindicações políticas, teve impacto na formação de futuras demandas por direitos (Fernández Silva, 2019; Moreau-Lebert, 2015b).

Embora as mulheres tenham experimentado outros papéis, além dos tradicionais (o que lhes possibilitou vivenciar outras formas de existência social), isso não significou imediatamente uma consciência feminista ou de luta por direitos próprios, mas um processo gradual e complexo de tomada de consciência. Ou seja, seus corpos estavam na guerra, mas suas vozes ainda não na política. Essa contradição revelava o processo de duplo vínculo da mulher: ao mesmo tempo em que contribuía para o projeto nacionalista, continuavam subordinadas aos discursos patriarcais e instrumentalizadas como símbolos de maternidade heroica (como Mariana Grajales, a mãe dos Maceo, ou Lucía Íñiguez, mãe de Calixto García), o que reafirma a pátria potestade como um dispositivo ideológico ainda em funcionamento.

A ausência de reconhecimento político e jurídico das mulheres já indicava uma hierarquia de gênero, mas quando inserimos a questão racial e de classe, notamos um espaço de subalternização ainda mais profundo, já que o direito ao voto pós-Guerra dos Dez Anos continuava restrito a homens brancos e ricos. Igualmente, o fato de negros, brancos, ricos e pobres lutarem juntos sugere, num primeiro momento, uma união contra o colonialismo, mas as clivagens estruturais (classe e raça) não se desfizeram com o fim do conflito. Esse processo denunciava a limitação de uma luta pela independência nacional que não rompe com a

estrutura de classes, sugerindo que uma verdadeira revolução deveria ser anti-imperialista, anti-racista e anti-patriarcal, o que não ocorreu na época.

A partir de 1875, a região oeste da Ilha passou por uma transformação no sistema de trabalho, com a substituição do trabalho escravo por assalariado nas indústrias açucareiras (Moreau-Lebert, 2015a). Após a Guerra dos Dez Anos, o sistema político se dividiu em dois partidos: o PUC (Partido União Constitucional), que defendia a submissão à Espanha, e o PLA (Partido Liberal Autonomista), que buscava reformas. No entanto, o direito ao voto era restrito e excluía camponeses, operários, negros, mulatos e mulheres. A questão racial gerou divisões, levando à criação de um partido negro (Moreau-Lebert, 2015a).

Após a abolição da escravidão em 1886, muitos antigos escravos enfrentaram dificuldades no trabalho assalariado e se viram desamparados, enquanto Cuba passava por um processo de hispanização com a chegada de imigrantes espanhóis, que formaram sociedades de assistência mútua em resposta ao nacionalismo dos crioulos (Moreau-Lebert, 2015a). A transição para o trabalho assalariado não resolveu as desigualdades sociais, e as populações afrodescendentes se tornaram mais marginalizadas.

A análise do processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado evidencia a continuidade da exploração econômica. A abolição formal da escravidão, sem garantia de integração social, significa a manutenção da classe trabalhadora negra em condições de miséria e precariedade, mostrando que o fim do regime escravocrata não resultou em uma revolução social. Assim, mulheres negras e pobres ocupavam a base da pirâmide social, mesmo tendo participado da luta armada, não bastava lutar apenas pela independência nacional se as estruturas patriarcais, racistas e classistas continuavam de pé.

Além disso, a entrada massiva de imigrantes espanhóis e a criação de associações de ajuda mútua por parte destes revelavam uma nova luta de classes, agora ampliada por elementos étnicos e raciais. Ou seja, o capital continuava a funcionar como mediador das relações sociais, e as novas formas de dominação (exclusão do voto, marginalização social, exploração no trabalho assalariado) perpetuavam desigualdades profundas.

Em suma, o colapso do sistema escravocrata e a introdução do trabalho assalariado não resolveram os problemas sociais; pelo contrário, geraram novas formas de exclusão (o que mostra a imprevisibilidade e as consequências não planejadas de um processo social complexo). A exclusão das mulheres como cidadãs, o abandono dos libertos após a abolição e a preferência dada a imigrantes espanhóis eram expressões de um colonialismo persistente: a elite crioula buscava independência política, mas não desejava dismantelar o sistema de

dominação que garantia seus privilégios. Portanto, a luta independentista não foi completamente anticolonial, já que as estruturas de poder baseadas na supremacia branca, masculina e de classe continuaram. As próprias mulheres atuaram em uma zona liminar, vivendo a contradição entre a adesão à causa nacionalista e a experiência direta da opressão patriarcal e colonial.

Após a Guerra dos Dez Anos e com o início da Guerra Chiquita²¹ em 1879, a deterioração econômica, com propriedades arruinadas e o fortalecimento das relações capitalistas, aliada à abolição da escravidão, aumentou o desemprego rural. Camponeses reagiram com lutas pela sobrevivência e reivindicações políticas e econômicas, sendo rotulados pelas autoridades como bandoleiros, o que justificava a repressão nas áreas rurais. A legislação de 15 de novembro de 1879 permitiu a inclusão de independentistas entre os bandoleiros, levando o governo a declarar estado de exceção e reprimir protestos, considerando qualquer descontentamento como sinal de bandidagem (Balboa Navarro, 2001-2003).

Os camponeses, ex-escravos, trabalhadores livres pobres, enfrentam o avanço da propriedade privada e da mercantilização da terra e do trabalho. Segundo Balboa Navarro (2001-2003), a partir de 1885, emergiram grupos de bandidos como José Alvarez Arteaga, o Matagás, e outros como José Desiderio Matos, formando quadrilhas em diversas regiões. A bandidagem passou a refletir tanto a criminalidade quanto a resistência camponesa, ligada ao renascimento do independentismo.

Muitos envolvidos, como Martín Velázquez, se voltaram à bandidagem após fracassos em conspirações independentistas, sendo vistos como camponeses oprimidos que adotavam táticas de bandido para sobreviver. As autoridades, no entanto, transformaram esses bandoleiros em heróis, retratando-os como símbolos de resistência (Balboa Navarro, 2001-2003).

Isto revelou um entrelaçamento complexo de opressões e resistências; onde a deterioração econômica, a transição do trabalho escravo para o assalariado, e o colapso de antigas formas de propriedade rural deslocaram e empobreceram as classes camponesas, que encontraram na bandidagem uma via de sobrevivência e, paradoxalmente, de resistência. Porém, essa resistência não foi homogênea, pois os efeitos da transição econômica e social foram vividos de forma diferenciada por homens e mulheres.

²¹ *Chiquita*: Pequena, em espanhol.

Enquanto os homens camponeses, sobretudo ex-combatentes e líderes locais, “tomaram a dianteira” como bandoleiros, as mulheres ficaram invisibilizadas ou reduzidas a papéis de suporte. Elas assumiram o peso da sobrevivência familiar, mas sem reconhecimento formal, o que reforça o papel secundário da mulher nas narrativas de resistência e, por consequência, a perpetuação de um patriarcado rural funcional ao sistema colonial-capitalista.

A colaboração de proprietários com bandidos era comum, motivada por laços familiares, corrupção e medo. Os camponeses, em muitos casos, apoiavam os bandidos devido a ações benéficas, como ajuda com dívidas. Essa colaboração refletia um pacto não oficial de proteção, muitas vezes incentivado pela imprensa liberal (Balboa Navarro, 2001-2003).

As transformações econômicas e sociais, decorrentes das guerras e da transição para o trabalho assalariado, afetaram especialmente as mulheres nas áreas rurais, que assumiram a responsabilidade pela subsistência familiar. Essas mudanças exacerbavam desigualdades de gênero, levando à invisibilidade das experiências femininas nas narrativas históricas. As atividades dos bandidos também refletiam uma masculinidade ligada à proteção e sobrevivência, enquanto o protagonismo das mulheres nesse contexto permanecia subexplorado.

A bandidagem, com a cobrança de “tributos justos” de acordo com a riqueza dos fazendeiros, se configurava como uma resistência à opressão das elites (Balboa Navarro, 2001-2003). Ao “cobrar impostos” dos fazendeiros e redistribuir recursos, encenavam uma forma primitiva e informal de “justiça social camponesa”, subvertendo temporariamente a ordem socioeconômica. No entanto, não rompiam estruturalmente com o sistema, pois não questionavam a fundo a propriedade privada da terra, nem propunham formas coletivas de organização social. Desse modo, a própria aceitação tácita de um sistema de “tributação” camponesa mantinha estruturas coloniais de poder (patriarcal, hierárquico, elitista), reproduzindo desigualdades internas à comunidade rural.

A proteção às mulheres, dentro de um código moral, reforçava a ideia de que elas eram figuras dignas de proteção, mas com uma visão paternalista. Essa dinâmica também revelava uma luta de classes onde os bandidos, como defensores informais, enfrentavam uma estrutura colonial opressiva (Balboa Navarro, 2001-2003).

A promessa de “não fazer mal às mulheres” e o pagamento por alimentos consumidos (Balboa Navarro, 2001-2003) revelavam um código de masculinidade que, embora desafiasse o Estado colonial, reproduzia papéis de gênero tradicionais e excludentes. Ao mesmo tempo

em que “protegiam” as mulheres da violência direta, reforçava sua exclusão do espaço político ativo, mostrando como ações de resistência que reproduziam opressões. Logo, as mulheres, vistas como frágeis e dignas de proteção, permaneciam fora da esfera política da resistência ativa, embora fossem, de fato, fundamentais para a sobrevivência comunitária.

Por tanto, este fenômeno rural não pode ser reduzido a mero crime ou simples resistência, mas deve ser entendido como multicausal, que articula: lutas de sobrevivência diante da miséria rural; resistência política ao colonialismo; reprodução de laços comunitários e solidariedade; manutenção de hierarquias de gênero e poder. Assim, a bandidagem atuava contra o colonialismo político e econômico, mas não contra o colonialismo do poder de gênero e de classe.

Após duas guerras pela independência, a consciência das cubanas sobre sua identidade como gênero oprimido foi influenciada por reformas coloniais, como a Lei da Gráfica (1879), a Lei de Reuniões (1880) e a Lei de Associação (1887), que, embora voltadas principalmente para os homens, promoveram avanços na situação política das mulheres (Fernández Silva, 2019). Durante a década de 1880, a revolução industrial no setor açucareiro substituiu o trabalhador negro escravo pelo trabalhador branco assalariado, resultando em períodos de desemprego e perpetuando uma dicotomia entre colheita e ociosidade (Moreau-Lebert, 2015a).

Na educação, as iniciativas de pedagogas como Dora Galárraga e María Luisa Dolz, especialmente o Plano Varona, promoveram áreas como pedagogia e enfermagem, ampliando o acesso de mulheres de classe média e alta à universidade. Contudo, essas mulheres enfrentaram críticas e dificuldades profissionais devido a uma visão patriarcal persistente (Fernández Silva, 2019). Desse jeito, o ataque público a essas mulheres, que transgrediam os papéis tradicionais, expôs o mecanismo patriarcal de punição simbólica daquelas que desafiavam a normatividade, algo que ecoou em formas de violência simbólica e moral.

Após a abolição da escravidão em 1886, as demandas de mulheres negras e mestiças em Cuba, por meio de associações como *Nuestra Señora del Carmen* e *La Caridad*, se tornaram mais visíveis, questionando a segregação e a desvalorização social, embora suas reivindicações não tenham alcançado o mesmo nível de organização que o movimento de mulheres negras nos Estados Unidos. A emigração para os Estados Unidos, impulsionada por conflitos de guerra, gerou uma nova conscientização sobre desigualdades entre as cubanas, que formaram clubes femininos na diáspora, discutindo a futura campanha independentista. A

imprensa feminina, como a revista *Minerva*, desempenhou papel crucial na promoção das reivindicações das mulheres cubanas, ampliando sua visibilidade (Fernández Silva, 2019).

Em 1895, com o reinício da guerra de independência, as mulheres começaram a reivindicar seu direito à participação política. José Martí, embora atribuísse um papel subordinado às mulheres, reconheceu a importância da educação para sua libertação e organizou clubes femininos que fundamentaram o Partido Revolucionário Cubano (PRC), resultando em maior respeito pelas funções desempenhadas por elas (Fernández Silva, 2019). Durante a guerra de 1895-1898, as *mambisas*²², motivadas por ideais de justiça social, buscaram uma sociedade mais justa, rompendo barreiras raciais e compartilhando a esperança de uma nova sociedade (Moreau-Lebert, 2015a).

A participação das mulheres no sufrágio para eleger presidente e tesoureiro do PRC em 1895 foi um marco significativo, representando um avanço no reconhecimento político das cubanas e um deslocamento nas formas de participação social (Fernández Silva, 2019). No entanto, a intervenção dos Estados Unidos em 1898 marcou o fim do sonho de liberdade e igualdade, privando Cuba de sua independência e estabelecendo as bases jurídicas para uma dominação que se prolongaria até a Revolução (Moreau-Lebert, 2015b).

Vemos que, enquanto algumas mulheres participavam ativamente nos clubes femininos da diáspora e no PRC, outras ainda estavam subordinadas às lógicas da casa-grande, do serviço doméstico ou à sobrevivência em espaços de marginalidade. Também, as alianças possíveis entre mulheres de diferentes raças e classes nessa nova guerra pela independência (como entre *mambisas* brancas e racializadas) mostram a potência das redes de sujeitos diversos, mas também a dificuldade de manter essas alianças depois da guerra, quando as estruturas patriarcais e raciais rapidamente se reimpuseram. Por isso, a complexidade do fenômeno evidencia que não podemos ler o movimento feminino apenas pela lente do avanço linear, mas sim como um campo de forças em disputa, onde se entrelaçam as lutas nacionais, de classe, de raça e de gênero.

Apesar do papel crucial das mulheres nas guerras de independência, sua participação foi sistematicamente invisibilizada ou romantizada como “apoio moral” (mães, esposas, filhas), e não como sujeito político ativo, o que revela a persistência do patriarcado como lógica organizadora da memória nacional cubana. Logo, a ausência de reconhecimento das mulheres após a guerra de 1895-1898, especialmente com a intervenção imperialista dos

²² *Mambisas*: mulheres que participaram ativamente das guerras de independência de Cuba, seja como combatentes, enfermeiras, mensageiras ou espiãs. Eram o contraponto feminino aos *mambises* e simbolizam o papel das mulheres no esforço libertador cubano do século XIX.

EUA, mostra como a luta de gênero não pode ser separada da luta anti-imperialista e anticolonial. A perda da independência cubana também significou o fechamento das poucas portas que as mulheres tinham conseguido abrir, um retrocesso que só começaria a ser parcialmente revertido com a Revolução de 1959.

Desse jeito se consolidou o sistema de gênero em Cuba, com a expansão do projeto coloniais europeu da Espanha, que também se firmou na modernidade tardia. Como planteia Lugones (2008), esse sistema de gênero possuía um lado visível, que organizava as relações de gênero de forma hegemônica, principalmente entre homens e mulheres brancos e burgueses, e um lado oculto, violento, que afetava as populações indígenas e outros grupos marginalizados. O sistema visível estabeleceu papéis de gênero que confinavam a mulher burguesa branca ao papel de reprodutora da classe e da hierarquia racial dos homens brancos, ao mesmo tempo em que a impedia de exercer autoridade e controle. Essa fragilidade, porém, foi uma construção social usada para justificar sua exclusão de muitas áreas da vida. Além disso, esse modelo heteronormativo reforçava o controle patriarcal e racializado sobre a produção social e o exercício do poder coletivo (Lugones, 2008).

1.2. Relações de Gênero durante a Etapa Neocolonial

A República Neocolonial em Cuba (1898-1958) descreve o período pós-independência, quando Cuba, embora livre da Espanha, permaneceu sob forte controle dos EUA, que impuseram sua ordem política e econômica. A intervenção estadunidense na Guerra Hispano-Cubano-Norteamericana (1898-1902) impediu a verdadeira independência de Cuba e a realização das aspirações do Partido Revolucionário Cubano. A ocupação dos Estados Unidos consolidou a dependência do arquipélago cubano, com mudanças estruturais que favoreciam os interesses norte-americanos (Fernández Silva, 2019).

Cuba passou a ser governada por regimes fantoches, com a Emenda Platt de 1901, que permitiu intervenção dos EUA nos assuntos internos cubanos, incluindo a instalação de bases militares. Esse domínio afetou a economia, com grandes latifúndios controlados por empresas dos Estados Unidos. As mulheres passaram a assumir papéis mais ativos nas famílias, mas enfrentavam um sistema que não as reconhecia como cidadãs plenas. A burguesia adotava um estilo de vida americano, enquanto a maioria da população vivia em condições difíceis (Moreau-Lebert, 2015b).

Como afirma Quijano (2005), a história dos países latino-americanos, sobretudo desde o século XX, reflete as tensões entre a luta por democracia e a exclusão de grandes partes de suas populações. O processo de homogeneização nas sociedades latino-americanas foi baseado

na exclusão, e não na inclusão, o que dificultou a estabilidade política e a construção de uma identidade nacional compartilhada (Quijano, 2005). Analogamente, o capitalismo eurocentrado global foi moldado pela colonização, introduzindo diferenças de gênero onde antes não existiam (Lugones, 2008).

Adicionalmente, se compartilha o questionamento feito por Silvia Federici (2017) sobre a ideia de que o capitalismo traria progresso para a humanidade, apontando que este sistema sempre significou exploração e marginalização para as mulheres. Assim, ao reavaliar a trajetória do capitalismo sob um prisma feminista, se revela como a violência de gênero esteve intrinsecamente ligada ao seu desenvolvimento (Federici, 2017).

No início do século XX, algumas mulheres conseguiram maior participação na vida pública e no mercado de trabalho, com destaque para as professoras que, ao estudarem em Harvard, trouxeram influências feministas para Cuba, impulsionando o movimento feminista na Ilha (Fernández Silva, 2019). Contudo, o sufrágio feminino foi rejeitado, com debates em 1900 evidenciando a resistência a essas ideias, refletindo a persistência de um sistema patriarcal que marginalizava as mulheres.

A Constituição cubana de 1901 excluiu as mulheres do direito ao voto, uma decisão que refletia as tensões entre modernidade e tradições patriarcais, mantendo a opressão feminina (Fernández Silva, 2019). Mesmo após a participação ativa das mulheres nas guerras de independência, a Constituição de 1901 reafirmou o poder patriarcal ao negar o direito ao voto feminino. Assim, enquanto os homens foram reconhecidos como “cidadãos”, as mulheres continuaram como sujeitos coloniais internos, sem direito à autodeterminação política.

Além disso, as mulheres enfrentavam uma discriminação legal, mesmo com a promessa de igualdade na constituição. O acesso ao trabalho assalariado era restrito e as condições de trabalho, como as nas indústrias de tabaco, eram precárias, com longas jornadas e baixos salários (Moreau-Lebert, 2015b).

As mulheres cubanas, representando quase metade da população, desempenhavam um papel vital na reconstrução da sociedade, mas suas oportunidades eram limitadas a funções como trabalhadoras domésticas ou prostitutas, com salários baixos e condições subalternas. A intervenção dos EUA também impôs novas normas culturais que beneficiavam mulheres brancas da classe alta e média, enquanto as realidades das mulheres negras e de classe baixa eram ignoradas (Fernández Silva, 2019).

A falta de um processo de descolonização, em particular no que se refere à raça, impediu a verdadeira democratização e a construção de um Estado-nação na América Latina toda. Em contraste com a Europa, onde a homogeneização social levou à formação de Estados-nação democráticos, na América Latina as relações raciais coloniais continuavam a influenciar as estruturas de poder, impedindo a construção de uma verdadeira nação. Assim, o conceito de “colonialidade do poder”²³, baseado na raça, limita a capacidade da América Latina de alcançar uma sociedade verdadeiramente nacionalizada e democrática (Quijano, 2005).

Por outra parte, alterações jurídicas, como a Lei da Pátria Potestade (1917) e a Lei do Divórcio (1918) em Cuba, proporcionaram alguma autonomia, mas as mulheres sentiam que essas mudanças eram superficiais e não abordavam as estruturas de poder que as mantinham subalternas. O discurso sobre a “reivindicação da mulher” refletia um desejo de distinção do regime colonial, mas ainda não reconhecia o papel fundamental das mulheres na política (Fernández Silva, 2019).

O projeto de “modernização” imposto pelos EUA e pelas elites cubanas pós-independência manteve e aprofundou as desigualdades de gênero; foi, na prática, uma continuidade do colonialismo, agora sob nova bandeira. O “mito da modernidade” trouxe uma agenda civilizatória que impôs padrões estadunidenses de sociedade, cultura e gênero, deslegitimando formas locais de organização social e de identidade. Embora a narrativa da modernidade sugerisse “avanços”, ela continuava excluindo as mulheres sujeitos políticos plenos, negando-lhes direitos civis fundamentais, como o sufrágio, e restringindo sua atuação à esfera doméstica ou a trabalhos precarizados.

O domínio estadunidense consolidou a dependência econômica e o modelo de acumulação de capital baseado na superexploração do trabalho. As mulheres, ao serem as mais precarizadas, foram o setor mais explorado dessa lógica, reproduzindo expropriação da força de trabalho em sua forma mais brutal. A burguesia cubana associou-se aos interesses imperialistas, mantendo uma fachada de “República”, mas com uma economia e política servil aos EUA, o que reforçou as opressões de classe. Logo, a luta das mulheres por direitos civis (voto, educação, trabalho digno) estava intrinsecamente ligada à luta de classes e à necessidade de ruptura com o capitalismo dependente e colonial.

²³ Colonialidade do poder: conceito desenvolvido por Aníbal Quijano para descrever a estrutura de dominação global que emergiu com a colonização das Américas e persiste até hoje. Diferente do colonialismo, que se refere à ocupação territorial direta, a colonialidade do poder se manifesta na organização das relações sociais, econômicas e políticas baseadas na hierarquia racial, na imposição do eurocentrismo como modelo hegemônico de conhecimento e na exploração contínua das periferias pelo capitalismo global (Quijano, 2005).

Sendo assim, a opressão sobre as mulheres cubanas no início da Neocolônia não ocorreu de maneira uniforme. Mulheres brancas pertencentes às classes alta e média tiveram maior acesso à modernidade, à educação e a algumas esferas públicas, ainda que de forma restrita. Em contraste, mulheres negras, mestiças e de classes populares foram relegadas ao trabalho doméstico, à prostituição ou a empregos fabris precarizados, sendo submetidas a uma tripla opressão que combinava fatores de gênero, classe e raça. A prostituição e as chamadas “zonas de tolerância”²⁴ (Moreau-Lebert, 2015b) evidenciam a face mais cruel desse sistema, ao controlar os corpos femininos por meio de políticas estatais que instrumentalizavam e marginalizavam especialmente as mulheres mais pobres e racializadas. Dessa forma, o modelo de República e modernidade estabelecido se revelou profundamente androcêntrico, racista, colonial e classista, reforçando a manutenção do poder masculino e branco, em um molde onde a opressão de gênero se entrelaçava à colonialidade do poder.

O feminismo hegemônico branco tem desconsiderado a história das mulheres não-brancas e a relação histórica entre elas e as mulheres brancas, especialmente em termos de classe e raça. Ao equiparar “mulher” a “mulher branca”, ele ignorou as diferenças significativas entre as mulheres brancas burguesas e as mulheres negras ou trabalhadoras, que sempre ocuparam posições diferentes na sociedade (Lugones, 2008).

O feminismo branco não percebeu as profundas diferenças sociais e históricas entre mulheres de classes sociais e raças distintas, o que resultou na falta de coalizões entre elas. No contexto histórico, as mulheres brancas europeias foram vistas como sexualmente passivas e fracas, em contraste com as mulheres não-brancas e as mulheres escravizadas, que eram consideradas fortes e capazes de suportar trabalhos extenuantes. O estereótipo da mulher negra como sexualmente agressiva, originado na escravidão, serviu para justificar a exploração sexual das mulheres negras e a estrutura de dominação que as colocava como objetos de trabalho e reprodução (Lugones, 2008).

Essa análise mostra que a República Neocolonial foi um sistema conservador e misógino, onde as promessas de modernidade se concretizaram apenas para as elites masculinas e brancas. A resistência feminina nesse período é, portanto, parte fundamental da luta nacional e anticolonial de Cuba.

²⁴ As “zonas de tolerância” na Cuba neocolonial, conforme descrito por Mélanie Moreau-Lebert (2015b), eram áreas específicas designadas pelas autoridades norte-americanas para a prostituição, com o objetivo de isolar e tornar invisíveis as mulheres envolvidas nessa prática. Estas zonas foram criadas em resposta à crescente presença de mulheres na prostituição, muitas das quais eram trabalhadoras, mães e esposas, e não apenas mulheres marginalizadas. A prática da prostituição era vista como uma ameaça para a “gente honrada”, e as mulheres eram agrupadas em espaços restritos para evitar contato com outras mulheres. As zonas de tolerância eram, portanto, um meio de controlar e estigmatizar as mulheres, tratadas como “enfermas” ou “contaminadas”, e a prostituição era tolerada nessas áreas, mas rigidamente regulamentada e monitorada pelas autoridades.

A reforma educacional proporcionada pelo Plano Varona teve um impacto significativo na condição das mulheres cubanas, permitindo o acesso à educação universitária e elevando o número de mulheres em profissões como medicina e ensino. As mulheres representaram 82% do corpo docente, contribuindo para uma maior conscientização sobre política e direitos civis. Esse aumento da presença feminina na educação facilitou a formação de associações femininas que lutavam pelo direito ao voto e pelo desenvolvimento do feminismo em Cuba (Fernández Silva, 2019).

O incentivo ao trabalho feminino, principalmente nas fábricas de tabaco, ajudou as mulheres a se identificarem como parte da classe operária e impulsionou suas reivindicações por melhores condições. Lembremos que: como enfatizado pela Angela Davis, antes da industrialização, o trabalho feminino era essencial para a economia doméstica. Embora o lar fosse considerado o “lugar da mulher”, isso não significava inatividade ou mera dedicação aos filhos e ao marido. Elas produziam roupas, velas, sabonetes e diversos outros itens necessários para a família, desempenhando um papel produtivo tão importante quanto o dos homens (Davis, 2013).

Com a transferência da manufatura para as fábricas, surgiu uma nova ideologia sobre a feminilidade, associando a mulher ao papel exclusivo de esposa e mãe. Enquanto trabalhadoras, tinham certa igualdade econômica, mas, como esposas, tornaram-se dependentes e subordinadas aos maridos. A maternidade passou a ser vista de forma passiva, reduzindo as mulheres à função de reprodução. Esse modelo da dona de casa era repleto de contradições, tornando necessária a resistência a essa imposição social (Davis, 2013). Somado a isso temos que, como aponta Lugones (2008), o sistema de gênero moderno-colonial também alcança trabalhadores marginalizados, por exemplo, empregadas domésticas, mineradoras e prostitutas, cujos corpos são racializados de modo ambíguo e não se encaixam facilmente nos binários de gênero e sexualidade.

O associacionismo se tornou o principal meio para a unificação das demandas políticas femininas em Cuba, resultando na formação de organizações como o Partido Popular Feminista e o Partido Nacional Sufragista. Essas associações foram essenciais para os debates feministas e fortaleceram a luta pelo sufrágio. A imprensa também desempenhou um papel importante na divulgação das causas femininas, com figuras como Pilar Morlón de Menéndez e Ofelia Domínguez revolucionando o jornalismo feminino (Fernández Silva, 2019).

O Primeiro Congresso Nacional de Mulheres, realizado em 1923, uniu diversas organizações feministas e fortaleceu as lutas por maior participação social, política e

acadêmica. No entanto, o movimento feminista enfrentou divisões internas e resistência das elites conservadoras, que temiam que a participação feminina na política ameaçasse os valores tradicionais (Fernández Silva, 2019). A aprovação da lei de sufrágio feminino em 1934 foi uma grande conquista, mas a implementação de leis que garantiam igualdade de direitos ainda era comprometida pela persistência de uma cultura machista.

Apesar de algumas conquistas legais, como a igualdade salarial e a revogação de leis permissivas sobre violência doméstica, as mulheres continuaram enfrentando condições precárias e a cultura patriarcal. A pobreza extrema e a desmobilização do movimento feminista liberal após a Constituição de 1940 reforçaram a estrutura androcêntrica da sociedade cubana (Moreau-Lebert, 2015b).

No final do período, as mulheres cubanas continuaram a lutar por seus direitos dentro de um movimento de libertação nacional, que, embora buscasse a erradicação das desigualdades, ainda se fundamentava em um sistema de gênero opressor. As mulheres se uniram ao movimento revolucionário, mas suas lutas de gênero muitas vezes permaneceram em segundo plano, com o protagonismo das ações ainda dominado por homens (Fernández Silva, 2019).

O processo descrito revela avanços importantes nas lutas por direitos civis e políticos das mulheres cubanas, destacando o sufrágio, o acesso à educação e a participação no mercado de trabalho. Contudo, a partir de uma perspectiva de gênero crítica, os limites estruturais dessas conquistas aparecem de maneira evidente. Embora as mulheres tenham conquistado direitos formais, os papéis de gênero tradicionais (como o de cuidadora e dona de casa) continuaram fortemente enraizados, especialmente pelas mídias e pela cultura dominante. A imprensa reforçou estereótipos sexistas, o que demonstra que o avanço legal não significou transformação profunda nas relações de poder entre homens e mulheres.

Além disso, as diferenças internas entre as mulheres (burguesas vs. trabalhadoras; brancas vs. negras) revelam que as lideranças feministas mais visíveis representavam uma elite social, enquanto as mulheres das classes populares (especialmente negras e mestiças) continuavam à margem. A luta pelo sufrágio, por exemplo, foi mais um espaço de disputa de classe e raça do que um movimento inclusivo para todas as mulheres.

Neste ponto, cabe ressaltar que, apesar de estar interligadas na prática, Fraser (2016) propõe distinguir analiticamente dois tipos de injustiça (econômica e cultural) e também suas respectivas formas de enfrentamento. A injustiça econômica exige soluções estruturais, como redistribuição de renda, reorganização do trabalho ou democratização dos investimentos.

Essas medidas, apesar de diversas, são agrupadas sob o termo “redistribuição”. A injustiça cultural requer mudanças simbólicas, como a revalorização de identidades marginalizadas, o reconhecimento da diversidade e, em versões mais radicais, a transformação dos modelos sociais de representação. Essas respostas são agrupadas sob o termo “reconhecimento”. A autora reconhece que redistribuição e reconhecimento estão conceitualmente entrelaçados e muitas vezes uma forma de justiça implica a outra, mas defende a utilidade de manter essa distinção prática e analítica para melhor abordar os diferentes tipos de injustiça e suas soluções (Fraser, 2016).

Por sua vez, embora se considerasse a classe trabalhadora cubana da época como um grupo homogêneo, essa visão ocultava as diferenças internas, especialmente no setor rural. De fato, como aponta Figueroa (2002), os jornaleiros agrícolas eram a maioria absoluta nas áreas rurais, representando mais de 70% da população, ao passo que os camponeses correspondiam a apenas 23% e os grandes e médios proprietários a 3%. Cuba, portanto, era uma economia agroexportadora, cuja dependência da indústria açucareira gerava entre 70% e 80% das receitas nacionais (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017).

Naquele momento, 9,4% dos proprietários detinham 73% da terra, enquanto 90% dos pequenos proprietários, majoritariamente camponeses, possuíam apenas 26%, sendo que 85% deles estavam submetidos a formas precárias de posse, como arrendamiento e aparcería (Nova González, 2001; Machín et al., 2010). Carlos Rafael Rodríguez, em 1941, analisou a formação das classes sociais cubanas, destacando os impactos da penetração estadunidense na agricultura e na indústria açucareira, o que levou à segmentação do campesinato em camadas: desde grandes colonos, cafeicultores e fumicultores até camponeses pobres e semiproletários (Arias Guevara; Leyva Remón, 2017). De acordo com o censo agrícola de 1946, cerca de 90% das terras agrícolas cubanas eram ocupadas por pequenas e médias propriedades, com áreas entre 5 e 75 hectares. Essas fazendas adotavam sistemas integrados de cultivo e criação de animais, demonstrando uma eficiência organizacional superior à das grandes propriedades (Botella-Rodríguez, 2021).

Em contrapartida, durante a primeira metade do século XX, existiram em Cuba organizações que se autodenominavam cooperativas, embora não fossem reconhecidas legalmente. Tratava-se, sobretudo, de associações camponesas, mútuas de saúde, associações comerciais formadas por imigrantes europeus, além de associações de transporte e profissionais. Contudo, essas organizações estavam distantes dos princípios cooperativos atuais e não propunham o trabalho coletivo (Piñeiro, 2015).

Já em 1948, a Lei nº 7 sobre *arrendamiento rural e aparcería*, regulamentou arrendamentos coletivos, e a Lei nº 5, de 20 de dezembro de 1950, que criou o Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba (Banfaic), favoreceu associações de crédito rural que adotaram formas cooperativas. No entanto, na prática, os recursos financeiros foram destinados majoritariamente à burguesia rural, e não aos camponeses para os quais haviam sido idealizados (McCormack Bequer; Sarria Cruz, 2018).

Por conseguinte, na década de 1950, a estrutura fundiária cubana ainda era marcada por intensa concentração de terras: 57% das terras pertenciam a apenas 3% dos proprietários, enquanto 78,5% dos ocupantes detinham apenas 15% das terras, sendo cerca de 126 mil com menos de 5 hectares. Destes, 40% estavam em condições precárias, como *arrendamiento*, *subarrendamiento*²⁵ e *aparcería* (Valdés Paz, 2011). Essa configuração sustentava uma sociedade rural baseada na exploração de assalariados, camponeses e desempregados agrícolas (Ver Apêndice 6).

Mccormack Bequer e Sarria Cruz (2018) falam de como, ainda nos anos 1950, o Programa para a Jovem Cuba²⁶, de Antonio Guiteras, defendia a criação de cooperativas agrícolas, produtivas, comerciais e de crédito, como parte de um amplo conjunto de reformas. Pouco depois, o Decreto-Lei nº 1642, de 14 de agosto de 1954, criou a Comissão Executiva Nacional das Cooperativas Agrícolas e Mineiras. No entanto, tais iniciativas não tiveram impacto significativo, pois, em geral, esses esforços careciam de apoio oficial e eram sufocados pela concorrência.

Na região de Cienfuegos, formaram-se cinco cooperativas com vida média de apenas quatro anos: a Cooperativa Agrícola e de Reparto de Terras (1946-1953), a Cooperativa de Consumo e Vivenda de Empregados de Las Villas (1950-1956), a Cooperativa Ocidental Camponeses da Ciénaga de Zapata (1950-1954), a Cooperativa Camponesa “Juncalito el Barrio de Jagüey Chico” (1957-1960), e a Cooperativa de Transporte (1950-1956) (McCormack Bequer; Sarria Cruz, 2018).

Em 1957, um estudo da Associação Católica Universitária revelou as péssimas condições de vida dos trabalhadores agrícolas cubanos, combinando indicadores como saúde, alimentação, habitação, educação, renda e regime de trabalho (Arias Guevara; Leyva Remón,

²⁵ *Subarrendamiento*: era um sistema de exploração agrícola em que os camponeses (*subarrendatarios*) alugavam terras de outro arrendatário, ou seja, não tinham um vínculo direto com o proprietário original. Essa figura era resultado da especulação e do monopólio da terra, o que gerava múltiplos intermediários e encarecia o acesso a terrenos cultiváveis para os camponeses mais pobres.

²⁶ *Joven Cuba* (Jovem Cuba): Organização fundada pelo líder revolucionário Antonio Guiteras Holmes em maio de 1934. Pretendia derrubar o governo Caffery-Batista-Mendieta através da luta armada. Nela se agruparam jovens intelectuais e ativistas que buscavam promover reformas sociais, políticas e econômicas em Cuba que incluíam: Independência e Soberania, Reformas Sociais para beneficiar a população em geral, maior participação política do povo cubano, democratização do sistema político, promover a cultura cubana e a identidade nacional como parte integrante da luta pela independência, resistir ao Neocolonialismo.

2017). A maioria vivia em *bohíos*²⁷ de palha, com piso de terra, 90% usavam querosene para iluminação e 30% viviam sem luz. Além disso, 90,6% não possuíam geladeira, 41% nunca frequentaram a escola, 43% eram analfabetos, 14% haviam tido tuberculose, 13% febre tifoide e 36% sofriam de parasitismo (Figueroa, 2002).

A precariedade das condições de vida (habitação, saúde, educação) revela uma combinação de opressões: os camponeses eram pobres, racializados e, dentro dessas comunidades, as mulheres, crianças e idosos sofriam as piores condições. Assim, a divisão sexual e racial do trabalho impôs às mulheres negras e mestiças os trabalhos mais precários e invisíveis, tanto na esfera da produção (agricultura de subsistência, trabalho assalariado temporário) como da reprodução (cuidados familiares, saúde, alimentação).

“A historia me absolverá”²⁸ também denunciava a trágica situação dos camponeses cubanos, que viviam na miséria, sem terra para cultivar e sob constante ameaça de despejo. Destacava que 85% dos pequenos agricultores pagavam aluguel pela terra que trabalhavam, enquanto grandes latifundiários e empresas estrangeiras, como a *United Fruit Company*²⁹, controlavam vastas áreas improdutivas. Cerca de 200 mil famílias camponesas não possuíam sequer um pedaço de terra para plantar alimentos para seus filhos, enquanto 300 mil *caballerías*³⁰ de terra fértil permanecem ociosas (Castro Ruz, 2007).

Entre as medidas revolucionárias propostas nesse documento, Fidel defendia a expropriação de terras improdutivas e a concessão de propriedades inalienáveis aos camponeses, garantindo-lhes segurança e incentivo para cultivar. Além disso, propunha a participação dos trabalhadores na produção agrícola e a reforma agrária como eixo central

²⁷ *Bohío*: casa tradicional cubana, de origem indígena *taina*, construída com troncos, galhos e coberta por folhas de palmeira, adaptando-se ao clima tropical. Simples e integrada à natureza, geralmente possui um único cômodo e telhado de palha para ventilação e isolamento térmico. Sua construção é uma atividade comunitária, preservando tradições culturais. Apesar da modernização, o *bohío* ainda é valorizado em áreas rurais como símbolo da identidade e história cubana.

²⁸ *La historia me absolverá* (A história me absolverá): assim é conhecido o discurso de autodefesa de Fidel Castro Ruz, proferido em 1953 no julgamento após o fracasso do assalto ao quartel Moncada, em Santiago de Cuba, para derrubar a ditadura de Fulgencio Batista. Nele Fidel denunciou as condições de miséria do povo cubano e justificando a luta revolucionária. Este discurso, que circulou clandestinamente na ilha, apresentava uma análise crítica da desigualdade social, do latifúndio, da exploração dos trabalhadores e da influência imperialista dos Estados Unidos em Cuba. Além disso, expunha um programa de reformas estruturais, incluindo reforma agrária, justiça social, acesso à educação e nacionalização de setores estratégicos da economia. A frase "La historia me absolverá" tornou-se um lema da Revolução Cubana, reforçando a ideia de que a luta revolucionária era legítima e inevitável. O texto é considerado um dos mais importantes do pensamento político cubano e marcou o início do movimento 26 de Julho, que posteriormente levaria à derrubada de Batista e ao triunfo da Revolução em 1º de janeiro de 1959.

²⁹ *United Fruit Company*: foi uma poderosa empresa norte-americana que operou em Cuba durante o período da Neocolônia, com um papel central na economia agrícola. Controlava vastas extensões de terra, especialmente no leste do país, e estava envolvida na produção e exportação de frutas tropicais, além de possuir investimentos no setor açucareiro. Seu modelo de exploração baseava-se no latifúndio estrangeiro e na superexploração dos trabalhadores. A empresa beneficiou-se de concessões de terras e isenções fiscais, consolidando um monopólio agroexportador que limitava o acesso dos camponeses cubanos à terra. Também exerceu forte influência política, apoiando governos alinhados aos interesses de EUA e reprimindo movimentos camponeses que reivindicavam reforma agrária. Seu domínio sobre setores estratégicos da economia foi um dos alvos das duas primeiras reformas agrárias da Revolução Cubana, que expropriaram suas propriedades e redistribuíram a terra entre os camponeses.

³⁰ *Caballería*: Medida de extensão agrícola. 30 *caballerías* equivalem a 402,60 hectares.

para transformar Cuba. Para ele, um campesinato forte, protegido pelo Estado e dono da terra que cultiva, era essencial para a prosperidade do país (Castro Ruz, 2007).

Sob essa lente, é possível afirmar que a marginalização da agricultura familiar não foi um fenômeno espontâneo, mas resultado direto da imposição de uma lógica colonial-capitalista, que destruiu os sistemas tradicionais e comunitários indígenas e submeteu o campesinato ao império latifundiário e imperialista. O latifúndio e a monocultura (*plantation*) não eram apenas uma questão de economia, mas também de controle racializado da terra, herança da escravidão e do colonialismo, com a marginalização de negros, mestiços e indígenas.

A miséria e a fome são retratadas pelos movimentos revolucionários como fenômenos que afetam a família, mas, ainda no interior dos mesmos, a divisão sexual do trabalho não era problematizada. As mulheres camponesas, frequentemente sobrecarregadas com o trabalho reprodutivo e produtivo, permanecem invisíveis. A terra, apresentada como um eixo central da opressão camponesa, e sua redistribuição apareciam como solução para a miséria. No entanto, não falava de como as relações de propriedade influenciam a autonomia feminina, em contexto onde elas tinham acesso restrito à posse da terra, ficando dependentes de pais, maridos ou senhores de engenho. A concessão da terra poderia transformar também as relações de gênero, mas essa dimensão não era abordada.

Lugones (2008), ao abordar o feminismo, critica o foco das correntes predominantes que, no século XX, não esclareceram como gênero, classe e sexualidade estavam racializados, e acabaram excluindo as mulheres não-brancas das discussões. Essas mulheres foram vistas como inferiores, mais próximas de animais, sem um gênero claramente definido, dentro de uma estrutura patriarcal que reforçava a desigualdade racial. A exclusão das mulheres não-brancas e sua transformação em “símbolos” das mulheres levou a uma inferiorização dentro do sistema capitalista global eurocentrado (Lugones, 2008). Este elemento deve ser considerado tanto na etapa neocolonial quanto no período analisado no seguinte subcapítulo.

1.3. Relações de Gênero na Etapa da Revolução no Poder

A Revolução Cubana, ao chegar ao poder em 1959, promoveu avanços significativos na igualdade de gênero e na participação ativa das mulheres na vida política, social e econômica do país. Políticas e programas foram implementados para melhorar a educação, o emprego e a saúde das mulheres, além de incentivarem a participação feminina em cargos de liderança e tomada de decisões. No entanto, desafios relacionados à discriminação de gênero, violência contra as mulheres e desigualdade nas esferas laboral e política ainda persistem.

Após a vitória da Revolução, como destaca Valdés Paz (2011), o processo agrário cubano pode ser dividido em períodos delimitados pelas estratégias de desenvolvimento predominantes (ver Tabela 1). Além disso, esse autor ressalta que o novo sistema político teve que enfrentar, desde o início, o legado de uma sociedade rural atrasada, subordinada ao latifúndio e com baixo desenvolvimento científico e tecnológico.

Tabela 1. Periodização do processo agrário cubano após o triunfo revolucionário

1959-1963	Período das duas primeiras Reformas Agrárias e da constituição de um setor estatal da agricultura.
1963-1970	Período de adequação da agricultura às novas condições socialistas e de expansão da agricultura de cana-de-açúcar, visando atingir a safra de 10 milhões de toneladas.
1970-1975	Período de recuperação da safra de 1970 e extensão do modelo tecnológico de produção intensiva.
1975-1985	Período de adequação da agricultura ao Novo Sistema de Direção e Planificação da Economia (Nsdpe).
1985-1993	Período de adequação da agricultura à campanha de Retificação de Erros e Tendências Negativas.
1993-2008	Período de recuperação da crise dos anos 1990 e de uma terceira reforma agrária.
2008-2011	Período de uma quarta reforma agrária e da Municipalização da Agricultura.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Valdés Paz (2011).

A periodização proposta por Valdés Paz (2011) serve como referência para a análise histórica do processo agrário cubano pós-revolucionário nesta pesquisa. Contudo, propõe-se sua atualização, já que o marco temporal original não contempla diversas transformações ocorridas no setor agrícola, especialmente a partir do início da atualização do modelo econômico e social do país³¹.

A Tabela 2, a seguir, acrescenta duas etapas à análise do desenvolvimento do processo agrário cubano, que devem ser consideradas para compreender as características atuais da agricultura familiar no país.

Tabela 2. Atualização da periodização do processo agrário cubano após o triunfo revolucionário

2011-2021	Período de adequação do setor agropecuário cubano à atualização do modelo econômico e social do país.
2021-2026	Adaptação da agricultura à atualização dos lineamentos da política econômica e social no VIII Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC).

Fonte: Elaboração própria.

As particularidades dessas duas últimas etapas serão abordadas com mais detalhes na segunda seção deste capítulo, como parte da caracterização da agricultura familiar no país.

O triunfo da Revolução marcou o fim da dependência neocolonial que afetou profundamente ao povo cubano, proporcionando um momento de emancipação total, incluindo brancos, negros, homens e, especialmente, mulheres. A vitória do Exército Rebelde em 1959 abriu caminho para transformações no meio rural, promovendo duas reformas

³¹ Em 2011, durante o VI Congresso do Partido Comunista de Cuba (PCC), foram aprovados os Lineamentos da política econômica e social do Partido e a Revolução, documento que introduziu mudanças significativas na agricultura cubana ao longo da segunda década do século XXI. Além disso, reformas posteriores foram realizadas por meio de referendos constitucionais e dos VII e VIII congressos do PCC. Este último, em especial, atualizou as diretrizes da política econômica e social cubana, com vigência prevista até 2026.

agrárias que combinaram princípios de redistribuição e organização coletiva do acesso à terra (García Botella, 2021), mas não resultou em uma transformação radical das estruturas estatais da Constituição de 1940, mas reconfigurou as ações governamentais em nome das classes menos favorecidas (Fernández Silva, 2019). A Revolução trouxe uma nova visibilidade para as mulheres, que desempenharam papéis ativos na resistência contra a ditadura de Batista, atuando em áreas como saúde, educação e apoio logístico (Moreau-Lebert, 2015b). Antes da Revolução, muitas mulheres, como as 90 mil criadas que se inscreveram em escolas de aprimoramento, conseguiram ascender a novas funções, o que resultou em aumentos salariais e valorização de seus trabalhos.

Na análise do tópico estudado na etapa posterior a 1959, é oportuno refletir, como indicado por Nancy Fraser sobre como as duas formas de luta por justiça (redistribuição e reconhecimento) se relacionam e podem interferir entre si quando são perseguidas simultaneamente. Ela alerta para possíveis conflitos entre ambas. As reivindicações por reconhecimento tendem a afirmar a especificidade de um grupo, promovendo sua diferenciação. Já as reivindicações por redistribuição muitas vezes exigem abolir estruturas que sustentam essa diferenciação, buscando igualdade (como no caso da luta feminista contra a divisão sexual do trabalho). Assim, pode haver tensões entre essas lutas, pois uma promove a diferenciação e a outra a nega. Esse é o chamado dilema entre redistribuição e reconhecimento, enfrentado por grupos que sofrem simultaneamente injustiças econômicas e culturais; eles precisam afirmar e negar sua identidade de grupo ao mesmo tempo. A autora prepara o terreno, então, para discutir quem são os sujeitos afetados por esse dilema e como enfrentá-lo (Fraser, 2016).

A primeira das reformas, promulgada em maio de 1959, extinguiu latifúndios com mais de 402 hectares e aboliu formas precárias de exploração, como a parceria agrícola. Com isso, terras foram expropriadas de grandes proprietários e concedidas àqueles que efetivamente as cultivavam, incentivando modelos produtivos mais eficientes, como as cooperativas (García Botella, 2021). Mais de 1,2 milhão de hectares foram distribuídos a cerca de 100.000 famílias camponesas que cultivavam a terra sem serem proprietárias, com direito à posse de até 67,1 hectares (sendo 26,8 ha concedidos gratuitamente e o restante com possibilidade de compra) (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017) (Tabela 3). Aliás, como ressalta Valdés Paz (2011), a promulgação e execução das duas primeiras leis de reforma agrária resultaram na criação de um setor estatal na agricultura cubana.

Tabela 3. Medidas e consequências da Primeira Lei de Reforma Agrária

Data	17 de maio de 1959
Medidas	Primeira grande transformação do fundo de terras agrícolas em Cuba. Erradicação do latifúndio e da propriedade estrangeira sobre bens rústicos. Limitação da posse máxima a 30 <i>caballerías</i> ³² de terra por pessoa física ou jurídica. Valorização dos produtores camponeses (média de 24 hectares) como individuais ou familiares.
Consequências	- Eliminação de fazendas açucareiras e pecuárias com mais de 402,6 ha de terra de capital nacional e estrangeiro. - Terra entregue aos trabalhadores rurais. - Supressão das formas de posse não proprietária. - Benefício a mais de 100 mil camponeses. - Criação de um setor agrícola nacionalizado, administrado pelo Estado (33% das terras do país).
Outros Efeitos	a) Diminuição rápida do desemprego. b) Erradicação da fome e exploração dos trabalhadores agrícolas. c) Nacionalização de cerca de 40% da propriedade rural, beneficiando cerca de 100.000 agricultores.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Valdés Paz (2011); Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez (2015); Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017); Recompensa Joseph e Recompensa Joseph (2017).

A primeira estratégia de desenvolvimento revolucionário no agro cubano caracterizou-se também pela industrialização acelerada baseada na expansão da indústria pesada, na diversificação da agricultura, na redistribuição do fundo agrícola da cana-de-açúcar e na crescente substituição das importações pela produção nacional. A seguir, com a declaração política do caráter da Revolução Cubana feita pelo Comandante em Chefe Fidel Castro em 1961, e com a erradicação do setor capitalista nacional e estrangeiro, inicia-se a transição da fase democrática, popular, agrária e anti-imperialista para a fase socialista (García Pedraza; García Ruiz; Donéstez Sánchez, 2018).

Foi somente após a vitória do Exército Rebelde que o cooperativismo em Cuba ganhou relevância, impulsionado pelas reformas agrárias que, ao conceder terras às famílias camponesas, estimularam formas de associação voluntária (Piñeiro, 2015). Embora o modelo de controle estatal tenha sido o caminho predominante da socialização socialista em Cuba, desde o início a Revolução buscou promover a unidade e a cooperação no meio camponês, incentivando o cooperativismo agrário (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018) (Ver Apêndice 7). A primeira reforma agrária instituiu não apenas as fazendas estatais, mas também as cooperativas canavieiras, fundamentadas no princípio da preservação da escala (Vasconcelos, 2016).

A Primeira Lei de Reforma Agrária também criou as Associações Camponesas, que impulsionaram o surgimento das Cooperativas de Produção Integral (Hereira Domínguez, 2015). O artigo 43 dessa lei atribuía ao Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra)³³ a

³² *Caballería*: Medida de extensão agrícola. 30 *caballerías* equivalem a 402,60 hectares.

³³ Inra (Instituto Nacional de Reforma Agrária): foi criado em 1959 para desenvolver as políticas econômicas e sociais revolucionárias vinculadas à reforma agrária. Com o processo de institucionalização do país, se substituiu em 1976 o Inra pelo Ministério da Agricultura.

responsabilidade de fomentar cooperativas agropecuárias, com administradores designados pelo próprio Instituto (Cuba, 1959). As primeiras cooperativas foram constituídas por ex-trabalhadores assalariados, que se tornaram coproprietários de parcelas das antigas propriedades de seus patrões (Vasconcelos, 2016).

Contudo, como apontam Recompensa Joseph e Recompensa Joseph (2017), tanto os camponeses quanto os líderes revolucionários desconheciam, na época, a importância de se organizarem em formas superiores de produção, dada, entre outros fatores, a ausência de tradição cooperativa no campo cubano. Assim, o cooperativismo agrícola refletiu o caráter popular, agrário e anti-imperialista das primeiras mudanças revolucionárias, alinhando-se à estratégia de desenvolvimento centrada na indústria açucareira. As especificidades do cooperativismo cubano em relação a outros contextos resultaram de sua estrutura agrária; da criação precoce das CCS; da diversidade de formas de cooperação trabalhista; e da relativa lentidão do processo de cooperação produtiva (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

Inicialmente, foram criadas cooperativas com diversas finalidades: agrícolas, pecuárias, avícolas, carvoeiras, madeireiras, henequeneras, paperas, canavieiras e pesqueiras (Valdés Paz, 2009). Como destacam García Pedraza, García Ruiz e Donéstevez Sánchez (2018), nesse período coexistiam Associações Camponesas, CCS e Sociedades Agropecuárias, acompanhadas por administrações gerais criadas entre 1961 e 1962, como:

- Administração Geral das Fazendas Populares,
- Administração Geral das Cooperativas de Cana-de-Açúcar,
- Administração Geral de Fazendas.

O desenvolvimento cooperativo, portanto, esteve diretamente ligado à estratégia de desenvolvimento nacional traçada pelo governo (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018). A formação de cooperativas visava impedir o parcelamento das terras em pequenas propriedades privadas, embora muitas tenham surgido a partir de antigos latifúndios (Vasconcelos, 2016). A falta de experiência cooperativa pré-revolucionária condicionou as ações do governo na década de 1960, que focaram tanto em garantir direitos aos pequenos produtores quanto em consolidar a empresa estatal agrícola.

Com as reformas agrárias, emergiram distintas formas de cooperação, desde as mais simples até as mais complexas, visando integrar os camponeses em formas superiores de produção (McCormack Bequer; Sarria Cruz, 2018). Assim, as CCS e as Sociedades Agropecuárias abarcavam diferentes modalidades de coletivização das propriedades privadas

individuais. Além disso, as primeiras cooperativas assumiram a gestão de antigas fazendas canavieiras, que concentravam 45% dos canaviais e as melhores terras do país (Vasconcelos, 2016). O cooperativismo também foi relevante para o processo de diversificação agrícola na fase inicial do desenvolvimento agrário revolucionário (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018), representando, para os agricultores familiares, uma garantia de estabilidade e expansão de sua produção (Valdés Paz, 2011).

Dentro das CCS, os homens geralmente representavam suas famílias na Anap. No entanto, para mulheres chefes de família, especialmente as separadas, a participação nessas cooperativas representou uma mudança significativa, proporcionando maior segurança e estabilidade (García Botella, 2021).

Em 1960, o Regulamento Geral das Cooperativas de Cana definiu suas funções econômicas e sociais, estabelecendo objetivos como: fomentar e intensificar a produção de cana com variedades de alto rendimento, diversificar cultivos, alcançar soberania alimentar, aumentar a renda dos cooperativados, garantir o bem-estar social, a educação, e construir moradias e infraestruturas (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018). Também se previam assembleias gerais para deliberações internas, assistência técnica do Inra, distribuição de recursos pela Administração Geral das Cooperativas de Cana, e normas específicas sobre uso dos lucros, como destinação de 30% das terras a cultivos alimentares e a obrigação de aplicar 80% dos lucros em bens coletivos durante os cinco primeiros anos.

Desde a origem, o cooperativismo cubano sofreu com a excessiva centralização estatal, o que restringiu sua autonomia (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018), aproximando essas cooperativas de formas de propriedade socializada, dada sua vinculação ao Inra e à planificação central (Vasconcelos, 2016). Em 1962, o Congresso Nacional de Cooperativas decidiu transformar as cooperativas canavieiras em fazendas estatais, sob o argumento de eliminar desigualdades internas causadas por diferenças na qualidade das terras. Acreditava-se que as fazendas estatais garantiriam benefícios mais equitativos aos trabalhadores e suas famílias, independentemente da fertilidade do solo (Vasconcelos, 2016). No entanto, essa medida suscitou debates sobre os méritos e limitações das cooperativas versus fazendas estatais.

Como lembra Vasconcelos (2016), entre 1961 e 1962, houve um “pequeno debate agrário” entre dirigentes cubanos e especialistas estrangeiros apoiadores da Revolução. As discussões giraram em torno de dois pontos centrais: a gestão e escala das unidades

produtivas, e o papel do controle estatal sobre o uso privado dos excedentes, buscando articular formas socializantes com o aumento da produtividade do trabalho.

A Revolução também significou uma mudança política e social que buscava eliminar as opressões coloniais e as desigualdades sociais, com foco na emancipação de cubanos e cubanas (Fernández Silva, 2019). O governo revolucionário, influenciado pelo marxismo, buscou a inclusão do trabalho feminino na administração estatal para evitar sua segregação social. A partir de 1960, a criação da Federação de Mulheres Cubanas (FMC), sob o lema “toda a força da mulher ao serviço da Revolução”, foi fundamental para promover a igualdade de gênero e a participação das mulheres nas esferas políticas e sociais. Vilma Espín foi uma das líderes mais notáveis da FMC, que trabalhou para integrar as mulheres na vida pública e promover transformações significativas, como o acesso a atividades produtivas e a implementação de políticas educacionais e de saúde (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996; Campuzano, 1996).

Em 1959, as mulheres deixaram seus lares para participar ativamente da Revolução, assumindo responsabilidades em saúde, alfabetização e defesa, substituindo os homens mobilizados (Campuzano, 1996). Contudo, a Revolução Cubana, embora tenha promovido avanços, também gerou críticas. Algumas feministas apontam que a prioridade dada à igualdade social e econômica sobre a igualdade de gênero deixou questões como a discriminação e o machismo não resolvidas.

Angela Davis (2013) referencia estudos que indicam que mulheres que trabalham fora de casa sentem-se mais realizadas, com muitas delas valorizando a possibilidade de estar em contato com outras pessoas, o que não seria resolvido com um salário pelo trabalho doméstico. A busca por trabalho fora de casa é vista como uma forma de escapar da “prisão do lar”, e as mulheres que trabalham fora se tornam uma prova de que o trabalho doméstico deve ser redistribuído socialmente (Davis, 2013).

Silvia Federici defende um feminismo que não se limite à luta por igualdade no acesso ao trabalho assalariado, mas que una as esferas da produção e da reprodução social como dimensões inseparáveis da crítica ao capitalismo. Para a autora, é necessário resgatar e valorizar o trabalho reprodutivo de forma coletiva e transformadora, superando a visão que o associa à domesticidade tradicional. Federici observa que tarefas historicamente femininas, como cozinhar, são desvalorizadas, embora envolvam conhecimentos e práticas complexas. Enquanto chefs homens são celebrados como artistas, as mulheres que transmitem saberes culinários fundamentais permanecem invisibilizadas. Essa desvalorização tem impactos

amplos, como o agravamento das condições de saúde alimentar, evidenciado por problemas como a obesidade infantil e o avanço da alimentação industrializada. Assim, a autora propõe uma revalorização crítica da reprodução como espaço de resistência e reorganização social (Gonçalves; Assis, 2022).

Por sua vez, Luisa Campuzano (1996) analisa que os avanços das mulheres em Cuba são complexos em comparação com o restante da América Latina. Ela observa que, enquanto em outras regiões as mulheres “conquistaram” seus direitos, em Cuba, após 1959, elas podem falar que “receberam” oportunidades; onde as primeiras afirmam ter lutado por seus direitos, as cubanas consideram que se incorporaram à luta e trabalharam em defesa da Revolução. Essa transformação ocorreu em um contexto revolucionário que priorizou mudanças na estrutura política e econômica, focando na classe em vez do gênero e adotando táticas de igualdade e união em vez de diferença (Campuzano, 1996).

Não compartilho completamente a posição anterior. As mulheres cubanas, após 1959, participaram ativamente da Revolução, assumindo responsabilidades em áreas como saúde e alfabetização, mas a luta pela igualdade de gênero ainda enfrentava obstáculos. Embora uma das características do governo revolucionário cubano nas primeiras décadas, e da figura de Fidel Castro Ruz, tenha sido um paternalismo excessivo em vários sentidos, afirmar categoricamente que as mulheres cubanas de então adquiriram em vez de terem conquistado oportunidades em um contexto revolucionário que, certamente, se focava mais na classe social do que no gênero é anular completamente a capacidade de agência que essas mulheres tiveram tanto durante o processo insurrecional quanto na formação da nova República, primeiro revolucionária e depois socialista. As mulheres cubanas de diferentes setores, juntamente com a ação da FMC, demandaram, planejaram e executaram transformações que impactaram (embora nem sempre com a contundência necessária) as desigualdades de gênero herdadas de sistemas de governo anteriores.

Os campos de Cuba foram palco da luta insurrecional, onde camponeses e camponesas se sacrificaram pela emancipação social, uma realidade descrita por Fidel Castro em um discurso de 14 de maio de 1961, ao destacar a falta de escolas e serviços básicos nos campos, que concentravam recursos apenas na capital. Nesse mesmo ano, a primeira Escola de Camponesas Ana Betancourt, coordenada pela FMC, surgiu levando mil jovens à capital para receber formação e alfabetização, com o objetivo de promover mudanças em suas vidas sociais e, posteriormente, compartilhar esse conhecimento em suas comunidades. Isso resultou em transformações significativas nas esferas cultural, política e social da mulher

camponesa, especialmente em relação àquelas que foram consideradas *florezitas olvidadas*³⁴, como ressaltou Vilma Espín Guillois³⁵ (Estrada Garzón; Peña Herrera, 2019).

Nesse sentido, embora a Revolução Cubana tenha representado um marco na visibilidade e integração das mulheres nos processos sociais, políticos e econômicos, contudo, a partir de uma ótica de gênero mais profunda, não houve uma ruptura total com a ordem patriarcal. A criação da FMC foi crucial, porém, orientada mais para o apoio ao Estado revolucionário do que para a luta autônoma das mulheres por seus direitos.

Como assinalado por Lugones (2008), a colonialidade, que permeia todos os aspectos da vida social, continua a ser uma das formas mais duradouras de dominação. Por isso, apesar dos avanços inegáveis em educação, saúde, e acesso ao mercado de trabalho, as mulheres cubanas continuaram enfrentando discriminações sutis e estruturais:

- Divisão sexual do trabalho: Mesmo com a incorporação massiva ao mercado formal, as mulheres mantiveram a carga do trabalho reprodutivo e doméstico, sem reconhecimento ou redistribuição efetiva.
- Machismo persistente: Como bem apontado por Campuzano (1996), o discurso revolucionário cubano não eliminou o patriarcado, apenas o disfarçou sob a narrativa de igualdade abstrata, o que dificultou a crítica direta ao machismo cotidiano.
- Articulações invisibilizadas entre distintas formas de discriminação: Embora tenha havido políticas sociais voltadas para mulheres negras e camponesas, a abordagem universalista do socialismo cubano limitou o reconhecimento das especificidades das opressões cruzadas de gênero, raça e classe. Mulheres negras, pobres e rurais (assim como outras identidades de gênero e orientações sexuais) continuaram a experimentar múltiplas formas de discriminação.

Entretanto, García Botella, (2021) nos fala de como há poucas investigações sobre o impacto dessa reforma na vida das mulheres camponesas ou sem propriedade da terra. Menciona que, estudos comparativos sobre a América Latina indicam que apenas Cuba e Nicarágua garantiram legalmente a participação feminina na reforma agrária sem restrições baseadas em gênero ou vínculo familiar. Nessas nações, tanto mulheres chefes de família quanto esposas e filhas tiveram a possibilidade de se tornar membros de cooperativas.

³⁴ *Florezitas olvidadas*: Florezinhas esquecidas, em português.

³⁵ Vilma Espín Guillois (1930-2007): foi uma revolucionária e política cubana, destacada por sua atuação na luta contra a ditadura de Fulgencio Batista e na defesa dos direitos das mulheres. Integrante do Movimento 26 de Julho, participou ativamente insurreição e, após a vitória em 1959, fundou e presidiu a FMC, desempenhando um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e no acesso das mulheres à educação e ao trabalho. Também foi membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e desempenhou funções de liderança no governo revolucionário.

Certamente, dentro das primeiras décadas da experiência socialista cubana, o foco foi, primordialmente, a questão de classe. A emancipação das mulheres foi pensada como parte da integração das massas trabalhadoras à nova ordem socialista, mas não como um projeto autônomo feminista. A inserção massiva das mulheres nos espaços públicos teve como principal objetivo a utilização dessa força de trabalho no desenvolvimento econômico e social do novo Estado, o que segue a lógica clássica marxista de mobilização total da classe trabalhadora. Como Fernández Silva (2019) observa, o governo revolucionário rejeitou o feminismo por vê-lo como uma ideologia burguesa, ignorando o fato de que a luta feminista também é parte da luta contra a opressão. Assim, a perspectiva de gênero foi subordinada à luta de classes. Por tanto, a ênfase marxista no espaço público (produção, política) não alcançou uma revolução no espaço privado (família, sexualidade), onde o patriarcado continuou operando de forma quase intacta.

Em outras palavras, a Revolução Cubana impulsionou transformações significativas, porém incompletas, nas relações de gênero. Embora tenha promovido avanços notáveis nas esferas econômica e educacional, não rompeu de forma efetiva com o patriarcado. A subordinação das pautas de gênero às de classe limitou a emancipação plena das mulheres, sobretudo das mais vulnerabilizadas desde etapas anteriores (negras, rurais e pobres). Além disso, a rejeição do feminismo como aliado estratégico, por considerá-lo uma ideologia “burguesa”, isolou as cubanas de parte dos debates mais amplos sobre gênero e poder, dificultando uma crítica interna mais profunda às estruturas patriarcais. A colonialidade de gênero e raça permaneceu pouco problematizada no discurso oficial, perpetuando desigualdades que afetaram especialmente as mulheres negras e camponesas. Em fim, o início do processo revolucionário cubano deve ser compreendido como um campo de forças dinâmico, no qual êxitos e fracassos na busca pela igualdade de gênero coexistiram e se redefiniram continuamente.

Por exemplo, temos que a FMC desempenhou um papel central na promoção dos direitos das mulheres e na busca pela igualdade de gênero em Cuba. Fernández Silva (2019) destaca que os programas de emancipação das mulheres foram desenvolvidos com base no marxismo, abordando as opressões de gênero e classe. Isso se refletiu em políticas como igualdade salarial, eliminação de disparidades hierárquicas e campanhas educativas e de saúde para melhorar as condições sociais das mulheres.

A FMC também foi fundamental para facilitar a integração das mulheres na vida pública e econômica, estabelecendo serviços como círculos infantis e refeitórios operários.

Isso contribuiu para um aumento significativo da participação das mulheres na economia, passando de 15% para 42,3% entre 1965 e 1995 (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996). A política de alfabetização de 1961 teve um papel relevante, com as mulheres representando 59% dos alfabetizadores (Fernández Silva, 2019). Programas como o Plano de Educação para Camponesas “Ana Betancourt”, que ofereceu cursos de corte e costura a mulheres rurais, também tiveram grande impacto (Estrada Garzón; Peña Herrera, 2019).

As políticas de saúde e reprodutivas, como a disponibilização gratuita de anticoncepcionais e aborto, foram fundamentais para a emancipação das mulheres cubanas. A participação política das mulheres nas instituições de poder limitou a autonomia feminina, perpetuando valores patriarcais. A participação política das mulheres foi muitas vezes subordinada aos interesses coletivos e à construção da identidade nacional (Fernández Silva, 2019).

Retomando, a integração das mulheres no mercado de trabalho entre 1965 e 1975 teve avanços, mas também desafios, como a instabilidade na força de trabalho feminina. No II Congresso da FMC, Vilma Espín identificou fatores como responsabilidades domésticas e a falta de apoio político nas fábricas como causas para a deserção das trabalhadoras (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996).

Desde os primeiros anos do período revolucionário, a atuação da FMC demonstrou uma abordagem inovadora para seu tempo. Sua atuação se desdobrava em diversas frentes interligadas: gênero, classe, raça, território (campo-cidade) e geração (mulheres jovens e adultas). A expansão do acesso ao trabalho remunerado, combinada com a criação de infraestruturas de suporte, buscava mitigar a sobrecarga da dupla jornada, conectando as esferas produtiva e reprodutiva (cuidado e família). A incorporação de grupos historicamente marginalizados, como mulheres rurais, prostitutas e empregadas domésticas, reflete uma compreensão prática de que as opressões de gênero não ocorrem de forma homogênea, mas se articulam a outros marcadores sociais da diferença. Além disso, o esforço para romper a separação entre trabalho manual e intelectual, somado às políticas de igualdade salarial e reestruturação hierárquica, revela uma tentativa concreta de enfrentar as desigualdades materiais e simbólicas no espaço produtivo. Iniciativas voltadas às mulheres camponesas, como as Escolas Ana Betancourt, também combateram a opressão de gênero, classe e território, tendo seus direitos garantidos.

Apesar da ênfase na igualdade formal e produtiva, o peso das tarefas reprodutivas (domésticas) continuou recaindo sobre as mulheres, sem redistribuição clara com os homens.

O próprio modelo produtivista centrado no trabalho como via única de emancipação não rompeu com o patriarcado doméstico e com as hierarquias simbólicas no espaço público e político.

Desde os anos 1960 até meados dos anos 1980, o setor agropecuário ocupou papel central nas estratégias de desenvolvimento nacional. Superada a questão agrária tradicional, a opção socialista buscava consolidar a soberania nacional, reduzir desigualdades e implantar uma democracia popular. Contudo, esse processo também gerou uma “nova questão agrária”, caracterizada pela forte estatização das atividades agropecuárias, baixa produtividade e insegurança alimentar (Valdés Paz, 2011).

Desse jeito, como observa Figueroa (2002), a partir de 1966, a Anap e outras organizações lideraram um esforço para convencer os camponeses a ceder voluntariamente suas terras ao Estado, com a promessa de benefícios como moradias gratuitas, emprego em planos agrícolas, participação nos lucros e terras em usufruto para autoconsumo. Esse processo resultou na estatização de 12% da área camponesa em apenas um ano, embora muitos camponeses migrassem para as cidades, deixando o campo (Figueroa, 2002).

Paralelamente, houve um investimento significativo em serviços técnico-científicos para a agricultura, substituindo o modelo tradicional por um modelo intensivo em recursos, que incluiu a mecanização, uso de agroquímicos, irrigação, melhoramento genético e outras inovações (Valdés Paz, 2011). Todavia, o regime de trabalho combinava estímulos morais e trabalho voluntário, práticas que, com o tempo, revelaram-se ineficazes para manter a produtividade (Vasconcelos, 2016).

Além disso, o latifúndio foi erradicado em nível nacional, e a propriedade privada de terras passou a ser estritamente regulada: não havia mercado de terras, e a transmissão hereditária era limitada àqueles que permanecessem na atividade agrícola (Garea Alonso; La O Sosa, 2001). Entre 1966 e 1970, durante a chamada: Ofensiva Revolucionária, consolidou-se o alinhamento com o bloco soviético, com 85% das terras sob controle estatal e apenas 15% nas mãos de pequenos proprietários (Vasconcelos, 2016). Embora o número de produtores familiares tenha diminuído na década de 1960, ele se estabilizou e voltou a crescer nas décadas seguintes, especialmente com a formação de cooperativas e o aumento dos usufrutuários (Valdés Paz, 2011).

Também na década de 1960, a crescente necessidade de mão de obra agrícola, impulsionada pela expansão da produção açucareira, levou ao aumento da participação feminina nesse setor. Em 1966, a FMC e a Anap lançaram as brigadas rurais femininas FMC-

Anap, uma política específica para integrar mulheres ao trabalho agrícola. Inicialmente, as brigadas eram compostas por trabalhadoras voluntárias e não remuneradas, servindo como uma porta de entrada para a participação feminina na produção social. O número de brigadas cresceu de 2.360, com cerca de 27 mil integrantes em 1970, para 7.672, com mais de 108 mil participantes em 1977 (García Botella, 2021).

O papel dessas brigadas não se limitava a fornecer mão de obra temporária; também promoviam a inserção de mulheres como trabalhadoras permanentes em fazendas estatais e como integrantes das cooperativas. Além disso, tornaram-se um canal para a oferta de assistência técnica específica para mulheres, permitindo o acesso ao conhecimento agrônomico e veterinário necessário para a prática da agricultura moderna, bem como ao desenvolvimento de projetos que gerassem renda própria. Também, para aumentar a participação feminina, foi necessário enfrentar desafios relacionados ao papel reprodutivo das mulheres. A FMC desempenhou um papel fundamental na criação de círculos infantis³⁶ nas áreas rurais e na expansão de cozinhas comunitárias nos locais de trabalho agrícola (García Botella, 2021).

Contudo, esse processo gerou um efeito paradoxal: a mobilidade social dos filhos de camponeses, que, ao alcançar novos níveis educacionais, migraram para áreas urbanas em busca de melhores oportunidades, levando muitas famílias a abandonar a agricultura (Jiménez Guethón; Almaguer Guerrero, 2003; Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). Segundo Recompensa Joseph e Recompensa Joseph (2017), a desvalorização do trabalho agrícola e a falta de perspectivas nas zonas rurais impulsionaram um processo de *descampesinización*³⁷, evidenciado pelo êxodo rural e pela redução da população camponesa.

Jovens camponeses foram protagonistas da migração para as cidades, muitas vezes motivados pelo desejo de melhores condições de vida e maior escolarização. No entanto, esse deslocamento resultou na ruptura de redes comunitárias e no enfraquecimento da transmissão

³⁶ Círculos infantis: instituições de educação criadas em 1961 para atender crianças de até seis anos de idade, com foco especial nos filhos de mães trabalhadoras. Esses centros fazem parte da política social do país, oferecendo cuidados, alimentação e educação integral às crianças, permitindo que as mulheres participem ativamente da força de trabalho. Inspirados em modelos de educação coletiva, eles ocupam um papel fundamental na promoção da igualdade de gênero e no desenvolvimento das crianças (MINED, 2025). No âmbito rural, os círculos infantis são menos numerosos, devido à dispersão da população e às dificuldades logísticas. Para suprir essa lacuna, foram criadas alternativas como programas de Educa a teu filho, nos quais profissionais da educação capacitam os familiares para estimular o desenvolvimento infantil em casa. Essas iniciativas garantem que as crianças das zonas rurais também tenham acesso à educação pré-escolar e ao cuidado necessário (Laire, 2016).

³⁷ *Descampesinización* (Desruralização ou Êxodo rural): processo pelo qual a população rural migra para povoados ou cidades, abandonando a agricultura, seja temporária ou permanentemente. Esse fenômeno reduz a população rural e a importância da agricultura de subsistência, sendo impulsionado por fatores como modernização agrícola, industrialização e concentração de terras. Muitas vezes, grandes propriedades substituem a agricultura familiar, resultando na perda de empregos e na erosão das tradições rurais. As consequências desse processo podem ser positivas ou negativas, dependendo das políticas adotadas para preservar a agricultura familiar ou incentivar a migração urbana.

intergeracional de conhecimentos agrícolas tradicionais. Além disso, a urbanização gerou novos desafios para jovens mulheres e homens de origem camponesa, que precisaram se adaptar às dinâmicas do trabalho urbano que nem sempre garantiam estabilidade ou mobilidade social.

A desruralização em Cuba teve efeitos contraditórios. Por um lado, contribuiu para a industrialização e expansão dos serviços sociais urbanos. Por outro, comprometeu a segurança alimentar e a soberania produtiva do país, tornando-o dependente da importação de alimentos.

Nesse contexto, Donéstevez Sánchez e Muñoz González (2017) destacam que a transição socialista em Cuba alterou profundamente as estruturas de posse da terra e os modelos de produção, criando novas formas organizativas destinadas a impulsionar a industrialização e o desenvolvimento socioeconômico rural. Por isso, a pequena propriedade camponesa passou a ser considerada uma economia “em transição”, marcada por movimentos simultâneos de *campesinización*³⁸ e desruralização, que influenciaram fortemente a agricultura familiar cubana.

Os pequenos produtores familiares beneficiados pela ruralização não estavam em uma posição igualitária com as cooperativas e fazendas estatais. Apesar do fortalecimento da agricultura camponesa, as políticas econômicas priorizavam a produtividade agrícola para exportação, subordinando os camponeses às necessidades da economia centralizada. Aliás, a ruralização teve diferentes impactos dependendo da região. Em algumas áreas, como no oriente cubano, a reestruturação agrícola fortaleceu comunidades rurais e permitiu maior acesso a infraestrutura e serviços básicos. No entanto, a dependência da monocultura canavieira e a falta de diversificação produtiva dificultaram o desenvolvimento sustentável em algumas províncias.

A participação das mulheres nas esferas produtivas após a Revolução Cubana foi um avanço, mas ficou sob a tutela do Estado, evidenciando o caudilhismo e a persistência de valores patriarcais. Nos anos 70, a crise econômica e a centralização da participação cidadã reduziram programas sociais, resultando no abandono de 76% das mulheres que ingressaram no mercado de trabalho em 1969. A legislação de 1976 garantiu a igualdade de direitos, mas a atuação da FMC priorizou um projeto revolucionário masculino, obscurecendo a diversidade das mulheres, especialmente em relação a raça e classe. A identidade feminina foi assimilada

³⁸ *Campesinización* (Ruralização ou Agrarização): processo de crescimento da população rural e fortalecimento da agricultura de subsistência, impulsionado por políticas agrícolas de apoio à agricultura familiar, práticas sustentáveis e fortalecimento das comunidades rurais. Esse fenômeno aumenta a produção local de alimentos, preserva tradições rurais e melhora as condições de vida dos camponeses. Além disso, contribui para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, sendo uma alternativa à desruralização e uma estratégia para proteger a identidade cultural e a sustentabilidade no meio rural.

a um projeto nacionalista, com as mulheres sendo vistas como parte de um grupo subordinado, educado sob a ideologia do *Hombre Nuevo* (Homem Novo) (Fernández Silva, 2019).

Esse foi um conceito central (*Hombre Nuevo*³⁹) promovido por Ernesto Che Guevara, baseado na criação de um ser humano altruísta, solidário, consciente socialmente e comprometido com os ideais revolucionários. Tratava-se de um modelo de indivíduo que transcendesse os interesses egoístas e materialistas do capitalismo, orientando-se para a coletividade e o bem comum. O novo ser humano deveria estar profundamente vinculado ao trabalho coletivo, ao respeito pela comunidade e ao desinteresse pessoal, superando as estruturas tradicionais de desigualdade e exploração. A educação e a transformação cultural foram chaves nesse processo, com a intenção de construir uma nova moral socialista que reforçasse os valores de igualdade, justiça social e solidariedade. Assim, o Homem Novo refletia a aspiração do governo revolucionário de forjar uma sociedade socialista sem as características alienantes do sistema capitalista, dando prioridade ao bem-estar coletivo sobre o individualismo.

Mas, o ideal desse Homem Novo era predominantemente masculino, e as mulheres, apesar de sua participação ativa na Revolução, continuavam enfrentando expectativas tradicionais de gênero. Muitas vezes, eram vistas como parte de um processo revolucionário, mas sem uma crítica profunda às estruturas patriarcais que ainda persistiam na sociedade cubana da época (fato que também se relaciona y pode até explicar em parte a origem da citada afirmação anterior de que elas “receberam” e as mulheres de outros países “conquistaram”). Além disso, esse projeto não incorporava uma visão suficientemente complexa que levasse em conta as múltiplas dimensões da identidade, como a classe social, a raça ou a sexualidade, que são essenciais para uma compreensão completa das desigualdades. Em suma, o enfoque estava centrado na luta de classes e na superação do capitalismo, mas não aprofundava como essas lutas se cruzavam com outras opressões, como o racismo, o machismo, a homofobia e outras formas de discriminação.

Ainda nesse período, buscou-se intensificar a agricultura açucareira com a meta de produzir 10 milhões de toneladas de cana-de-açúcar em 1970, visando um “grande salto” exportador (Vasconcelos, 2016). Contudo, embora tenha sido a maior safra da história nacional, com 8,4 milhões de toneladas, a meta não foi alcançada (Valdés Paz, 2011). Ao longo desse processo, a estrutura produtiva e fundiária cubana foi profundamente

³⁹ *Hombre Nuevo*: Homem Novo, em português.

transformada, com impactos duradouros na configuração da agricultura familiar e na dinâmica do meio rural.

Por fim, apesar da redistribuição da terra e a criação de brigadas agrícolas femininas, a questão de gênero permaneceu marginalizada em comparação com outras questões consideradas mais prioritárias no momento. A terra foi distribuída majoritariamente a “chefes de família”, reforçando a centralidade masculina na posse e na produção. Também, a divisão sexual do trabalho manteve mulheres em papéis reprodutivos e de cuidado, limitando sua autonomia econômica.

Silvia Federici esclarece que o trabalho reprodutivo não significa aceitar a atual divisão sexual do trabalho como natural ou justa. Ela enfatiza que tal divisão está enraizada em estruturas econômicas e salariais, nas quais os homens geralmente recebem mais, levando muitas mulheres a permanecer em casa. Embora reconheça a importância do trabalho remunerado para a autonomia feminina, ela critica o fato de que o feminismo, em determinados momentos, priorizou a inserção no mercado de trabalho em detrimento da luta pelo reconhecimento do trabalho reprodutivo. Federici observa que, mesmo quando as mulheres trabalham fora, continuam a exercer funções associadas ao cuidado e à reprodução (como professoras, enfermeiras ou diaristas) e enfrentam a mesma desvalorização que no ambiente doméstico, perpetuando a lógica da exploração reprodutiva no espaço público (Gonçalves; Assis, 2022).

Logo, embora políticas sociais tenham ampliado o acesso das mulheres à educação e saúde, a desigualdade na posse dos meios de produção persistiu. A inclusão feminina no trabalho agrário se deu majoritariamente como força de trabalho assalariada, sem uma transformação estrutural da sua posição na agricultura.

Entre 1970 e 1975, o setor agrário cubano entrou em um novo período, após o fracasso da “Safra dos 10 milhões”. O objetivo central dessa fase foi recuperar a produção e adotar um modelo tecnológico de produção intensiva (Valdés Paz, 2011). Em resposta, diversas mudanças ocorreram, incluindo um debate autocrítico sobre a estratégia de desenvolvimento e a estabilização do regime de propriedade. Houve uma especialização na produção açucareira, acompanhada pelo ingresso de Cuba no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Came)⁴⁰, o

⁴⁰ Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Came): criado em 1949 em Moscou, foi a principal organização econômica do bloco socialista. Inicialmente regional, tornou-se internacional ao incluir países da Europa, Ásia e América. Seus membros foram Bulgária, União Soviética, Polônia, Hungria, Romênia, Tchecoslováquia e Albânia (1949), República Democrática Alemã (1950), Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietnã (1978), além de membros associados e observadores. A entrada de Cuba no Came garantiu ao país acesso a insumos produtivos e um mercado seguro para exportação com preços preferenciais. Isso possibilitou investimentos significativos em infraestrutura, como energia elétrica, irrigação agrícola, estradas e construção civil, contribuindo para o desenvolvimento econômico e a melhoria do nível de vida da população.

que possibilitou investimentos em bens de capital agroindustrial. Além disso, a hierarquização das finalidades do excedente passou a priorizar o igualitarismo, ao mesmo tempo em que se desenvolveram críticas aos estímulos morais e à conseqüente queda da produtividade. Por fim, essas transformações também resultaram no aumento do desemprego, que atingiu 3,6% (Vasconcelos, 2016).

A indústria açucareira continuou sendo a principal atividade do setor agropecuário. Em 1975, a produção de açúcar alcançou 6,4 milhões de toneladas, e em 1989, subiu para 8,1 milhões de toneladas, sendo comercializada por contratos de longo prazo com países do Come. Esses contratos, que ofereciam créditos favoráveis, possibilitaram a industrialização de Cuba (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

A gestão comercial com a Urss envolvia preços fixos de longo prazo, o que permitia o planejamento da produção e protegia a economia nacional das flutuações internacionais. Essa relação comercial resultou em um câmbio superior ao dos preços internacionais, permitindo que Cuba obtivesse uma receita 50% maior do que teria conseguido ao vender açúcar no mercado internacional (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

Na década de 1970, as mulheres já representavam mais da metade da força de trabalho sazonal nas colheitas de cana-de-açúcar, café, tabaco e frutas. Nesse período, a Anap possuía uma das maiores proporções de mulheres em cargos de liderança entre as organizações de massa cubanas, com cerca de 16% de participação feminina em suas instâncias locais. Nesse período, foram promovidas iniciativas em regiões rurais para estimular a participação das mulheres no trabalho agrícola. Contudo, a maior parte delas permaneceu exercendo funções tradicionais dentro do lar. Até 1975, mais de 20 mil mulheres já integravam brigadas de construção, enquanto muitas outras passaram a atuar na colheita de cana-de-açúcar, desafiando os modelos tradicionais de ocupação feminina (García Botella, 2021).

Por outro lado, apesar das conquistas legais, como a Constituição de 1976, que proibia discriminação, a centralidade do Estado limitou a participação cidadã das mulheres, com o governo tentando equilibrar a emancipação feminina com o controle das identidades. O tema racial foi marginalizado, e embora debates surgissem nos anos 80, o racismo nunca foi tratado efetivamente (Fernández Silva, 2019). A FMC passou a priorizar a mudança de padrões culturais e a promover cotas para jovens, negros e mulheres em posições de liderança, mas essas diretrizes foram gradualmente abandonadas (Campuzano, 1996).

Entre 1975 e 1985, Cuba estabeleceu um novo quadro institucional que impulsionou as reformas econômicas, com ênfase na organização da produção camponesa em formas

superiores, como o cooperativismo agropecuário (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Esse período marcou a adaptação da agricultura ao Nsdpe (Valdés Paz, 2011). Durante essa fase, o cooperativismo agrário coexistiu com grandes empresas estatais e obteve melhores resultados produtivos, superando o setor empresarial, caracterizado pela centralização da gestão (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). No entanto, o modelo de organização agrícola revelou sinais de insustentabilidade econômica e ecológica, afetando cerca de quatro milhões de hectares devido à salinização e erosão (Arias Guevara, 2009).

O movimento de transformação do campesinato foi um processo de socialização dos fatores de produção agrícola, sem transições graduais. Entre as vantagens desse processo, destacam-se: alta especialização, coletivização do autoconsumo, autonomia restrita com democracia participativa, facilidades de crédito e insumos, construção de comunidades eletrificadas e pensão para associados (Figueroa, 2002; Douzant, 2009; FAO, 2012). Essa transição para formas socializadas de produção (cooperativas ou fazendas estatais) foi induzida pelas políticas econômicas e pela adesão voluntária dos camponeses (Donéstevez Sánchez; Muñoz González, 2017).

Em 1976, iniciou-se a segunda etapa de industrialização da economia cubana, com o setor agropecuário perdendo seu papel econômico para o setor industrial (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Como resultado, 70% das terras foram nacionalizadas e passaram ao controle estatal, o que aumentou para 78% no final da década de 1980 (Machín *et al.*, 2010). Esse processo transformou as relações de propriedade da terra, favorecendo os trabalhadores rurais e o campesinato, além de oferecer apoio financeiro, técnico, material e comercial aos novos produtores, modernizar a infraestrutura e promover o desenvolvimento científico, social e a participação das famílias camponesas na economia (Figueroa, 2002).

A transição da economia camponesa para formas socializadas de produção levou à decomposição da unidade camponesa, que sofreu mutações na gestão e nas relações de produção. A pequena propriedade territorial subsistiu, mas foi absorvida por novas formas organizacionais de gestão e cooperação (Donéstevez Sánchez; Muñoz González, 2017).

A partir da segunda metade da década de 1970, a agricultura individual começou a ser integrada em formas superiores de produção, como as cooperativas (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Os dois primeiros congressos do PCC (1975 e 1980) impulsionaram a aceleração do modelo socialista e fortaleceram o cooperativismo como via para o socialismo, especialmente com a criação das Cooperativas de Produção Agropecuária

(CPA) (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018). Desde 1975, com o lançamento desse projeto, o número de famílias camponesas vivendo em terras próprias começou a diminuir, e o processo de transformação massiva do campesinato, por meio das CPA e do fortalecimento das CCS, concretizou-se em 1976 (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017; Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017); assim, o PCC (Partido Comunista de Cuba) visava uma transferência progressiva das terras privadas para o setor socialista (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

A transformação mais significativa ocorreu na década de 1970, quando a Anap reformulou os critérios de adesão às cooperativas. Anteriormente, apenas os chefes de família podiam se associar, mas a partir dessa mudança, todos os adultos da família passaram a ter direito de ingressar e trabalhar nas CPA. Essa alteração teve um grande impacto para as mulheres das famílias agrícolas, que muitas vezes eram as principais incentivadoras da decisão de aderir à coletivização (García Botella, 2021).

Por conseguinte, após o Primeiro Congresso do PCC (1975), a criação das CPA representou um avanço significativo na coletivização do campesinato e na inserção das mulheres no setor coletivo. Logo, para reconhecer a importância do setor camponês e incentivar a modernização agrária, o Estado disponibilizou recursos para a construção de comunidades agrícolas, além de oferecer incentivos para estimular a adesão voluntária à coletivização. Essas novas comunidades agrícolas foram concebidas como centros de trabalho que permitiam a socialização de diversas tarefas domésticas das mulheres, asseguravam o direito de participação feminina como membros e garantiam emprego para elas dentro das CPA. Além disso, proporcionavam moradias mais modernas, com infraestrutura básica, como água encanada, saneamento e eletricidade, além de disponibilizar círculos infantis, escolas, postos de saúde, cozinhas comunitárias e mercados com produtos essenciais (García Botella, 2021).

Com a integração às CPA, muitas mulheres começaram a trabalhar em tempo integral pela primeira vez, garantindo-lhes independência financeira em relação a seus maridos e pais. Além disso, as mulheres rurais que se juntaram às cooperativas passaram a ter acesso a benefícios previdenciários, como licença-maternidade remunerada e aposentadoria, algo inédito para muitas trabalhadoras do campo. Na época, entre os países latino-americanos, apenas em Cuba as cooperativistas estavam cobertas por um sistema nacional de seguridade social que incluía licença-maternidade remunerada (García Botella, 2021).

O direito de associação e de propriedade cooperativa foi reconhecido nos artigos 19 e 20 da Constituição de 1976. Na Resolução do V Congresso da Anap (1977), destacou-se a importância da cooperativização e de outras formas coletivas, como Sociedades Agropecuárias, brigadas de *macheteros*⁴¹ camponeses e grupos de ajuda mútua, além da possibilidade de CCS e Sociedades Cooperativas evoluírem para formas superiores de produção (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018).

Entretanto, Rodríguez Musa (2018) critica o caráter reducionista da regulamentação cooperativa no texto constitucional de 1976, especialmente no aspecto agrário, econômico e patrimonial. Para ele, embora o artigo 20 reconhecesse a propriedade cooperativa agrária e garantisse as cooperativas o direito de administrar, usar e dispor de seus bens, a norma limitava o caráter associativo das cooperativas agropecuárias, focando apenas na delimitação do regime de propriedade, sem oferecer diretrizes para explorar seu potencial como espaços associativos.

Por sua vez, em 1979, ficou evidente a resposta positiva das mulheres rurais à coletivização, quando o número de CPA organizadas no país ainda era relativamente pequeno (725 unidades), mas já contava com 34,7% de participação feminina entre os 14.696 membros. No mesmo ano, as mulheres representavam apenas 6,9% dos membros das CCS e outras associações camponesas, e 5,5% dos proprietários de terras individuais. Isso demonstra que a presença feminina no setor cooperativo coletivo era significativamente maior do que nos setores estatal e privado (García Botella, 2021).

Na década de 1980, a atuação da FMC se concentrou em legislações como a Lei de Maternidade (1974) e o Código do Trabalho (1985), mas sem uma perspectiva de gênero, dando mais ênfase à lealdade política (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996). Entre 1981 e 1985, a reforma econômica foi aprofundada para melhorar a produtividade e eficiência das entidades de produção agrícola. Durante esse período, o Mercado Livre Camponês foi criado, mas foi eliminado na metade da década. Também houve a construção de comunidades eletrificadas e a implementação de reformas salariais e de preços para melhorar a correlação entre salários e produtividade, além de promover o cooperativismo camponês voluntário (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

⁴¹*Macheteros*: trabalhadores rurais especializados no corte de cana-de-açúcar. Historicamente, têm desempenhado um papel fundamental na economia cubana, em especial durante os períodos de colheita, conhecidos como *zafra*. No período revolucionário, o termo ganhou conotação política, pois o governo incentivou campanhas de mobilização massiva, como a *Zafra* dos 10 milhões, onde trabalhadores voluntários, incluindo estudantes, militares e profissionais de diferentes setores, participaram do corte da cana para impulsionar a economia açucareira.

Essas transformações visavam superar o isolamento das zonas rurais e a transição para um modelo coletivo. Segundo o censo de 1981, as mulheres constituíam 14% da força de trabalho permanente nas fazendas estatais e ocupavam apenas 6% dos cargos profissionais. O número de CPA continuou a crescer, ultrapassando 1.400 unidades em 1983, com as mulheres representando 27,7% dos 82.515 membros. Além disso, sua participação em cargos de gestão dentro das cooperativas aumentou progressivamente, alcançando 12% em 1985 (García Botella, 2021). Com as CPA agrupando mais de 44.000 sítios até 1987, representando 31% do total de terras, 51,3% das terras pertencia a famílias camponesas em 1978 (Figuerola, 2002).

O processo cooperativo iniciado no fim dos anos 1970 expandiu-se continuamente até o final dos anos 1990 (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). As CPA, como dito, contaram com amplo apoio estatal. Entre 1976 e 1979, foram criadas mais de 800 CPA, reunindo cerca de 26.454 associados, com média de 33 cooperados por unidade (Valdés Paz, 2009). Entre 1977 e 1987, cerca de um terço dos sítios agrícolas (correspondendo a 51,3% das terras camponesas) foram incorporados às CPA. Os resultados econômicos dessas cooperativas foram positivos: aproximadamente 78% das CPA foram rentáveis ou apresentaram eficiência, especialmente aquelas voltadas à produção de cana-de-açúcar (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

Em julho de 1982, foi aprovada a Lei nº 36 das Cooperativas Agropecuárias, que estabeleceu o marco legal para a organização e funcionamento das cooperativas no setor agrícola cubano. Essa legislação abrangeu as duas principais formas cooperativas desenvolvidas até então no país, as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e as Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS). A lei também definiu seus princípios e objetivos, reconhecendo sua autonomia em relação ao Estado e conferindo-lhes personalidade jurídica. (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018).

Em suma, apesar dos êxitos das CPA, o modelo cooperativo mostrou limitações junto aos pequenos produtores. No entanto, destacou-se por apresentar melhores resultados do que as grandes empresas estatais, cujo modelo, fortemente normatizado, dificultava a produtividade, enfraquecia o sentimento de propriedade coletiva e contribuía para a alta rotatividade de mão de obra qualificada (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

Também, pesquisas comparativas para a América Latina realizadas por Deere e León (2002) mostram que, nos anos 1980, apenas em Cuba e na Nicarágua o sexo ou o estado civil não eram barreiras legais para a inclusão das mulheres na reforma agrária. Em ambos os países, tanto chefes de família do sexo feminino quanto esposas e filhas puderam se tornar

membros das cooperativas de reforma agrária. A análise comparativa de Deere e León (2002) destaca o papel crucial das organizações rurais e camponesas na promoção da participação feminina nas estruturas agrárias pós-Revolução.

Já na segunda metade dos anos 1980, ficou evidente o esgotamento do modelo de desenvolvimento agrário cubano (Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Em resposta, entre 1985 e 1993, esse setor se adaptou à Campanha de Correção de Erros e Tendências Negativas, promovida pelo governo em nível nacional (Valdés Paz, 2011). Aliás, nesse período, o contexto internacional da economia cubana foi desfavorável, com o declínio econômico progressivo dos países do Come, impactando diretamente a agricultura (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017).

Além do mais, apesar de benefícios das reformas das décadas de 1970 e 1980, a agricultura familiar não se beneficiou tanto quanto as formas de produção estatais e cooperativas, especialmente em termos de mecanização e acesso a insumos (Douzant, 2002). Essa situação permitiu que a agricultura familiar mantivesse práticas mais autônomas e com menor consumo de insumos (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Entre 1986 e 1989, o processo de cooperativização na agricultura cubana desacelerou devido ao esgotamento do modelo agrícola vigente, o que resultou na redução da área ocupada por cooperativas. As dificuldades enfrentadas pelo setor foram amplamente debatidas durante o II Encontro de Cooperativas (1986), o III Congresso do PCC (1986) e o VII Congresso da Anap (1987), que buscaram alternativas para superar as deficiências do cooperativismo (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018).

Recapitulando, nos anos que antecederam o colapso da União Soviética, a maior parte das terras cultiváveis em Cuba estava sob controle estatal (78%), enquanto as CPA detinham 10% e as CCS e agricultores individuais possuíam os 12% restantes. As leis de reforma agrária garantiram aos pequenos produtores o direito definitivo à posse da terra, permitindo-lhes criar cooperativas como uma nova forma de organização produtiva. No entanto, a reforma agrária não levou em consideração diretamente a questão de gênero. Para aumentar a participação feminina no setor agrícola e cooperativo, foram necessárias ações coordenadas entre o Estado e organizações camponesas e feministas (García Botella, 2021).

Mas, dentre as reformas agrárias implementadas na América Latina até os anos 1980, a experiência cubana se destaca como a mais emblemática. Dados nacionais da época indicam que as mulheres cubanas se beneficiaram significativamente da reforma agrária, representando 26% dos 78.000 membros das cooperativas de produção no país em meados

dos anos 1980. No entanto, as mulheres ainda eram sub-representadas como trabalhadoras sazonais nas fazendas estatais e nas CPA, além de receberem salários inferiores e terem jornadas de trabalho reduzidas devido às responsabilidades domésticas (García Botella, 2021).

Entre 1985 e 1995, o emprego feminino aumentou, mas o Período Especial, iniciado em 1990, causou uma drástica queda no número de mulheres no setor estatal, embora sua participação na força de trabalho ativa tenha aumentado devido à diminuição da força masculina (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996). O Período Especial trouxe de volta problemas pré-revolucionários, como a prostituição e o aumento do machismo, afetando especialmente as mulheres, que enfrentaram dificuldades econômicas agravadas pelo bloqueio dos EUA (Moreau-Lebert, 2015b).

Em 1990, a estrutura da propriedade da terra em Cuba era dividida da seguinte forma: 75% das terras pertenciam ao Estado, 14% ao setor privado (agricultores familiares) e 11% às cooperativas (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Nesse ano, as CPA concentravam apenas 10% das terras cultiváveis do país, enquanto 12% (cerca de 800.000 hectares) permaneciam sob posse de famílias camponesas com propriedades privadas (Douzant, 2009; Machín *et al.*, 2010). No entanto, com o colapso do campo socialista soviético, o período favorável à agricultura dos anos 1980 só foi repetido no final dos anos 1990, quando se iniciou uma série de reformas descritas por Valdés Paz (1997) como a Terceira Reforma Agrária (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Para compreender essa fase, é fundamental considerar tanto o cenário internacional e suas consequências para o país quanto os processos internos que geraram a necessidade de reformular a administração dos recursos agrícolas. Esse período coincidiu com a desintegração do campo socialista soviético, a hegemonia estadunidense, a crise econômica e social no Sul e o agravamento do bloqueio contra Cuba⁴², além dos ajustes socioeconômicos do Período Especial e a retificação do socialismo cubano.

Durante esse período, as mulheres mantiveram altas taxas de participação no ensino superior e no emprego, sendo essenciais para o desenvolvimento de setores avançados como a biotecnologia. No entanto, a incapacidade do Estado em oferecer as mesmas garantias de

⁴² Bloqueio contra Cuba: política dos Estados Unidos iniciada na Guerra Fria, que restringe o comércio, as finanças e as relações diplomáticas com o país. Desde 1960, foram impostas severas restrições comerciais, afetando exportações e importações cubanas. Entre as sanções, incluem-se: proibição de venda de armas, restrições financeiras que dificultam investimentos estrangeiros, embargo comercial e limitações de viagens de cidadãos dos EUA para Cuba. Além disso, pressões diplomáticas buscam isolar Cuba e restringir seu acesso a medicamentos e tecnologia médica. Em 1991, o Senado dos EUA condicionou a ajuda à Urss à suspensão do apoio econômico e militar a Cuba. Em 1992, novas sanções, como a Lei Torricelli, proibiram subsidiárias de empresas americanas em terceiros países de negociar com Cuba e restringiram rotas comerciais. Também foram adotadas medidas que dificultaram viagens para pesquisa de mercado e limitaram a importação de produtos cubanos, como rum e tabaco, mesmo para consumo pessoal (Pérez Salomón, 2012; Gómez Ferrals, 2021; Prensa Latina, 2021).

saúde e educação de antes dificultou a socialização das tarefas domésticas e contribuiu para a proliferação da prostituição, ilustrando a luta das mulheres em meio à crise (Campuzano, 1996).

Durante o Período Especial, as mulheres desempenharam um papel crucial na economia cubana, enfrentando desafios impostos pelo bloqueio dos EUA e pela lei Helms-Burton. Elas mantiveram a responsabilidade principal pela criação dos filhos e pelas tarefas domésticas, apesar da escassez de eletricidade, alimentos e medicamentos. Em 1992, Cuba gastou 30 milhões de dólares a mais em transporte para importar alimentos, e em 1993, a importação alimentar custou 440 milhões de dólares. Além disso, em 1995, a produção nacional de medicamentos foi limitada, causando escassez, como no caso dos absorventes higiênicos, cuja produção atendia apenas 10% da demanda (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996).

Em 1994, a Casa das Américas lançou o Programa de Estudos da Mulher, promovendo cursos e um congresso sobre literatura feminina latino-americana, abordando o impacto da crise econômica nas mulheres cubanas após a queda da Urss (Campuzano, 1996). A abertura ao mercado internacional, com a introdução de empresas mistas e a despenalização do dólar, gerou novas relações econômicas que desafiaram as políticas de igualdade, resultando em estratificação social e maior diferenciação nas identidades de gênero (Fernández Silva, 2019).

O planejamento familiar em Cuba, reconhecido como um direito humano, passou por desafios na década de 1990 devido à escassez de anticoncepcionais e à dificuldade em atender à demanda (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996). Apesar disso, o governo manteve serviços de saúde, como o aborto legal, com uma taxa de 0,7 por parto. A desigualdade de renda e a diversificação das fontes de receita aprofundaram as desigualdades sociais, especialmente no setor informal, onde muitas mulheres migraram, enfrentando práticas sexistas e subordinadas (Fernández Silva, 2019).

Legislações como a Lei da Maternidade da Trabalhadora (1974), que estabelecia a licença remunerada de 18 semanas e licenças complementares e não remuneradas para cuidados familiares, reforçaram a associação da identidade feminina ao espaço doméstico, consolidando a divisão sexual do trabalho e resultando em uma “dupla jornada” para as mulheres. Durante a crise econômica, elas se tornaram agentes principais na mitigação da crise, organizando hortas comunitárias e promovendo trabalho voluntário (Fernández Silva, 2019). Durante o VI Congresso da FMC em 1995, a agenda foi redefinida, reconhecendo o trabalho das mulheres como uma forma de emancipação econômica e promovendo maior

participação política. O congresso destacou a luta contra padrões culturais que limitam a presença feminina em cargos de liderança, como a ausência de mulheres nas Forças Armadas (Fernández Silva, 2019).

Com o colapso do bloco socialista e a pressão do bloqueio dos EUA, Cuba perdeu seus mercados tradicionais e fontes de financiamento externo, o que resultou na redução de suas capacidades de exportação e importação e na deterioração de sua estrutura produtiva (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). A escassez de petróleo e as pequenas dimensões do mercado interno agravaram ainda mais a situação nacional. Então, as importações de insumos e tecnologias agrícolas diminuíram drasticamente (Tabela 4) (Leyva Remón, 2017). No entanto, diversos fatores impediram o processo de desruralização, ao mesmo tempo em que acentuaram a ruralização na década de 1990.

Tabela 4. Dados da situação da agricultura cubana após o colapso do campo socialista

Redução das importações de insumos e tecnologias para a agricultura	
Fertilizantes e pesticidas	Redução de mais de 80%
Níveis de combustível	Diminuição de 53%
Praguicida	Diminuição de 63 %
Alimento animal	Diminuição de 70 %

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Leyva Remón (2017).

No quadro seguinte, observa-se como a depressão econômica que assolou a sociedade cubana nos anos 1990 teve um impacto devastador sobre muitos dos sucessos alcançados pelo desenvolvimento agrário revolucionário (Quadro 1). Além disso, agravou quase todas as deficiências latentes desse sistema (Valdés Paz, 2011).

Quadro 1. Lista de consequências para o setor agrícola da queda do bloco socialista soviético

Consequências para a Agricultura Cubana
- Queda das exportações.
- Queda vertiginosa do Produto Interno Agrário (PIA), recuperado parcialmente até os anos 1990.
- Descapitalização do setor agrícola, com perda de pelo menos 50% dos meios básicos.
- Queda do investimento produtivo.
- Baixa disponibilidade de insumos e energia.
- Desmoronamento do modelo tecnológico.
- Afetações no nível de equipamentos devido a: 1) Falta de reposição ou obsolescência e 2) Falta de preservação dos meios e instalações.
- Falta de força de trabalho agrícola.
- Queda da produção e dos rendimentos.
- Queda das importações de insumos, alimentos e rações.
- Inadequado manejo dos elementos da natureza.
- Deterioração dos solos.
- Insegurança alimentar.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Valdés Paz (2011); Figueroa (2002); Casimiro Rodríguez (2016).

De acordo com a Cepal (2010), a agricultura cubana foi forçada a modificar seu modelo de especialização (cana-de-açúcar, tabaco), repensar sua inserção na economia internacional e reorientar a produção nacional. Como consequência, o Estado cubano precisou

aplicar mudanças estruturais em seu modelo econômico, especialmente no setor agropecuário (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Isso gerou a necessidade de reformular a política agrária, embora as causas dessa situação, conforme destacado por Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017), não fossem claramente compreendidas como estruturais e próprias do modelo produtivo. O colapso da União Soviética também interrompeu a transição da terra do setor privado para a produção estatal socialista (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Inclusive, houve um tensionamento entre a defesa da propriedade social e a emergência de desigualdades na prática, especialmente no contexto da crise, quando o Estado já não conseguia garantir o controle efetivo da produção, forçando a reabertura para lógicas de mercado (empresas mistas, dólar, turismo), o que gerou uma nova lógica de diferenciação social e de classe, inclusive dentro da agricultura.

Dessa forma, embora a história agrária de Cuba desde a colonização parecesse indicar a extinção da agricultura familiar, ela experimentou dois picos demográficos nos últimos cinquenta anos do século XX. Nos anos 1960, quando as reformas agrárias transformaram latifúndios em propriedades camponesas. Nos anos 90, quando o colapso do bloco soviético forçou o país a diversificar a produção agrícola, visando maior autonomia alimentar e promovendo a agricultura urbana, baseada no conhecimento camponês e em processos produtivos com baixo custo de energia e recursos financeiros (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

A partir de 1990, Cuba implementou uma reforma agrícola visando a desestatização da agricultura, com a diversificação das formas de uso da terra, mantida a propriedade estatal (Ver Apêndice 9). Esse processo incluiu a redistribuição de terras por meio de usufruto gratuito, embora a renda e a valorização da terra continuassem excluídas da prática econômica (Figueroa, 2002; Casimiro Rodríguez, 2016).

A reforma agrária iniciada na década de 1990, considerada a mais importante desde a primeira, exigiu uma reavaliação epistemológica dos estudos sobre o rural e o campesinato em Cuba, conforme Arias Guevara e Leyva Remón (2017). O debate acadêmico passou a avaliar criticamente a incapacidade do modelo de desenvolvimento nacional em enfrentar a crise, o que levou à inclusão de novos eixos nos estudos, como reforma agrária contínua, sustentabilidade, agroecologia, conhecimento local, participação, gênero, inovação social e estratégias familiares. Esses temas visavam à revalorização do território, do capital social e humano, e dos novos atores sociais nesse contexto.

Em 1991, aprovaram o Decreto-Lei 125, que regulava o “Regime de posse, propriedade e herança da terra e bens agropecuários”, estabeleceu um regime jurídico especial que priorizava a produção agrícola e reconhecia a terra como recurso essencial para a economia do país. Bem como determinava que a terra não podia ser doada livremente nem transmitida por testamento, e sua herança devia seguir critérios específicos. Para a transferência de propriedade após o falecer o pequeno agricultor, o herdeiro devia ser coproprietário ou possuidor legítimo, ter vínculo familiar com o falecido e comprovar que trabalhou na terra por pelo menos cinco anos antes da morte do titular. Além disso, a propriedade devia ter sido concedida pela Lei de Reforma Agrária ou herdada de um proprietário anterior. Com isso, buscava-se garantir que a terra continuasse nas mãos de quem realmente a cultivava (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Esse decreto-lei revela uma tentativa de garantir o princípio revolucionário de que “a terra é para quem a trabalha”. A legislação buscava evitar a mercantilização e concentração da terra, alinhando-se com os ideais socialistas de redistribuição e controle estatal dos meios de produção. Porém, ao estabelecer requisitos rígidos para a transmissão da terra, o decreto também refletia limitações estruturais do Estado em reconhecer as novas formas de trabalho e produção familiar, sobretudo o trabalho feminino, muitas vezes invisibilizado como força produtiva no agro.

Da mesma forma, a discriminação de fato das mulheres da herança da terra, dado que o vínculo com a terra era (e continua sendo) associado ao trabalho formal reconhecido (e não ao trabalho reprodutivo ou comunitário que elas realizavam), expõe a manutenção de uma divisão sexual do trabalho no campo, reforçada por critérios legais que não consideram o papel invisibilizado das mulheres nas unidades produtivas familiares. Assim, é importante notar como o modelo socialista cubano de então, mesmo sendo uma alternativa ao capitalismo colonial, reproduzia epistemologias eurocentradas sobre propriedade e trabalho, nas quais a noção de “trabalhar a terra” estava situada em práticas masculinas visíveis de cultivo e não nos sistemas comunitários e familiares de subsistência (práticas estas onde as mulheres têm papel essencial).

Aliás, a concepção da terra como um recurso produtivo e econômico refletia uma visão modernizadora, que podia desconsiderar saberes tradicionais e formas de relação com o meio ambiente pré-existentes. Portanto, o saber e a prática das mulheres camponesas, muitas das quais negras ou mestiças, foram marginalizados frente à lógica do Estado nacional e sua visão modernizante da agricultura. Em suma, o escasso reconhecimento formal das mulheres

como agricultoras legítimas refletia uma estrutura patriarcal, mesmo no socialismo, que reproduzia, por via estatal, a associação da mulher ao espaço doméstico e do homem ao espaço produtivo.

Entre 1993 e 2008, a agricultura cubana passou por um processo de recuperação da crise dos anos 1990 e pela implementação da terceira reforma agrária nacional (Valdés Paz, 1997; 2011). Essas transformações visaram resolver o problema da soberania alimentar, com a introdução do Programa Alimentar, cujo foco principal era a diversificação agrícola e o aumento da produção de alimentos para o consumo interno, reduzindo a dependência alimentar (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017; Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017).

Recompensa Joseph e Recompensa Joseph (2017) destacam que a reforma de 1993 se diferenciava das de 1959 e 1963 por se basear no parcelamento da terra em diferentes regimes: cooperativo, autogestão participativa, individual e empresarial privado. A descentralização e desestatização da agricultura, conforme Arias Guevara e Leyva Remón (2012) e Herrera Sorzano e González Sousa (2017), resultaram em transformações nas estruturas agrárias e relações sociais de produção.

Essas mudanças estruturais foram essenciais para redefinir o papel do campesinato e suas práticas no setor agrícola, como destacado por Arias Guevara e Leyva Remón (2017), que ampliaram o conceito de camponês, incluindo novos produtores especializados em culturas como café e tabaco. A agricultura familiar, inicialmente em declínio, tornou-se crucial para a revitalização da produção diversificada, em contraste com o impacto negativo nas fazendas estatais (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015; Rosset *et al.*, 2011).

Apesar da mudança, as omissões nas primeiras políticas agrícolas exacerbam a contradição entre grandes e pequenas propriedades, acelerando o avanço do caráter mercantil da produção camponesa e aumentando sua participação no mercado de trabalho (Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Com essas transformações, Cuba iniciou a transição para um novo modelo agrário, enfrentando desafios na recuperação da agricultura após a crise dos anos 1990. Embora a agricultura não açucareira tenha se recuperado, a indústria açucareira não atingiu as metas de produção (Valdés Paz, 2011).

Como resposta à crise, em 1993, o governo criou as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (Ubp), baseadas nas normas das CPA e no patrimônio estatal existente, com o objetivo de reduzir o tamanho excessivo das empresas agrícolas (Arias Guevara; Leyva Remón, 2017; Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Essa reforma marcou o início de

uma nova fase do cooperativismo agrário em Cuba, consolidada após o V Congresso do PCC em 1997 (García Pedraza; García Ruiz; Donéstez Sánchez, 2018).

As Ubpc passaram a funcionar em unidades menores, como fazendas leiteiras e sítios, muitas vezes geridas por grupos familiares. Metade das fazendas estatais foi transformada em Ubpc, com a terra concedida em usufruto gratuito, formando cooperativas com objetivos econômicos, sociais e comunitários (Arias Guevara; Leyva Remón, 2017; Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Esse processo de desestatização e descentralização fez com que o setor cooperativo, tanto estatal (Ubpc) quanto camponês (CPA e CCS), se tornasse a principal base da agricultura cubana. A propriedade coletiva consolidou-se como a forma predominante de propriedade agrícola, com 54% das terras em posse estatal e 46% em mãos não estatais (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Contudo, Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017) observam que nenhuma dessas formas cooperativas conseguiu mobilizar a pequena produção para a coletivização, apesar dos esforços de desestatização via Ubpc.

Por sua vez, apesar do já exposto, a participação das mulheres nos programas prioritários durante o Período Especial foi fundamental, com índices superiores ao percentual nacional em quase todas as áreas, exceto na agricultura (Tabela 5). Mesmo nesse setor, aproximadamente 200.000 mulheres estavam envolvidas na produção de alimentos, evidenciando seu papel crescente na força de trabalho cubana (Aguilar; Popowski; Verdeses, 1996); porém esse número ainda era baixo comparado a outros setores e, mais importante, a terra continuava majoritariamente sob controle masculino.

Tabela 5. Percentual de mulheres na força de trabalho de diferentes setores econômicos em 1993

Programas priorizados (1993)	% feminino do total da força laboral	% feminino do total da força técnica média e superior	% dos dirigentes
Alimentaria			
Setor agropecuário	26,5	32,6	11,6
Agroindústria açucareira	19,7	33,9	10,5
Cooperativas de produção	20,5	28,2	14,4
De desenvolvimento			
Científico técnico	43,0	41,7	26,1
Turismo	44,0	52,0	25,0
Educação	69,0	70,2	48,6
Saúde pública	72,0	79,9	35,8

Fonte: Aguilar, Popowski e Verdeses (1996).

Durante essa crise, muitas mulheres adaptaram-se a novos setores de trabalho e reforçaram seu papel essencial na força de trabalho agrícola, tanto em suas casas quanto nas comunidades rurais (García Botella, 2021). Foram elas quem muitas vezes garantiram a soberania alimentar local com hortas urbanas e familiares, apesar de não serem legalmente

reconhecidas como donas da terra onde trabalhavam. Então, continuava-se com a invisibilização estrutural desse trabalho, tanto nos marcos jurídicos como nos dados oficiais.

As transformações se deram principalmente nos padrões de produção, com o incentivo à agricultura de baixo uso de insumos externos, bem como na conversão das fazendas estatais em Ubpc, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº 142, de 1993. Além disso, foram adotadas medidas para liberalizar o mercado interno de alimentos, como o Decreto-Lei nº 191/94, que permitiu a criação de mercados livres de oferta e demanda (García Botella, 2021).

Após a Conferência Mundial de Mulheres em Pequim, em 1995, o governo cubano lançou um plano para combater a discriminação, resultando na aprovação do Plano de Ação Nacional de Acompanhamento da Conferência em 1997, que promovia estudos de gênero e abordava questões misóginas, além de executar políticas de apoio às mulheres no mercado de trabalho e o decreto-lei 259/2008, que concedeu terras em usufruto para aumentar a participação feminina na agricultura (Fernández Silva, 2019).

Embora o VI Congresso da FMC (1995) e o Plano de Ação Nacional de 1997 tenham avançado em reconhecer as mulheres como produtoras ativas, o monopólio estatal sobre o movimento de mulheres (FMC) limitou o surgimento de críticas profundas ao patriarcado socialista. A tentativa de manter o socialismo “irrevogável” propiciou um modelo de cidadania feminina subordinada ao Estado e à Revolução, e não necessariamente autônoma e crítica.

Destaca-se ainda o papel estratégico do cooperativismo para a agricultura cubana durante o Período Especial em tempos de paz, quando o Estado concedeu terras em usufruto às CPA e CCS, além de criar as Ubpc como uma nova forma de cooperativa de base proletária. Logo, com a crise, a nação foi forçada a mudar seu modelo agrícola, buscando maior sustentabilidade para garantir a alimentação da população sem depender das importações estratégicas do bloco soviético (García Botella, 2021).

A partir de 1997, surgiu o *Movimiento Agroecológico de Campesino a Campesino* (MACaC)⁴³, que, segundo Leyva Remón (2017), se apresentou como a principal alternativa à Revolução Verde, tanto em termos epistêmico-culturais quanto políticos, sociais, ecológicos e tecno-produtivos. O movimento teve um impacto significativo, promovendo:

⁴³ *Movimiento Agroecológico de Campesino a Campesino* (Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês): surgiu como uma resposta à crise alimentar do Período Especial (1990-1999) e como alternativa ao modelo da Revolução Verde, baseado no uso intensivo de insumos químicos e mecanização. Organizado pela Anap, o MACaC promove a agroecologia por meio da troca direta de conhecimentos entre camponeses, sem depender exclusivamente de especialistas ou instituições formais. Esse método fortalece a autonomia rural, melhora a produtividade sem prejudicar o meio ambiente e valoriza os saberes tradicionais. Além de contribuir para a segurança alimentar, o movimento impulsiona a soberania alimentar e a resiliência das comunidades rurais diante de crises econômicas e ambientais.

- A inclusão de 110.000 famílias agricultoras em pouco mais de uma década, superando a taxa de outros países da região em 30 anos.
- A interação com programas estatais voltados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, especialmente nas áreas montanhosas.
- A produção de meios biológicos e matéria orgânica.
- A disseminação da tração animal.
- O cultivo popular de arroz.
- O desenvolvimento da agricultura urbana.
- A melhoria e conservação dos solos.
- A luta contra a desertificação e a seca.
- A proteção e promoção das plantações florestais.

Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017) apontam que, nesse período, a “fome de terras” foi atendida através de empréstimos e concessões para cultivo e autoconsumo, mas sem uma abordagem estruturada das políticas agrícolas. As reformas enfrentaram limitações, como a falta de consideração pela diversidade de tipos socioeconômicos e a dependência de insumos importados, tornando insustentáveis os programas de produção agropecuária. Além disso, a mão de obra foi organizada sem experiência agrícola, o que impactou a eficácia da produção.

Durante os anos mais difíceis do Período Especial, muitas abandonaram seus empregos na indústria e em outros setores para assumir responsabilidades no cuidado do lar, dos filhos e dos enfermos, acumulando uma “jornada dupla” de trabalho. Diante dessa realidade, muitas passaram a buscar alternativas no trabalho autônomo, principalmente em atividades tradicionalmente femininas, como a produção e venda de alimentos em áreas urbanas e periurbanas (García Botella, 2021).

Em outro aspecto, como afirma Lucía García Botella (2021), a articulação entre Estado, academia e camponeses tem sido consolidada desde o final dos anos 1990 e é essencial para impulsionar um modelo agrário alternativo e aumentar a produção nacional de alimentos em pequena escala. Mas, ainda quedava um longo caminho a percorrer para superar a visão excessivamente centrada na agricultura e avançar para um desenvolvimento rural e local mais multidimensional. Para isso, se deve fortalecer o papel dos governos locais e sua capacidade real de enfrentar os desafios que afetam as mulheres rurais e camponesas no atual cenário cubano (García Botella, 2021).

Entretanto, a dificuldade de conciliar trabalho e família, a necessidade de flexibilizar horários e reduzir a carga de responsabilidades sobre as mulheres rurais, assim como a escassez de serviços sociais complementares (como círculos infantis, vias não formais⁴⁴ e apoio à infância) seguiram como desafios ao longo da etapa. Essas barreiras limitaram a inserção direta das mulheres nas atividades agrícolas, ainda quando as mulheres rurais foram um dos grupos mais beneficiados por políticas educacionais e de emprego, evidenciando a eficácia das estratégias voltadas para populações em situação de vulnerabilidade. Contudo, entre 1997 e 2001, apenas cerca de 18% dos postos de trabalho no setor agrícola eram ocupados por mulheres, devido às difíceis condições laborais desse segmento (García Botella, 2021).

Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017) apontam uma série de falhas que levaram ao declínio do processo de socialização agrícola na última década do século XX. Entre os principais problemas destacavam-se: a especialização excessiva na produção agroexportadora, que gerou desequilíbrios com o consumo interno; os investimentos tecnológicos pouco diversificados, com alto consumo de combustível e degradação do solo; o excesso de dimensão das empresas e a aplicação de práticas industriais inadequadas ao setor agrícola. Também existiam: políticas comerciais inconsistentes, que desestimularam a produção e fomentaram a escassez; perda de identidade camponesa e de membros nas CPA; precarização da força de trabalho e limitada participação das mulheres; e desvirtuamento do modelo cooperativo, afastando-se dos princípios de autonomia e democracia.

O setor cooperativo agrícola empregava somente 0,8% da força de trabalho feminina da ilha em 1989. Na década de 1990, as mulheres representavam 13,6% dos trabalhadores nas Ubpc agrícolas e 11,2% nas Ubpc do setor açucareiro, enquanto nas CPA e CCS, a presença feminina era de 17,3% e 9,2%, respectivamente. O ajuste das CPA durante o Período Especial permitiu certa diversificação econômica e produtiva, com programas de autoconsumo e atividades artesanais que abriram novas perspectivas para a integração das mulheres em atividades produtivas (García Botella, 2021).

As Ubpc representam uma nova forma de cooperativa empresarial, formada por ex-trabalhadores estatais, agora proprietários coletivos, mas herdaram problemas econômico-financeiros das antigas empresas estatais e inconsistências em sua formação (García Pedraza;

⁴⁴ Vias não formais (*vias no formales*) na educação da primeira infância: são alternativas institucionais cubanas ao atendimento tradicional em *círculos infantiles* e pré-escolas. Essas vias incluem programas como Educa teu filho, uma estratégia comunitária de educação parental que envolve famílias e comunidades no desenvolvimento infantil, especialmente em áreas rurais e regiões com menor acesso a creches formais. Esse modelo permite que as crianças de 0 a 6 anos recebam estimulação e aprendizado em casa ou em espaços comunitários, com a orientação de educadores, profissionais de saúde e voluntários capacitados, garantindo assim a universalização do atendimento na primeira infância

García Ruiz; Donéstez Sánchez, 2018). Embora tenham assumido um papel central, a importância das Ubpc diminuiu ao longo do tempo, enquanto as CCS e os produtores usufrutuários ampliaram sua participação, alcançando 34,1% da área agrícola nacional em 2013 (Mármol Fundora, 2015).

Diante das demandas socioeconômicas crescentes, Rodríguez Musa (2018) defende a necessidade de as cooperativas se constituírem como instituições integrais, com reconhecimento constitucional do direito de associação, fortalecidas por garantias jurídicas que assegurem autonomia, solidariedade, participação democrática e desenvolvimento social. Os projetos da Anap foram realizados em parceria com organizações nacionais e internacionais, como a Actaf (Associação Cubana de Técnicos Agrícolas e Florestais) e a Acpa (Associação Cubana de Produção Animal), contando ainda com o apoio de diversos ministérios. Desde os anos 1990, programas dessas entidades atraíram financiamento internacional e de cooperação para fortalecer o papel das mulheres como produtoras e ampliar as oportunidades de emprego igualitárias. Essas iniciativas facilitaram o acesso à informação e a espaços de participação em um ambiente tradicionalmente patriarcal, tanto no trabalho quanto na vida familiar. Além disso, chamaram a atenção política e social para as mulheres rurais. O conteúdo dos programas esteve especialmente voltado para fortalecer a participação feminina na tomada de decisões e em ações comunitárias relacionadas à segurança alimentar (García Botella, 2021).

Apesar dessas mudanças estruturais, a descentralização e a interação entre o movimento camponês e o Estado não criaram muitas oportunidades para as mulheres camponesas. No final da década de 1990, algumas mulheres passaram a integrar as Ubpc como trabalhadoras cooperativistas, visando produzir para o autoconsumo, aumentar suas rendas e ampliar sua participação na economia, além de ter acesso à moradia. No entanto, sua presença nesse novo modelo agrícola ainda era reduzida, limitando sua participação nos processos de tomada de decisão e nas diretorias das cooperativas. Em 1990, as mulheres possuíam apenas 1,6% das terras no setor não estatal e uma porcentagem semelhante no setor privado. Em 2008, esses índices aumentaram para 2,3% e 8%, respectivamente, indicando que o acesso feminino à terra continuava muito inferior ao dos homens (García Botella, 2021).

Diante desse cenário, a Anap adotou e espalhou as melhores práticas agroecológicas da América Central, por meio de uma estratégia de transição tecnológica e cultural que se tornou essencial nas políticas sociais para a agricultura camponesa (familiar) no início do século XXI (Leyva Remón, 2017). Por então, o cooperativismo agrícola cubano permaneceu

com limitações de autonomia e enfrentando uma crise agrária sem soluções estruturais, o que resultou em uma entrega massiva de terras, desmontando parte da economia social anterior (Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Ao mesmo tempo, o setor agrícola privado, com apenas 20% da área produtiva, foi responsável por mais de 50% da produção nacional ao final dos anos 1990 (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Entretanto, um relatório da FAO sobre o acesso legal das mulheres à terra revelou que, apesar de estarem presentes nas cooperativas, suas atividades eram pouco valorizadas e os cargos de maior hierarquia continuavam sendo ocupados por homens. Além disso, o número médio de dias trabalhados por mês pelas mulheres nas cooperativas era inferior ao dos homens, resultando em remunerações mais baixas. Também destacam-se as oportunidades desiguais de emprego para as mulheres cubanas, considerando sua carga de trabalho doméstico (García Botella, 2021).

Destaca-se a importância das mudanças nas relações de gênero após a crise econômica da década de 1990. A partir desse período, as reformas legislativas voltadas para melhorar a situação das mulheres cubanas enfrentaram o risco de intensificar a separação entre o discurso estatal e os ideais de gênero no cotidiano, gerando aparentes contradições. Enquanto o fracasso das sociedades capitalistas decorre da recusa em integrar adequadamente as desigualdades de gênero e as demandas dos grupos femininos na sociedade civil, o socialismo falhou ao impedir o pleno funcionamento da sociedade civil, incluindo as organizações de base de gênero. Durante anos, os interesses das mulheres cubanas foram representados de maneira retórica por uma burocracia sem poder efetivo, sendo constantemente impactados pelos custos dos excessos revolucionários, o que exigia uma maior autonomia e articulação dessas mulheres (García Botella, 2021).

No contexto de crise, o Movimento Camponês Cubano, por meio da Anap, estabeleceu alianças estratégicas com o Estado e outros atores externos, demonstrando sua capacidade de influenciar políticas e programas governamentais. Um marco importante foi a aprovação, em 2005, da primeira estratégia de gênero no setor agrícola, com o objetivo de ampliar tanto a oferta quanto a qualidade dos empregos para as mulheres rurais. Essa iniciativa foi uma continuidade das ações promovidas conjuntamente com a FMC desde os anos 1970. Embora a Anap fosse composta por chefes de família de ambos os sexos, a participação feminina ainda era reduzida em 1992, representando apenas 14,5% da organização e 18,1% do seu Bureau. No entanto, esforços significativos foram feitos para garantir oportunidades sociais e econômicas equitativas para as mulheres, melhorar o acesso a serviços sociais essenciais

(especialmente em áreas rurais), ampliar a conscientização por meio de treinamentos de gênero e sensibilização, além de desenvolver estatísticas e indicadores nacionais sobre a questão (García Botella, 2021).

1.4. Gênero na Cuba do século XXI e estudos sobre a categoria no contexto internacional e nacional

Pesquisas mais recentes apontam para a importância dos avanços obtidos pela Anap, ainda que modestos e pouco divulgados. Há um potencial significativo com as novas leis de concessão de terras em usufruto, que podem ampliar as oportunidades para as mulheres camponesas em Cuba. Esses autores também ressaltam um crescimento de 7,1% na participação feminina em cargos administrativos, um aumento de 0,8% no número de mulheres associadas a cooperativas e uma elevação de 0,2% na quantidade de mulheres proprietárias de terras entre 2006 e 2008 (García Botella, 2021).

As cooperativas estão organizadas em 3.341 entidades de base, das quais 877 são CPA, com 46.309 membros, sendo 20,6% mulheres e 79,4% homens. Já as 2.464 CCS contam com 334.743 membros, dos quais 18% são mulheres e 82% homens. Esses dados demonstram a importância dessas organizações na produção nacional de alimentos. Antes de 2008, o número de mulheres usufrutuárias de terra era de aproximadamente mil. Nos dois primeiros anos após a implementação do Decreto-Lei 259, das 171.237 pessoas beneficiadas, apenas 9,5% eram mulheres (García Botella, 2021).

As cooperativas passaram a ter um papel fundamental na produção de alimentos para o consumo interno. Enquanto o setor estatal reduziu sua participação de 75% em 1992 para 35,8% em 2007, o setor não estatal (Ubpc, CPA e CCS) aumentou sua representatividade de 25% para 64,2% no mesmo período. Apesar do processo de redistribuição de terras e da ampliação do acesso das mulheres ao emprego rural nos anos 1990, dados da Anap revelam que, em 2007-2008, apenas 11% das mulheres eram proprietárias de terras (García Botella, 2021).

A partir de 2008, Cuba iniciou uma quarta reforma no setor agrícola, promovendo a municipalização da agricultura. Valdés Paz (2011) destaca que a crescente reserva de terras ociosas evidenciou a necessidade de redistribuí-las entre novos camponeses, camponeses tradicionais e cooperativas com mão de obra disponível. Como resultado, o governo optou pelo crescimento extensivo da produção, expandindo a área cultivada e redistribuindo terras agrícolas ociosas por meio do usufruto gratuito. No entanto, muitas dessas terras,

especialmente nas Ubpc e fazendas estatais, permaneceram improdutivas (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015) (Quadro 2).

Quadro 2. Corpo legal referente à entrega de terras em usufruto em Cuba em 2008

Corpo legal	Fundamentação
Decreto-Lei 259/2008	<p>O decreto autoriza a entrega de terrenos estatais ociosos em usufruto a pessoas físicas ou jurídicas, com os seguintes pontos principais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Propriedade estatal das terras ociosas (art. 1 e 9). 2. Duração do usufruto: até 10 anos para pessoas físicas (renováveis) e 25 anos para pessoas jurídicas (também renováveis) (art. 2). 3. O usufruto não pode ser transmitido a terceiros ou herdeiros (art. 4). 4. A área máxima concedida é de 13,42 ha (uma <i>caballería</i>) para iniciantes na agricultura, podendo ser aumentada para até 40,2 ha para agricultores ativos (art. 6). 5. As terras podem ser entregues a pessoas físicas (aposentados, autônomos, etc.) e pessoas jurídicas (empresas).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Casimiro Rodríguez, Casimiro González e Suárez Hernández (2017); Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez (2014).

Ainda que o Decreto-Lei 259/2008 tenha buscado corrigir o problema do acesso à terra pelas mulheres, o impacto concreto dessa política foi limitado pela falta de transformação estrutural na divisão sexual do trabalho agrícola e pela falta de reconhecimento do trabalho doméstico e comunitário como base da produção agrícola familiar.

O processo em curso reduziu a posse de terras estatais para cerca de 25%, enquanto aumentou o número de ocupantes individuais, que se tornaram proprietários ou usufrutuários de terras nacionais. Atualmente, a agricultura familiar cubana ultrapassa seu nível histórico de desenvolvimento, abrangendo mais de 25% da Superfície Agrícola Útil (SAU), marcando o segundo pico histórico da agricultura camponesa no país (Valdés Paz, 2011; Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

No entanto, os pesquisadores alertam que ainda não foi possível identificar claramente os perfis socioeconômicos dos beneficiários da redistribuição de terras. O Ministério da Agricultura (Minag) estima que metade desses beneficiários sejam agricultores que estão expandindo suas fazendas, enquanto a outra metade consiste em novos produtores. A maioria deles contribui para a agricultura urbana e periurbana. Assim, a agricultura familiar cubana deixou de ser estritamente camponesa e rural (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015). A interação entre políticas estatais, cooperativas, fatores ambientais e estruturas sociais conformam um ecossistema agrário dinâmico, que responde a mudanças políticas e econômicas de forma adaptativa.

Após a eleição de Raúl Castro Ruz como presidente do país e, sobretudo, diante da crise alimentar global de 2007-2008, a reforma agrária e a soberania alimentar tornaram-se temas prioritários na agenda política. A concessão de terras em usufruto, estabelecida pelo

Decreto-Lei 259 em 2008, beneficiou mais de 170.000 camponeses e impulsionou um processo de re-ruralização em Cuba (García Botella, 2021).

Em 2008, cerca de 67.576 mulheres estavam empregadas nessas iniciativas, representando aproximadamente 20% da força de trabalho agrícola (García Botella, 2021). Apesar desse aumento da participação feminina, a transferência de terras permaneceu imprecisa em relação ao acesso das mulheres.

No final da década de 2000, a crise econômica e o aumento dos preços internacionais reforçaram a necessidade de uma estratégia de substituição de importações (Nova González, 2012). A participação feminina tornou-se especialmente visível em programas de desenvolvimento agrário, como a agricultura urbana e, a partir de 2011-2012, a agricultura suburbana. Logo, o Decreto-Lei 259/2008 foi revisada em 2012 pelo Decreto-Lei 300, que buscou ampliar a quantidade de terras produtivas disponíveis sob usufruto gratuito, abrangendo cerca de 18,6% da área agrícola do país. Além disso, medidas de incentivo fiscal e crédito foram implementadas para aumentar a produção nacional de alimentos, atribuindo um papel central às mulheres (García Botella, 2021).

Relembrando, com as duas leis de reforma agrária, a área de terra agricultável nas mãos de agricultores familiares alcançou quase dois milhões de hectares no período pós-revolucionário. Contudo, até 1967, houve uma redução devido ao processo de nacionalização das fazendas camponesas. Em 1987, doze anos após a criação das CPA, a área destinada à agricultura familiar caiu para menos de um milhão de hectares (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). Esse valor se manteve estável até 2015 (Gráfico 1), embora as vendas de terras ao Estado, por falta de herdeiros, tenham contribuído para isso. Em 2015, havia 99.686 fazendas de propriedade camponesa, mas os autores alertam que o aumento no número de proprietários não reflete uma expansão da área de terra nas mãos das famílias, mas sim um efeito dos processos sucessórios (Onei, 2015).

Gráfico 1. Área agrícola de propriedade de famílias camponesas desde a vitória da Revolução



Fonte: Casimiro Rodríguez, Casimiro González e Suárez Hernández (2017).

Como foi dito, desde 2011, Cuba tem avançado na reforma agrária com o foco na descentralização, promoção da agroecologia e fortalecimento da agricultura familiar (González Mastrapa, 2017). O modelo econômico-social do país tem gerado transformações no setor agrícola, incluindo a transição para a policultura, reformas de preços e mercados, e o incentivo à produção de alimentos e à integração local (González Mastrapa, 2017; Mármol Fundora, 2015).

Na primeira fase de reordenamento da agricultura cubana, a gestão da propriedade desempenhou um papel importante, com a distribuição de terras em usufruto (em 2008 e 2012) incentivando ocupações que exigiam alto esforço físico e ampliaram a força de trabalho no setor agrícola. Embora o controle das terras cultivadas continue predominando no setor estatal, essa expansão do usufruto de terras ociosas e equipamentos agrícolas trouxe benefícios aos produtores familiares (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

Em 2012, foi aprovado em Cuba o Decreto-Lei nº 300, que revogou e aperfeiçoou o Decreto-Lei nº 259/2008, estabelecendo novas diretrizes para a entrega de terras em usufruto. Entre as principais mudanças, destaca-se o aumento do limite do tamanho das propriedades, que passou de 42 para 67 hectares. O decreto também passou a exigir que o usufrutuário se associe a uma estrutura cooperativa, podendo ser uma CCS, Ubpc ou CPA, com liberdade para escolher sua forma de participação, seja individual ou coletiva nas duas últimas. Além disso, foi autorizada a construção de moradias ou edifícios produtivos no terreno, com a possibilidade de transferência aos herdeiros, desde que estes permaneçam residindo e trabalhando na propriedade. Essa medida buscou oferecer maior estabilidade e segurança jurídica aos novos agricultores (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017; Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2014).

Desde 2011 e 2012, a comercialização de produtos agrícolas sofreu transformações, com a flexibilização e diversificação dos mecanismos de venda, incluindo a descentralização no mercado *minorista*⁴⁵. Economicamente, iniciou-se a venda direta para estabelecimentos turísticos e a criação de mercados agrícolas com gestão cooperativa não agrícola, o que estimulou a produção e fortaleceu a força de trabalho nesse setor (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

Entre 2007 e 2017, a agricultura cubana apresentou avanços produtivos significativos no setor não estatal, com destaque para a produção de tubérculos, hortaliças, leguminosas,

⁴⁵*Mercado minorista*: mercado retalhista ou varejista, em português.

cítricos, frutas e cacau. Os indicadores revelaram um desempenho médio de 87%, sendo que 54% da agricultura não canavieira atingiu esse patamar. No caso da produção de cana-de-açúcar, os resultados foram ainda mais expressivos, com 99% de produção e 100% de rendimento. Quanto à produção de leite, observou-se uma estabilidade nos índices, com 84% de produção e 85% no número médio de vacas leiteiras. No entanto, o setor estatal apresentou maior rendimento por vaca (52%), o que pode ser atribuído ao modelo de negócios das empresas pecuárias estatais, que contavam com um número maior de vacas leiteiras (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

No entanto, apesar dessas mudanças, a transferência de terras em usufruto continuou sujeita a diversas restrições, sem menção explícita ao acesso das mulheres à terra. As cooperativas agrícolas tornaram-se a principal fonte de renda das comunidades rurais, desempenhando um papel crucial na produção de alimentos para o consumo doméstico. Contudo, a participação feminina nesse setor não foi acompanhada por avanços institucionais significativos em termos de cidadania e acesso igualitário às atividades produtivas (García Botella, 2021).

Essa falta de mecanismos claros de inclusão feminina e de acesso equitativo a terra e recursos mostrava que o sistema ainda não estava totalmente adaptado às necessidades de todos os seus participantes. A presença de padrões patriarcais nas relações agrárias e o aumento da especialização e individualização da produção geraram novos desafios, como a concentração de terras e a marginalização de pequenos agricultores.

No contexto cubano, merece também destaque a interação entre a Anap, a FMC e o Estado no processo de inclusão das mulheres e no acesso à terra. Como apresentado, os dados indicam uma incorporação progressiva das mulheres em atividades de tomada de decisão dentro das organizações e cooperativas. No entanto, a presença feminina nas CCS ainda é muito menor do que nas CPA, onde a propriedade da terra é coletiva e homens e mulheres desempenham uma variedade de funções. Medidas recentes para expandir o trabalho autônomo levaram a uma maior individualização da propriedade e especialização, frequentemente associadas aos papéis tradicionais das mulheres. Esse fenômeno reflete uma visão mais individualista do ambiente familiar, na qual certas práticas discriminatórias são naturalizadas nas relações entre homens e mulheres em áreas rurais (García Botella, 2021).

As cooperativas continuaram sendo a principal forma de organização da produção, mas sem avanços estruturais que garantissem igual reconhecimento e direitos para as mulheres. Isso revela um padrão recorrente na história agrária, onde a propriedade e o

controle dos meios de produção eram predominantemente masculinos, e a contribuição feminina era vista como acessória ou complementar.

A especialização do trabalho feminino dentro das cooperativas também reforçava papéis tradicionais, limitando o potencial emancipador da política agrária. Não esqueçamos que: mulheres são frequentemente associadas a funções consideradas extensões do cuidado, como cultivo de hortaliças, processamento de alimentos e gestão de cooperativas em nível organizacional, enquanto os homens mantêm o controle sobre as grandes propriedades e sobre as tomadas de decisão estratégicas dentro do setor agrícola.

De modo semelhante, as diferenças entre as cooperativas de gestão coletiva e propriedade privada (CCS) e as de gestão e propriedade coletivas (CPA) também demonstraram desigualdades significativas. Enquanto as CPA possibilitavam um acesso mais equitativo, com distribuição coletiva da terra, as CCS podiam reforçar os padrões patriarcais e capitalistas, favorecendo a individualização da propriedade, o que pode excluir mulheres e grupos marginalizados.

Apesar dessas ambiguidades entre cooperativas privadas e coletivas, o Estado cubano mantém uma vontade política de promover a igualdade e eliminar discriminações, o que exige a implementação de medidas específicas para garantir esse processo. A adoção de cotas ou a institucionalização da perspectiva de gênero nas principais atividades das organizações do país são estratégias fundamentais nesse sentido. A Anap, por exemplo, é uma das entidades regidas por essa diretriz (García Botella, 2021).

As experiências das mulheres cubanas não são homogêneas, mas sim atravessadas por fatores como etnia, região e classe social. Em 2016, a Pesquisa Nacional sobre Igualdade de Gênero (Enig) revelou que 88,7% da população acreditava que havia leis que protegiam as mulheres e 83,7% mencionou organizações para expressar suas preocupações. Nesse contexto, a FMC atua ainda com o Mecanismo para o Avanço da Mulher, promovendo sua integração nas políticas nacionais (ONU, 2022).

Segundo o CEM–FMC e Cepde–Onei (2018), 26,7% das mulheres entre 15 e 74 anos foram vítimas de violência por parceiros em 2017, com a violência psicológica sendo a mais comum. Assim, este estudo também menciona que 51,9% da população estudada considerava a violência contra a mulher baixa, entanto 30% acreditava que era alta, refletindo uma conscientização crescente sobre a violência de gênero, impulsionada por campanhas educativas. Entretanto, as possíveis subnotificação e minimização desse fenômeno indicam uma lacuna na percepção social do problema.

Em 2018, a população cubana entre 15 e 74 anos era de 8.489.874 pessoas, com 50,7% mulheres e 49,3% homens. A idade média era de 42 anos para homens e 43 anos para mulheres. Seis em cada dez pessoas haviam concluído o ensino médio superior ou superior, com 14% alcançando o nível universitário (16,1% mulheres e 12,2% homens). La Habana apresentava as maiores proporções de escolaridade, enquanto a região Oriente tinha as menores (CEM–FMC; Cepde–Onei, 2018).

Quase metade da população em 2018 estava “casada ou unida” (49,2%), com a união consensual predominando, exceto em La Habana, onde o casamento formalizado é mais comum. A participação na atividade econômica remunerada era de 56,8%, variando de 53,4% na região Oriente (leste) a 61,1% em La Habana. Em relação à composição étnica, a população branca representou 62,8%, seguida por mestiços (25,6%) e negros (11,6%) (CEM–FMC; Cepde–Onei, 2018). Esses dados podem indicar que as mulheres negras e mestiças (como grupos populacionais menos representados) tendem a enfrentar mais barreiras socioeconômicas, especialmente na região oriental, onde os índices de escolaridade são menores. Isso sugere que as desigualdades raciais interagem com as questões de gênero, limitando a mobilidade social e política de certos grupos de mulheres.

Sobre direitos de orientação sexual, 77% das pessoas entrevistadas para um estudo nacional manifestaram que apoiam a igualdade de direitos, com 49,1% a favor do casamento entre casais do mesmo sexo. Mas, o reconhecimento do direito à adoção era limitado, com 31% para casais de homens e 34,6% para casais de mulheres (CEM–FMC; Cepde–Onei, 2018).

Já em 2019, as mulheres ocupavam 53,22% do órgão legislativo cubano (Fernández Silva, 2019). Mas, devemos considerar que a altíssima representação feminina no legislativo cubano não se traduz necessariamente em mudanças estruturais no sistema de poder. A teoria marxista sugere que a emancipação não pode ser reduzida à representatividade numérica, mas deve ser acompanhada por mudanças nas relações de produção e na estrutura de classe.

Silvia Federici afirma que a política prefigurativa (aquela que busca transformar a vida cotidiana e construir alternativas desde o presente) não é a única forma legítima de luta contra o capitalismo, reconhecendo a importância de diversas estratégias e movimentos. No entanto, ela critica o modelo tradicional dos partidos, especialmente os de esquerda, por reproduzirem internamente as hierarquias do sistema capitalista, sendo muitas vezes dominados por homens brancos e organizados de forma burocrática e alienante. Segundo ela, essas estruturas afastam as pessoas dos processos reais de transformação. Para Federici, é fundamental articular a luta

política com a transformação das formas de reprodução da vida cotidiana. Isso significa substituir a lógica da reprodução da força de trabalho para o capital por práticas que fortaleçam a reprodução da luta coletiva. Para isso, é essencial criar vínculos afetivos, confiança e formas coletivas de organização que sustentem a resistência, formando o que ela chama de “infraestrutura reprodutiva da luta”, capaz de dar base e força aos enfrentamentos com o Estado (Gonçalves; Assis, 2022).

O Programa Nacional para o Avanço das Mulheres (PAM), publicado em 2021, visa eliminar a discriminação contra as mulheres e fortalecer a capacidade de servidores públicos em questões de gênero (Cuba, 2021). Isso significa que o PAM estabelece ações e mecanismos para que os funcionários e gestoras públicas adquiram conhecimentos, habilidades e ferramentas necessárias para:

- Compreender a perspectiva de gênero, reconhecendo como desigualdades entre mulheres, homens e pessoas de outras identidades de gênero se manifestam em diferentes áreas (saúde, trabalho, educação, etc.) e como isso afeta o acesso a direitos.
- Planejar e implementar políticas com recorte de gênero, incluindo metas, indicadores e metodologias que garantam que programas, projetos e orçamentos atinjam de fato a promoção da igualdade entre os gêneros.
- Avaliar impactos e resultados, monitorando se as ações públicas reduzem as disparidades de gênero e identificar ajustes necessários para melhorar resultados.
- Sensibilizar e mobilizar, criando espaços de diálogo e capacitação contínua dentro dos órgãos do Estado, a fim de fortalecer uma cultura organizacional comprometida com a equidade de gênero.

O PAM assegura ações de acompanhamento e controle, com a FMC como mecanismo nacional e resposta às recomendações do Cedaw⁴⁶. Por sua vez, o Programa Nacional de Educação e Saúde Sexual, coordenado pelo Cenesex⁴⁷ em parceria com o Ministério de Saúde Pública (Minsap), promove uma estratégia educacional abrangente sobre sexualidade, respeitando a livre orientação sexual e identidade de gênero. As ações incluem educação, pesquisa científica, serviços de orientação jurídica, terapia sexual e apoio a pessoas Lgbtqiap+ e vítimas de violência de gênero, além de programas comunitários e campanhas para promover o respeito à diversidade sexual (ONU, 2022).

Por sua vez, em 2021, como parte dessa educação contra este tipo de violência, o Acordo 9231/2021 instituiu no país a “Estratégia Integral de Prevenção e Atenção à Violência

⁴⁶ Cedaw: Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women.

⁴⁷ Cenesex: Centro Nacional de Educación Sexual.

de Gênero”, a ser avaliada em 2026, com sete eixos transversais, incluindo direitos humanos e enfoque de gênero (ONU, 2022).

O Código das Famílias, aprovado em 2022, busca resolver questões familiares com base na igualdade e dignidade humana. A capacitação em temas de gênero foi ampliada, com cursos sobre “Gênero e Direito” oferecidos a juristas e inclusão nos currículos escolares. A cada dois anos, a Conferência Mulher, Gênero e Direito reúne especialistas e estudantes, e o projeto “Gênero e Direito” recebeu o Prêmio ÚNETE da ONU em 2016 (ONU, 2022).

Nancy Fraser descreve comunidades cuja injustiça se baseia exclusivamente no reconhecimento cultural, e não na exploração econômica. Um exemplo teórico é o das sexualidades desprezadas, que não formam uma classe explorada, pois estão distribuídos por todas as classes sociais e não ocupam uma posição específica na divisão do trabalho. A injustiça que enfrentam decorre do heterossexismo e da homofobia, ou seja, de normas culturais que privilegiam a heterossexualidade e desvalorizam a homossexualidade. As discriminações, exclusões legais e violências sofridas são formas de negação de reconhecimento. Embora também sofram prejuízos econômicos, como demissões ou negação de direitos, essas injustiças não têm origem econômica, mas sim cultural. Portanto, a solução não está na redistribuição, mas na transformação dos valores culturais, promovendo o reconhecimento positivo e a legitimação das identidades sexuais marginalizadas (Fraser, 2016).

Assim, temos que as políticas de gênero em Cuba não podem ser analisadas de forma isolada, pois são influenciadas por fatores econômicos, culturais, políticos e históricos. O código das Famílias (2022), por exemplo, representa um avanço formal na igualdade de gênero e diversidade familiar, mas sua efetividade dependerá da capacidade das instituições de implementar tais medidas de forma transversal e adaptativa. Desse jeito, a análise complexa⁴⁸ também permite compreender a interdependência entre as mudanças nas políticas sociais e a cultura popular. As resistências de parte da população às pautas Lgbtqiap+ em determinados setores da sociedade são reflexo de uma interação complexa entre discursos históricos, práticas institucionais e representações sociais.

Logo, a população cubana entre 15 e 74 anos tem apresentado uma percepção positiva sobre a proteção às mulheres: 88,7% acreditavam que existem leis e políticas em vigor, 85,5% consideram disponíveis serviços para vítimas de violência, e 83,7% afirmam a existência de

⁴⁸Nota metodológica: A autora reconhece que a análise complexa (inspirada na teoria da complexidade) e a análise marxista (fundamentada na crítica ao modo de produção e às relações de classe) são perspectivas teóricas distintas, cada uma com seus conceitos, procedimentos e pontos de partida próprios. No entanto, ao longo deste texto opta-se por articular ambas as abordagens, mobilizando simultaneamente seus instrumentos analíticos, com o objetivo de oferecer uma visão mais rica e integrada das dinâmicas sociais estudadas.

organizações que atendem às necessidades femininas. No entanto, apenas 68,6% sentiram apoio comunitário e 71% valorizaram o respeito aos direitos das mulheres no contexto familiar, o que pode ser atribuído ao empoderamento e à autonomia crescentes, além de políticas que promovem igualdade e não violência (CEM–FMC; Cepde–Onei, 2018).

Apesar da maioria não justificar a violência, algumas pessoas a consideraram aceitável em determinadas situações, como a infidelidade. Igualmente, embora a violência fosse mencionada como motivo para terminar relacionamentos, apenas 3,7% das mulheres vítimas buscou ajuda (CEM–FMC; Cepde–Onei, 2018).

Hoje, as mulheres cubanas estão presentes em todas as esferas da sociedade, gozam de direitos iguais aos dos homens e ocupam cargos importantes, buscando educação universitária de qualidade. Elas têm avançado na superação dos desafios deixados pelo Período Especial, com estudos de gênero oferecendo reflexões sobre suas condições e buscando evitar erros do passado (Moreau-Lebert, 2015b). Observa-se um avanço na aceitação de ofícios tradicionalmente masculinos como adequados para mulheres e um crescente reconhecimento da capacidade delas de tomar decisões. Além disso, 47% dos homens acreditam que podem cuidar de crianças da mesma forma que mulheres (CEM–FMC; Cepde–Onei, 2018). No entanto, preconceitos machistas, econômicos e raciais persistem, levando as mulheres a realizarem sua própria revolução dentro da Revolução.

Segundo Angela Davis (2013), a solução proposta para aliviar o fardo das mulheres é a socialização do trabalho doméstico, incluindo o cuidado com crianças. Isso implicaria um fim para a lógica de lucro capitalista e uma reestruturação das responsabilidades domésticas. Assim, o socialismo, com suas políticas de apoio à infância e redistribuição do trabalho, é visto como uma estratégia de libertação das mulheres e de combate à opressão capitalista. Enquanto o movimento feminista, ao lutar por condições de trabalho igualitárias, tem um potencial revolucionário que aponta para a superação do capitalismo e a construção de uma nova ordem social (Davis, 2013).

O Decreto Lei 56/2021 reconhece o papel social da maternidade e promove a reintegração das mulheres ao trabalho. O Código de Trabalho proíbe a discriminação de gênero e o trabalho infantil, aplicando-se a todos os setores econômicos (ONU, 2022). Quanto à participação no mercado de trabalho por cor da pele, as mulheres negras apresentam a maior taxa de participação (62,4%), enquanto as brancas têm a menor (51,7%). Entre os homens, a participação é alta, com 86,8% dos brancos e 83,7% dos negros empregados. As diferenças de gênero variam entre os grupos populacionais: brancos (35,1 pontos percentuais), mestiços (30

pontos percentuais) e negros (21 pontos percentuais), com as mulheres negras apresentando a maior taxa de atividade econômica (Lara Junco; Mena Correa; Franco S., 2022).

O sexismo e o racismo são formas bivalentes de injustiça, com raízes tanto econômicas quanto culturais. Essas formas mistas são chamadas por Nancy Fraser de comunidades bivalentes, pois sofrem tanto injustiças de redistribuição quanto de reconhecimento, que não se reduzem uma à outra. Gênero e raça são exemplos paradigmáticos: envolvem simultaneamente exploração econômica e desvalorização cultural. No caso do gênero, Fraser destaca como ele estrutura a divisão entre trabalho pago e não pago, e também entre empregos bem e mal remunerados, gerando formas específicas de exploração e marginalização das mulheres. Assim, se o gênero fosse apenas uma categoria econômica, a justiça exigiria abolir a estrutura de gênero, tal como se propõe no caso da classe social. Portanto, as comunidades bivalentes exigem soluções combinadas, tanto de redistribuição quanto de reconhecimento (Fraser, 2016).

Tabela 6. Percentual de homens e mulheres de 23 a 59 anos de idade por setor de atividade em Cuba em 2019.

Setor	% de Mulheres	% de Homens
Pesca	0,3	0,8
Exploração de minas e pedreiras	0,3	0,7
Indústria açucareira	0,5	1,4
Ciência, inovação e tecnologia	0,8	0,6
Intermediação financeira	1,3	0,4
Fornecimento de eletricidade, gás e água	1,5	2,6
Construção	1,7	8,7
Serviços empresariais e atividades imobiliárias	1,9	1,4
Transporte, armazenamento e comunicações	3,5	9,8
Cultura, esporte	3,8	3,3
Indústrias manufatureiras	6,0	9,0
Outras atividades de serviços comunitários	6,1	5,4
Hotéis e restaurantes	7,3	5,2
Administração pública, defesa e seguridade social	7,5	5,4
Agricultura, pecuária, caça e silvicultura	7,7	23,5
Comércio, reparação de bens pessoais	10,6	11,1
Educação	18,3	5,2
Saúde pública e assistência social	20,8	5,8

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Lara Junco, Mena Correa e Franco S. (2022).

Quatro setores concentram 50,9% dos homens empregados: agricultura, pecuária e silvicultura; construção; transporte, armazenamento e comunicações; e indústria manufatureira. Em contraste, apenas 19,9% das mulheres estão empregados nesses mesmos setores. A análise da ocupação principal revela discrepâncias significativas entre os gêneros. Aproximadamente 59,2% dos homens trabalham em atividades como agricultura, pesca e ocupações elementares, enquanto apenas 18,3% das mulheres estão nessas funções,

frequentemente vistas como inadequadas para elas (Lara Junco; Mena Correa; Franco S., 2022).

Mesmo a análise dos setores de atividade revelou que estereótipos sexistas impactam o acesso das mulheres a melhores rendimentos. As áreas de cuidado, como saúde pública, assistência social e educação, são predominantemente femininas, com cerca de 70% de suas equipes compostas por mulheres. Em contraste, a participação feminina é significativamente menor em setores mais produtivos, como agricultura, pecuária, construção, transporte, além de áreas com salários mais altos, como mineração, intermediação financeira e ciência e tecnologia (Lara Junco; Mena Correa; Franco S., 2022).

Além disso, a baixa percepção de apoio comunitário (68,6%) e o fato de que apenas 3,7% das mulheres vítimas de violência buscarem ajuda indicam um problema cultural profundo, reflexo da naturalização da violência de gênero e da persistência de estruturas patriarcais que, mesmo diante de políticas sociais progressistas, continuam operando dentro das relações sociais e familiares.

CAPÍTULO 2. RELAÇÕES DE GÊNERO NA AGRICULTURA FAMILIAR EM CUBA: HISTÓRIA, CARACTERÍSTICAS ATUAIS E RELAÇÃO COM O COOPERATIVISMO AGRÁRIO NACIONAL

No presente capítulo, será realizada uma análise da agricultura familiar em Cuba⁴⁹, começando pelo seu desenvolvimento histórico no período após o triunfo da Revolução em 1959. Também serão exploradas as principais características desse tipo de agricultura no país e sua integração com a agroecologia⁵⁰ e com o cooperativismo nacional por meio das Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS).

A agricultura familiar é um modo de vida, um fenômeno complexo, multifacetado e multidimensional. Nesse modelo de produção agrícola, a família controla a propriedade da terra e os principais recursos utilizados com o objetivo de obter uma renda que proporcione uma vida digna aos seus membros, gerando seu próprio emprego e contribuindo com a maior parte da força de trabalho. Além disso, busca obter grande parte, ou até mesmo a totalidade, da renda e dos alimentos que a família necessita (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017).

2.1. Agricultura cubana. Algumas características da agricultura familiar no país

Para complementar a análise realizada no capítulo anterior, neste capítulo serão apresentadas algumas das principais transformações no setor agropecuário nacional desde o início da atualização do modelo econômico e social em 2011, bem como as características da agricultura cubana em geral. Além disso, se examinarão algumas das particularidades da agricultura familiar no país e sua relação com elementos como as mudanças econômicas, as iniciativas agroecológicas e as transformações sociodemográficas.

⁴⁹ Em Cuba a agricultura familiar é comumente chamada *agricultura campesina* (agricultura camponesa) e os agricultores familiares conhecidos como *agricultores pequeños* (pequenos agricultores) ou simplesmente *campesinos* (camponeses). Este tipo de agricultura é amplamente associado ao setor camponês privado e cooperativo.

⁵⁰ A agroecologia, como um campo de conhecimento e prática que integra princípios ecológicos, sociais, culturais e políticos na produção agrícola, promove sistemas sustentáveis e resilientes. Mais do que uma técnica produtiva, a agroecologia é um movimento que busca transformar as relações de poder no campo, fortalecendo a autonomia das comunidades agrícolas e combatendo desigualdades estruturais. No contexto das relações de gênero, a agroecologia tem um papel fundamental na construção de uma agricultura mais equitativa, pois rompe com o modelo produtivo convencional, historicamente marcado pela concentração de recursos, pela invisibilização do trabalho das mulheres e pela reprodução de relações patriarcais. Ao valorizar saberes tradicionais e promover uma distribuição mais justa do trabalho e da terra, a agroecologia fortalece o protagonismo feminino, reconhecendo as mulheres como agentes fundamentais na segurança alimentar, na gestão dos recursos naturais e na transmissão de conhecimentos intergeracionais. Além disso, a agroecologia propõe um modelo cooperativo e comunitário de produção, que favorece a organização coletiva das mulheres, permitindo que tenham maior acesso a redes de apoio, formação técnica e participação nas tomadas de decisão. Dessa forma, contribui não apenas para a sustentabilidade ambiental, mas também para a emancipação social e econômica das mulheres no campo, possibilitando relações de gênero mais justas e equilibradas dentro da agricultura familiar e das cooperativas.

2.1.1. Generalidades da agricultura familiar e cooperativista cubana no presente século

Antes da desintegração da Urss, as CCS operavam sob a estabilidade socioeconômica proporcionada pela sua afiliação ao Came. No entanto, a centralização das decisões em uma economia planificada afetou negativamente os princípios fundadores do cooperativismo, resultando em um desconhecimento persistente sobre esses princípios dentro das cooperativas e em sua relação com o ambiente ao redor. Por isso, no processo de aprimoramento dessas cooperativas, é fundamental reforçar o desenvolvimento social interno, buscando um equilíbrio entre crescimento econômico e objetivos sociais, além de seu impacto na comunidade e na sociedade em geral (Ruiz Almeida; López Sánchez, 2017).

Segundo o mais recente relatório do Escritório Nacional de Estatística e Informação de Cuba (Onei, 2018), a superfície agropecuária do país é classificada em três categorias, com base no uso, gestão e estrutura da propriedade: 1) propriedade estatal socialista, administrada por empresas e entidades do Estado; 2) propriedade cooperativa, gerida coletivamente (Ubpc, CPA, CCS); e 3) propriedade privada, administrada por pequenos agricultores⁵¹.

Tabela 7. Tipo de propriedade sob o solo e outros meios de produção nas distintas formas de gestão agrícola em Cuba

	FAZENDAS ESTATAIS	UNIDADE BÁSICA DE PRODUÇÃO COOPERATIVA (Ubpc) ⁵²	USUFRUTUÁRIOS INDEPENDENTES	COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (CPA) ⁵³	COOPERATIVA DE CRÉDITOS E SERVIÇOS (CCS) ⁵⁴	CAMPONESES INDEPENDENTES
SOLO	Estatal	Estado concedendo um usufruto gratuito	Estado concedendo um usufruto gratuito	Coletiva, dos cooperativistas	Individual, dos produtores	Individual, dos produtores
					Usufrutuários	
OUTROS MEIOS DE PRODUÇÃO	Estatal	Coletiva, dos cooperativistas	Individual, dos produtores	Coletiva, dos cooperativistas	Coletiva, dos cooperativistas	Individual, dos produtores

Fonte: Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, (2015).

A cultura agropecuária de Cuba abrange uma área de 6.300,2 Mha, representando 57% da superfície total do país (Onei, 2018). Desde seus primórdios, caracteriza-se por uma estrutura social agrária em que o trabalhador agrícola, e não o camponês, prevalece como força produtiva (Cruz, 2007). Este setor é marcado pela monocultura, dependência de

⁵¹Pequenos agricultores: são os que não estão vinculados a nenhuma das formas mencionadas acima (empresas, fazendas e outras entidades do Estado ou formas cubanas de cooperativas agrícolas), também são chamados de camponeses dispersos (Onei, 2018). Estes camponeses individuais ou familiares que possuem e operam pequenas propriedades agrícolas de forma independente geralmente cultivam suas terras para subsistência ou para venda no mercado local.

⁵² Unidades Básicas de Produção Cooperativa (Ubpc): Formadas por trabalhadores de antigas empresas estatais, recebem terras em usufruto e adquirem os meios de produção do Estado. Divergem-se entre açucareiras (voltadas para a cana-de-açúcar) e não açucareiras (dedicadas a diversas culturas e pecuária) (Onei, 2018).

⁵³ Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA): Criadas nas décadas de 1970 e 1980, representaram até 40% da população camponesa, mas reduziram sua presença a partir dos anos 1980 e 1990. As CPA baseiam-se na propriedade coletiva da terra e recursos produtivos reunidos pelos camponeses. Em 2017, ocupavam 505,5 milhões de hectares, sendo 271,5 milhões cultivados, com taxa de utilização de 53,7% (Onei, 2018).

⁵⁴ Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS): Reúnem produtores individuais, sobretudo agricultores familiares, que compartilham recursos (como irrigação e serviços), mantendo, porém, a propriedade privada dos meios de produção e da produção gerada. São as cooperativas mais antigas e adaptativas do país, permanecendo populares entre os camponeses. Em 2017, as CCS ocupavam 39,0 milhões de hectares, dos quais 16,0 milhões cultivados, com uma taxa de uso de 40,9% (Onei, 2018).

mercados de exportação, exploração excessiva dos componentes naturais e importação de alimentos (Funes Aguilar, 2013).

Os solos produtivos e altamente produtivos ocupam um terço do território cubano, enquanto os moderadamente produtivos e pouco produtivos cobrem 21% e 46%, respectivamente. As principais limitações desses solos incluem baixa fertilidade, baixo conteúdo de matéria orgânica, acidez, má drenagem e erosão, agravadas por práticas inadequadas de gestão (Mármol Fundora, 2015).

Em contrapartida, as análises do processo revolucionário cubano têm revelado que suas conquistas e contradições moldaram as práticas discursivas que em muitas ocasiões homogeneizavam identidades, diluindo, às vezes, as subjetividades femininas e limitando os papéis das mulheres como sujeitos políticos. Apesar da promoção das mulheres como agentes ativas, valores culturais essencialistas e sexistas persistem ainda, e debates sobre esses temas são marginalizados em alguns espaços sociais. Contudo, o ressurgimento de estudos acadêmicos sobre gênero e a criação de novos espaços, como redes sociais e manifestações artísticas, têm permitido a articulação de demandas por visibilidade e conscientização sobre as opressões que afetam as mulheres cubanas, servindo como arenas de resistência e ampliando o debate político sobre sua representação no contexto nacional (Fernández Silva, 2019).

Nesta conjuntura, García Botella (2021) nos fala de como os padrões que favorecem a percepção do campo como um espaço predominantemente masculino contribuem para a invisibilização das mulheres em nível individual são evidentes desde os anos 1980 e ainda persistem. As desigualdades de gênero continuam sendo uma barreira no acesso a diferentes formas de propriedade, salários, insumos, conciliação entre trabalho e família, bem como na ocupação de cargos de liderança em associações e organizações. A autora citada também ressalta que esses fatores devem ser considerados na formulação das políticas sociais e agrárias de Cuba e que parece necessário que essas políticas articulem melhor as variáveis de território, gênero e juventude.

Por isso, é essencial aprofundar a análise dos fatores específicos que determinam as disparidades de gênero e os desafios enfrentados pelas mulheres rurais e camponesas (especialmente as mais jovens) em seu processo de empoderamento. A autonomia dos governos locais, em sintonia com as diretrizes sociais nacionais, poderia desempenhar um papel crucial na superação desses desafios (García Botella, 2021).

Em Cuba, há várias modalidades de produção agrícola envolvendo famílias inteiras ou alguns de seus membros, tanto em áreas rurais quanto urbanas, em propriedades privadas,

cooperativas ou por usufruto. Dessa forma, a classificação dos produtores cubanos nem sempre se encaixa perfeitamente na definição de agricultores familiares ou agricultura camponesa, como em outros países (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015). Embora compartilhem características com agricultores familiares de outras regiões, a inserção no contexto de um país socialista em transição traz diferenças em relação aos modelos capitalistas.

A classificação dos produtores agrícolas em Cuba (Ver Apêndice 10) reflete a predominância de três formas de propriedade no modelo agrícola do país: cooperativa, estatal e privada, com a propriedade mista sendo uma possibilidade (PCC, 2016). Desde a Revolução Cubana até os anos 1990, a propriedade estatal foi dominante. Contudo, a partir de 1993, as cooperativas, especialmente as Ubpc, passaram a desempenhar um papel importante, juntando-se às CPA e CCS existentes (Nova González, 2014; Minag, 2015). Em 2015, Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez relataram que mais de 80% das terras eram estatais, com o Estado controlando seu uso e promovendo a preservação ecológica, como o aumento da área florestal de 20% para 27% entre 1990 e 2011. Em 2018, segundo o Onei, 77,7% da área agrícola estava sob gestão de pessoas jurídicas, enquanto 22,3% estava nas mãos de pessoas físicas. Dentre a distribuição por forma de propriedade, 54,8% das terras eram estatais, 31,1% eram cedidas em usufruto e 14,1% eram de propriedade privada de produtores agrícolas (Onei, 2018) (Ver Apêndice 11).

Os elementos do ambiente das cooperativas cubanas influenciam uns aos outros e, quando combinados, afetam sua gestão e seu destino. Reciprocamente, mas em menor grau, as cooperativas também são influenciadas por eles, criando um sistema de relações muito instáveis (Villegas Chadez, 1997) (Figura 1).

Figura 1. Ambiente de desenvolvimento das cooperativas cubanas



Fonte: Villegas Chadez (1997, p. 215).

A relevância atribuída às organizações camponesas no modelo agrário cubano, vigente desde o final do século XX, impulsionou a criação de mecanismos estatais que promovem a descentralização da gestão agrícola e a flexibilização dos instrumentos de regulação social do setor camponês (Leyva Remón, 2017). Além disso, a diversidade de formas de propriedade da terra e a coexistência de distintos modos de coordenação explicam o papel central que o modelo cooperativo tem desempenhado na evolução da agricultura cubana (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Conforme os Lineamentos para a Política Económica e Social do Partido e a Revolução (2011), as cooperativas são definidas como:

(...) uma forma socialista de propriedade coletiva, em diferentes setores, que constitui uma organização econômica com personalidade jurídica e patrimônio próprio, composta por pessoas que se associam mediante a contribuição de bens ou trabalho, com o objetivo de produzir e prestar serviços úteis para a sociedade (...) (Lineamento 25) (PCC, 2011).

Como relatado, desde a década de 1960, diversas formas de cooperativas agrícolas foram criadas em Cuba. Atualmente, destacam-se três principais tipos de cooperativas de origem camponesa. Essas cooperativas têm um papel essencial no apoio aos agricultores familiares (CCS), na criação de unidades produtivas mais eficientes (CPA) e na ampliação do acesso direto à terra pelos trabalhadores (Ubpc), especialmente desde o Período Especial (Fajardo García; Moreno Cruz, 2018).

Além disso, conforme Valdés Paz (2011), o panorama atual da agropecuária cubana é dominado por empresas autogeridas, com expressivo aumento das formas cooperativas, tanto em área cultivada quanto em número de produtores. Esse contexto demanda novos arranjos organizacionais para assegurar a produção, a prestação de serviços técnico-científicos e a comercialização agrícola (Valdés Paz, 2011).

Tabela 8. Princípios das cooperativas do setor agrícola cubano

Princípios universais	Princípios para as cooperativas agropecuárias
Filiação voluntária e aberta	Filiação voluntária
Gestão democrática	Decisão coletiva
Participação económica dos associados	Cooperação e ajuda mutua
Autonomia e independência	
Educação, formação e informação	
Cooperação entre cooperativas	Colaboração entre cooperativas
Compromisso com a comunidade	Contribuição ao desenvolvimento da economia nacional
	Disciplina cooperativa
	Territorialidade
	Bem-estar dos cooperativistas e suas famílias
	Solidariedade humana

Fonte: Adaptado de Piñeiro (2015).

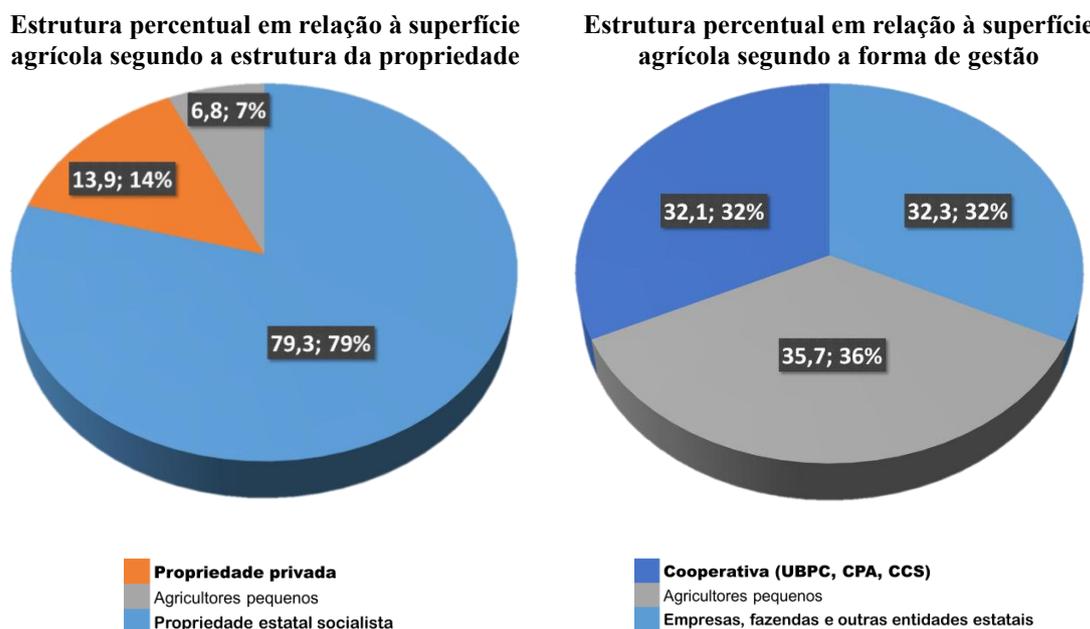
De fato, estudos especializados indicam que o modelo cubano difere da socialização estatal clássica: as cooperativas agrícolas (incluindo as CCS) foram consolidadas por meio de processos voluntários e coerentes com a consciência humanista desenvolvida após a Revolução. Em contraste com outros países socialistas, onde a coletivização foi imposta, em Cuba a “cooperativização” se expandiu em “ondas” motivadas pela convicção ideológica do campesinato e pela conveniência econômica de compartilhar recursos (Piñeiro Harnecker, 2023).

Silvia Federici observa que experiências na América Latina, como as vividas em acampamentos urbanos, demonstram o potencial transformador do trabalho coletivo. Nesses contextos, homens e mulheres que ocupavam terrenos e construíam juntos ruas e moradias também se organizaram para exigir direitos junto ao Estado, fortalecidos pela coletividade forjada no processo de reprodução da vida. Para ela, esse tipo de infraestrutura reprodutiva coletiva é essencial não apenas como base material da luta, mas também como fonte de prazer, solidariedade e sentido. Federici defende que, para ser sustentável, a militância precisa melhorar a vida cotidiana das pessoas, gerar vínculos afetivos, combater a solidão e oferecer formas concretas de bem-estar e pertencimento. Caso contrário, a política corre o risco de se tornar apenas mais uma obrigação árdua em rotinas já sobrecarregadas. Segundo a autora, todo movimento deveria partir da realidade cotidiana das pessoas, promovendo mudanças nas condições concretas em que vivem e fortalecendo os laços comunitários como parte da própria resistência (Gonçalves; Assis, 2022).

A maioria das CCS, CPA e Ubpc existentes foi criada de forma induzida, como é evidenciado pelo caso das Ubpc, que surgiram de empresas estatais que foram convertidas em cooperativas (Piñeiro, 2015). No entanto, há inconsistências no processo de socialização do cooperativismo nacional, tanto em suas formas quanto em suas modalidades de associação, principalmente na falta de reconhecimento dos espaços de cooperação intercooperativa e entre os tipos de economias (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018).

A Onei (2018) apresentou a distribuição percentual da área agrícola em Cuba, conforme ilustrado no Gráfico 2. Observa-se que os pequenos agricultores controlam 13,9% da área total, enquanto, com base na forma de gestão, 35,7% da terra está nas mãos dos pequenos agricultores e 32,1% pertence a produtores cooperativos, como Ubpc, CPA e CCS (Onei, 2018). Esses dados refletem uma distribuição relativamente equitativa das terras agrícolas entre as três formas de gestão no país.

Gráfico 2. Superfície agrícola cubana segundo a estrutura da propriedade e segundo a forma de gestão



Fonte: Elaborado para autora a partir de Onei (2018).

Desde a ótica marxista, a agricultura cubana busca avançar rumo à propriedade social dos meios de produção. Segundo a Constituição de 2005 (Art. 20), a propriedade cooperativa é uma “forma avançada e eficiente de produção socialista” reconhecida pelo Estado. Por sua vez, acadêmicos cubanos insistem que a propriedade cooperativa é parte indissociável da propriedade social, ao lado da estatal. Na prática das CCS, isso se traduz em uma combinação particular: há uma propriedade coletiva de fato (compartilhamento da irrigação, da terra de cultivo e da tecnologia), mas também uma propriedade privada formal de cada sócio (terra e equipamentos). Essa dualidade gera tensões dentro do marco marxista clássico: enquanto Marx postulava que o socialismo exige a socialização plena dos meios de produção, as CCS representam um estágio intermediário, no qual o Estado mantém a posse majoritária da terra e apenas incentiva a cooperação voluntária de pequenos proprietários (Prieto González, 2018).

Em 2018, a Onei registrou que as CCS geriam apenas 0,6% da superfície agrícola de Cuba, enquanto as CPA e Ubpc possuíam 8,8% e 23,5%, respectivamente. Além disso, os usufrutuários, representados de forma independente, eram responsáveis por 21,8% da área agrícola (Onei, 2018). Esses dados indicam que as CCS têm potencial para expandir suas capacidades produtivas. Entre 2007 e 2017, as unidades produtivas não estatais, como CCS, produtores privados e usufrutuários, experimentaram um crescimento constante, com um aumento de 28% na área agrícola e de 47% na área cultivada. Em contraste, outras formas de

propriedade reduziram a posse de hectares, especialmente a partir de 2014 (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

As CCS são cooperativas agrícolas de caráter voluntário, geridas pelos próprios camponeses. Segundo a Lei nº 95, de 2002, uma CCS “é a associação voluntária de pequenos agricultores que possuem a propriedade ou o usufruto de suas respectivas terras e demais meios de produção, bem como da produção que obtêm”. Essas associações facilitam o acesso à assistência técnica, créditos e insumos estatais, além de coordenarem a comercialização da produção. Do ponto de vista organizacional, em uma CCS cada sócio mantém a propriedade privada individual de sua terra, da infraestrutura e da produção que gera, mas se unem para compartilhar serviços (irrigação, maquinário, trâmites legais, compra de insumos) e acessar créditos coletivamente. Em outras palavras, a CCS é “uma forma de cooperação agrária” em que o uso dos meios é coletivo, enquanto a titularidade dos meios de produção permanece individual (Matías González, 2010; Onei, 2021).

O Decreto-Lei 365/2018 estabelece que CCS são formadas por pequenos agricultores, seus familiares com vínculo com a terra, apicultores sem a propriedade da terra e trabalhadores contratados, que se associam voluntariamente. Elas desempenham funções como gerenciar o acesso a créditos, insumos e serviços, negociar produções e contribuir para o desenvolvimento das cooperativas e das comunidades em que estão localizadas (Cuba, 2019b). As principais atribuições incluem a comercialização organizada de insumos agrícolas, o cumprimento de contratos de produção e a administração de empréstimos bancários (Decreto-Lei 365/2018).

O patrimônio das cooperativas é composto por bens adquiridos para uso coletivo, como edifícios, máquinas e equipamentos, além de reservas financeiras acumuladas (Cuba, 2019b). Os lucros das cooperativas são destinados ao Orçamento do Estado, com o restante sendo distribuído entre os cooperados que participam das atividades coletivas, conforme os regulamentos internos (Decreto-Lei 365/2018). A remuneração dos cooperados depende da quantidade e qualidade do trabalho realizado, com pagamento baseado em preços acordados e regulados pelo Ministério de Finanças e Preços (Cuba, 2019b).

O artigo 29.º da Constituição cubana regula a propriedade privada da terra, estabelecendo um regime especial e proibindo arrendamentos mercantis, parcerias e empréstimos hipotecários para pessoas físicas (Cuba, 2019a). Essa medida reflete a necessidade de proteger o campesinato cubano, que antes de 1959 vivia em condições precárias devido à exploração baseada em parcerias ou arrendamentos. A Constituição

também exige que qualquer transação onerosa de terrenos seja realizada com a autorização da autoridade competente, respeitando o direito de preferência do Estado à sua aquisição (Cuba, 2019a). Assim, o controle estatal visa restringir as relações capitalistas no mercado de terras, promovendo a redistribuição da riqueza conforme os princípios socialistas.

Ao longo da história cubana, as CCS desempenharam um papel fundamental na economia camponesa. Por exemplo, no ano 2000 existiam 2.203 CCS no país, com quase 150.000 associados. Muitas surgiram nos anos 1960 como expressão da “efervescência revolucionária” no meio rural: integrar-se a elas era visto como um ato patriótico e de apoio à Revolução. Embora a adesão às CCS não tenha sido legalmente obrigatória, a maioria dos camponeses se integrou a elas para obter fertilizantes, sementes, crédito e outros recursos estatais, bem como bens de uso coletivo (bombas de irrigação, tratores etc.). Com a crise dos anos 1990, a distribuição de terras estatais impulsionou ainda mais a adesão às CCS, como forma de acesso a novas terras em usufruto gratuito (Matías González, 2010).

Quanto ao trabalho socialmente necessário (ou tempo de trabalho requerido sob condições normais de produção) as CCS permitem que os lares camponeses organizem sua atividade para suprir necessidades sociais básicas (alimentos, abastecimento local). Em teoria, cada membro trabalha de acordo com suas capacidades e recebe, de forma cooperativa, assistência do Estado. No entanto, a realidade mostra que os recursos são escassos: a produtividade das CCS é condicionada pela disponibilidade de insumos e pelo ritmo do mercado. A falta de fertilizantes e combustíveis faz com que os rendimentos das áreas semeadas em todo o país tenham caído, o que implica que o trabalho realizado nas CCS, muitas vezes, excede o tempo socialmente necessário para a produção efetiva, devido a ineficiências estruturais.

A agricultura familiar cubana é caracterizada pela propriedade privada da terra, com foco no trabalho familiar e no conhecimento camponês, sendo protegida pela Constituição (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). O artigo 58.º assegura o direito à posse de bens, autorizando a expropriação apenas por utilidade pública ou interesse social, com devida indenização (Cuba, 2019a). Em Cuba, a terra não pode ser comercializada, e as transferências de propriedade ocorrem apenas por herança (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

González Mastrapa (2017) identifica novos atores agrários em Cuba, como cooperados e pequenos produtores, enquanto Mármol Fundora (2015) aponta a redução da influência dos camponeses dispersos devido a incentivos estatais para adesão a cooperativas. Casimiro

Rodríguez *et al.* (2017) ressaltam que, apesar de características comuns à agricultura familiar latino-americana, a cubana possui particularidades que a diferenciam devido ao socialismo, como a produção em pequena escala e a especialização em poucos produtos para autoconsumo. Além disso, a economia camponesa é regulada pelo Estado, limitando a ação do mercado.

As relações de produção nas CCS também são peculiares. Os camponeses são ao mesmo tempo proprietários e gestores do seu próprio trabalho, o que difere do modelo capitalista de empresário versus assalariado. Nesse sentido, não há acumulação de capital alheio ao trabalhador (exceto quando a cooperativa contrata diaristas). No entanto, nas últimas décadas observam-se fenômenos mistos: desde os anos 1980 houve certa “capitalização e assalariamento” internos nas CCS, com agricultores que passam a atuar com lógica de mercado, contratando trabalhadores temporários e adquirindo insumos de forma privada (Matías González, 2010). Esse processo tem sido qualificado como “anti-cooperativo” porque introduz normas de tipo capitalista (busca de lucro individual e apropriação de recursos). Assim, sob a ótica marxista, pode-se dizer que as CCS contêm contradições próprias da etapa de transição: ainda persistem relações de propriedade privada e tendências mercantis, embora sob um esquema de autogestão coletiva reconhecido como parte da propriedade socialista (Prieto González, 2018; Piñeiro Harnecker, 2023).

Após a reforma agrária dos anos 90, muitas famílias se integraram às CCS, que, segundo Nova González (2016), respondem por mais de 70% da produção agropecuária nacional. Contudo, a gestão agrária cubana historicamente não focou na sustentabilidade, privilegiando indicadores econômicos convencionais e a dependência de insumos externos (Socorro; Ojeda, 2005; Altieri, 2009). Funes Monzote (2009) observa que, enquanto a agroecologia foi promovida, a substituição de insumos foi mais enfatizada do que a mudança tecnológica. Isso levou a práticas inadequadas que impactaram negativamente o solo e a biodiversidade (Cruz, 2007; Ceballo; Giraldez, 2015).

As cooperativas agrícolas em Cuba desempenham um papel central na economia nacional. Segundo dados da Anap, Minag e Grupo Azcuba, em 2014 existiam mais de 5.000 cooperativas agrícolas, com mais de meio milhão de membros, responsáveis por cerca de 80% da produção agrícola e por mais de 10% dos empregos no país (Piñeiro, 2015). Em 2019, esse número chegou a 4.828 cooperativas, distribuídas em diversas formas organizativas (Mirabal González, 2019).

Apesar da relevância do setor, autores como García Pedraza, García Ruiz e Donéstevez Sánchez (2018) destacam a ausência histórica de políticas específicas para o cooperativismo em geral, embora reconheçam avanços recentes na participação e consulta pública para a formulação de políticas. Contudo, o ambiente institucional cubano ainda é marcado pela forte intervenção estatal, o que limita a autonomia cooperativa. Como aponta Rodríguez Musa (2018), o modelo estatal absorvente impõe desde a necessidade de autorização prévia para constituição e extinção de cooperativas até a regulação extrema de seus estatutos, além da dependência em relação às empresas estatais para insumos e produção com preços fixados unilateralmente.

Entre 2007 e 2017, a estrutura agrária cubana tornou-se mais heterogênea, com a ampliação de formas não estatais de gestão, beneficiando sobretudo produtores familiares das CCS e Ubpc. Houve também redistribuição de terras e aumento da força de trabalho cooperativa, destacando-se a participação de jovens usufrutuários e mulheres qualificadas (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019). No entanto, essas transformações revelam desigualdades e exigem políticas diferenciadas.

A análise das políticas socioeconômicas iniciadas em 2011 revela uma relação entre o design das políticas e o comportamento da população, especialmente na estrutura agrária. O número de usufrutuários (pessoas físicas) aumentou 56% entre 2009 e 2017, com crescimento mais acentuado entre 2011 e 2014. Durante esse período, houve modificações nas políticas, incluindo a promoção de mão de obra jovem, mudanças no Decreto-Lei 300/12 e o fomento à produção agrícola (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

Os decretos 259/08, 300/12 e 304/12 permitiram a distribuição de terras a produtores não estatais e diversificaram a produção agrícola, com ênfase em jovens e mulheres. Em 2013, os usufrutuários representavam 22,3% da área cultivada do país, destacando-se na produção de alimentos (Mármol Fundora, 2015). A entrada de jovens no setor agrícola gerou bons resultados, com 25,5% dos requerentes de terras sendo jovens em 2012. No entanto, a agricultura urbana e suburbana, com novos produtores, também trouxe uma perspectiva renovada sobre a agricultura familiar (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017).

A flexibilização da política de crédito em 2013 favoreceu os microcréditos agrícolas e estimulou a produção, especialmente entre os jovens. A reestruturação do Minag e a adaptação das cooperativas como empresas também foram parte dessa mudança (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019). A agricultura familiar tem um papel essencial na

soberania alimentar, no desenvolvimento econômico e na adaptação às mudanças climáticas (Van Der Ploeg, 2013).

No entanto, os resultados produtivos ainda não satisfazem plenamente as necessidades sociais. As estatísticas oficiais refletem um crescimento limitado: mesmo após aumentos pontuais na área cultivada devido a reformas recentes, os rendimentos médios continuam baixos. Apesar das reformas (entrega de terras em usufruto, reforma de preços, maior autonomia), a produção física e os rendimentos agrícolas têm mostrado resultados mistos e ainda permanecem abaixo dos níveis desejados (Piñeiro Harnecker, 2023). Socialmente, isso se traduz em problemas de abastecimento: os programas estatais de autoabastecimento municipal, a falta de insumos e o bloqueio econômico limitaram gravemente a colheita (de feijão, tubérculos e arroz); também, para mitigar a seca características do solo em algumas regiões, ainda se precisa aumentar o fornecimento de irrigação.

A transição agroecológica em Cuba, ao reduzir as importações e fortalecer a resiliência da agricultura familiar, destaca-se como uma estratégia importante para melhorar a produção e garantir segurança alimentar (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). A legislação tributária também impulsionou a produção de terras e reduziu a ociosidade, mas gerou incertezas entre os proprietários, especialmente os mais jovens, devido às dificuldades econômicas e às desigualdades de gênero persistentes (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

As províncias orientais (Granma, Holguín, Las Tunas, Santiago de Cuba e Guantánamo) apresentam desafios agroecológicos particulares. A região é montanhosa e árida em algumas partes, com solos em geral de menor qualidade do que outras zonas do país. Isso condiciona os cultivos predominantes: enquanto no ocidente há um foco em grãos e hortaliças para o autoabastecimento, no Oriente se destacam cultivos permanentes (café, cacau, tabaco) e a pecuária de grande porte. Historicamente, os camponeses orientais das CCS foram gestores de produtos estratégicos: por exemplo, estimou-se que em determinado momento as CCS administravam cerca de 10% de toda a terra cultivável de Cuba, concentrando-se em cultivos de ciclo longo (tabaco, café, tubérculos, hortaliças, frutas) que sustentam a economia local (Matías González, 2010).

Apesar do aumento no número de usufrutuários e da expansão das cooperativas agrícolas, a agricultura cubana enfrenta desafios, como a concentração de terras e a diferenciação socioeconômica entre os produtores (González; Artiles, 2016). O número total

de empregados na agricultura diminuiu após 2014, apesar do crescimento das cooperativas para 47% (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

A perda de usufrutuários está relacionada à insuficiência das medidas e à queda na ocupação agrícola, que teve um decréscimo de mais de 150 mil trabalhadores. As políticas ainda são insuficientes, e é necessário um maior apoio estatal para garantir a sustentabilidade da agricultura familiar (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019). Além disso, é importante reforçar a agroecologia e o repovoamento do setor agrícola, com políticas que abordem as desigualdades territoriais e impulsionem a produção nas regiões mais afetadas economicamente.

Além disso, Rodríguez Musa (2018) critica as ambiguidades presentes nas normas cooperativas e sua implementação, que ainda limitam as cooperativas a entidades econômicas voltadas à produção e prestação de serviços, sem reconhecê-las plenamente como instrumentos de satisfação de necessidades sociais. Para o autor, falta consolidar juridicamente o papel das cooperativas como meio de atender, prioritariamente, às necessidades materiais, sociais, culturais e espirituais de seus membros e comunidades.

Por outro lado, Mirabal González (2019) enfatiza que, apesar dessas limitações, há iniciativas de Responsabilidade Social Cooperativa (RSC) que demonstram a preocupação social das cooperativas cubanas. Entre as principais ações, destacam-se: apoio à infraestrutura de saúde e educação, participação em programas comunitários de água, energia e transporte, oferta de produtos subsidiados, construção de obras sociais, realização de atividades educativas para jovens e ações de promoção cultural e recreativa. No entanto, o autor reconhece deficiências na integração entre objetivos econômicos e sociais, apontando que os interesses econômicos ainda predominam na gestão das cooperativas, enquanto a prática da RSC permanece limitada (Mirabal González, 2019) (Ver Apêndice 12).

As regulamentações cubanas que regem as CPA, Ubpc e CNoA não permitem a contratação permanente de trabalhadores assalariados, limitando os contratos temporários, no caso das CPA e Ubpc, a um máximo de 90 dias. Além disso, a legislação exige a criação de um fundo ou Reserva para Perdas e Contingências em CPA, CCS e Ubpc, com critérios específicos quanto aos valores e à porcentagem dos lucros destinados a esse fundo (Piñeiro, 2015). No entanto, apesar da prática do cooperativismo agropecuário, persiste a ausência de uma cultura cooperativa tanto no âmbito social quanto nas estruturas de gestão, além da falta de mentalidades e comportamentos que fortaleçam o movimento cooperativo (García Pedraza; García Ruiz; Donéstevez Sánchez, 2018).

Diante desse cenário, a proposta de vincular a gestão cooperativa às comunidades está alinhada com a atualização do modelo socioeconômico nacional, especialmente no sentido de descentralizar as relações entre cooperativas e municípios, favorecendo o reconhecimento autônomo, pelos Órgãos do Poder Popular, das necessidades territoriais e das áreas prioritárias de atuação das cooperativas. Essa proposta busca ampliar a participação das cooperativas na resolução de demandas sociais, transformando-as em agentes de mudança por meio da autogestão e da responsabilidade social direta, em articulação com outros atores locais no planejamento territorial, de forma a compatibilizar o Plano Nacional com as necessidades específicas de cada comunidade (Rodríguez Musa, 2018).

Para viabilizar essa proposta, sugere-se a criação de mecanismos compensatórios na tributação das cooperativas, estabelecendo que o valor dos tributos seja inversamente proporcional ao grau de contribuição socioeconômica dessas entidades para a comunidade. Assim, seria possível combinar o planejamento estatal com a iniciativa cooperativa e o controle social exercido pelos órgãos locais de poder, promovendo a responsabilidade social direta das cooperativas (Rodríguez Musa, 2018). Nesse sentido, como destaca o autor, não se trata apenas de instituir uma estrutura legal para associações superiores, como as cooperativas de segundo nível, mas de fomentar uma unidade sociopolítica comprometida com a defesa, o apoio, a promoção e a representação das cooperativas, assegurando também sua responsabilidade social por meio da autorregulação e autocontrole.

As CCS são uma importante fonte da agricultura cubana, com a maioria dos agricultores associada a elas, permitindo a utilização de recursos financeiros e assistência técnica estatal de forma organizada (Arias Guevara; Leyva Remón, 2017). De acordo com Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez (2015), a agricultura familiar em Cuba abrange várias formas de produção, incluindo as CCS, que se distinguem das formas corporativas como as Ubpc e as CPA pela propriedade do capital (privada coletiva ou estatal).

A agricultura privada, especialmente os produtores independentes e as CCS, é reconhecida por sua maior eficiência comparada a outras formas de produção (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015). As CCS, inseridas na agricultura familiar cubana, surgiram após a segunda reforma agrária (1963) com o objetivo de organizar pequenos agricultores que, embora proprietários de suas terras, se uniam para adquirir equipamentos e comercializar produtos coletivamente (Rivera Rodríguez *et al.*, 2006). Desde os anos 2000, algumas dessas cooperativas foram “fortalecidas” com a incorporação de contadores e administradores para melhorar sua gestão (Marzin, López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

A gestão das CCS baseia-se na colaboração, permitindo aos membros a utilização de recursos financeiros e assistência técnica fornecida pelo estado (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). Essas cooperativas têm personalidade jurídica própria, sendo reguladas por seus próprios estatutos e governadas por um Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral (Recompensa Joseph; Recompensa Joseph, 2017). Elas também podem adquirir equipamentos e instalações para uso coletivo.

As CCS desempenham um papel importante na agricultura cubana, especialmente durante o Período Especial, quando suas comunidades mostraram grande capacidade de sobrevivência. A falta de oferta agrícola nas áreas urbanas elevou o preço de suas colheitas, o que favoreceu suas vendas, tanto em mercados legais quanto ilegais. No entanto, essa situação também incentivou o uso de produtos químicos e combustíveis fósseis adquiridos no mercado ilegal, com impactos negativos, como empobrecimento do solo e perda de biodiversidade (González; Artiles, 2016).

Ainda assim, as CCS têm um impacto socioeconômico significativo. Ao integrar milhares de famílias rurais e da periferia das cidades ao sistema produtivo, contribuíram para estabilizar as comunidades e oferecer um mínimo de emprego. Além disso, a estrutura cooperativa permite que os produtores familiares mantenham contato com o Estado e acessem subsídios e serviços (crédito, assistência técnica), o que teria sido difícil de outra forma. Em termos de renda, os membros das CCS podem reinvestir os lucros locais em suas propriedades e em obras comunitárias, ampliando a renda local. As CCS, ao combinar propriedade privada individual com cooperação, serviram historicamente como um mecanismo de proteção para o campesinato e de transformação social sem a imposição da coletivização forçada.

González e Artiles (2016) identificam uma contradição nas CCS relacionada à falta de peças de reposição e pneus para máquinas agrícolas, que muitas vezes são adquiridos no mercado ilegal, o que levou à privatização de recursos coletivos pelos próprios operadores. Essa situação reflete o distanciamento das práticas cooperativas em meio à crise dos anos 1990 e à limitada capacidade de acesso a recursos essenciais.

Apesar das contradições internas e das práticas distantes do cooperativismo, as CCS ainda são as estruturas mais produtivas da agricultura cubana, embora necessitem de reformas para reduzir a corrupção e melhorar a educação cooperativa (González; Artiles, 2016). Além disso, é necessário explorar as dinâmicas sociais e as especificidades locais das famílias que integram essas cooperativas, considerando fatores como discriminação social, acesso a

recursos produtivos e serviços básicos, e os efeitos de fenômenos como envelhecimento, migração e mudanças no modelo socioeconômico sobre as estruturas familiares.

Apesar das adversidades, o cooperativismo agropecuário segue sendo uma ferramenta importante de transformação socioeconômica, devendo ser fortalecido dentro de um modelo econômico e social em constante atualização (Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Ainda em 2011, Muñoz Alfonso *et al.* identificaram contradições internas ao cooperativismo cubano, como a tensão entre autonomia e assistência estatal, escassez de recursos, baixa rentabilidade e rigidez legal, indicando a necessidade urgente de reformas que garantam maior flexibilidade e participação.

Tabela 9. Movimento cooperativo agrícola cubano nos primeiros anos do século XXI

Entre 2009 e 2013	O total de cooperativas foi reduzido em 15% (972) em todas as suas modalidades.
Em 2015	Essa tendência continuou. O número de cooperativas agrícolas chegou a 5.049; delas: a) 1 684 Ubpc, b) 877 CPA e c) 2 488 CCS.

Fonte: Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017).

Nos Lineamentos para a Política Económica e Social do Partido e a Revolução, aprovados no VI Congresso do PCC, enfatizou-se a ampliação do setor cooperativo, com a criação de cooperativas de 1º grau (Lineamento 25) e o reconhecimento das de 2º grau (Lineamento 29), destinadas a diversas finalidades, como produção, serviços e comercialização (PCC, 2011).

O fortalecimento do cooperativismo, especialmente no setor camponês, busca superar os desafios das pequenas propriedades e o isolamento decorrente da entrega de terras a particulares (Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017). Para assegurar a implementação dos Lineamentos, o governo aprovou mais de 130 políticas, apoiadas por um arcabouço legal que reforça a institucionalidade e orienta as transformações (Moreno Cruz, 2018). Contudo, os avanços iniciais do modelo econômico cubano não se sustentaram ao longo do tempo, com queda no número de trabalhadores agrícolas após 2014. Apesar disso, houve um aumento da participação juvenil, especialmente entre usufrutuários. Em 2012, 25,5% dos requerentes de terras eram jovens, totalizando 280.552 processos aprovados. Os usufrutuários, associados ou não às CCS, representaram 32% dos jovens, seguidos pelas CPA (26,6%) e Ubpc (25,2%), embora com variações regionais (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

Apontando que em 2012 apenas 9-10% dos beneficiários do usufruto de terras eram mulheres. Em 2011, de um total de 142.740 pessoas beneficiadas pelo Decreto-Lei 259, 130.254 eram homens e apenas 12.486 eram mulheres, representando 9% do total de membros em CPA e CCS. As transformações agrárias e legais no país criaram um sistema

social que beneficia as mulheres rurais, garantindo direitos como a herança de terras e proteção à maternidade no trabalho. Entretanto, apesar do crescimento na participação feminina no setor não estatal, os dados do Censo Populacional e Habitacional de 2012 demonstram que a desigualdade de gênero persiste nas diferentes formas de gestão da terra (García Botella, 2021).

Apesar dos desafios existentes, há avanços significativos nesse contexto. A relação de Cuba com a cooperação internacional, em suas diversas formas, tem contribuído para a expansão da abordagem de transversalização de gênero, tanto na teoria quanto na prática, dentro das entidades que promovem o desenvolvimento rural. Esse processo tem se intensificado especialmente desde o final da década de 1990. Um papel fundamental nesse avanço tem sido desempenhado pelo Programa de Desenvolvimento Humano Local (Pdhl) e pelo Programa de Apoio Local à Modernização Agrícola em Cuba (Palma). Além disso, organizações como Anap, Acpa e Actaf foram pioneiras na promoção da equidade de gênero no setor agrícola (García Botella, 2021).

No VII Congresso do Partido, reafirmou-se a importância do cooperativismo em todos os setores, definindo cooperativas como “uma forma de propriedade coletiva na qual seus trabalhadores permanentes são sócios com direitos iguais, que participam da distribuição dos lucros de acordo com o trabalho prestado” (Lineamento 161) (PCC, 2016).

Entre 2007 e 2017, as CCS e Ubpc seguiram como formas predominantes, enquanto as unidades produtivas foram reduzidas a 28% do total, visando a otimização de recursos, e o número de empresas comerciais caiu 99,7%, destacando o papel estratégico dessas empresas na articulação de serviços e comércio (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019). Por fim, Rodríguez Musa (2018) observa que a estrutura jurídica das cooperativas em Cuba carece de uma concepção homogênea, o que leva à sua instrumentalização. Assim, defende que o marco legal e constitucional das cooperativas deve se basear em três princípios:

- O direito de todas as pessoas de se associarem em cooperativas;
- O reconhecimento das cooperativas como associações autônomas de pessoas que administram sua própria empresa, sem fins lucrativos, para atender às necessidades socioeconômicas de seus membros;
- A garantia da autonomia das cooperativas, aliada à responsabilidade social, com atenção às prioridades nacionais e comunitárias.

Para aprimorar as políticas agrícolas, é crucial desenvolver uma gestão mais eficiente dos recursos econômicos e fortalecer a autoridade dos governos locais. Estudos adicionais

sobre a agricultura familiar em Cuba são necessários para compreender melhor as dinâmicas internas das famílias agricultoras e os impactos de mudanças econômicas, como a eliminação da dupla moeda (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019).

No plano social, as CCS orientais continuam sendo essenciais: abrigam a maioria dos camponeses locais e oferecem emprego rural em zonas desfavorecidas. Por exemplo, em Las Tunas, a força de trabalho rural caiu para apenas 170 mil pessoas (de um total de 528 mil), das quais nem todas se dedicam ao cultivo; as cooperativas ajudam a reter a população no campo e a vincular os jovens (muitos com formação técnica ou universitária) à agricultura tradicional (Matías González, 2010). No entanto, a migração interna e a falta de incentivos reduziram a mão de obra disponível. Em consequência, embora a produção total do Oriente não cubra a demanda alimentar local, a estrutura cooperativa continua sendo a principal via de organização produtiva, recorrendo cada vez mais a estratégias agroecológicas e comunitárias (redes de proteção social vinculadas às CCS) para superar as limitações materiais atuais.

A população rural cubana apresenta uma queda considerável nas taxas de natalidade, enquanto as taxas de mortalidade são muito baixas, com alta homogeneidade espacial. Esses fatores estão intimamente ligados ao envelhecimento da população rural (Oliveros, 2009). Segundo Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez (2015), o contexto macroeconômico da agricultura cubana é marcado pela estabilização da população e seu envelhecimento. Portanto, conforme analisado no subcapítulo anterior, desde a década de 1990, houve uma redução na população ocupada na agricultura, atribuída ao envelhecimento populacional, o que limita o desenvolvimento das atividades agrícolas devido ao baixo nível de capitalização no meio rural, que necessita de grande mão de obra (Mármol Fundora, 2015).

O envelhecimento da população, especialmente nas zonas rurais, está resultando em um aumento na taxa de dependência (Oliveros, 2009). Estudos indicam que, a partir de 2020, a população ativa de Cuba começaria a diminuir consideravelmente em relação à população inativa, o que afetaria tanto o dinamismo econômico quanto o sistema de transferências sociais. Este cenário explica parcialmente o baixo índice de desemprego no período de ajuste econômico. Contudo, a agricultura cubana ainda não recuperou seu papel como provedor de divisas, como era na década de 1980, dentro do sistema socialista (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

Cuba, inserida na rede de países latino-americanos que associam urbanização ao desenvolvimento, tem direcionado a diversificação do emprego rural para setores não produtivos, como saúde e educação. Esse processo de desruralização resultou na

nacionalização dos meios de produção, o que fragmentou as intervenções no campo e limitou a implementação de uma abordagem mais abrangente, relevante para o desenvolvimento rural (Hernández Márquez, 2022). Então, a proliferação de terras ociosas pode ser atribuída a vários fatores, como o panorama demográfico, as más condições de infraestrutura e a falta de investimentos no setor agrícola (Mármol Fundora, 2015). Além disso, a pequena produção camponesa, que foi inicialmente excluída do programa agroalimentar, tem mostrado seu potencial sustentável por meio da diversificação e flexibilidade na gestão do trabalho (Donéstez Sánchez; Muñoz González, 2017).

Por sua vez, a ausência de investimentos na agricultura cubana por mais de 20 anos resultou em baixos níveis de mecanização e produtividade (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015). Um dos desafios enfrentados pelo setor é a transição de uma administração centralizada para uma descentralizada, com foco na “municipalização” e na produção agroecológica (Valdés Paz, 2011). A migração interna e externa, juntamente com a perda de mão de obra, também impacta negativamente a agricultura familiar cubana.

A agricultura cubana enfrenta uma série de contradições e problemas sociais, como a dicotomia entre o desenvolvimento econômico e social, e as dificuldades para crescer de forma equitativa sem um crescimento econômico adequado (González Mastrapa, 2017). O setor agrícola tem um papel crucial no enfrentamento da deterioração da balança comercial e na busca pela soberania agroalimentar, especialmente em um contexto de aumento dos preços dos alimentos e de desigualdades socioeconômicas entre produtores privados e o restante da população (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

A estrutura social camponesa cubana, caracterizada por uma estratificação entre camponeses pobres, de classe média e ricos, também reflete a concentração de recursos no campo, com impacto na distribuição de renda e nos fatores produtivos (Figuerola, 2005; Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). No entanto, a pluralidade e diferenciação dos sujeitos no campo, evidenciada por Leyva Remón (2017), exige uma análise mais profunda para a melhoria das políticas sociais.

As mulheres rurais cubanas estão imersas em um processo de transformação. A nova Constituição, aprovada em 2019 (artigos 41 a 44), reafirmou o compromisso do Estado cubano com a igualdade de gênero e a não discriminação em todas as esferas da vida. Este artigo buscou apresentar um panorama sobre a trajetória das mulheres rurais e camponesas em Cuba, conectando os avanços e limitações impostos às mulheres pela reforma agrária iniciada em 1959, que ainda se mantém. Para isso, foi estabelecido um diálogo inovador entre dois

corpos de literatura que raramente são analisados em conjunto: o processo de empoderamento e igualdade de oportunidades para as mulheres cubanas desde o triunfo da Revolução e a reforma agrária. Embora Cuba seja considerada um exemplo paradigmático nesses dois aspectos, o estudo sobre o acesso das mulheres à terra ainda é limitado e enfrenta desafios significativos (García Botella, 2021).

Segundo González Mastrapa (2017), o modelo de desenvolvimento rural e agrário cubano está em fase inicial de adaptação, permitindo experimentações e mudanças. Ele destaca que a relação entre município, província e país deve viabilizar a adaptação das necessidades locais às condições nacionais.

A agricultura urbana e suburbana em Cuba prioriza a produção de alimentos em condições de seca e valoriza o cultivo de plantas medicinais, que são fornecidas aos laboratórios do Minsap⁵⁵ e à população local, garantindo o acesso à medicina natural, especialmente em emergências. O processamento pós-colheita é fundamental para manter reservas alimentares em tempos de escassez, com o apoio de mini e microindústrias (Companioni; Rodríguez-Nodals; Sardiñas, 2017).

A agricultura urbana cubana contribui significativamente para a produção de alimentos, sendo responsável por cerca de 50% dos vegetais frescos e condimentos do país. Em 2014, foram produzidas mais de um milhão de toneladas a partir de *organopónicos*⁵⁶ e hortas intensivas. Em 2017, foram produzidas mais de 146 mil toneladas de frutas em pátios e parcelas. Além disso, a criação de pequenos animais gerou mais de 39 mil toneladas de carne, 787 mil litros de leite de cabra e 216 milhões de ovos, além da produção de 8,5 milhões de toneladas métricas de fertilizantes orgânicos (Companioni; Rodríguez-Nodals; Sardiñas, 2017).

Esses sistemas de cultivo promovem a diversificação da produção e a conservação da biodiversidade. Nos últimos dez anos, mais de 5.000 fontes de poluição foram transformadas em hortas orgânicas e pomares, beneficiando mais de 200 cidades e vilas. O Programa Integral da Agricultura Urbana e Suburbana (Piaus) produziu, sem o uso de produtos químicos, mais de 15 milhões de toneladas de alimentos, incluindo vegetais, frutas, bananas e raízes (Companioni; Rodríguez-Nodals; Sardiñas, 2017) (Quadro 3).

⁵⁵Minsap (Ministério de Saúde Pública).

⁵⁶*Organopónicos*: são sistemas agrícolas urbanos e periurbanos utilizados principalmente em países com recursos limitados, como Cuba, para o cultivo de alimentos em pequenas áreas urbanas. Esses sistemas são caracterizados pelo uso intensivo de técnicas orgânicas de cultivo, como compostagem, uso eficiente de componentes naturais e reciclagem de materiais orgânicos, visando produzir alimentos saudáveis e sustentáveis. Cuba é conhecida por seu extenso uso de *organopónicos* como parte de seu sistema de produção de alimentos. Nestas unidades intensivas de produção são cultivados vegetais, condimentos frescos e outras culturas de ciclo curto. Isto ocorre sob um regime de cultivo intensivo, em camas lateralmente protegidas e preparadas com substrato orgânico e camada vegetal. Esta experiência de agricultura urbana pode ser gerida por funcionários do Estado cubano ou de forma cooperativa.

Quadro 3. Outros resultados positivos do Piaus na atualização do modelo agrário cubano, a partir da aplicação

O Piaus tem como missão aproveitar o potencial local para a produção de alimentos de maneira sustentável, utilizando tecnologias agroecológicas e contribuindo para a soberania e segurança alimentar . O programa também intensifica o uso de energias alternativas , resultando em poupanças de energia convencional .
O programa visa utilizar dejetos de gado e suínos para gerar gás doméstico e reduzir a poluição ambiental . A infraestrutura do programa inclui fazendas municipais, centros de fertilizantes orgânicos, consultórios agropecuários, viveiros, salas de capacitação , entre outros.
A produção abrange 56.000 hectares para hortaliças, frutas e outras culturas, com controle de pragas agroecológico e sem defensivos químicos . Existem também 10.000 hectares com irrigação eficiente e tecnologias de aspersão .
O programa gerou mais de 300.000 empregos , com destaque para 66.055 mulheres e 78.312 jovens , além de envolver 1 milhão de pessoas , incluindo 382.815 unidades de micro-hortas e 90 mil agricultores familiares . O trabalho de formação e extensão formou 44.500 técnicos e 10.112 estudantes universitários .

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Companioni, Rodríguez-Nodals e Sardiñas (2017).

As práticas de agroecologia nas últimas décadas em Cuba enfrentam desafios significativos para seu desenvolvimento em larga escala. Funes Monzote (2009) destaca que as fazendas agroecológicas carecem de apoio adequado, e grande parte da produção é desperdiçada devido a falhas nos processos de beneficiamento, transporte e armazenamento. Além disso, os sistemas agrícolas cubanos ainda dependem de tecnologias caras, com alto custo ambiental, o que mantém a ineficiência e a dependência de energia externa (Altieri; Funes Monzote, 2012). Políticas agrárias ainda favorecem abordagens convencionais, dificultando o apoio a sistemas de baixa entrada, o que resulta na contínua importação de insumos e dependência do mercado externo (Funes Monzote, 2009).

Embora algumas famílias camponesas adotem práticas agroecológicas, a principal motivação foi a escassez de insumos e não a conservação dos elementos da natureza, o que pode levar a um retorno aos métodos convencionais com o tempo (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). A falta de mão de obra rural, devido ao despovoamento das áreas rurais e à falta de atratividade do trabalho agrícola para as novas gerações, também contribui para essa situação (CPP, 2014).

No entanto, a agricultura de alto consumo pode se alinhar com a agroecologia e a agricultura orgânica no novo modelo de desenvolvimento do setor, com o avanço das práticas agrícolas e da infraestrutura produtiva para garantir sua sustentabilidade. A revitalização das práticas agrícolas tradicionais e o desenvolvimento científico-técnico são elementos cruciais para esse modelo (González Mastrapa, 2017). Embora ainda haja desafios culturais para essa mudança, avanços significativos foram feitos (Casimiro Rodríguez; Casimiro González; Suárez Hernández, 2017). Além disso, as transformações socioeconômicas entre 2007 e 2017 modificaram a estrutura sócio-profissional da agricultura cubana, criando barreiras e

oportunidades para o desenvolvimento do setor (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019) (Quadro 4).

Quadro 4. Dados do setor agrícola cubano entre 2007 e 2017

Entre 2007 e 2017, houve um **crescimento significativo** das terras agrícolas e cultivadas no setor **não estatal**, com um aumento de **45%** na superfície das formas de produção, sendo que a **superfície agrícola cresceu 62%**, com **75%** da área cultivada e **53%** da não cultivada. A **gestão da terra** se acelerou, com **72%** das terras administradas e **92%** entregues a **pessoas físicas** em 2009. Em 2018, **85%** das terras estavam entregues, com **99%** para pessoas físicas.

A redução das **terras ociosas** em milhares de hectares contribuiu para a **diversificação** do uso da terra e a **agricultura não canavieira**, com destaque para a produção de **gado de grande porte**. O **setor estatal** ainda possuía a maior parte das terras ociosas, mas o setor **não-estatal** se destacou na **gestão dessas terras**. As **CCS** tiveram a maior gestão entre 2007 e 2014, enquanto as **Ubpc** tiveram a menor.

Os **rendimentos** aumentaram entre 2007 e 2017, especialmente nos setores da **agricultura e indústria açucareira**, que estiveram **acima da média nacional** no período.

Fonte: Elaborado a partir de Cuenca Rivera, Quevedo Guerrero e García Batista (2019).

As transformações no setor agropecuário de Cuba estão caminhando para uma agricultura diversificada, voltada para as necessidades agroalimentares nacionais e o crescimento do turismo internacional (González Mastrapa, 2017). Esses processos são apoiados por documentos como as políticas agrárias publicadas na Gazeta Oficial e os Lineamentos para o período 2016-2021 (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019). No entanto, surgiram contradições, como a superprodução de certos produtos, especialmente frutas, que não podem ser utilizados devido a falhas no sistema de colheita, transporte e armazenamento (González Mastrapa, 2017).

A atual Constituição de Cuba, no segundo título, estabelece que o sistema econômico do país é socialista, fundamentado na propriedade do povo sobre os meios de produção e na direção planejada da economia, visando regular o mercado conforme os interesses da sociedade. São reconhecidas sete formas de propriedade: 1) socialista de todo o povo, 2) cooperativa, 3) de organizações políticas e sociais, 4) privada, 5) mista, 6) de instituições e formas associativas, e 7) pessoal (Cuba, 2019a).

Embora o modelo agrário cubano mantenha a vocação humanista e a justiça social desde a Revolução Cubana, ele tem exacerbado desigualdades, especialmente no acesso a oportunidades de desenvolvimento para os mais vulneráveis na população rural (Hidalgo López-Chávez, 2021). A centralidade do Estado cubano permanece, com tensões entre centralização e descentralização. O desenvolvimento da indústria agrícola, incluindo a mini e micro transformação, ainda é incipiente (González Mastrapa, 2017). O modelo de formação profissional precisa ser ajustado para fomentar a pequena produção e o cooperativismo, alinhando-se com práticas agroecológicas e a utilização de insumos reduzidos.

O setor agrícola tem um dos maiores salários médios mensais do país, mas ainda enfrenta desafios, como a escassez de trabalhadores, especialmente na indústria açucareira (Cuenca Rivera; Quevedo Guerrero; García Batista, 2019). O modelo econômico cubano combina uma coordenação hierárquica com a introdução gradual de mecanismos de mercado, o que é necessário para evitar depender totalmente do mercado, especialmente em tempos de escassez (Marzin; López Betancourt; Almaguer Pérez, 2015).

O sucesso de um modelo agrário mais eficiente dependerá da evolução econômica de Cuba, das relações com os Estados Unidos e da efetividade das políticas públicas, especialmente considerando a pluralidade crescente de atores no campo cubano. A pesquisa científica pode contribuir para melhorar as políticas públicas e promover a equidade, ajustando as políticas às demandas e especificidades dos camponeses e seus subgrupos (Leyva Remón, 2017).

Por fim, a interação entre o Estado, a Anap e a FMC tem favorecido a inclusão das mulheres em projetos de desenvolvimento produtivo local, tanto por meio da cooperação internacional quanto de iniciativas próprias, cujo protagonismo tem sido fundamental para esses avanços. Com uma visão mais integrada do desenvolvimento nos territórios rurais, diversos projetos agrícolas e de desenvolvimento rural implementados por organizações como Anap e Actaf têm obtido progressos notáveis nas últimas décadas. Esse modelo de trabalho mais descentralizado permite reconhecer a importância da interação entre academia, pesquisa e sociedade civil cubana, incluindo as mulheres rurais, em diálogo com as entidades estatais (García Botella, 2021).

Nos últimos anos, tem sido evidente em Cuba um forte desejo governamental de buscar alternativas para revitalizar a produção agrícola através de iniciativas locais e, igualmente, de abordar as dinâmicas sociais que contribuem para a manifestação das desigualdades presentes nas áreas rurais. Contudo, as relações de gênero no setor agrícola cubano também são influenciadas pela sobrecarga das responsabilidades domésticas das mulheres mencionada anteriormente, além da persistência de estereótipos sexistas que limitam suas oportunidades de ocupar cargos mais complexos e mais bem remunerados.

O Estado cubano tem priorizado o desenvolvimento rural e a melhoria da qualidade de vida das mulheres, que têm acesso a direitos garantidos pela legislação. Elas se beneficiam de programas como o Plano Turquino, que busca o avanço econômico, social e familiar das mulheres. As mulheres rurais têm acesso gratuito aos serviços de saúde e educação, além de lares maternos para partos seguros (ONU, 2022).

Por sua vez, as pesquisas conduzidas, tanto na tradição dos estudos sobre o campesinato quanto na abordagem da agricultura familiar, com foco na classe ou na família como unidade doméstica têm frequentemente obscurecido o papel das mulheres como produtoras e cuidadoras da vida dada sua representativa presença no trabalho reprodutivo, além das suas relações mais harmoniosas com a natureza. Foi por meio dos estudos de gênero que se tornaram visíveis as desigualdades existentes e as contribuições das mulheres rurais para a riqueza nacional (Arias Guevara, 2018). Portanto, é crucial desvendar essas relações de desigualdade, que se entrelaçam com outras disparidades no acesso e uso dos meios de produção, nas transações comerciais monetárias, na administração e aproveitamento do tempo como recurso valioso, na participação nas organizações produtivas e sociais, bem como nas responsabilidades de cuidado dentro e fora do ambiente doméstico.

Em geral, os principais desafios enfrentados pelas mulheres incluem baixos rendimentos (72,8%), escassez de moradia (35,2%) e problemas de transporte (31,8%). Os homens destacam a escassez de alimentos (38%) (CEM-FMC; Cepde- Onei, 2018). Desse modo, a moradia em áreas urbanas e rurais influencia os comportamentos em Cuba, com aproximadamente 78% das mulheres e 74,7% dos homens vivendo em zonas urbanas. Entre as mulheres empregadas, 84% estão na zona urbana, enquanto apenas 16% estão em áreas rurais; para os homens, 74% estão na urbana e 26% na rural. A taxa de participação feminina no mercado de trabalho é de 57,7% nas áreas urbanas, comparada a 39,7% nas rurais, resultando em uma diferença de 18 pontos percentuais, enquanto para os homens, essa diferença é de apenas 3,2 pontos percentuais (Lara Junco; Mena Correa; Franco S., 2022).

Para 2022, no setor agropecuário, 219.772 mulheres representavam 25% da força de trabalho, com 13% atuando diretamente em atividades produtivas. Além disso, 1.959 mulheres (42%) contribuía para o potencial científico do setor. No contexto das cooperativas em Cuba, 96.669 mulheres eram cooperativistas, representando 44% do total (ONU, 2022).

Na Anap durante 2022, estavam associadas 78.580 mulheres, correspondendo a 19,74% do total (ONU, 2022); dois anos depois 20,34% das associadas são mulheres, totalizando 82.140, evidenciando um aumento considerável neste sentido (ONU, 2024). Além disso, em 2022, 73.674 mulheres faziam parte das 3.312 Brigadas FMC-Anap, desempenhando papéis importantes em ações produtivas e capacitação em questões de gênero para famílias rurais, incentivando a participação feminina na produção de alimentos (ONU, 2022).

Na agricultura urbana, suburbana e familiar, há 378.580 mulheres, representando 43% do total, um aumento de 130.580 desde 2018. Mais de 17.000 mulheres receberam posse de terras e acesso a créditos e assistência técnica, com 10.900 cubanas sendo proprietárias de terras ao final de 2018, beneficiando-se dos direitos de herança previstos em lei (ONU, 2022). Através de legislações como o Decreto Lei nº 259 e nº 300, mais de 1,5 milhão de hectares foram concedidos em usufruto, beneficiando 172 mil pessoas, das quais 10% são mulheres. O Programa de Agricultura Urbana, Suburbana e Familiar mostra que as mulheres representam 43% da força de trabalho e 52% das chefias provinciais (ONU, 2024).

Em suma, as relações de gênero na agricultura familiar cubana são influenciadas tanto pelos esforços políticos para torná-las mais equitativas quanto pelas persistências das influências do sistema patriarcal nos espaços agrícolas. Esses padrões patriarcais se manifestam na presença de uma dominância masculina que permanece hierárquica na estrutura de poder desses ambientes. Isso também se relaciona com a subordinação das mulheres no âmbito doméstico, as responsabilidades quase exclusivas das mulheres no trabalho reprodutivo, a maior carga horária de trabalho para elas, a menor remuneração, os benefícios de herança e sucessão de bens patrimoniais reduzidos, além das manifestações de violência de gênero das quais elas são vítimas.

Por outro lado, a agricultura familiar e o cooperativismo agrário desempenham um papel essencial na economia cubana ao fornecer alimentos, emprego e rendimentos. As CCS, formadas por agricultores familiares, são uma forma bem-sucedida de cooperação, principalmente desde os anos 90, e continuam incluindo novos produtores usufrutuários. Operam como organizações coletivas que permitem compartilhar recursos como irrigação e serviços, enquanto mantêm a propriedade privada de equipamentos e produção. Em 2017, cobriam 39 milhões de hectares, dos quais 16 milhões estavam cultivados, com um rendimento de 40,9% (Onei, 2018).

Assim, em seu estudo sobre variáveis de gênero em Cuba Lara Junco, Mena Correa e Franco S. (2022), onde a análise focou em indivíduos de 23 a 59 anos, revelara uma maior visibilidade masculina no mercado de trabalho, com uma diferença média de 32 pontos percentuais. E agregaram que, em áreas rurais, essa diferença atinge 48,8 pontos percentuais, ressaltando algo que já é conhecido não só a nível de país: que essas mulheres frequentemente se dedicam a tarefas de cuidado e agricultura para autoconsumo.

Como visto até agora, desde 1959, a percepção sobre as mulheres camponesas em Cuba mudou significativamente, com elas assumindo papéis de liderança e se tornando

reconhecidas como trabalhadoras e operárias. Esse fortalecimento da identidade feminina (incluindo à camponesa) resultou na revalorização de sua relevância social e cultural, consolidando seu papel político e ampliando sua base econômica (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Mas, apesar das tentativas de eliminar preconceitos sobre a mulher rural e sua contribuição ao trabalho agrícola, ainda existem ideias retrógradas que prevalecem. A participação das mulheres no ambiente rural é frequentemente vista como uma exceção em Cuba, mesmo após algumas transformações legislativas (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Uma das principais necessidades da política pública para o setor agrícola em Cuba é aprimorar a articulação das variáveis de território, gênero, raça e geração. A agricultura familiar em Cuba revela uma pluralidade e diversidade entre os atores envolvidos nesse meio; portanto, os fatores específicos que podem influenciar as desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres nesse setor precisam ser mais profundamente examinados.

Ainda assim, a erosão dos antigos padrões de relações de gênero nas famílias camponesas sinaliza um movimento gradual em direção à igualdade de gênero. No entanto, a citada persistência de preconceitos e a visão negativa sobre a capacidade das mulheres de explorar a terra indicam que barreiras significativas ainda permanecem. Portanto, a percepção do trabalho rural feminino como algo excepcional reflete a resistência cultural a essa transformação, influenciada por fatores históricos, sociais e culturais que perpetuam estereótipos de gênero.

A injustiça de gênero não se limita à esfera econômica, ela também envolve valoração cultural, o que a aproxima da problemática do reconhecimento. Além da exploração econômica, as mulheres enfrentam androcentrismo (normas centradas no masculino) e sexismo cultural, que desvalorizam tudo que é associado ao feminino. Essas injustiças se manifestam em diversas formas: violência de gênero, objetificação nos meios de comunicação, exclusão de espaços públicos e direitos legais limitados. São formas de injustiça de reconhecimento, que não podem ser resolvidas apenas por mudanças econômicas, mas exigem transformações culturais profundas. Portanto, o gênero é uma comunidade bivalente, pois combina desigualdade econômica com desvalorização cultural. Essas dimensões se reforçam mutuamente, criando um círculo vicioso entre subordinação econômica e simbólica. Superar a injustiça de gênero requer atuar simultaneamente sobre a redistribuição e o reconhecimento (Fraser, 2016).

As mulheres cubanas dedicam, em média, 14 horas a mais por semana em trabalho não remunerado do que os homens, assumindo a responsabilidade pelas tarefas domésticas e de cuidado, mesmo quando estão ativas no mercado de trabalho. Essa sobrecarga é um problema significativo, afetando seu bem-estar e gerando conflitos nas relações (CEM-FMC; Cepde-Onei, 2018).

A propriedade da terra em Cuba é distinta da propriedade pessoal, regida por um controle estatal e restrições no uso da terra, conforme a Constituição, que exige posse estável de imóveis rurais (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Para garantir igualdade de autonomia entre homens e mulheres, é essencial desenvolver capacidades que aumentem o poder de decisão de ambos, promovendo uma distribuição mais justa de oportunidades.

O direito agrário cubano busca evitar ilegalidades no campo sucessório, estabelecendo requisitos de parentesco e dependência econômica para a herança de terras. O cônjuge sobrevivente, filhos, pais e irmãos são considerados herdeiros, desde que haja um vínculo econômico com a terra por, no mínimo, cinco anos (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Essa abordagem visa assegurar que a terra permaneça com aqueles que realmente dependem dela para o sustento, reforçando a ideia de “a terra para quem a trabalha”.

O controle estatal sobre a transmissão de terra e a proibição de doações por testamento refletem uma preocupação em evitar a privatização excessiva e a especulação (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). A legislação também protege indivíduos incapacitados, garantindo que mantenham direitos sobre a terra.

A colaboração familiar é fundamental na produção agrícola nacional, nos casos onde a propriedade é masculina, a esposa do produtor muitas vezes assumindo papéis nas tarefas domésticas. A legislação protege os direitos do cônjuge, que pode herdar terras e bens agropecuários em igualdade com outros herdeiros, desde que tenha trabalhado na propriedade nos cinco anos anteriores ao falecimento do agricultor. Segundo o Decreto-Lei nº 125 de 1991, mesmo que o cônjuge não trabalhe na terra no momento do falecimento, ele pode ter direito ao valor da terra e dos bens se não tiver renda própria e depender economicamente do agricultor nos cinco anos anteriores (Rodríguez Febles; Núñez Rodríguez; García Álvarez, 2022).

Além disso, para o Decreto-Lei nº 125 de 1991, o cônjuge pode também herdar o valor da terra e dos bens se estiver em uma missão internacionalista, estudando ou prestando serviço social após se formar. O artigo 21 estabelece casos especiais que dispensam o cumprimento do prazo de cinco anos para a transmissão da terra, considerando fatores como

idade, serviço militar e matrícula em educação (Rodríguez Febles; Núñez Rodríguez; García Álvarez, 2022).

No entanto, a inclusão da mulher no processo sucessório apresenta contradições. Não está claro se as mulheres, como cônjuges ou dependentes de pequenos agricultores, têm direito à propriedade da terra ou apenas compensação monetária, o que perpetua a desigualdade de gênero nas práticas agrícolas (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Essa falta de clareza reflete uma lacuna na norma, que não reconhece adequadamente seu papel no sustento da família, e também pode desincentivar o engajamento das mulheres na agricultura e impactar sua autonomia financeira.

Em suma, apesar das tentativas de promover a igualdade de direitos na legislação cubana, a prática ainda carece de atenção em relação à inclusão das mulheres no processo de sucessão de terras. A implementação de uma perspectiva de gênero mais robusta nas políticas agrárias é crucial para garantir que as mulheres tenham acesso pleno aos direitos sobre a terra e possam contribuir efetivamente para a produção agrícola e o sustento da família.

A ambiguidade sobre a herança de terras para mulheres perpetua a desigualdade de gênero, pois não reconhece o trabalho vital que elas realizam na agricultura. A falta de regulamentação sobre a adjudicação da terra para cônjuges ou dependentes contribui para sua discriminação silenciosa, destacando a necessidade de revisões legislativas que valorizem seu papel no contexto agrário. Adicionalmente, a norma limita a definição de trabalho a atividades físicas na terra, excluindo responsabilidades domésticas que as mulheres desempenham. Essa restrição não reflete a realidade do trabalho rural e dificulta a comprovação da contribuição contínua das mulheres nas atividades agrícolas. Essa abordagem gera insegurança jurídica, pois as autoridades agrárias podem ter dificuldades em interpretar e aplicar a norma adequadamente (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Logo, para promover a igualdade de gênero no campo, é crucial revisar as normas que regem o trabalho rural, reconhecendo formalmente as contribuições das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. Essa inclusão é vital para garantir seus direitos e recursos, além de contribuir para um ambiente de igualdade nas relações de gênero, tanto no âmbito familiar quanto econômico. Por isso, é urgente continuar a integrar as experiências e contribuições das mulheres rurais nas políticas agrárias, assegurando que elas sejam reconhecidas como agentes essenciais no processo produtivo e dignas de direitos iguais.

A legislação cubana deve promover a propriedade da terra para mulheres rurais, reconhecendo-as como produtoras diretas e formalizando seu papel como trabalhadoras rurais.

A atual legislação carece de clareza sobre a herança de bens agropecuários e não estabelece uma ordem de preferência que reconheça as mulheres como herdeiras legítimas, muitas vezes resultando em compensações que não refletem suas contribuições reais (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

A incerteza sobre o status de cooperadoras permanentes das mulheres gera insegurança jurídica e desigualdade nas decisões sobre a herança. A exclusão da cônjuge no artigo 20 do decreto-lei 125/1991 é um exemplo claro de como a legislação atual muitas vezes não valoriza o conhecimento e a experiência das mulheres na agricultura, perpetuando uma visão antiquada sobre suas capacidades (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

A falta de reconhecimento do papel da mulher na produção agrícola e na herança da terra evidencia uma contradição no sistema legal cubano. Para promover a igualdade de gênero, é necessária uma reforma que inclua as mulheres como produtoras ativas e assegure seus direitos e contribuições (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Essa mudança legislativa não apenas atenderia às necessidades das mulheres, mas também poderia melhorar a produtividade e a sustentabilidade do setor agrícola, beneficiando a economia e a sociedade como um todo. A reforma legal é fundamental para garantir que as mulheres rurais em Cuba tenham mais acesso à propriedade da terra e seus direitos sejam reconhecidos, promovendo justiça social e um desenvolvimento mais equitativo.

Como visto, o papel fundamental da mulher cubana na economia e na agricultura é destacado, evidenciando a urgência de criar mecanismos legislativos que fortaleçam seus direitos em relação à terra. A legislação deve atender às demandas sociais contemporâneas, reconhecendo a capacidade da mulher para dar continuidade às atividades agrícolas (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

É necessário que a sucessão agrícola em Cuba se concentre na preservação da unidade agrícola, permitindo que o familiar que mais colaborou na exploração da propriedade herde a terra, sem restrições de gênero. Essa abordagem promove a justiça social, assegurando que aqueles que efetivamente participaram da atividade agrícola sejam recompensados.

A proposta de garantir que o familiar mais próximo herde a terra independentemente do gênero é uma medida progressista que reflete o compromisso com a igualdade de gênero. A igualdade não implica em homogeneidade, mas em assegurar direitos e oportunidades equivalentes para todos (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

No período pós-pandemia de covid-19, o reconhecimento e o incentivo à mulher rural continuam a crescer, com programas de treinamento e capacitação promovidos por diversas

entidades e organizações campestres, além do Minag. Várias organizações não governamentais, como Anec⁵⁷, Acnu⁵⁸, Unaic⁵⁹ e Unjc⁶⁰, são consultadas e participam ativamente da formulação e implementação de políticas voltadas para o avanço das mulheres e da elaboração do relatório nacional de Cuba (ONU, 2022).

Diversos setores do país, como Agricultura, programaram e implementaram estratégias de gênero com o apoio da FMC, visando combater desigualdades de gênero em suas áreas. O Minag aplica uma Estratégia de Gênero para promover a equidade no sistema agrícola, resultando em um aumento da participação feminina no mercado de trabalho e fortalecimento dos direitos das mulheres (ONU, 2022). O planejamento das Estratégias de Gênero em Cuba envolve a atuação da FMC, que realiza diagnósticos constantes sobre a situação das mulheres por meio de encontros em níveis nacional, provincial e municipal, em parceria com a Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC). Esses encontros incluem oficinas e a formação de Comitês de Gênero, resultando em planos de ação para enfrentar desafios específicos (Álvarez Suárez, 2022).

As estratégias do setor agrícola cubano foram inicialmente desenvolvidas por três organizações (Anap, Actaf e Acpa) com apoio internacional, focando na inclusão de mulheres na produção agrícola e em posições de decisão. O objetivo é garantir a participação das mulheres nas decisões que impactam suas vidas e comunidades, com comitês de gênero e oficinas de formação como ferramentas. A colaboração entre a FMC e outras organizações fortalece a rede de apoio para discutir e resolver questões de gênero, com um acompanhamento contínuo das condições de trabalho e vida das mulheres, garantindo que a igualdade de gênero seja uma prioridade na agenda do país. Logo, com a evolução dessas estratégias, espera-se um avanço na superação das desigualdades de gênero e no empoderamento das mulheres, promovendo o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais e urbanas (Álvarez Suárez, 2022).

A estratégia de gênero da Anap, em parceria com a FMC, busca integrar significativamente as mulheres nos processos produtivos, criando Brigadas FMC-Anap e promovendo o desenvolvimento político e cultural das mulheres camponesas. A formulação incluiu mais de 270 oficinas de diagnóstico participativo. Seus objetivos incluem aumentar a presença feminina nas cooperativas agropecuárias e promover capacitação em temas de gênero. A estratégia é avaliada anualmente e já resultou na criação de comissões de gênero,

⁵⁷ Asociación Nacional de Economistas y Contadores de Cuba.

⁵⁸ Asociación Cubana de las Naciones Unidas.

⁵⁹ Unión Nacional de Arquitectos e Ingenieros de la Construcción de Cuba.

⁶⁰ Unión Nacional de Juristas de Cuba.

oficinas de sensibilização e maior representação feminina nas cooperativas (Álvarez Suárez, 2022).

A Acpa, com sua Estratégia de Gênero aprovada em 2006, visa a transversalidade de gênero na organização, buscando empoderar mulheres e melhorar o desempenho institucional em termos de equidade. Um programa de gênero acompanha a estratégia, incluindo projetos para fortalecer a Acpa em quatro províncias. A implementação da estratégia enfrentou desafios, como mudanças lentas nas mentalidades e capacitação insuficiente em legislação de igualdade de gênero (Álvarez Suárez, 2022).

No âmbito do Projeto de Desenvolvimento Florestal da Actaf, em colaboração com a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (Acdi), a igualdade de gênero foi reconhecida como essencial para o progresso da população rural. Em 2010, após um diagnóstico em 2009 que evidenciou desigualdades no setor, a Actaf publicou uma Estratégia de Gênero e um guia de orientações, visando promover a igualdade através de conscientização, capacitação e avaliação (Álvarez Suárez, 2022).

A Estratégia de Gênero do Sistema da Agricultura (Egsa) (2015-2020), coordenada pelo Minag, foi criada como uma ferramenta para integrar as estratégias de gênero consolidadas no setor agrícola. Seu objetivo é promover a gestão da igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens, reconhecendo as desvantagens e potencialidades das mulheres em cada território. Os objetivos da Egsa incluem criar uma cultura de gestão pela igualdade de gênero, fortalecer a liderança feminina nos setores agropecuário, florestal e *tabacalero*, e integrar o trabalho das organizações do setor em prol da igualdade, promovendo o desenvolvimento sustentável por meio de processos inclusivos e não sexistas. A estratégia está alinhada ao Plano de Ação Nacional e à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com apoio de organizações como Oxfam e Pnud, e tem sido essencial durante crises como a covid-19. Além disso, é composta por oito linhas que abrangem desenvolvimento de capacidades, comunicação, articulação de organizações, melhoria das condições de trabalho, influência nas políticas, monitoramento e avaliação, participação das mulheres e o papel dos homens na igualdade de gênero (Minag, 2020; Álvarez Suárez, 2022).

A implementação da Egsa deve seguir o sistema de planejamento existente, e a necessidade de orçamento foi proposta em grupos de trabalho nacionais. As entidades devem relatar ao Minag os avanços e desafios na execução das estratégias. Em 2020, foi criada uma “Caixa de Ferramentas” para auxiliar á estratégia na prática. Durante a efetivação, houve avanços na visibilidade e participação das mulheres rurais, com um aumento na linguagem

inclusiva entre dirigentes e participação masculina nas atividades da Egsa. Os desafios incluem a necessidade de um novo diagnóstico de gênero, adiado pela pandemia, e a atualização do Plano de Ação de Gênero após a conclusão desse diagnóstico (Álvarez Suárez, 2022).

Em 2021, a Egsa foi atualizada para o período 2021-2025, incorporando os aprendizados anteriores e alinhando-se ao Plano de Ação Municipal. As novas linhas estratégicas incluem capacitação para eliminar lacunas de gênero, comunicação, articulação de organizações, melhoria das condições de trabalho e empoderamento das mulheres. Até outubro de 2021, foram estabelecidos 267 Comitês de Gênero nas entidades, abrangendo vários níveis organizacionais (Álvarez Suárez, 2022).

A Egsa 2015-2020, desenvolvida pelo Minag, logrou implementar um maior reconhecimento social das mulheres rurais e incentivou sua liderança e participação em diversas esferas. Para sua execução foram destacadas oito ferramentas: 1) Comitê de Gênero, 2) Diagnóstico de gênero, 3) Plano de Ação de gênero, 4) Orçamento para a igualdade de gênero, 5) Alianças estratégicas, 6) Projetos institucionais, 7) Indicadores de acompanhamento e 8) Entidades líderes (Minag, 2020).

O Plano de Ação de Gênero foi fundamental para programar transformações em direção à igualdade de gênero, com aprovação agendada para janeiro e implementação iniciando em fevereiro, incluindo avaliações anuais para ajustar estratégias conforme necessário. Como exemplo, na Delegação Municipal da Agricultura (DMA) de Bejucal, província de Mayabeque, observou-se uma disparidade de gênero significativa, com apenas 10% das mulheres atuando em atividades agropecuárias, enquanto 90% são homens. Para enfrentar essa desigualdade, diversas ações foram propostas, incluindo: 1) curso sobre enfoque de gênero no sistema agrícola; 2) criação de produtos comunicativos inclusivos; 3) desenvolvimento de iniciativas para apoiar a vida familiar dos trabalhadores rurais; e 4) integração do enfoque de gênero nas políticas de seleção e contratação do setor. Essas medidas visaram fortalecer capacidades e promover a igualdade de gênero, incentivando a participação das mulheres no setor agropecuário. O plano também abrangeu aspectos logísticos e orçamentários, detalhando os recursos necessários para cada ação, como materiais e transporte, com previsão de participação de mulheres e jovens (Minag, 2020).

A Estratégia de Gênero do Sistema de Agricultura exige que as entidades do setor integrem essa estratégia em seu planejamento, criando uma seção chamada Trabalho pela Igualdade de Gênero, com orçamento alocado. Recomenda-se que entre 5% e 10% do

orçamento central do Minag destinado às delegações de agricultura seja alocado à Egsa, além de buscar recursos por meio de projetos locais e parcerias internacionais. Registrar essas contribuições é essencial para documentar o investimento em igualdade de gênero e facilitar a atuação do Comitê de Gênero na transformação das relações de poder. Cada entidade deve definir a quantia e a porcentagem do seu orçamento anual a ser destinada à implementação do Plano de Ação da Egsa, alinhando-se à porcentagem acordada em nível nacional (Minag, 2020).

Entretanto, é importante considerar que, mesmo com os avanços legislativos cubanos, a eficácia das leis na promoção da igualdade de gênero depende da implementação prática e da mudança cultural nas percepções sobre os papéis de gênero. Embora existam estruturas legais que buscam garantir a equidade, a realidade pode ser mais complexa, especialmente em contextos rurais onde tradições e normas sociais podem perpetuar desigualdades. Portanto, a análise sugere que a promoção da igualdade de gênero na legislação agrária deve ser acompanhada de iniciativas que visem não apenas a criação de leis, mas também a educação e a conscientização das comunidades sobre a importância da equidade no acesso à terra e na participação na produção agrícola. Isso pode contribuir para um ambiente mais justo e igualitário, onde tanto homens quanto mulheres possam exercer plenamente seus direitos e responsabilidades no contexto agrário cubano.

Pesquisas tradicionais sobre o campesinato e a agricultura familiar frequentemente invisibilizaram as mulheres como produtoras e reprodutoras da vida, desconsiderando suas práticas e relações com a natureza. Como afirma Carneiro (2001), a importância das mulheres nas áreas rurais vai além da participação em atividades agrícolas, estando profundamente ligada a costumes e valores locais. Contudo, Siliprandi (2015) observa que, salvo algumas abordagens feministas, há uma lacuna nos estudos internacionais sobre as dinâmicas familiares na agricultura e sobre a identidade dos sujeitos como agricultores(as) familiares.

Siliprandi (2015) também destaca que os estudos tradicionais costumam idealizar uma complementaridade entre os papéis de gênero e geração, focando na reprodução de um modo de vida ameaçado por adversidades. No entanto, as desigualdades de gênero na agricultura familiar são evidentes, tanto no acesso a recursos quanto na desvalorização do trabalho feminino, marcado por maior carga e tempo dedicados ao trabalho não remunerado. A liderança masculina, tradicionalmente instituída, contribui para a invisibilização das mulheres e gera dupla discriminação, dificultando seu acesso a direitos, terras, heranças e políticas

sociais (Siliprandi, 2015; Araújo; Canteri; Bittencourt, 2018; De Oliveira; Vilaça; Correio, 2019).

Embora enfrentem desafios históricos, as mulheres rurais ainda têm menos direitos e privilégios legais do que os homens (Araújo; Canteri; Bittencourt, 2018), inclusive no acesso ao ambiente natural e os bens simbólicos da agricultura familiar⁶¹. Essas limitações estão profundamente vinculadas às dinâmicas de poder entre homens e mulheres (Siliprandi, 2015).

O reconhecimento do trabalho das mulheres na agricultura familiar costuma restringir-se ao papel tradicional de esposas e mães, enquanto suas contribuições nas atividades produtivas (como plantio, colheita e criação de animais) são frequentemente invisibilizadas ou subestimadas (Siliprandi, 2015). Segundo Araújo, Canteri e Bittencourt (2018), as mulheres ainda enfrentam maior carga de trabalho do que os homens, com forte presença no trabalho não remunerado, em contraste com a predominância masculina nas atividades remuneradas. A estrutura de poder e a divisão sexual do trabalho, que atribui aos homens o status de chefes da família e da unidade produtiva, contribui para essa invisibilidade (Siliprandi, 2015). Isso resulta em uma dupla discriminação para as mulheres agricultoras, que, além de enfrentar necessidades não atendidas e a falta de garantias de direitos, precisam lidar com a prevalência do sistema patriarcal no campo.

Segundo Martínez Montenegro e Baeza Leiva, (2017), dados da Cepal indicam uma significativa disparidade de renda entre os sexos, que aumentou de forma desigual entre a Conferência de Beijing (1995) e 2012. Continuam dizendo que, apesar do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho devido à urbanização e políticas educacionais, as mulheres ainda representam apenas 49,8% da força de trabalho na América Latina e no Caribe, com 48% da população rural sendo mulheres.

Como evidenciado, o governo cubano possui diversas políticas de igualdade de gênero que impactam o campo. O Programa Nacional para o Adelanto de las Mujeres (PAM), por exemplo, aprovado pelo Conselho de Ministros, dedica-se a promover a inserção das mulheres nas transformações econômicas em curso. Autoridades destacam a ampla presença feminina na agricultura: “cada vez é mais comum a presença de mulheres com cargos em

⁶¹ No contexto da agricultura familiar, o conceito de bens simbólicos refere-se a itens ou elementos que possuem valor cultural, emocional ou representativo, mais do que valor material ou utilitário direto. Esses bens são frequentemente carregados de significados que estão ligados à identidade e ao status social dos indivíduos e comunidades. Aplicado à agricultura familiar, esse conceito abrange aspectos que refletem a conexão cultural e histórica das famílias com a terra e suas práticas agrícolas tradicionais. Entre esses bens simbólicos, podemos encontrar sementes crioulas, que representam a preservação de variedades agrícolas nativas; técnicas de cultivo passadas de geração em geração; e celebrações e rituais que expressam a ligação entre a comunidade, a terra e a herança cultural. Esses elementos são fundamentais para a identidade das famílias agricultoras e refletem a continuidade e a adaptação de tradições que se mantêm vivas no cotidiano da agricultura familiar.

cooperativas e donas de fincas, encarregadas de produzir alimentos”. Essas declarações oficiais refletem programas concretos.

Em parceria com organismos internacionais, Cuba lançou projetos voltados às agricultoras rurais. Por exemplo, iniciativas como Alass (Autoabastecimiento Local para una Alimentación Sostenible y Sana) e Agrofrutales, apoiadas pelo Pnud, UE e Canadá, incentivam mulheres a produzir hortaliças, frutas, laticínios e conservas. Em 2024, a ministra cubana da Agricultura e o Iift enfatizaram, em evento do Dia da Mulher Rural, a relevância das políticas de gênero do Estado em favor das mulheres no campo (Sierra, 2022; 2024).

O crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente na América Latina e no Caribe, evidencia que, apesar das mudanças nas políticas educacionais e urbanização, as barreiras estruturais ainda limitam o avanço da igualdade econômica entre os sexos. A baixa taxa de atividade econômica das mulheres e sua presença significativa na agricultura sugerem que, embora estejam mais presentes no mercado de trabalho, elas ainda enfrentam desafios específicos, como a falta de acesso a empregos de melhor remuneração e condições de trabalho.

De acordo com a história, as mulheres sempre estiveram envolvidas no trabalho agrícola, mas suas funções foram restringidas ao ambiente doméstico nas primeiras comunidades agrícolas, onde preparavam alimentos, produziam roupas, cuidavam dos filhos e ajudavam nas colheitas. Inicialmente, essa divisão de papéis foi atribuída a diferenças biológicas, mas essa visão foi desafiada e reconhecida como um resultado de comportamentos sociais, não de fatores naturais, conforme argumentado por Friedrich Engels (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Portanto, a crítica à ideia de que as divisões de gênero na agricultura se baseiam em diferenças biológicas é um ponto importante. Assim, Engels desmistificou essa explicação naturalista, enfatizando a construção social dessas distinções. Essa abordagem revela como o patriarcado consolidou uma divisão de papéis que não é natural, mas sim socialmente construída, o que abre espaço para transformações nas normas e nas expectativas sociais em torno do trabalho das mulheres na agricultura.

Nas sociedades, as mulheres são frequentemente atribuídas a papéis de mãe, esposa e dona de casa, enquanto os homens ocupam funções de chefe de família e provedor econômico. Essa divisão de funções reflete-se na remuneração inferior das mulheres (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). A conexão estabelecida entre os papéis domésticos atribuídos às mulheres e a disparidade salarial é fundamental para entender a

perpetuação de desigualdades econômicas. Isso demonstra como o patriarcado reforça a posição subordinada das mulheres no mercado de trabalho, refletindo também no pagamento desigual.

A persistência da disparidade salarial e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, especialmente em áreas rurais, evidenciam a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Tais políticas devem enfrentar não apenas os desafios econômicos, mas também os culturais, que ainda reservam às mulheres papéis de menor relevância econômica. As transformações sociais, portanto, devem ser acompanhadas de um esforço contínuo para desconstruir esses papéis tradicionais e criar um ambiente mais igualitário no que diz respeito à participação e remuneração feminina no mercado de trabalho.

Como o trabalho agrícola é frequentemente considerado uma extensão das tarefas domésticas e resulta na desvalorização do intenso esforço das mulheres, ele é visto como uma obrigação decorrente no caso de casamento com um agricultor. Essa visão reduz seu papel duplo como dona de casa e agricultora, que não recebe o reconhecimento adequado. No entanto, estudos mostram que as mulheres rurais desempenham tanto “tarefas reprodutivas” quanto “produtivas”. Elas não apenas cuidam da gestação, amamentação e educação dos filhos, mas também mantêm as condições sociais em que vivem. Economicamente, as mulheres contribuem para a autossustentabilidade, cultivando pequenas áreas de terra para produzir alimentos essenciais, como vegetais e temperos (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Como apontado por Silvia Federici, a agricultura de subsistência também integra o processo de reprodução social. Em outras palavras, ela se insere no conjunto das atividades domésticas cotidianas: em vez de ir ao supermercado, alimenta-se a família cultivando diretamente a terra. Em muitas partes do mundo, as mulheres estão fortemente envolvidas na defesa do acesso à terra e, nos contextos de urbanização recente, elas ocupam terrenos ociosos nas cidades para continuar produzindo alimentos, buscando assim certa autonomia frente ao mercado. Isso amplia nossa compreensão da reprodução, revelando suas múltiplas dimensões como os cuidados com a saúde. As mulheres são as principais responsáveis por cuidar de pessoas doentes, tanto no ambiente doméstico quanto fora dele. A dimensão ambiental também é central: frente à devastação do meio ambiente, não é coincidência que as mulheres estejam na linha de frente das lutas ecológicas, porque entendem que isso está diretamente ligado à saúde e à reprodução da vida. Essas ações fazem parte de uma resistência que busca garantir que a terra continue sendo fonte de vida, e não de morte. A reprodução atinge um

novo patamar de significado: trata-se de imaginar e construir outras formas possíveis de sociedade (Gonçalves, Assis, 2022).

Assim, a distinção feita entre as tarefas reprodutivas e produtivas das mulheres é fundamental para entender o papel multifacetado que elas desempenham nas economias rurais. A reprodução biológica, juntamente com a reprodução social, mantém as bases do sistema familiar e social, enquanto a produção agrícola doméstica contribui diretamente para a autossuficiência alimentar, essencial para a sobrevivência da família.

Contudo, o reconhecimento desse trabalho permanece limitado. A desvalorização das mulheres como agricultoras reflete a continuidade da visão patriarcal que as vê principalmente como donas de casa. Essa visão prejudica as possibilidades de desenvolvimento e empoderamento econômico feminino, uma vez que seu trabalho produtivo é invisibilizado. Para que haja uma verdadeira equidade no campo, é necessário reconfigurar essas percepções, valorizando as atividades produtivas realizadas por mulheres e reconhecendo-as como trabalhadoras essenciais na economia rural.

Os estudos sobre desigualdade de gênero revelam que as mulheres passam a maior parte do tempo em atividades não remuneradas, como tarefas domésticas, e, ao ingressarem no mercado de trabalho, enfrentam condições menos favoráveis e jornadas mais longas do que os homens. Em áreas rurais, elas têm acesso limitado a redes de apoio, serviços de saúde e enfrentam desafios como distâncias maiores a percorrer, frequentemente sem transporte público, e menor acesso a infraestrutura e tecnologias que poderiam facilitar suas atividades. As atividades não remuneradas incluem obrigações domésticas, cuidados familiares e trabalho voluntário. A pobreza entre mulheres é multidimensional, com o isolamento territorial exacerbando outras formas de pobreza. Recentemente, o trabalho rural feminino se transformou, com as mulheres se tornando produtoras diretas de colheitas, embora continuem a assumir mais de 75% do trabalho não remunerado (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Existe uma amplitude das atividades não remuneradas, destacando não apenas as tarefas domésticas, mas também funções críticas de cuidado e subsistência que muitas vezes são invisibilizadas na análise econômica tradicional do trabalho feminino. A inclusão dos cuidados familiares demonstra como as responsabilidades das mulheres se estendem além do lar, refletindo um papel vital na manutenção do bem-estar social.

Silvia Federici destaca que a reivindicação por remuneração do trabalho reprodutivo nunca ignorou as desigualdades entre as mulheres, mas buscava justamente ampliar suas

possibilidades e garantir maior autonomia frente às pressões do casamento, da dependência masculina e da precariedade laboral (Gonçalves; Assis, 2022).

Para a autora, já nos anos 1980, era evidente que, com as políticas neoliberais e o empobrecimento de muitos países do Sul global, muitas mulheres migravam e ficavam restritas ao trabalho doméstico ou sexual. A escolha pelo trabalho sexual, em alguns casos, se dava porque este oferecia maior retorno financeiro do que o trabalho doméstico, altamente explorador. Federici enfatiza que, apesar das diferenças de classe e raça entre as mulheres, como o fato de que muitas mulheres negras não podiam contar com um salário masculino e acumulavam trabalho produtivo e reprodutivo, o ponto central de sua crítica era a desvalorização generalizada do trabalho que sustenta a vida (Gonçalves; Assis, 2022).

Em nosso caso, por outro lado, a crise econômica nacional parece ter impulsionado uma mudança no papel das mulheres no trabalho rural, levando-as a se tornarem produtoras diretas, o que indica uma transformação nas dinâmicas de gênero no campo. Essa nova realidade é uma oportunidade para reconfigurar a percepção do trabalho feminino e, potencialmente, para o empoderamento econômico das mulheres.

Em muitos países da região latino-americana, existem famílias monoparentais onde as mulheres desempenham o papel de provedoras, além de realizarem o trabalho não remunerado em casa, desafiando assim o status patriarcal que tradicionalmente atribui ao homem a responsabilidade pelo sustento econômico da família (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Essa mudança não só reflete a adaptação das mulheres às circunstâncias econômicas, mas também indica uma evolução nas dinâmicas familiares e sociais, onde o papel de provedor pode ser assumido por qualquer gênero, independentemente da configuração familiar.

Além disso, é inegável que o trabalho masculino no campo tende a ser mais estável, constante, permanente e formal. Essa situação resulta em benefícios sociais, laborais e hereditários geralmente mais restritos para as mulheres (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Essa menção à maior estabilidade e formalidade do trabalho masculino no campo evidencia uma desigualdade estrutural persistente, que é uma situação problemática, pois implica que, apesar de as mulheres contribuírem significativamente para a economia familiar, elas continuam a enfrentar desvantagens em termos de reconhecimento e acesso a benefícios sociais.

Na América Latina, também há uma tendência crescente em reconhecer a adjudicação de terras não apenas de forma individual, mas também através de empresas familiares,

promovendo a atribuição coletiva na formação de associações de produção. Países como Colômbia, Peru, República Dominicana, Equador e Nicarágua têm adotado essa abordagem, que inclui a mulher como membro legítimo (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017).

Os processos sucessórios enfatizam a investigação e conciliação para decisões justas, preservando a atividade agrícola durante o trâmite. A figura da “união continuada” para propriedades sob comunhão de bens permite a aceitação de pactos sucessórios, reconhecendo o papel das mulheres como trabalhadoras no setor (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Tais pactos e a proteção da união continuada destacam a prioridade dada a colaboradores na produção, especialmente mulheres e familiares.

Apesar de avanços, persistem inconsistências nas legislações agrárias quanto ao reconhecimento das uniões de fato. Cuba, México e Peru reconhecem companheiras(os) como sucessores, enquanto a Venezuela limita essa consideração, embora haja alguma proteção legal; na Colômbia, a jurisprudência garante direitos sucessórios às companheiras, mesmo sem reconhecimento formal da união. A inclusão da perspectiva de gênero nas políticas agrárias é fundamental para garantir acesso equitativo à terra. É necessário revisar e harmonizar as legislações civis e agrárias, promovendo um sistema mais justo e sustentável. No Chile, a legislação sucessória assegura igualdade de gênero e proteção ao cônjuge sobrevivente, com exceção das propriedades indígenas coletivas. Na Argentina, reconhece-se a capacidade produtiva das mulheres rurais, que podem herdar terras se atenderem aos critérios de estabilidade (Martínez Montenegro; Baeza Leiva, 2017). Esses avanços legislativos refletem um compromisso com a igualdade de gênero e a valorização das contribuições femininas no setor agrícola.

Os benefícios sociais, trabalhistas e de herança, que muitas vezes são moldados por um sistema que prioriza o trabalho formal, revelam uma disparidade significativa que perpetua a vulnerabilidade econômica das mulheres. Essa análise sublinha a importância de políticas públicas que reconheçam e integrem as realidades das mulheres no trabalho, proporcionando-lhes igualdade de direitos e oportunidades em todos os aspectos da vida econômica e social. Além disso, reforça a necessidade de um reconhecimento mais amplo das contribuições femininas, tanto no espaço público quanto no privado.

Nas CCS, a inserção das mulheres também tem avançado, embora a presença decisória siga desigual. Dados oficiais de 2011 mostravam 64.063 mulheres trabalhando em CPA e CCS, com clara maioria nas CCS (50.976). Aumentou-se o número de cooperativas com alta composição feminina (cerca de 1.432 CCS tinham em média 23 mulheres ou mais por

entidade). O resultado foi atribuído à ação combinada da ANAP e da FMC em campanhas de mobilização. Mesmo assim, as mulheres ainda eram uma minoria nos cargos de liderança. Em 2011, por exemplo, apenas 203 mulheres ocupavam posições de direção nas cooperativas rurais (64 em CPA e 139 em CCS). Um esforço notável surge para mudar esse quadro: o próprio projeto “Agricultura suburbana y fortalecimiento cooperativo” (Camagüey, Las Tunas, Holguín, 2011–2015, apoiado pela Oxfam) listou como meta específica “lograr que mujeres das iniciativas sejam parte da Comissão Directiva das cooperativas, com poder de decisão” sobre seus empreendimentos (Varela Pérez, 2011).

Na prática, relatos qualitativos registram resistências internas. Um estudo aplicado em várias cooperativas indicou que as diretorias ainda subvalorizavam as mulheres, oferecendo “pouco apoio de alguns presidentes das instituições” e procrastinando decisões importantes. Barreiras sociais e machistas também aparecem, como descrito no mesmo trabalho: mulheres afirmaram que alguns membros das juntas eram refratários a novas tarefas para mulheres. Essas dificuldades estão sendo enfrentadas com ações formativas e normativas internas. As mulheres vêm mobilizando as assembleias para incluir oficialmente suas propostas de empreendimentos no estatuto das cooperativas. Nos casos estudados, elas negociaram com a diretoria e a comunidade o reconhecimento de que iniciativas não-tradicionais (como processamento de alimentos ou artesanato para venda local) beneficiam não só a elas mas à comunidade inteira (Muñoz Machín; Lorenzo Chávez; Mirabal Patterson; Cruz Martínez; Monteagudo García, 2015).

Portanto, embora muitas mulheres participem ativamente das CCS, realizando plantações, criação de pequenos animais e serviços cooperativos, a democratização das decisões ainda é parcial. As cooperativas cujos quadros diretivos incluem mulheres têm mostrado maior dinamismo em iniciativas produtivas. Conforme os próprios relatórios de projetos, a incorporação feminina amplia as fontes de renda cooperativa e reforça a sustentabilidade local (Muñoz Machín; Lorenzo Chávez; Mirabal Patterson; Cruz Martínez; Monteagudo García, 2015). Seguindo TRS, isso equivale a deslocar o trabalho reprodutivo para o coletivo, o que Silvia Federici aponta como forma de fortalecer a luta trabalhista (ao invés de transferir todos os encargos para as famílias) (Gonçalves; Assis, 2022). O desafio permanece em expandir e institucionalizar essa participação: “reconhecem os avances (ainda modestos) e orientam ações para que nenhuma companheira apta fique sem associada” (Varela Pérez, 2011), bem como para que as mulheres tenham voz efetiva nas diretorias.

A abordagem da TRS permite enxergar como, mesmo em um país com políticas públicas de igualdade de gênero, a divisão sexual do trabalho e a invisibilização do trabalho reprodutivo se refletem nas estruturas agrárias cooperativas. Em Cuba, o modelo de agricultura familiar cooperada foi reconfigurado desde 2011 por reformas que ampliaram autonomia e incentivo à produção, mas essas mudanças afetaram de modo diferenciado mulheres e homens. As mulheres rurais passaram a contar com mais apoio institucional e capacitação (como visto em programas locais e internacionais) e sua presença nas CCS cresceu. Porém, sem um real reconhecimento do trabalho de reprodução, em casa e na produção de subsistência, e sem a inclusão plena nos espaços decisórios, a cooperação permanece marcada pela subordinação de gênero. A análise mostra que ainda é urgente aplicar a TRS concretamente: valorizar o trabalho invisível (através de serviços sociais e salários de reprodução), transformar a divisão de tarefas e garantir que políticas de gênero se traduzam em mudanças efetivas nas práticas cooperativas locais. Uma abordagem integral (unindo transformação agrária e igualdade de gênero) poderá efetivar a equidade nas cooperativas do campo cubano.

CAPÍTULO 3. RELAÇÕES DE GÊNERO NA COOPERATIVA ATANAGILDO CAJIGAL DA CIDADE DE HOLGUÍN, EM CUBA

Este capítulo apresenta a análise das relações de gênero no contexto da Cooperativa Atanagildo Cajigal da cidade de Holguín, em Cuba. Explica como essas relações são moldadas por normas culturais, papéis de gênero historicamente construídos e dinâmicas de poder que afetam a divisão do trabalho, a tomada de decisões e as oportunidades de participação.

Em seguida, analisa as relações de gênero na comunidade, considerando as redes de apoio, os espaços de sociabilidade e os desafios enfrentados por mulheres e homens na busca por equidade. Por fim, examina os estereótipos de gênero, investigando como concepções tradicionais influenciam comportamentos, expectativas e oportunidades, perpetuando desigualdades ou possibilitando transformações.

Discute as relações de gênero no ambiente doméstico, fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais mais amplas, pois refletem e, ao mesmo tempo, influenciam as interações nos espaços comunitários e institucionais. Além disso, aborda as relações de gênero tanto no âmbito intrafamiliar quanto no cooperativo, explorando como as experiências vividas no ambiente doméstico se conectam às práticas coletivas e produtivas.

3.1. Contextualização do local da pesquisa e gênero no espaço comunitário

Como mencionado na introdução, a contextualização geográfica desta pesquisa considerou, com especial atenção, a forma como a localização espacial do caso estudado pode influenciar o comportamento do objeto de estudo. Durante a investigação, foram consideradas as particularidades do contexto oriental de Cuba. Apesar do discurso oficial frequentemente ressaltar o papel histórico, social e econômico do leste cubano, conforme exposto por Hernández García (2019), essa região e sua população são comumente associadas a estigmas de inferioridade em diversas áreas, como social, pessoal, política, cultural e econômica.

No final do século XX, a maior parte da produção agrícola (como tabaco, cítricos e frutíferas), bem como as indústrias manufatureiras e serviços (comércio e turismo), estavam concentrados na região ocidental de Cuba, gerando mais empregos, especialmente para as mulheres. Em contrapartida, o leste do país não atingiu esses níveis de atividade devido às características predominantes de suas produções (Castellón, 1994).

Além disso, Castellón (1994) observa que, por razões culturais, as mulheres da região oriental historicamente não tiveram a mesma taxa de participação no setor agrícola

comparado ao restante do território. Nas últimas décadas, essa área de Cuba tem enfrentado uma crescente pressão sobre o meio ambiente, o já deteriorado parque habitacional e o planejamento urbano, ao mesmo tempo em que as desigualdades, atravessadas por classe, gênero, cor da pele, entre outros fatores, se intensificaram (Arias Guevara; Echevarría León, 2021).

Adicionalmente, como apontam Arias Guevara e Echeverría León (2021), a população rural do leste cubano não se recuperou da mesma forma que as demais regiões dos impactos da crise dos anos 1990 e das reformas subsequentes, como a reconversão da agroindústria açucareira. Essa reestruturação levou ao esvaziamento acelerado de outras áreas canavieiras, enquanto a população nas periferias urbanas aumentava. Esses processos convergem para a atual realidade da região, onde se encontra o maior número de organizações cooperativas agrícolas, nas suas diversas formas: Ubpc (47,1%), CPA (45,2%) e CCS (41,7%) (García Pedraza; Leyva Remón; Alonso Freyre; García Ruiz, 2022).

A territorialidade e o acesso a recursos são elementos fundamentais para a agricultura familiar, especialmente em zonas rurais. O Decreto 96/2023 ou Protocolo de Atuação ante Situações de Discriminação, Violência e Assédio no Âmbito Laboral (Cuba, 2023) menciona a discriminação por origem territorial, mas não aprofunda como a diferença entre áreas urbanas e rurais impacta as oportunidades de trabalho e a exposição à violência laboral. Já o Decreto 109/2024 ou Sistema Nacional para o Cuidado Integral da Vida (Cuba, 2024) propõe políticas adaptadas às condições de cada região, reconhecendo que mulheres em territórios afastados têm acesso limitado a serviços de cuidado, o que aumenta sua carga de trabalho.

Nesse contexto, a urbanização acelerada também influencia diretamente as dinâmicas territoriais e sociais. Holguín, uma das cidades mais populosas do oriente cubano, enfrenta desafios relacionados à sustentabilidade e equidade social. O relatório *Perspectivas del Medio Ambiente Urbano: GEO Holguín* destaca o impacto desse crescimento sobre a infraestrutura e os recursos naturais, ressaltando a necessidade de estratégias para mitigar problemas como a gestão hídrica inadequada e a poluição ambiental. Além disso, Holguín sofre com déficit hídrico, agravado por secas recorrentes e eventos climáticos extremos, como furacões. Entre 2004 e 2008, e mais recentemente em 2024, a cidade enfrentou períodos prolongados de estiagem que comprometeram o abastecimento de água (Zúñiga Igarza *et. al.*, 2008). O relatório GEO também aponta que o crescimento urbano contínuo tem pressionado os serviços públicos e a habitação, tornando-se um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável da região.

A análise de Holguín revela uma cidade com desafios estruturais complexos, mas também com potencial para inovação e desenvolvimento sustentável. Entre as principais recomendações, destaca-se a implementação de políticas sociais mais eficazes para a gestão ambiental e a resiliência climática, a fim de enfrentar os desafios ambientais e preparar a cidade para as consequências das mudanças climáticas. Além disso, é fundamental o fortalecimento do cooperativismo e da agricultura familiar, como forma de garantir segurança alimentar e promover o desenvolvimento econômico local.

Outro dado preocupante apresentado no relatório é o baixo índice de áreas verdes por habitante, especialmente quando comparado com outras cidades cubanas. Esse déficit compromete a qualidade ambiental urbana e contribui para a degradação do espaço público e da saúde ambiental da cidade (Zúñiga Igarza *et. al.*, 2008).

A análise do gênero no espaço comunitário em Cuba revela avanços no reconhecimento das desigualdades, mas ainda há desafios na implementação de políticas transformadoras. Embora os Lineamentos para a política econômica e social do país, reconheçam a sobrecarga das mulheres no trabalho comunitário não remunerado, ainda não há medidas concretas para garantir seu reconhecimento econômico ou a redistribuição dessa carga (PCC, 2011, 2017, 2021).

No entanto, os Lineamentos de 2021–2026 representam um avanço ao reconhecer explicitamente as desigualdades de gênero no espaço comunitário e ao propor ações para ampliar a participação das mulheres. O documento destaca que a divisão do trabalho comunitário é desigual, com as mulheres assumindo a maior parte das atividades sociais sem reconhecimento econômico ou político. Pela primeira vez, menciona-se a violência de gênero no espaço comunitário, abordando questões como assédio, violência doméstica e falta de segurança para as mulheres nos espaços públicos. Além disso, reconhece-se a sub-representação feminina nos espaços de poder local e propõem-se medidas para incentivar maior participação política e social das mulheres nas comunidades.

Nesse contexto, compreender a realidade dos conselhos populares torna-se essencial para avaliar como essas diretrizes podem ser implementadas localmente. O conselho popular Edecio Pérez, uma das unidades administrativas da cidade de Holguín, desempenha um papel central na organização comunitária e na aplicação de políticas sociais e ambientais. Sendo um dos 22 conselhos populares do município, localiza-se na periferia da cidade, com uma área territorial de 42 km² e uma população de aproximadamente 15.492 habitantes (EcuRed, 2025; Zúñiga Igarza *et. al.*, 2008).

A configuração territorial do conselho popular Edecio Pérez, que inclui tanto áreas urbanas como rurais, influencia diretamente os desafios enfrentados pela comunidade. Dividido em dez *repartos*⁶² (Edecio Pérez, Josué País, El Recreo, Minfar, El Jardín, Oscar Lucero, Carralero, El Coco, La Yaba e La Granja) o conselho reflete a complexidade das dinâmicas sociais e econômicas da região. Como ocorre em outros conselhos populares de Holguín, há problemas estruturais relacionados à infraestrutura e aos serviços públicos, especialmente nas zonas mais periféricas, onde a urbanização incompleta e questões ambientais agravam as condições de vida (Zúñiga Igarza *et. al.*, 2008).

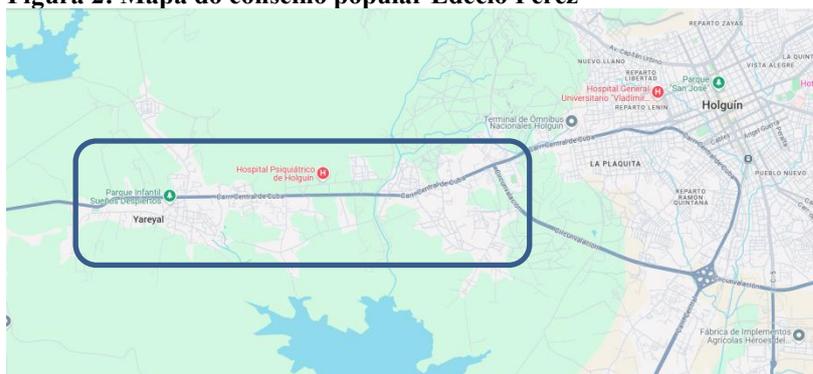
Esses desafios territoriais não podem ser dissociados das desigualdades de gênero no trabalho comunitário e na participação política. A implementação das políticas propostas nos Lineamentos dependerá da capacidade das administrações locais de considerar as especificidades de cada região e de garantir que as ações voltadas para a equidade de gênero sejam efetivas nos diferentes contextos urbanos e rurais. O conselho popular Edecio Pérez representa um caso concreto onde essas dinâmicas se manifestam. Sendo uma área mista, enfrenta dificuldades estruturais, como deficiências em infraestrutura e serviços públicos, especialmente nas regiões rurais, onde as mulheres podem estar sujeitas a uma carga de trabalho ampliada devido à precariedade dos serviços de cuidado e à desigualdade no acesso a recursos produtivos, conforme discutido no Decreto 109/2024.

Além disso, o caráter híbrido do conselho popular Edecio Pérez exemplifica como a diferenciação entre espaços urbanos e rurais não é sempre rígida e como políticas públicas precisam levar em conta essa complexidade. Embora o Decreto 96/2023 mencione discriminação territorial, ele não aprofunda os impactos dessas dinâmicas em conselhos populares como Edecio Pérez, onde a coexistência de territórios urbanos e rurais pode intensificar desigualdades estruturais.

Assim, a análise conjunta das informações revela que a territorialidade não apenas afeta o acesso a recursos e oportunidades, mas também evidencia a necessidade de políticas adaptadas às realidades locais, como propõe o Decreto 109/2024. O caso de Edecio Pérez representado na figura 2 reforça a importância de estratégias integradas para mitigar as desigualdades enfrentadas por populações em áreas periféricas, tanto urbanas quanto rurais, garantindo que políticas sociais e de gênero sejam eficazes diante das especificidades regionais.

⁶² *Reparto(s)*: são subdivisões urbanas dentro das cidades. Eles podem variar em tamanho e características, são áreas urbanas planejadas ou loteamentos habitacionais desenvolvidos principalmente no século XX, especialmente no período revolucionário. Surgiram como expansões organizadas das cidades. Também são conhecidos como bairros.

Figura 2: Mapa do conselho popular Edecio Pérez



Fonte: Google Maps, 2025.

Em termos de organizações políticas e de massas, o conselho é composto por 12 circunscrições, que baseiam suas atividades no apoio de 15 zonas, 137 CDR, 15 blocos da FMC, 130 delegações, 6 áreas de Atendimento ao Combatente, 2 áreas do Comitê Militar, 3 setores da Polícia Nacional Revolucionária (PNR) e 5 núcleos do PCC. Edecio Pérez é conhecido por sua composição social heterogênea, incluindo uma população predominantemente trabalhadora. No que diz respeito aos objetivos econômicos e sociais, a comunidade se destaca por 97 empresas estatais, incluindo os Armazéns Universais das TRD, escolas politécnicas, hospitais e centros culturais, entre outros. A área rural conta com 5 hortas, 2 *organopónicos*⁶³, 1 CPA, 1 CCS e 1 Ubpc (EcuRed, 2025).

No setor educacional, o conselho dispõe de 12 centros educacionais, incluindo 2 escolas secundárias básicas, 7 escolas primárias, 1 escola especial, 1 escola de ofício e 1 Instituto Politécnico de Informática de Holguín Calixto García (IPI), para atender às necessidades educacionais da população. Para a atenção à saúde, há 16 consultórios médicos da família, pertencentes ao Policlínico Docente Dr. Mario Gutiérrez Ardaya, além de 2 hospitais psiquiátricos e 1 hospital de Ataxia. No campo esportivo, o conselho conta com um centro esportivo localizado na comunidade de Oscar Lucero Moya, para a prática de atividades recreativas e esportivas. Por fim, o conselho popular abriga o Monumento *Las 6 columnas*, dedicado aos mártires das Páscoas Sangrentas⁶⁴, um marco importante na história local (EcuRed, 2025).

⁶³ Organopónicos: são um modelo de agricultura urbana desenvolvido em Cuba a partir dos anos 1990, como resposta à crise alimentar do Período Especial. Baseiam-se no cultivo intensivo e venda de hortaliças e outros alimentos em espaços urbanos e periurbanos, utilizando técnicas agroecológicas, substratos orgânicos e métodos sustentáveis para maximizar a produção em pequenas áreas. Esse sistema desempenha um papel crucial na segurança alimentar do país, reduzindo a dependência de insumos externos e promovendo a soberania alimentar.

⁶⁴ Páscoas Sangrentas: foram uma série de repressões violentas ocorridas em 1956 na província de Holguín, dirigidas pelo coronel Fermín Cowley Gallegos, e que o exército da ditadura nomeou macabramente Presente de Natal. O evento ficou marcado pela perseguição, tortura e assassinato de opositores do regime, especialmente militantes do Movimento 26 de Julho e outros grupos revolucionários. A repressão aconteceu após a crescente resistência contra a ditadura de Fulgencio Batista, intensificando a brutalidade das forças governamentais na tentativa de eliminar a oposição. Esses eventos reforçaram a revolta popular e ajudaram a fortalecer o apoio à Revolução Cubana, que triunfaria em 1959.

A qualidade de vida no conselho popular Edecio Pérez é prejudicada por vários problemas urbano-ambientais. A contaminação sonora é uma das mais graves da cidade, resultante do tráfego intenso e da proximidade com zonas industriais. A infraestrutura básica é precária, com saneamento inadequado e redes elétricas instáveis, afetando as condições de moradia e segurança. O conselho inclui áreas com habitações de padrão médio e outras com infraestrutura deficiente, predominando uma urbanização periférica, com casas individuais em terrenos pequenos e falta de serviços essenciais como redes de água e esgoto, além de ruas não asfaltadas (Zúñiga Igarza *et al.*, 2008).

Embora o abastecimento de energia elétrica atenda 100% da população, 2% dos clientes urbanos dependem de *tendederas*⁶⁵ de baixa voltagem, especialmente em bairros insalubres como Edecio Pérez. A iluminação pública também é deficiente, o que compromete a segurança e a circulação noturna nas zonas periféricas. O saneamento básico é um grande desafio, já que a região não possui redes adequadas de drenagem pluvial, resultando no escoamento inadequado das águas das chuvas pelas vias em estado de degradação. Além disso, a falta de áreas verdes limita o acesso a espaços públicos para lazer e recreação. O planejamento urbano precisa ser reforçado para melhorar as condições de vida, abordando essas questões estruturais de maneira eficaz (Zúñiga Igarza *et al.*, 2008).

No bairro Carralero existem dificuldades de circulação peatonal e veicular. A situação crítica ocorre devido à existência de ruas não asfaltadas, estreiteza das calçadas e à presença de barreiras arquitetônicas, fatores que dificultam o trânsito conjunto de pedestres e veículos. Isso evidencia a necessidade de intervenções para melhorar a acessibilidade e garantir a segurança dos usuários das vias públicas (Zúñiga Igarza *et. al.*, 2008).

Por sua vez, em resposta à problemática habitacional e aos efeitos de fenômenos naturais, a localidade Oscar Lucero foi contemplada com ações de reabilitação. Nessa comunidade foram adaptadas antigas naves industriais e construções de um quartel militar da época neocolonial (convertido em escola depois de 1959), convertendo-as em moradias destinadas aos afetados por desastres ambientais, além de pessoas que saíram de prisão e não tinham onde morar. Essa intervenção integra as medidas adotadas pelas autoridades para erradicar áreas insalubres e promover a melhoria da qualidade de vida, reforçando o compromisso com a habitação digna em zonas periféricas (Zúñiga Igarza *et. al.*, 2008; Martínez Gallardo, 2018).

⁶⁵*Tendederas eléctricas*: redes elétricas ilegais, geralmente instaladas em comunidades informais de áreas rurais ou periféricas onde a infraestrutura elétrica oficial não chega ou é insuficiente. Essas conexões são feitas de forma improvisada, estendendo cabos de eletricidade de uma casa a outra, frequentemente com baixa qualidade técnica e riscos de segurança.

O bairro Oscar Lucero Moya possui uma forte tradição de envolvimento comunitário. Diversas iniciativas culturais, como projetos de educação e arte, têm sido desenvolvidas com o objetivo de promover o empoderamento social na comunidade. Aproximadamente 75% da população participa ativamente de alguma atividade comunitária, evidenciando o alto nível de engajamento. Além disso, o Projeto Apar, desenvolvido com o apoio da Agência Suíça para a Cooperação ao Desenvolvimento (Cosude), promoveu ações ambientais e sociais significativas na região (Martínez Gallardo, 2018).

Nesse contexto, a cultura desempenha um papel fundamental na coesão social e no desenvolvimento sustentável do bairro. Entre os projetos destacados, estão os culturais comunitários, implementados em esse e outros bairros do conselho popular com o objetivo de fortalecer a coesão social e a identidade local. Além disso, o índice de participação cidadã em projetos ambientais é notável. Isso evidencia um alto nível de engajamento da comunidade, ressaltando o papel crucial da cultura no desenvolvimento sustentável (Martínez Gallardo, 2018).

A pesquisa de Tania L. Ferrero Hardy (2020) evidencia que a violência de gênero é um problema estrutural em Holguín e, especificamente, na comunidade Edecio Pérez, com altos índices de violência psicológica, física, sexual e econômica. Aproximadamente 35% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência, sendo a psicológica a mais frequente (60%), seguida da física (25%), sexual (10%) e econômica (5%). O estudo também destaca a normalização da violência nas relações de casal e a ausência de redes de apoio adequadas para mulheres vulnerabilizadas, além da prevalência de mitos que atribuem a violência a problemas emocionais dos agressores ou à “má comunicação”, contribuindo para a perpetuação desse ciclo (Ferrero Hardy, 2020). Esses dados evidenciam a urgente necessidade de políticas sociais eficazes para combater a violência de gênero, incluindo a implementação de serviços de apoio e campanhas de conscientização que desconstruam essas crenças e promovam mudanças estruturais.

No campo legislativo, embora a Constituição de Cuba de 2019 afirme o direito a uma vida livre de violência, os principais instrumentos legais (o Código de Trabalho de 2020 e o Código Civil de 2022) não abordam explicitamente a violência de gênero, deixando lacunas na proteção das mulheres nos âmbitos laboral e patrimonial (Cuba, 2019, 2020, 2022). Essa omissão é especialmente preocupante, considerando a exposição das mulheres a assédio, violência doméstica, econômica e patrimonial.

Em resposta a essa problemática, os Lineamentos de 2021–2026 passaram a reconhecer a violência de gênero e a baixa representatividade feminina nos espaços de poder local, embora ainda não prevejam medidas específicas, como cotas, para aumentar a participação das mulheres (PCC, 2011, 2017, 2021). Paralelamente, o Código das Famílias (2022) estabelece medidas para prevenir e combater a violência no ambiente doméstico, mas sem adotar um enfoque que considere as particularidades de mulheres rurais, afrodescendentes ou em situação de pobreza.

No âmbito laboral, o Decreto 96/2023 representa um avanço, em relação ao Código de Trabalho, ao normatizar o assédio e a violência no trabalho, definindo protocolos para sua prevenção e punição, ainda que não diferencie as manifestações específicas para diferentes grupos de mulheres. Em contrapartida, o Decreto 109/2024, ao abordar o trabalho de cuidados, propõe apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, tocando indiretamente na sobrecarga de trabalho das mulheres sem oferecer medidas concretas de combate à violência estrutural.

A triangulação dessas informações revelou que, embora existam avanços normativos e um reconhecimento crescente da violência de gênero em Cuba, persistem lacunas significativas na proteção e implementação de políticas eficazes, evidenciadas tanto nos dados de Ferrero Hardy (2020) quanto na fragmentação legislativa. Esse descompasso entre o reconhecimento político do problema e a aplicação prática das leis ressalta a necessidade de estratégias integradas para combater a violência de gênero de forma efetiva em todos os espaços, sejam eles laborais, familiares ou comunitários (Cuba, 2019, 2020, 2022; Ferrero Hardy, 2020; PCC, 2011, 2017, 2021).

Para finalizar, o conselho popular Edecio Pérez, em Holguín, caracteriza-se pela predominância de atividades econômicas informais e serviços locais, além de uma alta densidade populacional em habitações de médio e baixo padrão. Seu crescimento desordenado e a falta de infraestrutura representam desafios urbanos, exigindo políticas sociais para melhorar a qualidade de vida e promover a equidade de gênero. Apesar disso, há potencial para fortalecimento comunitário por meio da cultura e da participação cidadã.

3.2. Gênero nas relações cooperativas e familiares na CCS-F estudada

Na América Latina, o trabalho remunerado na agricultura familiar e na produção agrícola tradicional muitas vezes não é favorável às mulheres, que, em muitos casos, não recebem pagamento direto, mas sim por meio de um homem da família (Deere, 2005). Isso leva à invisibilidade das tarefas produtivas e reprodutivas realizadas pelas mulheres, que,

além de desempenharem papéis tradicionais de cuidado, têm assumido responsabilidades cada vez maiores no campo, dedicando mais horas ao cultivo e tomando decisões predominantes (Tobío, 1998; Lastarria-Cornhiel, 2008). Essa mudança de papéis, no entanto, não se reflete de maneira adequada nas políticas sociais, como evidenciado pelo fato de que muitas mulheres, especialmente nas áreas rurais, continuam a desempenhar papéis centrais na produção de alimentos e no trabalho doméstico, sem o devido reconhecimento ou compensação econômica.

Em Cuba, a política agroindustrial busca fortalecer a produção de alimentos e reduzir importações, promovendo o uso eficiente de recursos naturais e tecnológicos (PCC, 2017). A agricultura familiar, como parte do modelo de autoabastecimento territorial e agricultura urbana, é incentivada por políticas de apoio e integração produtiva (PCC, 2021). No entanto, essa abordagem ainda não aborda de maneira integrada a questão do trabalho agrícola e a economia do cuidado, áreas nas quais as mulheres rurais estão profundamente envolvidas. O Decreto 96/2023, que trata da equidade no trabalho formal, e o Decreto 109/2024, que se concentra no cuidado integral da vida, não exploram essa interseção, deixando uma lacuna importante nas políticas sociais. Por sua vez, na maioria dos documentos incluídos na análise documental desta tese foi encontrado que neles ocorre algo como o planteado por Lugones (2008): a lei também influencia as decisões sobre gênero, como aquelas em relação ao direito de mudar o sexo em documentos oficiais e as questões de discriminação no trabalho; logo, embora a lei permita a autoidentificação de gênero, ela continua a basear as atribuições sexuais em um paradigma binário (Lugones, 2008).

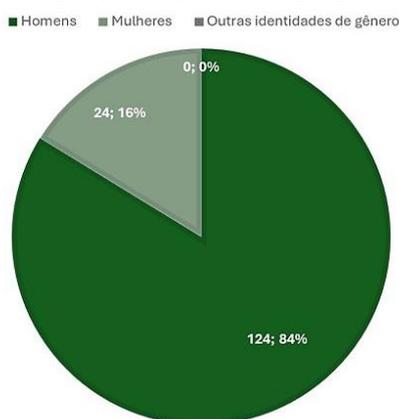
Além disso, a CCS-F (Cooperativa de Créditos e Serviços Fortalecida)⁶⁶ Atanagildo Cajigal, parte do sistema de cooperativas agrícolas de Cuba, revela desigualdades de gênero, com as mulheres associadas às CCS recebendo menos benefícios econômicos do que os homens. O relatório *Ascenso a la Raíz*, de 2019, apontou que mais de 60% das mulheres rurais não têm emprego formal, e 98,39% participam de atividades não remuneradas, dedicando 80% de seu tempo a tarefas domésticas e agrícolas sem reconhecimento econômico (Trinquete Díaz, 2021). Na CCS-F analisada, as mulheres representam menos de 20% dos associados, refletindo a persistência de relações de gênero patriarcais, como observado no estudo de Leyva Remón (2018), que destaca a importância de políticas sociais para ampliar o acesso das mulheres a posições de influência e à posse de terras.

⁶⁶ Cooperativas de Créditos e Serviços Fortalecidas (CCS-F): diferenciam-se das CCS tradicionais por terem uma maior estrutura organizativa e autonomia na gestão econômica, permitindo uma coordenação mais eficiente da produção e da comercialização agrícola.

No contexto da CCS-F Atanagildo Cajigal, localizada no conselho popular Edecio Pérez, na cidade de Holguín, em Cuba, a produção agrícola se concentra em uma área de 377,37 hectares, com 228 hectares cultiváveis (Ver Apêndice 13). Apesar da importância da cooperativa para o desenvolvimento agrícola local, as desigualdades de gênero persistem, refletindo a insuficiência de políticas que abordem a plena participação das mulheres nas esferas produtivas e de decisão.

A cooperativa Atanagildo Cajigal, composta por 148 associados, dos quais 24 são mulheres e 124 são homens, reflete a prevalência de relações patriarcais, já que as mulheres representam menos de 20% dos membros como aparece no Gráfico 3. Esse quadro está alinhado com as observações de Del Valle (2018), que destacam o papel da mulher como instituição social voltada ao cuidado da família, contrastando com as declarações oficiais sobre igualdade de gênero no país.

Gráfico 3: Proporção de gênero na propriedade da terra



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A cooperativa Atanagildo Cajigal está marcada pela sub-representação das mulheres o que coincide com o expressado por Luxemburg (2003) ao dizer que a reprodução na produção de bens para o consumo ao longo do tempo, varia historicamente, com base por um lado, na articulação entre tecnologia, matéria prima e trabalho; e por outro, nas formas sociais de produção, incluindo a organização social, ou seja, a relação do homem com a natureza e a relação dos homens entre si.

A Estratégia de Gênero do Sistema de Agricultura Cubano de 2021-2025 ampliou essa discussão, incorporando as interseções entre gênero, raça, território e idade, propondo medidas para reduzir desigualdades estruturais e melhorar o acesso das mulheres a oportunidades econômicas e produtivas. Além disso, a estratégia de 2021-2025 também se preocupou com a ampliação da participação feminina na posse da terra e no acesso a recursos

produtivos, além de valorizar o conhecimento tradicional das mulheres no campo e promover a sua transmissão intergeracional.

Essa ampliação na abordagem da estratégia reflete as mudanças nas políticas públicas, que, ao mesmo tempo em que abordam as questões históricas de desigualdade, buscam promover maior equidade no acesso aos recursos agrícolas, incluindo crédito e tecnologias. A proposta para o período 2021-2025 inclui medidas para reduzir a sobrecarga das mulheres, que frequentemente desempenham tanto tarefas domésticas quanto rurais, incentivando uma distribuição mais equitativa das responsabilidades e a formalização e valorização de seu trabalho não remunerado, um aspecto central nas discussões da Estratégia de Gênero.

Dentro desse contexto, a CCS-F Atanagildo Cajigal desempenha um papel importante no desenvolvimento da agricultura local em Cuba, especialmente no cultivo de cana-de-açúcar, frutas e hortaliças. A cooperativa é administrada democraticamente, com ênfase na participação ativa dos associados nas decisões sobre produção e finanças. A cooperativa está inserida em uma rede de relações sociais e políticas no conselho popular Edecio Pérez, em Holguín, interagindo com diversas organizações comunitárias e instituições locais. Por meio dos grupos comunitários, a cooperativa mantém interação com diversas organizações políticas e de massas presentes nos bairros, como o PCC, a Associação de Combatentes da Revolução Cubana (Acrc), a FMC e os CDR, entre outras. Além disso, a cooperativa mantém relações com instituições locais, como centros culturais, salas de vídeo, escolas e o *organopónico*. Ela também tem alianças com mercados locais, o que fortalece a economia da região, garantindo a comercialização de seus produtos e fortalecendo a economia local, mas ainda reflete a necessidade de uma maior equidade de gênero nas práticas produtivas e de liderança.

Reafirmando, as políticas de gênero em Cuba, especialmente no setor agrícola, evoluíram entre os períodos de 2015-2020 e 2021-2025, com um foco crescente na redução das desigualdades estruturais e no fortalecimento do papel das mulheres, mas ainda enfrentam desafios no que diz respeito à plena inclusão das mulheres nas decisões econômicas e na gestão da terra. A experiência da cooperativa Atanagildo Cajigal ilustra a aplicação dessas políticas, ao mesmo tempo em que evidencia as desigualdades persistentes e a necessidade de uma abordagem complexa para promover a verdadeira equidade de gênero (Figura 3).

Figura 3: Foto da sede da cooperativa Atanagildo Cajigal. Área onde são realizadas as assembleias da organização



Fonte: Autora, 20 de dezembro de 2022.

Em uma entrevista com o Vice-Presidente da cooperativa, ele explicou que os produtores familiares possuem pequenas propriedades, das quais mais de 50 parcelas são destinadas exclusivamente ao autoconsumo, com uma extensão inferior a um hectare. Ele destacou que a água é um problema, pois não contam com um sistema de irrigação e necessitam de tecnologia que deve ser fornecida. Nesse contexto, todos os produtores dependem da irrigação por inundação. Além disso, ressaltou que, embora pratiquem a rotação de culturas, sua especialização está centrada em hortaliças como tomate, berinjela, pimentão, pepino e alface. Ele também esclareceu que apenas 20% dos produtores utilizam técnicas agroecológicas.

O que foi exposto pelo Vice-Presidente evidencia as fragilidades no uso da agroecologia na cooperativa. Por isso, é essencial promover a troca de conhecimentos para aproveitar o potencial educativo da agroecologia e construir uma agricultura sustentável que garanta alimentos limpos e saudáveis. Isso está em consonância com Altieri e Nicholls (2020), que afirmam que a transição para uma agricultura sustentável não apenas traria benefícios econômicos, sociais e ambientais às famílias rurais, mas também contribuiria para uma alimentação mais equitativa e sustentável nas cidades. Contudo, é importante questionar até que ponto a implementação da agroecologia na cooperativa está incorporando as perspectivas de gênero. Historicamente, as mulheres têm desempenhado um papel fundamental na transmissão dos saberes agroecológicos, no cultivo de hortaliças e na segurança alimentar das famílias, mas muitas vezes sua participação é invisibilizada nas tomadas de decisão e no acesso a recursos e tecnologias.

Na mesma conversa, o Vice-Presidente destacou que são oferecidos programas de capacitação para os produtores familiares, com o apoio da Anap. Acrescentou que agrônomos

participam das reuniões, distribuem folhetos sobre técnicas agroecológicas e organizam oficinas. No entanto, essas ações educativas são insuficientes, visto que apenas 20% dos produtores aplicam técnicas agroecológicas. O desenvolvimento de processos de educação ambiental nos espaços coletivos da cooperativa poderia ser uma alternativa para que mais camponeses adotassem essas práticas. É necessário também garantir que esses espaços de aprendizado sejam acessíveis a todas as pessoas envolvidas na produção, especialmente mulheres e jovens, que frequentemente encontram barreiras para participar de capacitações devido à sobrecarga do trabalho doméstico e da produção.

As fragilidades apontadas (como o fato de apenas 20% dos produtores aplicarem técnicas agroecológicas) devem ser entendidas como o resultado de uma rede complexa de relações que envolve a concentração de conhecimento, a precarização de condições de trabalho e a exclusão de certos saberes. Assim, a proposta de promover o “diálogo de saberes” (como destacado por Leff, 2016) pode ser entendida como uma tentativa de romper com a hegemonia do conhecimento técnico-científico, muitas vezes orientado por uma lógica ocidental e masculina. Essa abertura para a pluralidade de saberes é crucial para valorizar práticas tradicionais e conhecimentos ancestrais (com frequência transmitidos por mulheres e comunidades sistematicamente marginalizadas) e que podem contribuir significativamente para a construção de uma agricultura sustentável.

Muitas mulheres agricultoras desempenham funções essenciais para a sustentabilidade da agricultura, seja no cuidado dos familiares produtores e dos trabalhadores temporais, na transmissão de conhecimentos tradicionais, na diversificação produtiva ou na gestão de recursos que garantem a continuidade do trabalho agrícola. No entanto, esses papéis são frequentemente tratados como “complementares” e não como parte da estrutura produtiva central. Segundo Ferreira (2009) as relações desiguais de gênero são um entrave para o avanço da agroecologia, porque invisibiliza as contribuições das mulheres, o que é um impedimento para o avanço da transição agroecológica, pois restringe sua contribuição à mera mão de obra.

Esse contexto dialoga diretamente com os saberes femininos ao evidenciar como a marginalização de práticas agroecológicas está relacionada à exclusão de determinados conhecimentos, muitos dos quais são historicamente sustentados por mulheres. A agroecologia, por sua própria natureza, está fortemente ligada ao manejo tradicional da terra, ao conhecimento sobre biodiversidade e ao uso de práticas sustentáveis que frequentemente são passadas por gerações de mulheres em comunidades agrícolas.

Como frequentemente são responsáveis pela reprodução social e pela segurança alimentar, elas acumulam conhecimentos práticos essenciais para a resiliência ecológica e a soberania alimentar. No entanto, se as ações de formação não considerarem suas realidades e desafios específicos (como a sobrecarga de trabalho, a falta de acesso a recursos e a discriminação de gênero) correm o risco de perpetuar a exclusão e não alcançar transformações efetivas. Portanto, a fragilidade apontada (como a baixa adoção de técnicas agroecológicas) não pode ser entendida apenas como uma resistência ao conhecimento científico, mas como um sintoma de uma estrutura que marginaliza certos saberes e impede que práticas sustentáveis se disseminem. Incorporar os saberes femininos nesse contexto é uma forma não só de justiça social, mas também de fortalecimento da agroecologia como alternativa viável ao modelo agrícola dominado por homens.

Nesse sentido, a construção de uma agricultura verdadeiramente sustentável e equitativa passa pela descolonização dos saberes e das práticas, o que exige um olhar crítico sobre como as relações de gênero. O diálogo de saberes abre o espaço para uma democracia social, onde à confrontação e entendimento das diferenças, dá oportunidade aos consensos e à criatividade, mobiliza a sabedoria é potencial de sustentabilidade (Leff, 2016).

Ampliar a participação da mulher não apenas integrar diferentes experiências e perspectivas, mas também romper com as estruturas que historicamente as excluíram das decisões produtivas e das esferas de poder dentro das cooperativas e comunidades camponesas. Isso implica valorizar tanto as inovações tecnológicas quanto os saberes tradicionais, garantindo que a agroecologia e a sustentabilidade sejam promovidas a partir de uma perspectiva que reconheça o papel central das mulheres na reprodução da vida, na organização do trabalho agrícola e na resistência a modelos produtivos excludentes. Assim, a emancipação social no contexto da agricultura familiar e cooperativa cubana deve passar não apenas pela desconstrução da hegemonia do conhecimento técnico-científico ocidental e masculino, mas também pelo fortalecimento das redes de apoio e de autonomia feminina, de forma a garantir que a transição agroecológica ocorra sem reproduzir desigualdades de gênero.

Passando para outro ponto, as relações de poder no setor da agricultura se estruturam não apenas em torno de divisões econômicas, mas também atravessadas por hierarquias de gênero e legados patriarcais. Quando incorporamos uma análise de gênero, percebemos que essa divisão de recursos e oportunidades não é neutra. Nos contextos agrícolas, as mulheres frequentemente desempenham papéis essenciais na produção e na manutenção da família,

acumulando tarefas no campo e no lar, o que caracteriza a “dupla jornada”. Mesmo que o relato se apresente por meio da voz de um Vice-Presidente (uma figura masculina, representativa de uma liderança institucional), é preciso questionar de que maneira as estruturas de poder no interior da cooperativa podem reproduzir relações patriarcais, onde o protagonismo é restrito a determinados grupos, invisibilizando os saberes e as contribuições femininas. Essa invisibilização não só restringe a participação das mulheres nos espaços de decisão, mas também perpetua a lógica de divisão desigual do trabalho.

Coincide-se com Saffioti (2015) ao expressar que o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo, destaca o valor da cultura gerada pela dominação e exploração patriarcal que perpassa todas as áreas da convivência social. As desigualdades de gênero não são fenômenos isolados, mas sim resultado de interações entre diversos fatores econômicos, culturais, políticos e históricos. Sob essa perspectiva, torna-se essencial compreender como essas desigualdades emergem de relações interdependentes, gerando padrões de discriminação dentro das cooperativas.

O Vice-Presidente da cooperativa não reconhece as desigualdades de gênero existentes na instituição, pois, em sua fala, afirma o seguinte:

Os cooperativistas, mulheres e homens, têm acesso equitativo às atividades de capacitação e formação. As opiniões e decisões no trabalho da cooperativa são igualmente valorizadas. Eu diria que há menos mulheres, mas elas têm os mesmos direitos (Vice- Presidente, 2022. Tradução da autora).

A CCS-F Atanagildo Cajigal, segundo seu Vice-Presidente, segue as diretrizes de equidade de gênero da Anap e elas estão na agenda do seu Representante Político do Órgão de Base, que abarca políticas de inclusão de mulheres e jovens na agricultura. Sua política de remuneração e incentivos não faz distinção de gênero, garantindo igualdade de pagamento. Algumas mulheres já atuam como proprietárias de terras e há acesso equitativo a treinamentos e capacitações para homens e mulheres. Contudo, ainda existem barreiras estruturais que dificultam uma distribuição mais equitativa de oportunidades entre homens e mulheres. Também não há um documento específico da cooperativa que formalize a equidade de gênero como um princípio fundamental, o que pode limitar a efetividade dessas diretrizes no contexto local; nem existem planos específicos mencionados para aumentar a participação feminina. Isso sugere que, apesar do discurso de equidade, a implementação de políticas concretas ainda é incipiente.

Percebeu-se que a participação e a representatividade feminina na cooperativa ainda são limitadas e a distribuição de gênero nas atividades e cargos reflete uma divisão sexual do trabalho. Como a adesão à cooperativa exige a propriedade de terra, os homens constituem a

maioria entre os associados na produção agrícola. O vice-presidente da cooperativa falou que há esforços para integrar mais mulheres, mas sua participação continua inferior à dos homens. Elas, em conjunto, ocupam funções administrativas, sendo algumas também proprietárias de terras, enquanto os homens prevalecem nos cargos diretivos e políticos e na produção agrícola. Portanto, a segregação ocupacional⁶⁷ ainda é evidente: essa divisão demonstra como as mulheres permanecem mais restritas ao setor administrativo e ao apoio familiar, enquanto os homens assumem maior protagonismo na produção agrícola e na liderança política.

Para promover a equidade de gênero, algumas medidas são adotadas, como a realização de atividades culturais e comemorativas, incluindo a celebração do Dia da Mulher. Além disso, há incentivos para aumentar a participação de mulheres e jovens na política e na produção agrícola com as brigadas FMC-Anap. A distribuição equitativa de remuneração, incentivos e acesso à capacitação também está entre as iniciativas da cooperativa. Contudo, apesar dessas ações, a presença feminina na tomada de decisões e na produção agrícola ainda é reduzida.

A conciliação entre a vida familiar e o trabalho é um aspecto parcialmente abordado pela cooperativa. Algumas facilidades são oferecidas, como acesso a círculos infantis e permissões parentais em casos específicos. No entanto, não há um sistema estruturado de benefícios que garanta um equilíbrio efetivo entre trabalho e vida familiar para todos os associados.

As ações da cooperativa podem gerar impactos positivos e negativos. Entre os avanços, destaca-se a inclusão de mulheres nas atividades administrativas e produtivas, impulsionada por eventos comemorativos e incentivos à participação política. O incentivo do uso de linguagem não sexista e a existência de igualdade de remuneração também são pontos positivos que contribuem para um ambiente mais equitativo no longo prazo. No entanto, a falta de um plano estratégico pode fazer com que as iniciativas fiquem restritas ao reconhecimento simbólico, sem provocar mudanças estruturais significativas.

A Constituição de Cuba, por meio do Artigo 42, estabelece que todas as pessoas são iguais perante a lei, garantindo acesso igualitário a direitos, liberdades e oportunidades (incluindo a igualdade salarial e o uso dos mesmos espaços públicos) sem discriminação por motivos de sexo, gênero, orientação sexual, identidade de gênero, entre outros (Cuba, 2019).

⁶⁷ A segregação ocupacional por gênero refere-se à divisão do mercado de trabalho em áreas ou setores de trabalho com base em estereótipos de gênero, onde homens e mulheres tendem a ser concentrados em diferentes tipos de ocupações. Isso pode resultar em uma desigualdade tanto na remuneração quanto nas oportunidades de avanço, com profissões predominantemente femininas, frequentemente, sendo desvalorizadas e mal remuneradas em comparação com aquelas dominadas por homens. Esse fenômeno é alimentado por normas sociais, culturais e históricas que associam determinados papéis profissionais a características consideradas "masculinas" ou "femininas".

Essa base normativa, ao definir a igualdade como um princípio fundamental, deveria orientar todas as esferas da vida social e econômica, inclusive as práticas adotadas pelas cooperativas no setor agrícola.

Contudo, a evolução dos documentos de diretrizes econômicas e sociais revela como esse ideal constitucional nem sempre se traduz em práticas concretas. Por exemplo, os Lineamentos de 2011 adotaram um discurso econômico neutro que não problematizava os estereótipos de gênero, ignorando as desigualdades estruturais enfrentadas pelas mulheres, como a divisão sexual do trabalho e o impacto das normas patriarcais na organização familiar (PCC, 2011). Essa abordagem contrasta com o que a Constituição propõe e evidencia uma lacuna entre o marco legal e sua efetivação prática.

No período de 2016 a 2021, houve um reconhecimento, ainda que limitado, das barreiras culturais e sociais que impedem a plena participação das mulheres na economia. Apesar de não abordar de forma direta os papéis de gênero na família, os Lineamentos passaram a destacar a baixa participação feminina em certos setores e a necessidade de equilibrar as responsabilidades domésticas e produtivas, sinalizando uma tentativa de aproximação entre os preceitos constitucionais de igualdade e a realidade vivida nas cooperativas e na produção agrícola (PCC, 2017).

Avançando para os Lineamentos de 2021-2026, nota-se um esforço mais consistente em alinhar a política econômica com os princípios constitucionais de equidade. Pela primeira vez, o documento reconhece os estereótipos de gênero como problemas estruturais que impactam o acesso ao trabalho e à liderança, ao mesmo tempo em que identifica o trabalho doméstico e de cuidado como fatores que sobrecarregam as mulheres. Essa mudança de discurso, que propõe políticas de incentivo à participação feminina e aborda a violência simbólica, traz o debate legal para o campo das práticas cotidianas nas cooperativas (PCC, 2021).

Essa trajetória normativa se reflete na análise do setor agrícola, onde as relações de poder e a divisão de tarefas são marcadas por legados patriarcais. Mesmo diante do respaldo constitucional que exige igualdade, na prática as cooperativas muitas vezes reproduzem modelos que restringem a participação das mulheres. Por exemplo, a cooperativa Atanagildo Cajigal, embora siga as diretrizes de equidade de gênero da Anap e garanta, em sua política de remuneração, o princípio da igualdade de pagamento, ainda enfrenta desafios na implementação de medidas que efetivamente ampliem a participação feminina. A exigência de propriedade de terra para adesão à cooperativa contribui para a predominância masculina na

produção agrícola e limita o acesso das mulheres a cargos de liderança, perpetuando a divisão sexual do trabalho.

Embora o arcabouço legal de Cuba estabeleça um compromisso claro com a igualdade de gênero, a prática na cooperativa Atanagildo Cajigal evidencia a complexidade de transformar esse ideal em realidade. As diretrizes constitucionais e os avanços normativos nos Lineamentos apontam para um caminho de melhoria, mas sua implementação ainda demanda transformações culturais e institucionais profundas, de modo a superar as limitações herdadas de uma lógica patriarcal e promover mudanças estruturais efetivas.

Outro problema identificado é que o trabalho das ajudantes familiares na cooperativa analisada, embora essencial, não é formalmente reconhecido, uma vez que essas mulheres não são cooperativistas, mas contribuem significativamente para as atividades agrícolas. Essa falta de reconhecimento contribui para a ampliação da desigualdade na distribuição de benefícios econômicos. A ausência de mulheres em cargos de liderança agrava essa desigualdade, dificultando que suas necessidades e prioridades sejam refletidas nas decisões tomadas. Como resultado, há uma distribuição desigual de recursos e benefícios, reforçando a dominação masculina na estrutura de poder da cooperativa.

Essa dinâmica perpetua a sobrecarga feminina nas tarefas domésticas e de cuidado, conforme destacado por Hidalgo López-Chávez (2020). Essa divisão desigual de responsabilidades e recursos demonstra a necessidade urgente de estratégias inclusivas que promovam a igualdade de gênero no contexto das cooperativas agrícolas.

Na entrevista realizada com o Vice-Presidente e com algumas produtoras e produtores da cooperativa, foi confirmada outra consequência da sub-representação feminina: a ausência de uma perspectiva de gênero na elaboração e no desenvolvimento das atividades da organização. Esse cenário reflete um processo semelhante ao descrito por Del Valle (2018), que destaca o reforço da visão da mulher como figura social centrada no cuidado do lar, mesmo diante de declarações oficiais que promovem, de maneira politicamente correta, a igualdade de oportunidades entre os gêneros.

A triangulação do estudo de caso com a análise documental revelou que, enquanto a Constituição cubana e os Lineamentos reconhecem a importância da igualdade de gênero e têm avançado gradualmente na compreensão dos desafios enfrentados pelas mulheres, a implementação prática nas cooperativas agrícolas ainda esbarra em obstáculos estruturais profundos. A legislação cubana faz progressos, mas as práticas nas cooperativas, como na Atanagildo Cajigal, ainda refletem um patriarcado invisível, onde as mulheres permanecem

marginalizadas em termos de acesso a terras, participação política e liderança. A falta de políticas específicas e a resistência a transformações culturais e estruturais, como a divisão sexual do trabalho, continuam a ser um desafio significativo para alcançar a verdadeira equidade de gênero.

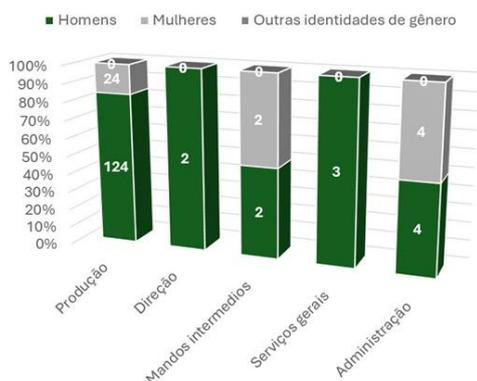
Essa desigualdade impacta diretamente as oportunidades profissionais das mulheres dentro da cooperativa. Com menos acesso à propriedade da terra e à produção agrícola, elas encontram dificuldades para ascender profissionalmente e influenciar decisões estratégicas.

Fraser refina o dilema redistribuição-reconhecimento ao distinguir duas abordagens de solução: 1) Afirmação, que corrige efeitos injustos sem alterar o sistema subjacente; 2) Transformação, que reestrutura esse sistema para eliminar as causas da injustiça. Aplicando isso ao reconhecimento cultural, o multiculturalismo seria uma solução afirmativa, valoriza identidades marginalizadas, mas mantém intactas as categorias culturais; enquanto a teoria queer exemplifica uma solução transformadora, deconstrói as fronteiras homo-hetero para desestabilizar as identidades fixas. Fraser sugere que, ao adotar essas duas lógicas (afirmar e transformar) tanto na redistribuição quanto no reconhecimento, poderemos repensar o dilema original de modo a viabilizar estratégias que combinem mudanças sistêmicas profundas com a valorização imediata das diferenças (Fraser, 2016).

3.2.1. Estrutura ocupacional da CCS-F Atanagildo Cajigal

A estrutura ocupacional dentro da cooperativa reflete uma segregação de gênero significativa. Os homens predominam na produção agrícola (80%) e nos serviços gerais (100%), enquanto as mulheres ocupam exclusivamente os cargos administrativos (100%). Nos postos técnicos e de mandos intermediários, há uma distribuição equitativa de 50% para cada gênero. Já nos cargos diretivos, também não se observa uma divisão igualitária (1 mulher e 2 homens), embora haja claras diferenças no poder real de decisão entre homens e mulheres, dado que a presidência e a vice-presidência são ocupadas por homens, como se aprecia no gráfico 4.

Gráfico 4: Distribuição de gênero por área de atuação na CCS-F Atanagildo Cajigal



Fonte: Elaborado pela autora com dados da pesquisa.

A configuração descrita evidencia que a cooperativa segue padrões tradicionais de divisão do trabalho, nos quais as mulheres são concentradas em funções administrativas e de gestão interna, enquanto os homens dominam a produção agrícola. Sua distribuição reforça uma estrutura baseada em estereótipos de gênero, limitando as oportunidades de atuação feminina em setores produtivos.

Como evidenciado até agora, a legislação cubana apresenta avanços importantes na promoção da igualdade de gênero, embora sua aplicação prática nas relações familiares e na organização da agricultura familiar ainda enfrente desafios. Por exemplo, o Código de Trabalho proíbe a discriminação no ambiente laboral, garantindo proteção à maternidade (Cuba, 2019, 2020). Em paralelo, o Código Civil, embora assegure igualdade formal e direitos patrimoniais iguais, não se aprofunda nas dinâmicas de gênero no contexto produtivo (Cuba, 2022). Essa falta de detalhamento também se reflete na análise das cooperativas, onde questões como trabalho familiar, divisão entre atividades produtivas e reprodutivas e violência de gênero permanecem sem o devido aprofundamento.

Nesse mesmo sentido, o Código das Famílias (2022) representa uma melhoria significativa ao promover a corresponsabilidade entre os gêneros no âmbito familiar, reconhecendo a carga de trabalho diferenciada e buscando uma divisão mais equitativa das responsabilidades. Contudo, seu impacto prático depende diretamente da efetiva implementação e do desenvolvimento de políticas complementares. Na análise das cooperativas, observa-se que, apesar de o documento legal sugerir diretrizes progressistas (por exemplo, na promoção de equidade e proteção contra a violência de gênero), sua aplicação nas dinâmicas internas de instituições como a CCS-F Atanagildo Cajigal ainda não consegue romper integralmente com os padrões tradicionais que reforçam o controle masculino sobre a produção.

No campo da agricultura familiar, o Decreto-Lei No. 76, que regula as Cooperativas Agropecuárias, enfatiza a manutenção da propriedade ou usufruto da terra pelos camponeses e contempla a participação dos familiares no funcionamento das cooperativas. Essa abordagem legal enfatiza a organização coletiva e a solidariedade no trabalho, mas não aborda a divisão do trabalho com enfoque de gênero, tratando a divisão das funções como neutra. Por outro lado, o Decreto 105 de 2024, embora trate da entrega de terras em usufruto e mencione o autoabastecimento familiar, também se limita à regulamentação fundiária, deixando de lado questões cruciais como a carga de trabalho diferenciada entre homens e mulheres e a distribuição do tempo entre atividades produtivas e reprodutivas.

A ausência de menção explícita a temas como violência de gênero e saberes tradicionais nesses documentos evidencia uma abordagem tecnocrática e neutra, que negligencia a complexidade das relações sociais na agricultura. Por exemplo, enquanto o Decreto-Lei No. 76 integra as cooperativas ao desenvolvimento local e estabelece regras para a posse da terra e a transmissão de direitos, ele não considera a divisão social do trabalho nem as disparidades de gênero. Essa omissão reforça a necessidade de incorporar uma perspectiva que aborde não apenas o gênero, mas também raça, territorialidade e idade, elementos essenciais para compreender as desigualdades estruturais na vida agrícola.

Ao analisar a estrutura ocupacional na CCS-F Atanagildo Cajigal, nota-se que os cargos e funções refletem uma tradicional divisão de papéis. Os homens dominam a produção agrícola e os serviços gerais, enquanto as mulheres concentram-se nos cargos administrativos, mesmo havendo uma aparente distribuição equitativa nos postos técnicos e de mandos intermediários. Contudo, na prática, a presidência e a vice-presidência permanecem ocupadas por homens, evidenciando a manutenção de um padrão patriarcal que restringe a atuação feminina em espaços decisórios. Essa realidade se alinha com a tendência nacional no setor agrícola, onde: apesar de as mulheres constituírem 46,3% da população rural cubana, elas representam apenas 26,1% da população economicamente ativa nesse meio. Além disso, sua participação em ocupações agrícolas diretas é de pouco mais de 15%, enquanto apenas 16% são usufrutuárias e 32% proprietárias de terras (Trinquete Díaz, 2021).

Na CCS-F Atanagildo Cajigal a desigualdade observada está profundamente ligada também à classe social. Segundo Fundora Nevot (2020), a estrutura socioclassista agrária em Cuba é composta por: proprietários, arrendatários, usufrutuários, contratados, jornaleiros, ajudantes familiares, donas do lar e esposas de camponeses que atuam como trabalhadoras domésticas não remuneradas.

As desigualdades na CCS-F foi analisada a partir da definição de estrutura socioclassista, que é compreendida como a rede de posições, grupos sociais e relações estabelecidas entre eles, configurada a partir da divisão social do trabalho, das relações de propriedade, da esfera da produção material, da posição no processo produtivo, da distribuição do poder político, juntamente com os processos de produção simbólica sobre a superioridade e a inferioridade; o sucesso e o fracasso (Espina *et al.*, 2009).

Na CCS-F os homens proprietários de terras têm uma posição privilegiada ao receber mais ganancias da produção agrícola e estão no ponto mais alto da estrutura de poder, concentrando decisões políticas e o controle simbólico da organização. As mulheres em atividades administrativas apesar de ser um degrau acima na estrutura organizacional, ainda reproduz a subordinação de gênero, com menor reconhecimento simbólico e material. As mulheres que trabalham na administração, em geral, possuem maior nível educacional e, porém, um maior reconhecimento social e menor poder decisório. Já as mulheres camponesas sem propriedade das terras donas do lar dependem de trabalhos informais ou do apoio familiar para sua subsistência; sua exclusão sistemática da estrutura produtiva formal e do acesso ao poder, reproduz estruturas de classe injustas, mostrando como relações de classe se entrelaçam com as de gênero.

Essa divisão de funções não se limita a escolhas individuais, mas reflete a influência de normas culturais e desigualdades históricas. A legislação nacional, embora avance em certos aspectos da igualdade, não rompe com o modelo que atribui às mulheres tanto o trabalho produtivo quanto o reprodutivo (uma dupla jornada que prejudica seu acesso a recursos, à participação política e à autonomia econômica). Por sua vez, a regulamentação legal dos espaços cooperativos, ao tratar o trabalho agrícola como neutro, ignora as especificidades das relações familiares e as implicações das desigualdades de gênero na posse de terra, no acesso a crédito e na tomada de decisões.

Por isso, embora os marcos legais cubanos apresentem avanços formais na promoção da igualdade de gênero, sua implementação nas cooperativas e na agricultura familiar revela lacunas importantes. A ausência de medidas que integrem aspectos legais, culturais e sociais impede a transformação efetiva das relações de gênero. Para superar essas desigualdades, é imprescindível que o Estado, juntamente com as instituições cooperativas, desenvolva políticas sociais que promovam a redistribuição equitativa do trabalho, reconheçam os saberes tradicionais das mulheres e garantam um ambiente seguro e inclusivo, capaz de romper com as estruturas históricas de discriminação e promover uma justiça social efetiva.

Nesse sentido, a segregação das funções dentro da cooperativa analisada não se resume a uma desigualdade de gênero, mas reflete uma hierarquia colonial do trabalho. Esse modelo de divisão segue um padrão em que os homens são responsáveis pelo trabalho físico e produtivo, enquanto as mulheres são relegadas a funções administrativas, sem acesso direto aos meios de produção. Isso demonstra a continuidade da lógica colonial que sustenta a organização do trabalho, mantendo o controle dos recursos nas mãos dos homens e limitando a autonomia das mulheres no espaço produtivo.

As funções administrativas desempenhadas pelas mulheres são vistas como atividades secundárias ou de suporte, em vez de serem reconhecidas como fundamentais para o funcionamento da cooperativa. Além disso, a produção agrícola, que concentra o real poder econômico, continua sendo um espaço masculino.

No capitalismo, a divisão do trabalho é determinada pela necessidade de extrair mais-valia; no socialismo, embora a exploração capitalista tenha sido eliminada, a alocação de funções continua tendo o gênero como uma de suas bases. A atribuição de mulheres a funções administrativas e de homens à produção reflete uma estrutura patriarcal. Quem controla a produção agrícola detém mais poder na estrutura produtiva, e a presença feminina na administração reduz seu acesso à produção direta e ao controle dos meios de produção. Para combater essa segregação, é necessário democratizar a distribuição das tarefas, incentivar a participação feminina na produção agrícola com formação técnica e implementar um sistema de rotação de tarefas entre homens e mulheres.

Diante da realidade descrita, observa-se uma tripla opressão: as mulheres camponesas sem propriedade fundiária enfrentam baixo nível educacional e condições de trabalho precarizadas. Mesmo aquelas com maior escolaridade encontram oportunidades apenas em cargos administrativos, sem acesso à produção agrícola. Em contrapartida, os homens, independentemente de sua condição econômica, possuem maior facilidade para ingressar na produção.

O trabalho reprodutivo segue invisibilizado dentro da cooperativa, apesar de ser essencial para a manutenção do sistema produtivo. A estrutura cooperativa opera segundo uma lógica colonial que separa a produção do cuidado, relegando este último ao domínio das mulheres e sem remuneração. A dupla jornada das mulheres camponesas é uma herança colonial que se perpetua no contexto atual. Historicamente, mulheres foram submetidas a papéis de serviço e cuidado, e essa estrutura se mantém no modelo cooperativo.

Embora o socialismo cubano tenha incentivado a inserção feminina no mercado de trabalho, ele não modificou a divisão colonial do trabalho reprodutivo. Se as mulheres camponesas continuam sendo as únicas responsáveis pelo cuidado sem apoio institucional, sua participação na produção permanecerá desigual. Para romper essa dinâmica, é essencial promover a integração de mulheres na produção agrícola por meio de capacitação técnica, além de implementar um modelo de aprendizagem adaptativo que permita a distribuição progressiva de funções, testando e ajustando as mudanças conforme necessário.

3.2.2. Propriedade da terra como barreira estrutural na cooperativa

Diversos desafios e lacunas ainda persistem na promoção da equidade de gênero na CCS-F Atanagildo Cajigal. A desigualdade na posse de terras representa uma barreira estrutural significativa, dificultando a adesão de mais mulheres à cooperativa. Como a posse da terra é um critério fundamental para se tornar sócio da cooperativa, essa desigualdade gera uma discriminação estrutural das mulheres, restringindo seu acesso a benefícios e participação plena no coletivo. Essa desigualdade está diretamente ligada à classe social e à história do acesso à terra. Os homens com maior poder econômico ou herdeiros de terras familiares têm mais facilidade para obter propriedades, enquanto as mulheres que conseguem acesso à terra, em geral, o fazem por meio da herança ou do casamento com um proprietário.

A terra, considerada o bem mais valioso para as populações camponesas, costuma estar sob controle masculino. Mesmo quando há mulheres proprietárias, os homens geralmente detêm as maiores e melhores porções. Essa disparidade de gênero na posse da terra está relacionada à predominância dos homens nos processos de herança, aos privilégios concedidos a eles nas uniões matrimoniais e à existência de preconceitos de gênero tanto nas políticas de distribuição de terras das comunidades camponesas quanto nas iniciativas estatais de redistribuição fundiária (Deere; León, 2014).

A baixa porcentagem de mulheres proprietárias de terras (15%) na CCS-F Atanagildo Cajigal não apenas restringe sua atuação na produção agrícola, mas também limita suas oportunidades de liderança e participação nas decisões estratégicas da cooperativa. Esse fenômeno gera um ciclo de retroalimentação que perpetua a discriminação ao longo do tempo, estabelecendo um padrão estrutural de desigualdade. Para reverter esse quadro, é necessário romper os ciclos de discriminação por meio de ações que atuem simultaneamente em múltiplas frentes, como educação, redistribuição de terras e maior representatividade feminina em espaços políticos.

Também está a exigência de propriedade da terra como critério de adesão à CCS-F, o que desvantaja as mulheres agricultoras familiares sem propriedade da terra onde moram e trabalham, pois a posse de terra historicamente está concentrada nos homens. Além disso, a segregação ocupacional reforça estereótipos de gênero, com mulheres concentradas em funções administrativas e de apoio, enquanto os homens dominam a produção agrícola e os cargos de liderança, dificultando a ascensão profissional feminina dentro da cooperativa.

A análise dos distintos documentos normativos do país revelou uma trajetória na política agrária cubana, que transita de um modelo no espectro tecnocrático e centralizador para uma abordagem que, gradativamente, busca incorporar elementos de diversidade (como o reconhecimento dos bens simbólicos e dos saberes tradicionais), sem, contudo, romper ainda com as barreiras estruturais herdadas do passado colonial e patriarcal.

Em 2011, os Lineamentos enfatizavam o planejamento estatal centralizado, regulando o acesso a insumos e apoiando pequenos produtores, mas sem reconhecer os valores culturais dos bens simbólicos ou os conhecimentos tradicionais. Nos Lineamentos de 2016–2021, passou-se a dar maior ênfase ao acesso ao crédito e à assistência técnica para pequenos agricultores. Já os Lineamentos de 2021–2026 preveem políticas para um acesso mais inclusivo a recursos produtivos e naturais, ao mesmo tempo em que reconhecem o valor dos bens simbólicos associados à identidade e à cultura das práticas ecológicas e sustentáveis da agricultura familiar (PCC, 2011, 2017, 2021). Contudo, o controle centralizado persiste, limitando o debate sobre alternativas de autogestão e descentralização.

No âmbito dos marcos legais, a Constituição de Cuba (2019) estabelece as diretrizes para o acesso coletivo aos bens naturais e à terra, enquanto o Código Civil (2022) define regras para a herança e transmissão da propriedade (aspectos essenciais para a organização dos pequenos produtores), mas que não contemplam explicitamente os bens simbólicos. Ele impõe restrições para evitar a concentração, obrigando a incorporação à forma cooperativa ou a venda com autorização estatal, mas não aborda as barreiras históricas que dificultam o acesso das mulheres.

O Código de Trabalho (2020), por sua vez, assegura direitos como a igualdade salarial e a proteção à maternidade, mas não aborda o acesso a recursos produtivos nem a divisão das tarefas no meio agrícola. Complementando esse arcabouço, o Código das Famílias (2022) garante a igualdade na herança dos bens familiares, embora faltem mecanismos afirmativos para corrigir desigualdades históricas de gênero no acesso à terra.

Documentos complementares (como o Decreto-Lei 358/2018, a Resolução 598/2021 e a Resolução 599/2021) regulamentam o usufruto de terras estatais e a formalização de contratos de vinculação para o acesso a insumos e serviços. Esses instrumentos mantêm uma linguagem técnica e neutra, sem incorporar análises de gênero, raça ou saberes tradicionais, o que tende a invisibilizar as dinâmicas familiares e as contribuições específicas das mulheres na produção agrícola.

Quando esses dispositivos legais se refletem na prática das cooperativas, nota-se que a propriedade da terra continua a ser um critério fundamental para a adesão. No caso da cooperativa estudada, onde temos que apenas 24 mulheres são proprietárias de terra, em contraste com 124 homens, num universo total de 148 associados, essa disparidade evidencia como as normas de acesso à terra contribuem para uma discriminação estrutural das mulheres. De fato, a posse da terra é frequentemente adquirida pelos homens por meio de herança ou por acesso facilitado graças a um maior poder econômico, enquanto as mulheres, mesmo quando adentram esse espaço, o fazem de forma subsidiária, geralmente vinculadas à condição de cônjuge ou herdeira.

Essa desigualdade na propriedade reflete a lógica de colonialidade que persiste no modelo agrário cubano: embora a primeira reforma agrária tenha eliminado o latifúndio capitalista, a distribuição da terra permanece marcada por uma perspectiva patriarcal que, historicamente, garantiu que as estruturas agrárias privilegiaram os homens como donos e líderes do agro. Logo, o socialismo cubano ainda não tem conseguido desmontar a estrutura patriarcal da posse da terra, apenas a reconfigurou dentro de um modelo coletivo que ainda mantém as mulheres em uma posição subordinada. Além disso, como visto no capítulo anterior, as distintas reformas agrárias, ainda que com uma visão inclusiva, não foram pensadas a partir de perspectivas como a feminista e a decolonial, isto continuou perpetuando a dependência estrutural das mulheres em relação à terra.

As normativas, que deveriam promover mecanismos para a inclusão por meio da diversificação dos meios de produção (como previsto nos Lineamentos de 2021–2026), ainda não avançam o suficiente para a criação de critérios alternativos que não se baseiem exclusivamente na posse da terra. Como resultado, as mulheres agricultoras sem propriedade ficam dependentes dos homens para integrar a cooperativa, o que reforça não só a exclusão de benefícios e da participação plena, mas também a sua vulnerabilidade econômica.

Do mesmo modo, a baixa taxa de posse de terras pelas mulheres agricultoras no caso de estudo perpetua sua dependência econômica e reduz sua capacidade de influenciar as

decisões dentro da cooperativa. Não há menção a políticas institucionais específicas voltadas para ampliar o acesso feminino à propriedade da terra, o que indica que essa barreira estrutural não está sendo abordada de forma ativa. Como resultado, as mulheres agricultoras que não possuem terras encontram-se subordinadas dentro da cooperativa analisada, dependendo dos homens para participar da produção e têm propriedade ou usufruto das terras. Assim, enfrentam mais de uma discriminação: além das barreiras de gênero, também lidam com as restrições de classe e propriedade, que limitam sua autonomia econômica e sua capacidade de tomada de decisão dentro da cooperativa.

Somado ao anterior, temos que as mulheres pobres enfrentam dupla barreira, pois além de não terem propriedade da terra, não possuem capital para comprar ou arrendar propriedades. Como a cooperativa está na periferia da cidade de Holguín, devemos considerar também que as mulheres desse meio enfrentam ainda mais dificuldades para acessar políticas de crédito e financiamento, já que os recursos muitas vezes se concentram no centro urbano das capitais provinciais.

A baixa representação feminina no acesso à terra não pode ser vista como uma falha pontual, mas como um padrão emergente que se autoorganizou dentro da estrutura agrícola ao longo do tempo. As regras internas da cooperativa favorecem a permanência masculina na posse de terras, mesmo sem intencionalidade direta de excluir as mulheres.

Além disso, iniciativas complementares, como o PAM (2021), já apontam para a necessidade de ampliar o acesso das mulheres à terra por meio do usufruto e da capacitação técnica, bem como valorizar os saberes tradicionais. No entanto, essas ações ainda são pontuais e não acompanham a falta de políticas afirmativas mais amplas, que seriam capazes de romper definitivamente com o modelo patriarcal e excludente.

Em linhas gerais, embora a política agrária cubana demonstre uma evolução normativa na tentativa de democratizar o acesso a recursos produtivos e bens simbólicos, a aplicação prática (especialmente na estrutura de propriedade das cooperativas) continua refletindo contradições históricas. A centralização estatal e a persistência de critérios que privilegiam a posse da terra em detrimento da inclusão das mulheres reforçam uma estrutura que, mesmo coletivizada, reproduz desigualdades estruturais. Para que o socialismo cubano avance em direção a uma gestão verdadeiramente equitativa e inclusiva, é imprescindível a implementação de medidas que descentralizem a gestão dos recursos, valorizem o trabalho e os saberes tradicionais, e promovam mecanismos afirmativos para ampliar o acesso das mulheres à propriedade da terra.

3.2.3. Poder de decisão na cooperativa a partir da distribuição de cargos e oportunidades de liderança

É notório que as mulheres estão mais equilibradas em cargos técnicos e administrativos (4 homens e 4 mulheres), mas continuam sub-representadas nos cargos diretivos, onde há apenas 1 mulher para 2 homens. Na produção agrícola, a diferença é ainda mais acentuada: 124 homens e apenas 24 mulheres. Entretanto os serviços gerais são exclusivamente ocupados por homens, o que pode indicar que são funções de trabalho braçal. A ausência de mulheres em cargos de alto escalão reforça a ideia de que o acesso das mulheres à tomada de decisão ainda é limitado.

A presença feminina nos cargos diretivos da cooperativa é de $\frac{1}{3}$, o que à primeira vista sugere uma inequidade formal no espaço de liderança, dado que a presidência e a vice-presidência são ocupadas por homens, existem ainda mais diferenças no poder real de decisão. Ao mesmo tempo, o fato de que aproximadamente 80% dos produtores agrícolas são homens pode levar a pensar que a maior parte da riqueza e da produção dentro da cooperativa é gerada e apropriada por eles, o que demonstra um domínio masculino nos espaços de poder produtivo. Portanto, somado a inequidade numérica, o controle estratégico da cooperativa também continua atrelado à posse da terra e ao controle da produção agrícola, aspectos predominantemente masculinos.

A crítica feminista marxista destaca que essa estrutura de poder não é natural, mas uma construção histórica que serve à acumulação de capital, reforçando o monopólio masculino sobre os meios de produção. No contexto da cooperativa estudada, essa dinâmica se reproduz na maneira como a posse da terra e o controle estratégico da produção continuam predominantemente masculinos, apesar da presença feminina em múltiplos níveis de trabalho. A desigualdade na apropriação dos benefícios econômicos e no acesso a cargos de decisão reflete não apenas um problema de representatividade, mas uma hierarquia estrutural que desvaloriza a contribuição das mulheres para a economia cooperativa.

Se tomarmos a reprodução social como um eixo de análise, percebemos que a divisão sexual do trabalho não se restringe ao cuidado doméstico e familiar, também assigna às mulheres funções essenciais consideradas “acessórias” ou “de apoio”, como o processamento de alimentos, a organização de redes de trocas e solidariedade, a comercialização em pequena escala, a gestão de recursos comunitários e até mesmo a transmissão de conhecimentos agroecológicos e a manutenção da biodiversidade. Essas atividades não apenas garantem a reprodução da força de trabalho (através do cuidado, da alimentação e da manutenção da vida), mas também participam diretamente da sustentabilidade econômica e ambiental da

cooperativa. No entanto, como essas tarefas são regularmente associadas a funções informais ou comunitárias, elas são subestimadas e excluídas da contabilidade produtiva do que é reconhecido como “produção agrícola” dentro da lógica cooperativa vigente e, em consequência, da lógica produtiva da CCS-F analisada; por tanto, também resultam excluídas da apropriação formal da riqueza gerada.

Em outras palavras, é importante questionar a própria noção de “produção” e de “riqueza” utilizada na análise. Como vimos, o fato de a maior parte da produção agrícola estar nas mãos dos homens e de eles se apropriarem da riqueza gerada não significa que as mulheres não estejam contribuindo para essa produção, significa apenas que sua contribuição não é reconhecida dentro da lógica produtivista predominante. Em vista disso, se considerarmos que a produção de riqueza não acontece isoladamente, mas depende de uma infraestrutura de trabalho reprodutivo e comunitário, percebemos que a posição das mulheres dentro dos lares associados e da própria cooperativa não pode ser compreendida apenas a partir do número de produtoras formais ou da posse da terra.

O predomínio do controle masculino sobre a terra e os espaços de decisão reflete uma estrutura de poder que não se limita à “produção agrícola” na CCS-F Atanagildo Cajigal, mas atravessa todas as esferas da vida cooperativa, por tanto, sua própria organização do poder deve ser problematizada. A liderança masculina e a posse da terra não são apenas expressões refletem um modelo de gestão que reproduz a exclusão das mulheres dos espaços estratégicos.

Mesmo quando há mulheres em cargos diretivos, suas decisões podem ser regularmente limitadas por dinâmicas patriarcais que impedem mudanças estruturais. Isso pode se manifestar, por exemplo, na dificuldade de implementação de políticas de apoio às mulheres agricultoras, na falta de reconhecimento de seus saberes e na perpetuação de um modelo de produção que não considera suas necessidades e demandas específicas.

Similarmente, embora as mulheres agricultoras familiares (associadas ou não à CCS-F analisada) assumam responsabilidades fundamentais, sua participação nas decisões estratégicas e na apropriação dos resultados econômicos é limitada por relações patriarcais que organizam a produção e a reprodução de maneira hierárquica. Isso as coloca em uma situação com menos autonomia, onde dependem de figuras masculinas com maior controle sobre os recursos produtivos. Assim, a desigualdade na estrutura, liderança e associação da cooperativa não pode ser reduzida apenas à quantidade de mulheres e sua representação na contagem de cargos de liderança e da distribuição formal da riqueza, mas deve ser analisada à

luz das dinâmicas mais amplas de poder e exploração que estruturam o próprio modelo produtivo das CCS e a divisão sexual do trabalho no âmbito agrícola cubano.

É fundamental questionar: a) quais tipos de trabalho são reconhecidos como produtivos, b) por quê os proprietários e usufrutuários são perfilhados formalmente como “produtores agrícolas” enquanto suas cônjuges ou outras familiares que também participam das atividades agrárias são designadas como “ajudantes familiares”, c) como a posse da terra se relaciona com a reprodução do poder e d) de que forma as mulheres agricultoras são sistematicamente excluídas não apenas da apropriação dos lucros, mas também da definição dos rumos da produção e da organização do trabalho. A partir dessa problematização mais profunda será possível pensar estratégias efetivas para transformar as relações de gênero dentro do espaço cooperativo nacional.

O poder real na CCS-F Atanagildo Cajigal continua vinculado ao setor produtivo, dominado pelos homens. A estrutura de tomada de decisões mantém uma lógica de autoridade masculina, dificultando a influência feminina em mudanças estruturais significativas. O conhecimento das mulheres camponesas sobre gestão agrícola e organização comunitária é constantemente desvalorizado. Como consequência, o poder dentro da cooperativa ainda opera sob uma lógica patriarcal, que restringe a participação feminina em decisões estratégicas.

Apesar dos avanços, as iniciativas de equidade de gênero parecem ser mais simbólicas do que estruturais. As principais barreiras que dificultam o acesso das mulheres a recursos produtivos e posições de liderança não são enfrentadas de forma concreta, o que limita mudanças efetivas na distribuição de poder dentro da cooperativa.

3.2.4. Percepção e política ante a violência de gênero, assédio sexual e feminicídios na cooperativa

As realidades a partir das quais as mulheres podem se tornar vítimas de violência são múltiplas: a cultura patriarcal, o espaço geográfico e as atividades econômicas que este gera, assim como as condições de precariedade ou opacidade dos espaços geográficos em que vivem, tornam-se fatores que reforçam a dificuldade de sobreviver à violência (Hernandez García; Delgado Tornés, 2016).

O Vice- Presidente foi questionado sobre violência de gênero na cooperativa o que respondeu:

Nem violência de gênero, nem feminicídio, nem assédio. Aqui não existe procedimento para denunciar esses casos, mas, bem, se alguém nos procura, sempre, qualquer preocupação ou situação que um camponês tenha, nós estamos sempre

dispostos a ajudar no que for possível, até onde pudermos ajudá-los (Vice-Presidente, 2022. Tradução da autora).

Na CCS-F estudada, embora não haja registros formais de casos de violência de gênero, assédio sexual ou feminicídios, a ausência de protocolos institucionais de denúncia e de mecanismos claros para sancionar essas práticas levanta preocupações. Mesmo que a direção da cooperativa afirme que as mulheres são respeitadas e que apoio seria oferecido em caso de denúncias, a falta de canais formais pode contribuir para o silenciamento das vítimas e favorecer a impunidade dos agressores. Essa situação pode refletir não a inexistência da violência, mas sim uma subnotificação, resultado do medo, da dependência econômica, da normalização de abusos e da falta de redes de apoio institucional.

Ferrero Hardy (2020) destacou: a existência de mitos e a normalização da violência, que levam a uma minimização dos abusos e ao silêncio das vítimas, a ausência de protocolos formais na CCS-F pode contribuir para que as mulheres agricultoras não denunciem casos de assédio ou violência. Isto pode ser ainda pior no caso das agricultoras identificadas pela cooperativa como ajudantes familiares dado que, a carência de um vínculo formal com a instituição, pode levar a que elas e os dirigentes da cooperativa não as considerem parte de sua população e, por tanto, omitam suas experiências no tocante a esses tópicos. Esse cenário é especialmente preocupante para aquelas que são economicamente dependentes e não possuem terras, aumentando sua fragilidade.

A pesquisa de Ferrero Hardy (2020) mostra que, mesmo com dados alarmantes de violência de gênero no entorno comunitário, muitas vezes são insuficientes ou ineficazes os mecanismos de proteção das instituições que integram as comunidades e compartilham sua população. Enquanto as declarações oficiais na CCS-F garantem respeito e apoio, a ausência de protocolos estruturados cria um vácuo que dificulta a efetivação de políticas de proteção. Esse paradoxo (entre o discurso e a prática) corrobora os achados de Ferrero Hardy (2020), que apontam para uma disparidade entre as promessas institucionais e a realidade vivida pelas mulheres na comunidade.

A ausência de protocolos seguros e confidenciais de denúncia dentro da cooperativa também reflete uma colonialidade do saber, em que as experiências e os relatos das mulheres não são reconhecidos institucionalmente, reforçando a ideia de que suas vozes e conhecimentos têm menor valor. Além disso, a inexistência de sanções explícitas para os casos de assédio sexual cria um vácuo legal que, por sua vez, aumenta os riscos à segurança das mulheres na cooperativa e pode favorecer a impunidade dos agressores.

O artigo 43 da Constituição cubana assegura igualdade de direitos e responsabilidades entre homens e mulheres, protegendo-as contra a violência de gênero, enquanto o artigo 82 reafirma a igualdade de cônjuges. O “Modelo Econômico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista” e o “Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030” incorporam uma perspectiva de gênero para promover os direitos das mulheres (ONU, 2022).

No âmbito das políticas de igualdade de gênero, o PAM (2021) posiciona a violência de gênero como um obstáculo central ao avanço da igualdade, propondo medidas de prevenção e enfrentamento. De maneira complementar, a Estratégia Integral de Prevenção e Atenção à Violência de Gênero no Cenário Familiar (2021) detalha as diversas manifestações da violência (seja ela psicológica, física, sexual ou econômica) e estabelece estratégias específicas de prevenção, atendimento e proteção das vítimas.

Essas diretrizes legais e de políticas sociais adotam uma abordagem considerando como fatores como raça, território e idade interagem para agravar a violência e a discriminação. O PAM (2021) destaca a necessidade de ações diferenciadas para mulheres de contextos socioeconômicos diversos, enquanto a Estratégia Integral aborda a interação entre violência de gênero, classe, cor da pele, ocupação, idade e deficiência.

Os dados coletados indicam que, no âmbito de atuação da cooperativa Atanagildo Cajigal, não há oferta de suporte psicológico nem de assistência legal às possíveis vítimas, dificultando a criação de um ambiente de trabalho que, além de respeitar formalmente as normas, promova efetivamente a proteção e a equidade de gênero. Além disso, não têm sido realizadas capacitações específicas sobre violência de gênero para todos os associados.

Em resumo, pode-se dizer que a cooperativa apresenta avanços importantes, como a promoção do respeito e do uso de linguagem inclusiva, a presença de mulheres na administração e a redução de barreiras culturais que antes limitavam a participação feminina. Entretanto, ainda persistem desafios estruturais significativos:

- A propriedade da terra continua majoritariamente nas mãos dos homens (85%).
- As mulheres estão segregadas em funções administrativas, com pouca presença na produção agrícola.
- Não há protocolos formais para prevenir e sancionar a violência de gênero e o assédio sexual.
- A conciliação entre trabalho e família ainda depende de decisões individuais, sem uma política institucional clara.

3.3. Relações de gênero ao interior dos lares da CCS-F Atanagildo Cajigal

Neste subcapítulo, analisa-se a organização interna dos lares pertencentes à cooperativa Atanagildo Cajigal, com foco na distribuição das tarefas produtivas entre os membros de cada lar. De modo geral, o lar é entendido como um espaço físico e simbólico onde ocorrem interações sociais significativas, promovendo vínculos afetivos e identidade coletiva. Segundo Bachelard (1993), o lar é mais do que uma estrutura física; ele representa um espaço de intimidade, proteção e memória, onde se desenvolvem as relações humanas essenciais. Para ele, “a casa é nosso canto do mundo. É nosso primeiro universo” (Bachelard, 1993, p. 26).

Abordam-se como se distribuem as tarefas domésticas e produtivas, os processos de tomada de decisão, a ocupação e o uso do espaço e do tempo, bem como os papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres em três lares da CCS-F. Explica-se como essas dimensões se articulam na construção das identidades de gênero dentro dos lares estudados, evidenciando tanto permanências quanto transformações nas relações entre os sujeitos. A análise busca captar os sentidos atribuídos às práticas cotidianas, as negociações internas e os modos pelos quais as normas de gênero são reproduzidas, questionadas ou ressignificadas no interior das famílias e lares agricultores.

É necessário explicar que o análise dos três lares não constitui um estudo de família ele forma parte do estudo da cooperativa Atanagildo Cajigal, pois oferece diversas contribuições relevantes, especialmente quando se adota uma perspectiva qualitativa e sensível ao contexto social e político. Estudar três lares permitiu compreender, em profundidade, como se dá a distribuição de tarefas produtivas, reprodutivas e comunitárias entre os membros da família. Isso ajudou a revelar padrões e variações no papel de homens, mulheres dentro das unidades domésticas e produtivas.

Dentro da unidade familiar, existem diferentes formas de acesso e controle sobre a terra e os demais recursos produtivos (incluindo aqueles decorrentes de políticas públicas) e as mulheres, embora trabalhem em praticamente todas as tarefas da propriedade, muitas vezes não participam da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades da família e não têm acesso à renda gerada por seu trabalho (Siliprandi; Cintrão, 2011, p.13).

As observações de Siliprandi e Cintrão (2011) encontram respaldo nas falas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa. Rosalía relatou desempenhar múltiplas funções, dividindo-se entre os cuidados com o lar, a horta e os animais do curral. Rosa também afirmou dedicar-se às tarefas domésticas e ao manejo dos animais, além de participar da produção agrícola durante o período de colheita. Manuela, por sua vez, declarou exercer

atividades agrícolas diretamente, acumulando ainda as responsabilidades com o trabalho doméstico e o cuidado dos animais de autoconsumo. Esses depoimentos evidenciaram uma sobrecarga de trabalho vivenciada pelas mulheres, marcada pela dupla jornada resultante da combinação entre atividades produtivas e reprodutivas.

As políticas sociais (Constituição, 2019; Código de Trabalho, 2020; Decreto-Lei 73/2023; Decreto 105/2024; Decreto 358/2018; Resolução 598/2021; e Resolução 599/2021) asseguram princípios gerais de igualdade, inclusive no âmbito agrário. No entanto, não abordam de forma efetiva a complexa divisão entre o trabalho reprodutivo e o produtivo, especialmente no contexto da agricultura familiar. Esse vácuo normativo contribui para a persistência de relações de dependência (do gênero feminino em relação ao masculino ou das pessoas idosas em relação à geração intermediária), como será analisado a seguir nos três lares visitados nesta pesquisa.

Rosalía, do Lar 1, expressou que a propriedade da terra foi concedida em usufruto ao seu filho. Como é de conhecimento geral, o socialismo defende a propriedade coletiva ou estatal dos meios de produção. A existência da CCS-F Atanagildo Cajigal, à qual o filho de Francisco e Rosalía está afiliado como usufrutuário da terra, representa o esforço do governo cubano para estruturar a produção agrícola de forma coletiva e planejada. No entanto, a realidade revela contradições específicas: embora o aparato estatal e as organizações de base busquem eliminar as relações capitalistas tradicionais, ainda persistem formas de hierarquização e divisão do trabalho que influenciam a distribuição do poder e dos recursos, sustentadas por estruturas familiares e geracionais.

Observou-se que, em termos de acesso e controle de recursos, o filho detém pleno controle sobre os recursos produtivos, em contraste com Rosalía e Francisco, ainda quando este último também participa ativamente das decisões dentro da cooperativa. Rosalía, embora também tenha acesso a esses recursos, o faz de maneira limitada, tendo seu controle restringido pela estrutura patriarcal que ainda permeia o contexto agrícola analisado.

Essa configuração evidenciou uma estrutura intergeracional na qual os pais, Francisco e Rosalía, continuam a desempenhar uma função ativa no trabalho diário da propriedade, enquanto o filho, não apenas gerencia oficialmente os vínculos institucionais (como associado e líder da cooperativa), mas também a administração da terra e a propriedade da moradia pertencem formalmente a ele e participa diretamente das atividades produtivas. Essa condição pode lhe conferir maior acesso a recursos, insumos e assistência técnica, devido ao seu vínculo formal.

Já no nível cooperativo, destacou-se a importância da cooperativa como espaço de distribuição dos recursos agrícolas, sendo fundamental para a produção e comercialização, ainda que os homens (do lar e a família), em geral, mantenham maior controle sobre tais recursos. A gestão da distribuição territorial dos cultivos é conduzida predominantemente pelo Francisco e seu filho, com a Rosalía exercendo também sua influência, ainda que em menor grau. Francisco participa regularmente das reuniões da cooperativa, enquanto a Rosalía se envolve mais em reuniões comunitárias e não participa nas assembleias da CCS-F.

Essa situação é sintomática do que a análise das três versões dos Lineamentos (PCC, 2011, 2017, 2021) e as duas versões das estratégias de gênero do Sistema da Agricultura (Cuba, 2016, 2023) já apontava: apesar de reconhecer a sobrecarga das mulheres, o modelo produtivo agrícola cubano ainda mantém estruturas de poder que não garantem uma redistribuição equitativa das tarefas, refletindo a ausência de medidas concretas para a socialização do trabalho reprodutivo, como a criação de creches cooperativas ou licenças parentais compartilhadas.

Além disso, introduz uma dimensão intergeracional no controle dos recursos e reflete uma divisão de papéis na qual a formalização e a representação legal da gestão agrícola recaem sobre a geração familiar intermediária (o filho, ainda quando este é que permanece em menor contato com as terras por ter outras responsabilidades e não morar nelas), enquanto a produção diária continua sendo realizada também pelos idosos. Esse arranjo sugere tanto uma transmissão de conhecimentos e práticas agrícolas entre gerações quanto uma relação de interdependência, em que a manutenção da produção depende da colaboração familiar e das redes coletivas associadas à cooperativa Atanagildo Cajigal.

Isso pode impactar tanto a tomada de decisões quanto a distribuição dos benefícios. Apesar de Francisco e Rosalía desempenharem grande parte do trabalho, manutenção da produção diária e residirem na terra, a configuração descrita pode limitar seu acesso à participação direta nos espaços da cooperativa, além de gerar tensões ou dependência na distribuição dos recursos oriundos da atividade agrícola.

Aqui, o controle material (e, em certo grau, o poder de decisão sobre o destino do fruto desse trabalho) se concentra em outra geração. Essa situação pode ser interpretada como a persistência de formas de subordinação na distribuição do valor gerado, criando potenciais conflitos na divisão dos benefícios e na autonomia dos idosos. Isso evidencia como as relações familiares, além do lar, continuam mediadas por estruturas de poder e propriedade, que se entrelaçam com questões de idade e gênero.

Logo, a concentração do usufruto da terra nas mãos do filho estabelece uma relação de subordinação, na qual a experiência e o trabalho acumulado pela geração mais velha não são plenamente reconhecidos, evidenciando tensões no processo de transmissão do patrimônio produtivo. Paralelamente, a sobrecarga enfrentada por Rosalía, que desempenha tanto funções agrícolas quanto domésticas, ressalta como, apesar dos ideais igualitários do socialismo, a divisão tradicional do trabalho de gênero continua reproduzindo desigualdades estruturais, subestimando sistematicamente o trabalho reprodutivo feminino.

Se coincide com Arias Guevara (2015) ao expressar que a condição de subordinação das mulheres se manifesta em quase todos os espaços onde a estrutura de poder e o discurso dominante são masculinos. No contexto da organização camponesa, quanto maior o nível de poder decisório, menor é a representatividade feminina.

No caso da cooperativa Atanagildo Cajigal, observou-se um contexto que, embora inserido em uma lógica de produção planejada e voltada para a segurança alimentar, ainda mantém traços da organização familiar tradicional. Rosa, do Lar 2, afirmou: “A propriedade da terra é uma herança. É uma associação do meu esposo e seus primos com a tia que mora do outro lado da estrada; ela é quem gerencia a propriedade, que está parcelada entre quatro membros da família” (tradução da autora). Nessa fala, evidenciou-se a presença de redes de parentesco e solidariedade estendida, na medida em que a terra é de copropriedade familiar e sua gestão está centralizada em uma figura feminina: a tia. Esse modelo demonstra uma organização mais coletiva e compartilhada, contrastando com a estrutura dos lares 1 e 2; um modelo no qual as escolhas sobre produção e uso dos recursos são compartilhadas por representante de diferentes lares, mas de uma mesma família, e, neste caso, lideradas por uma mulher.

Essa estrutura pode ser vista como uma fortaleza do sistema familiar, pois combina a estabilidade e a continuidade na vida cotidiana com uma visão estratégica compartilhada para a gestão do patrimônio agrícola. Esse aspecto se torna essencial para enfrentar os desafios próprios da atividade agropecuária. Apesar de a organização do Lar 2 seguir um modelo nuclear tradicional em relação aos papéis e ao trabalho, a estrutura familiar de copropriedade e administração da terra incorpora elementos de liderança feminina e gestão coletiva, contribuindo para a estabilidade econômica e social da unidade familiar.

O contraste entre a reprodução de papéis de gênero convencionais no ambiente doméstico do Lar 2 e a presença de um protagonismo feminino na administração dos recursos agrícolas familiares evidencia uma tensão latente. Enquanto a divisão do trabalho na casa

mantém o padrão de trabalho remunerado masculino e trabalho não remunerado feminino, a administração da terra por parte da tia revela que, em certos contextos, a liderança das mulheres na esfera econômica é mais reconhecida e valorizada.

A coexistência dessas dinâmicas abre possibilidades para um diálogo interno na família, que, a médio e longo prazo, pode contribuir para a renegociação dos papéis de gênero e para o fortalecimento da equidade tanto no lar quanto na esfera produtiva.

A terra da família extensa deste lar pertence a quatro pessoas (três homens adultos e uma mulher idosa), mas a tia se destaca como principal administradora, fato especialmente relevante, considerando que, enquanto a família nuclear (no lar) segue uma divisão tradicional de papéis, na esfera da propriedade agrícola há um reconhecimento do protagonismo feminino. Esse papel de liderança na administração da terra pode refletir uma quebra de normas de gênero, já que em muitas sociedades as funções de autoridade e controle de bens estão historicamente associadas a homens. A posição da tia pode indicar uma mudança nas relações de poder dentro da família, talvez devido à experiência, sabedoria e autoridade adquirida com a idade.

O exercício desse papel de liderança sugere que, em certos espaços da família estendida, fatores como competência, experiência e critérios de tradição ou herança podem facilitar o acesso das mulheres a posições de poder na administração dos recursos produtivos. No entanto, a coexistência de uma divisão tradicional de trabalho dentro do lar com a liderança feminina na gestão total da terra pode gerar tensões, negociações e oportunidades de transformação nas relações de gênero. Aliás, o fato de uma mulher idosa ser a principal administradora pode refletir uma redistribuição de poder dentro da estrutura familiar, onde sua autoridade é reconhecida, possivelmente devido ao seu conhecimento ou papel tradicional na comunidade. Isso também pode ser um reflexo de uma estrutura familiar em que as relações de poder são mediadas por quem tem a responsabilidade histórica sobre a terra ou os recursos. Logo, a posição da tia pode refletir o respeito adquirido ao longo dos anos, o que a torna uma figura chave na administração da terra, contrastando com a possível falta de experiência ou uma visão mais moderna dos sobrinhos adultos.

Esse cenário demonstra que a esfera produtiva e de gestão coletiva pode adotar dinâmicas menos marcadas por distinções de gênero, abrindo espaço para a valorização da capacidade feminina na tomada de decisões estratégicas. Além disso, a estrutura familiar estendida cria uma rede de apoio e solidariedade que pode favorecer a incorporação de

práticas mais equitativas e corresponsáveis tanto na vida familiar quanto na produção agrícola.

Essa estrutura, ao mesmo tempo em que reforça a importância das redes de apoio e da solidariedade, demonstra uma ruptura parcial com a tradicional divisão de papéis. No entanto, mesmo nesse contexto, a estrutura legal vigente (Constituição, 2019; Código de Trabalho, 2020; Código Civil, 2022 e Decreto-Ley 73/2023) não fornece diretrizes específicas que incentivem essa organização coletiva nem abordam as desigualdades na divisão do trabalho doméstico, mantendo assim desafios na conciliação entre trabalho agrícola, lar e família.

Passando para outro ponto, Manuela, a agricultora e chefe do Lar 3, relatou um conflito com um de seus irmãos a respeito da herança das terras familiares, exemplificando como questões econômicas e de propriedade da terra influenciam as relações familiares e de gênero. Após o falecimento de sua mãe, dois de seus irmãos cederam voluntariamente suas partes das terras herdadas para que Manuela as administrasse, reconhecendo o papel central que ela desempenhou no cuidado da mãe nos últimos anos de vida.

Entretanto, o irmão restante se opôs à decisão dos outros dois e também ao fato de Manuela cultivar tanto a parte das terras que lhe cabia por herança quanto aquelas que lhe foram cedidas. Ele justifica sua postura com base em papéis de gênero tradicionais, desconsiderando as capacidades de Manuela para gerir as terras da família. Argumenta que a administração das propriedades deveria ser responsabilidade dos homens, o que reflete preconceitos de gênero ainda presentes no que diz respeito à titularidade das terras agrícolas, ignorando, de forma “conveniente”, o fato de que, até ser incapacitada por uma doença, sua mãe (uma mulher) era quem geria e executava a produção dessas mesmas terras.

Casos como este ressaltam a necessidade urgente de combater preconceitos e desigualdades de gênero, garantindo oportunidades equitativas para que todas as pessoas, independentemente de seu gênero, possam ocupar espaços de poder, conforme seus direitos e capacidades. Por essa razão, se precisam políticas afirmativas que garantam a equidade na transmissão de bens e na administração dos recursos produtivos, conforme indicado nas estratégias de gênero do Sistema da Agricultura (Cuba, 2016, 2023).

O embate familiar em torno da herança das terras evidencia tensões históricas e contradições na apropriação dos meios de produção e ilustra as tensões entre a tradição patriarcal no agro e as transformações promovidas pelo socialismo cubano. Isso se entende como a persistência de antigas relações e lutas pelo controle do excedente produzido, mesmo

quando o Estado busca consolidar a equidade e uma propriedade mais centrada no coletivo ou social.

Como visto em capítulos anteriores, as normas sobre quem tem direito à terra e como se organiza a produção agrícola foram historicamente moldadas por uma visão eurocêntrica que, em muitos casos, invisibilizou e deslegitimou saberes e práticas locais. Nesse sentido, a disputa entre irmãos pode ser interpretada como um reflexo da imposição de modelos de propriedade herdados das épocas colonial e neocolonial, em que se privilegiou uma lógica de acumulação e controle em detrimento de formas de relação com a terra baseadas no cuidado e na reciprocidade.

No Lar 3, a propriedade da terra, na qual a avó figura como titular e gerencia a disputa familiar, não é um fato isolado. Essa configuração se insere em uma longa história na qual a terra foi um dos principais instrumentos de dominação, apropriação e controle. Embora no contexto cubano atual tenham sido implementados processos de transformação social, a persistência de disputas pela propriedade evidencia como as lógicas da colonialidade, centradas na concentração e no controle do território, continuam operando, ainda que de forma modificada, na organização agrária.

Ao longo do tempo, o acesso e a titularidade da terra foram marcados por vieses de gênero, tornando mais difícil para as mulheres consolidar direitos de propriedade. O reconhecimento do direito da Manuela por dois de seus irmãos, fundamentado em seu papel de cuidadora da mãe enferma e moradora do lar materno, destaca uma valorização das competências e do compromisso esperado das mulheres. Mesmo quando isso também implica superar barreiras históricas e culturais impostas por normas patriarcais, reforça como a experiência e o papel de cuidado podem influenciar a reivindicação de direitos em contextos nos quais as normas tradicionais estão sendo reconfiguradas.

O conflito narrado gerou tensões familiares e problemas de estabilidade para Manuela. O episódio também adverte como os mecanismos legais de proteção à herança, previstos no Código Civil (2022), não são infalíveis, nem a única via, para romper com práticas discriminatórias que ainda excluem as mulheres da titularidade da terra e da gestão dos recursos produtivos no agro cubano. Sendo assim, a segurança jurídica em torno da terra é fundamental para que as mulheres agricultoras familiares possam consolidar sua liderança e planejar investimentos a médio e longo prazo. A existência de políticas que abordem os desequilíbrios de gênero no acesso e na titularidade da terra pode contribuir para uma maior equidade.

O Lar 3, assim como a família extensa à qual pertence, é composto por atores com papéis e relações interconectadas (avó, neto e, em extensão, a filha, o genro e outros familiares). Essas interações geram uma rede na qual cada decisão ou mudança (por exemplo, a migração do outro filho de Manuela ou a proposta do neto de viver com a avó) impacta a configuração do sistema como um todo.

Assim, enquanto as normas legais cubana estabelecem uma estrutura que visa garantir igualdade formal, sua aplicação prática nas cooperativas de agricultura familiar e na organização dos três lares analisados revelou lacunas significativas. Essas lacunas evidenciaram a necessidade de repensar a atual formulação, promoção e aplicação de políticas sociais e programas neste sentido, para que realmente impactem de modo significativo em processos e espaços onde: agenciem a redistribuição equitativa das tarefas, valorizem o trabalho reprodutivo e implementem mecanismos específicos de proteção e de participação que considerem os complexos relações presentes na agricultura familiar cubana.

Finalmente, as dinâmicas de produção e reprodução social que se articulam no contexto agrícola familiar e cooperativo cubano não se encerram nas tarefas de campo ou nas instâncias formais de tomada de decisão: elas atravessam, de modo profundo, os espaços domésticos onde o trabalho produtivo e o cuidado se entrelaçam. Ao analisar as relações de gênero no interior de alguns lares da CCS-F Atanagildo Cajigal, este estudo partiu da premissa de que a divisão sexual do trabalho (ainda que moldada por políticas igualitárias adotadas no âmbito estatal cubano) continua a refletir e reproduzir hierarquias, expectativas e significados distintos para mulheres e homens. Nesse sentido, investigar os arranjos cotidianos de cooperação e conflito entre conjugues, parentes e gerações revelou as tensões inerentes à simultaneidade entre responsabilidades produtivas cooperativistas e demandas de cuidado doméstico-familiar.

Aliás, a compreensão dos papéis de gênero no contexto de alguns lares da CCS-F Atanagildo Cajigal exige partir das ideias e valores compartilhados por associados e associadas da cooperativa. Esses estereótipos, muitas vezes enraizados em narrativas históricas e culturais sobre “o que é ser homem” e “o que é ser mulher”, moldam as expectativas sobre quem deve executar determinadas tarefas domésticas, cuidar dos filhos ou participar das decisões econômicas. Ainda que o discurso oficial cubano promova a igualdade, no dia a dia dos lares de Atanagildo Cajigal observam-se concepções que invisibilizam o trabalho reprodutivo e reforçam a ideia de que a mulher “já faz bastante” ao assumir sozinho

o cuidado da casa, enquanto o homem é naturalmente associado às tarefas de grande esforço físico e às tomadas de decisão.

Esses preconceitos de gênero manifestam-se em expressões aparentemente banais, como comentários sobre a “capacidade feminina de lidar com várias coisas ao mesmo tempo” ou sobre a “necessidade masculina de ser o provedor”. Tais injunções, tanto positivas quanto negativas, criam uma pressão constante para que cada indivíduo se ajuste a papéis predefinidos, limitando a circulação de afetos e responsabilidades dentro do lar. Mais do que atribuições de tarefas, essas concepções constituem uma cartografia simbólica que orienta comportamentos, legitima privilégios e sanciona desvios, reforçando a hierarquia de gênero em escala micro.

Ao problematizar essas ideias, esta seção busca revelar como os estereótipos e preconceitos sobre masculinidades e feminilidades interpelam as dinâmicas familiares, influenciam a divisão do trabalho reprodutivo e impactam o bem-estar emocional dos cooperativistas. Examinar as narrativas que circulam nos lares permite identificar não apenas as resistências e estratégias de subversão (como homens que compartilham ativamente as tarefas domésticas ou mulheres que assumem funções de liderança), mas também os pontos cegos que persistem mesmo em famílias comprometidas com os ideais de igualdade social. Dessa forma, propõe-se compreender os papéis de gênero como construções dinâmicas, sujeitas a disputas, negociações e reconfigurações no cotidiano da CCS-F Atanagildo Cajigal.

3.3.1. Gênero nas relações do Lar 1

O Lar 1, composto por dois integrantes (Esposa-Rosalía e Marido – Francisco). O casal de terceira idade, trabalham a terra com o filho, o qual possui a propriedade em regime de usufruto. Eles mencionaram que cultivam tabaco, cana-de-açúcar, tubérculos e hortaliças, que comercializam tanto por meio da cooperativa quanto de forma privada. Também relataram que praticam a rotação de culturas e criam animais, tanto de pequeno porte (cabras, porcos, galinhas) quanto de grande porte, incluindo algumas vacas para o autoconsumo de leite e seus derivados. Além disso, informaram que estão gerenciando a construção de uma pequena planta de biogás utilizando o esterco dos animais que criam.

Por sua vez, o Lar 1 depende de duas pensões de aposentadoria e da produção agrícola complementar, o que evidencia uma insuficiência na apropriação do valor gerado pelo seu trabalho. A frase de Rosalía: “É preciso produzir, tudo está caro”, ilustra a pressão constante por aumentar a produção como forma de compensar as dificuldades econômicas impostas pela elevação dos preços dos insumos e dos próprios alimentos no mercado cubano. Dessa forma,

a produção agrícola não se restringe a uma atividade econômica, mas assume um papel central na segurança alimentar do lar, funcionando como uma estratégia essencial para a subsistência.

Embora o Estado cubano e suas políticas busquem garantir a segurança social por meio de pensões e apoio a setores estratégicos, como a agricultura, a realidade demonstra que a produção do lar continua sendo necessária para complementar a renda. Isso revela uma contradição na distribuição do valor e na eficiência da organização produtiva. A forma como os conflitos e as tensões na divisão do trabalho são gerenciados no lar pode resultar em transformações significativas na dinâmica doméstica e no aproveitamento dos recursos.

Além disso, o contexto agrícola e periurbano no leste de Cuba, com suas limitações estruturais e dificuldades no acesso a recursos, atua como um fator determinante que condiciona a resposta adaptativa do sistema do lar. A atribuição de uma maior importância ao fato que a Rosalía esteja inserida em um padrão de trabalho não remunerado ou subvalorizado, característico de muitos lares e famílias agricultoras, reforça a noção de que o cuidado do lar e a reprodução social são vistos como responsabilidades inerentes ao gênero feminino, sem a devida valorização econômica.

O Lar 1 tem acesso básico à água e eletricidade (com dilatadas afetações no serviço) e enfrentam limitações de transporte e infraestrutura urbana, dificultando a produção e comercialização, pela crise econômica nacional. Também, utiliza irrigação por aniego e natural, o que faz com que a produção dependa das fontes subterrâneas de água (que alimentam o poço) e do clima.

No que diz respeito às dimensões econômicas, apesar de Francisco e Rosalía se encontrar aposentados, eles permanecem ativos na produção agrícola, o que lhes confere certa autonomia econômica. O Lar 1 insere-se em um cenário de vulnerabilidade econômica, onde o casal vivencia problemas econômicos no acesso a insumos. No lar, enfrentam dificuldades econômicas sazonais, resultado da variabilidade da produção agrícola, o que reforça a divisão tradicional do trabalho.

As decisões econômicas do lar são tomadas pelo casal, enquanto as decisões econômicas da produção são compartilhadas com eles por seu filho. Também, ainda que declarassem igualdade na administração da economia do lar, o esposo detém maior poder nas decisões econômicas e produtivas por sua maior implicação nos espaços de comercialização da produção, enquanto comparte com a esposa a influência na gestão e distribuição dos rendimentos do lar.

Em termos de comercialização, o filho (com ajuda de seu pai: Francisco) vende sua produção por meio dos canais tradicionais da cooperativa, enfrentando algumas dificuldades logísticas, enquanto vende o restante dos produtos agrícolas a atravessadores. Rosalía, embora não participe diretamente da comercialização, desempenha papel essencial na organização doméstica, que sustenta a base econômica da produção.

O Decreto 109/2024 reconhece essas desigualdades econômicas no acesso aos serviços de cuidado, propondo medidas como subsídios e licenças para populações de menor renda. Essa medida é especialmente relevante para o Lar 1, cuja renda complementar derivada da produção agrícola não é suficiente para enfrentar as incertezas econômicas. Mas, ainda é preciso que outras políticas sociais não só garantam o acesso a cuidados, mas também amparem economicamente os grupos mais pobres.

Tanto o trabalho agrícola quanto o doméstico são realizados de maneira informal por os entrevistados, o que restringe seu acesso a direitos trabalhistas, assistência social e programas de apoio do setor agropecuário. Além disso, as dificuldades para obter alimentos, mencionadas pelo casal, indicam que, mesmo estando inseridos em um sistema de produção agrícola, enfrentam desafios relacionados à estabilidade e à suficiência alimentar.

A partir da interação de diferentes elementos, como papéis de gênero, idade, propriedade e informalidade no trabalho, surgem dinâmicas próprias que não podem ser reduzidas simplesmente à soma de suas partes. Por exemplo, a resiliência do lar diante da insuficiência de renda e da dificuldade de acesso a alimentos manifesta-se como uma propriedade emergente da rede de relações domésticas, familiares e comunitárias do Lar 1. Sua capacidade de adaptação, que combina práticas tradicionais com estratégias inovadoras para enfrentar os desafios econômicos, resulta de um processo de auto-organização em resposta a pressões internas e externas.

Assim, este lar, enquanto sistema, demonstrou uma notável capacidade de adaptação a condições em constante mudança, como o encarecimento de insumos e a necessidade de manter a produção. Essa adaptabilidade surge da interdependência entre seus membros e da flexibilidade para reorganizar práticas e papéis com base na experiência acumulada e no conhecimento compartilhado, permitindo que o lar continue se ajustando às adversidades.

A condição de terceira idade do casal adiciona uma camada de complexidade: os produtores mais velhos acumulam conhecimentos tradicionais valiosos, mas, ao mesmo tempo, podem enfrentar barreiras para a adaptação a novas tecnologias ou para a integração de práticas sustentáveis que requerem investimentos e conhecimentos específicos. Essa tensão

evidencia como as questões de idade, gênero e acesso a recursos se interconectam, influenciando as estratégias de produção e a capacidade de inovar.

Sob a ótica geracional, Francisco, com 74 anos, perpetua estruturas tradicionais de gênero na agricultura e transmite seus conhecimentos às gerações subsequentes. Já Rosalía, com 64 anos, desempenha um papel relevante na transmissão de saberes familiares e na mediação das relações interpessoais no âmbito doméstico e comunitário. A ausência de jovens no lar dificulta a transmissão intergeracional de conhecimentos, ainda que não a impeça totalmente. Em relação à educação, Francisco possui formação universitária, o que favorece sua atuação na gestão agrícola e em processos de participação cooperativa, enquanto Rosalía, com formação superior na área da educação, assume papel central na disseminação de conhecimentos no seio familiar, embora não possua capacitação técnica agrícola é detentora de saberes da tradição camponesa que herdou.

3.3.1.1. Distribuição do trabalho produtivo e doméstico no Lar 1

O Lar 1 e sua atividade agrícola configuram um sistema complexo, no qual cada integrante (o casal de idosos), o filho (como parte da família e da cooperativa) e outros atores indiretamente envolvidos interagem dentro de um contexto mais amplo. Esse contexto inclui não apenas a dinâmica doméstico-familiar, mas também a comunidade Oscar Lucero Moya, a cooperativa Atanagildo Cajigal, o conselho popular Edecio Pérez e a estrutura socioeconômica do socialismo cubano, que influencia diretamente o funcionamento e a organização do trabalho agrícola.

As dinâmicas dentro do lar se desdobram em diferentes níveis. Na microescala, destacam-se as interações diárias e a organização interna, onde o trabalho agrícola se entrelaça com as atividades domésticas, criando uma divisão de tarefas que reflete papéis de gênero historicamente estabelecidos. Já na mesoescala, a integração da família à cooperativa e à comunidade periurbana se torna fundamental, uma vez que as relações interpessoais e a colaboração coletiva determinam o acesso a recursos e a viabilidade da produção. Por fim, na macroescala, as políticas estatais e as estruturas do socialismo influenciam diretamente a distribuição de insumos, a regulamentação da produção e a própria permanência de quem trabalha no campo, impactando particularmente o papel das mulheres na economia agrícola.

Ambos realizam suas atividades de maneira informal, tanto no espaço da residência quanto nas terras cultiváveis. Francisco concentra um trabalho de maior visibilidade e reconhecimento econômico, considerado uma importante fonte produtiva do lar. Por outro

lado, Rosalía, além de se ocupar da produção da horta, considerasse “auxiliar” nas atividades agrícolas.

Apesar de ambos estarem envolvidos na produção agrícola, observou-se uma divisão de trabalho marcada por gênero. Rosalía, de 64 anos, assume uma carga de trabalho mais diversificada que a do seu esposo; ela tem como principal responsabilidade as tarefas domésticas, embora também participe das atividades agrícolas. Já Francisco, com 74 anos, dedica-se majoritariamente ao trabalho no campo, sendo o principal responsável pela produção na terra da família. Esse arranjo reflete um padrão tradicional em que o cuidado do lar e a reprodução social recaem predominantemente sobre a mulher.

Agora, lembremos que: a transformação social exige uma reorganização das relações de produção, de modo que o trabalho seja revalorizado e o fruto da produção redistribuído de forma equitativa. Também sob essa perspectiva, a produção se sustenta na relação entre forças produtivas e relações de produção. Além disso, devemos considerar que, segundo argumentado por Federici (2017): a nossa capacidade de trabalhar (força de trabalho), não nos é dada de forma natural; consumida diariamente no processo produtivo, ela deve ser constantemente (re)produzida. O trabalho doméstico, embora essencial para a reprodução da força de trabalho, é sistematicamente desvalorizado e não reconhecido como parte integrante da produção econômica. Essa desvalorização perpetua a exploração das mulheres, cuja contribuição é frequentemente romantizada como expressão de amor ou dever natural, ocultando sua natureza laborativa (Federici, 2017).

Assim, a realidade vivida por Francisco e Rosalía demonstra que o princípio da reorganização equitativa das relações de produção não se concretiza plenamente, uma vez que seu esforço diário não resulta em uma apropriação justa do valor gerado⁶⁸. No caso específico desse lar, percebe-se uma divisão de trabalho marcada pela idade e pelo gênero.

Embora ambas as esferas sejam indispensáveis para a continuidade da produção e da reprodução da força de trabalho, o trabalho doméstico realizado por Rosalía não se traduz em uma remuneração nem em um reconhecimento equivalente ao chamado “trabalho produtivo”. Essa disparidade é central na análise marxista, pois a geração de mais-valia⁶⁹ (Marx, 2011)

⁶⁸ Se quem trabalha não controla totalmente o processo produtivo, pode haver alienação, mesmo sem um patrão capitalista explorador.

⁶⁹ No capitalismo, a mais-valia (ou “valor excedente”) é o valor que os trabalhadores geram além do que recebem como salário, apropriado pelos donos dos meios de produção (burguesia). Esse conceito é central na crítica marxista ao capitalismo, pois revela a exploração do trabalho assalariado. Já no socialismo marxista, os meios de produção são coletivos, eliminando a apropriação privada da mais-valia. No entanto, isso não significa que a mais-valia desapareça completamente. Por isso, sim, pode haver mais-valia no socialismo, mas não capitalista. Logo, a sociedade pode usar o excedente do trabalho para investimento coletivo (educação, infraestrutura, saúde) ou, em alguns casos, capturado por burocracias, em vez de ser apropriado por uma classe capitalista. Aqui, a mais-valia se torna socialmente distribuída, e não exploratória. Em economias socialistas com planejamento central, os trabalhadores ainda podem produzir excedente, mas teoricamente esse excedente volta para a sociedade. Já em modelos híbridos (como o socialismo de mercado), pode haver apropriação privada do excedente, o que pode gerar desigualdades. Por sua vez, se o trabalho reprodutivo continua sendo não-remunerado, ele segue

ocorre no âmbito do trabalho produtivo e sua apropriação se dá de maneira desigual, relegando à invisibilidade o trabalho reprodutivo, que, paradoxalmente, é indispensável para a manutenção e a renovação da força de trabalho. Dessa forma, a situação de Rosalía exemplifica como as relações de gênero continuam sendo atravessadas por estruturas econômicas que perpetuam desigualdades, mesmo em um contexto que busca se organizar sob princípios socialistas.

Essa realidade ilustra as contradições históricas que a transformação socialista em Cuba ainda precisa enfrentar. O objetivo de eliminar a exploração e a alienação do trabalho colide com a manutenção de relações de subordinação e a insuficiente reorganização dos processos produtivos no país. Para superar essas limitações, é essencial que as políticas sociais e as estruturas cooperativas não se limitem apenas à gestão econômica, mas também promovam mudanças substanciais nas relações sociais e de propriedade. Assim será possível aproveitar integralmente as forças produtivas e assegurar uma distribuição mais equitativa do valor gerado pelo trabalho.

A divisão do tempo no Lar 1 é marcada pela fragmentação das jornadas da mulher, que acumula tarefas produtivas e na agricultura familiar com um extenso trabalho doméstico e de cuidados. A ausência de uma regulamentação que reconheça e redistribua esse tempo não remunerado agrava as desigualdades econômicas e limita a capacidade das mulheres de se manterem no mercado de trabalho, situação essa que os dispositivos legais não conseguem resolver ainda.

Em contrapartida, o Código das Famílias (2022) oferece um avanço ao enfatizar a importância de valorizar tanto o tempo dedicado ao trabalho produtivo quanto aquele investido em atividades de cuidado. Ao equiparar o valor do tempo de cuidado ao do trabalho remunerado, esse documento contribui para a discussão sobre justiça de gênero, mas, mesmo assim, não apresenta medidas concretas, como incentivos para a conciliação entre vida familiar e profissional.

Assim, a integração entre o conteúdo legal e a análise do lar estudado revelou que, embora os dispositivos normativos mais recentes apontem para a necessidade de reconhecer as jornadas produtivas e não produtivas. Essa preocupação ainda não se materializa em medidas que transformem as condições de trabalho das mulheres no meio agrário. A

sendo apropriado gratuitamente pela sociedade, mantendo sua invisibilização. Além, se como no caso cubano ele é parcialmente socializado (círculos infantis, hospitais públicos, etc.), o Estado se torna um redistribuidor, mas a questão de quem carrega a carga desse trabalho (e se há novas hierarquias dentro do próprio setor reprodutivo) permanece. Por fim, se o trabalho reprodutivo continuar invisível e não-remunerado, pode gerar uma forma de apropriação da mais-valia oculta, baseada em gênero. Para superá-lo, seria necessário transformar profundamente a divisão social do trabalho, e não apenas redistribuir a mais-valia da produção industrial e agrícola.

desconexão entre o ideal legal e a realidade prática destaca a urgência de políticas sociais que não só reconheçam, mas que efetivamente redistribuam a carga do trabalho não remunerado, contribuindo para a superação das desigualdades estruturais e para a melhoria da qualidade de vida de quem trabalha no setor agrícola.

A análise da divisão sexual do trabalho entre integrantes do Lar 1 evidencia uma estrutura clássica de separação de esferas de atuação. A mulher neste lar, assume uma dupla carga que muitas vezes não é compensada de forma equitativa. Isso pode impactar tanto o seu bem-estar físico quanto a percepção social de seu trabalho. Dessa forma, a insuficiência de renda, baseada em pensões e na complementação da produção agrícola, é agravada pela divisão desigual do trabalho. O trabalho doméstico, apesar de ser essencial para a segurança alimentar e o sustento familiar, não gera renda própria nem se traduz em um reconhecimento econômico. Enquanto as atividades produtivas e de participação comunitária são majoritariamente atribuídas ao homem. Essa configuração reflete o que Pierre Bourdieu (1999) denominou de “dominação masculina”, um sistema de violência simbólica que naturaliza e legitima a distribuição desigual de funções sociais entre os gêneros.

No caso do Lar 1, observamos a reprodução desse modelo: as tarefas de limpeza, cuidado dos animais, preparo de alimentos e demais atividades reprodutivas são executadas quase exclusivamente por Rosalía, sendo socialmente categorizadas como trabalho “invisível” e “natural” a partir de seu gênero. Já o Francisco concentra-se no pastoreio, no cultivo e na participação nas instâncias comunitárias (reuniões da cooperativa e atos políticos), papéis vistos como “próprios” ao espaço público e produtivo. Essa divisão espelha o que Bourdieu (1999) descreve como a interiorização de uma ordem social que, ao atribuir às mulheres o habitus doméstico e aos homens o habitus público, consolida uma dominação que não precisa ser explicitamente contestada para permanecer eficaz.

Em outras palavras, apesar dos dois integrantes do lar possuírem formação universitária, a realidade no campo de estudo indicou que os conhecimentos formais não foram suficientes para transformar completamente os papéis de gênero no meio agrícola. Isso evidencia a força das normas e tradições culturais nessas áreas, onde a divisão das tarefas persiste, mesmo diante de uma qualificação acadêmica mais elevada.

A situação sugere que a formação acadêmica, embora relevante, encontra limitações impostas pelo contexto socioeconômico e histórico, que continua atribuindo às mulheres o papel do cuidado e aos homens a responsabilidade pela produção agrícola “oficial”. Essa

persistência reflete a influência de estruturas culturais profundas, que condicionam a organização do trabalho e a distribuição das responsabilidades dentro dos lares camponeses.

A pesquisadora Lastarria-Cornhiel (2008) destaca que as responsabilidades reprodutivas das mulheres, relacionadas ao cuidado da casa, implicam que grande parte de seu trabalho no setor agrícola não seja remunerado. Esse cenário revela a assimetria do trabalho entre homens e mulheres dentro da família, que tem raízes em diversos fatores, como a organização social, os papéis de gênero e as percepções, embora também se considere a extensão da participação feminina nas atividades laborais (Tobío, 1998). Adicionalmente, devido à persistente concepção de que o trabalho se restringe a atividades remuneradas, as mulheres frequentemente se identificam apenas como “donas de casa” em censos e outras pesquisas, embora também desempenhem funções importantes nas atividades agrícolas domésticas (Deere, 2005).

3.3.1.2. Tomada de decisões e papéis de gênero no Lar 1

Embora no perfil do lar ambos sejam identificados como responsáveis pela chefia dele, sugerindo uma possível equidade na tomada de decisões, a prática cotidiana revela uma estrutura de papéis diferenciados. Francisco alinha-se ao papel tradicional de provedor econômico, enquanto Rosalía desempenha as funções domésticas e de cuidado. Tal divisão é coerente com os apontamentos de Deere e León (2014), que analisam a permanência de padrões patriarcais nas estruturas familiares agrícolas e rurais.

Notaram-se diferenças marcantes no acesso às instâncias de liderança e representação. Francisco ocupa o papel de representante ou porta-voz do lar, sendo o responsável por expressar as opiniões, necessidades e interesses do grupo doméstico em contextos externos, como reuniões da CCS-F. Ele apresenta maior presença e influência nos espaços de decisão econômica e produtiva, ao passo que Rosalía atua de forma ativa na resolução de conflitos cotidianos, embora com menor participação nas decisões estratégicas que moldam a produção agrícola.

Na dinâmica descrita, os papéis são distribuídos entre os membros de forma complementar. O papel de provedor(a) e/ou sustentador(a), responsável por gerar recursos econômicos e garantir a estabilidade material da família, é assumido tanto pelo Francisco quanto pela Rosalía. O papel de cuidadora ou gestora do lar, que envolve o cuidado, a manutenção e a organização, bem como o bem-estar emocional, é desempenhado pela esposa.

No papel de educador(a) e formador(a), encarregado de transmitir valores, conhecimentos e normas de conduta, atuaram e continuam atuando tanto a Rosalía quanto seu esposo.

Já o papel de coordenador(a) ou organizador(a), que compreende a tarefa de planejar e organizar atividades domésticas e familiares, horários e a gestão da vida cotidiana, é também compartilhado entre o casal. O papel de apoio emocional, que oferece contenção, empatia e suporte psicológico, é exercido igualmente por os dois integrantes. Da mesma forma, ambos assumem o papel de mediação ou resolução de conflitos, facilitando a comunicação e a solução de desacordos para manter a harmonia familiar.

Este conjunto de evidências demonstrou que, apesar de existirem espaços de cooperação no lar, as relações de gênero são organizadas sob um esquema com alguns elementos de corresponsabilidade, mas conserva rasgos tradicionais, em que o trabalho produtivo e as decisões econômicas são majoritariamente dominados pelos homens (Francisco e seu filho), sendo responsáveis pela gestão das atividades agrícolas, pela comercialização dos produtos e pela representação na cooperativa. Em contrapartida, o trabalho de organização e mediação exercido por a mulher (Rosalía) permanece subvalorizado e, muitas vezes, invisibilizado.

A estrutura desse lar, na qual as funções são atribuídas com base em papéis tradicionalmente ligados ao gênero e à hierarquia geracional no âmbito da família estendida, reflete também a internalização de normas que têm origem na colonialidade e que ainda influenciam a distribuição de poder e o reconhecimento do trabalho. Assim, a divisão de tarefas entre Rosalía e Francisco não apenas perpetua desigualdades de gênero, mas também se insere em uma lógica que historicamente subordinou o “outro” (neste caso, a mulher) a modelos de produtividade e valor determinados por critérios eurocêtricos.

3.3.1.3. Redes sociais e de apoio (presenciais e digitais) no Lar 1

Em relação às redes de apoio presencial, observou-se que Rosalía mantém uma rede imediata composta principalmente por membros do lar e da família: esposo, filho, irmã, netos, nora e vizinhas. Essas relações baseiam-se em trocas de cuidado mútuo, porém, algumas limitam-se a interações cotidianas, sem se expandirem (no caso das relações de vizinhança) para ações coletivas ou negociações econômicas. Já Francisco, além do suporte doméstico-familiar, participa de redes formais ligadas à cooperativa, aos clientes e aos colegas de trabalho do filho na sede da CCS-F. Estas conexões ampliam seu acesso à informação e apoio institucional, fortalecendo sua inserção nas dinâmicas produtivas locais.

O relacionamento entre Rosalía e Francisco é caracterizado por um casamento com comunicação fluida, participação mútua na tomada de decisões, discussões ocasionais sobre tarefas domésticas e aspectos econômicos e algumas características orientadas à manutenção de uma divisão tradicional de papéis. Classificada como uma relação íntima muito próxima, essa interação, embora marcada por cooperação predominantemente positiva, apresenta diferenças nas decisões econômicas e produtivas que podem gerar tensões pontuais, dado o maior controle do marido sobre a produção, o que gera desigualdades nas responsabilidades e no poder decisório dentro do relacionamento. A relação entre o filho usufrutuário e os genitores é de cooperação no trabalho agrícola, mas sem convivência diária. Rosalía e Francisco mantém comunicação frequente com ele, mas limitada pelas responsabilidades dele na sede da cooperativa e pela distância geográfica entre seus lares, sendo considerada uma relação próxima e familiar, o que preserva um forte vínculo afetivo.

Francisco e Rosalía mantêm uma relação cordial e restrita ao âmbito familiar com a nora, sem profundidade afetiva, enquanto com os netos o vínculo é mais próximo e afetivo, ainda que limitado pela convivência esporádica. Francisco se relaciona de forma cooperativa e prática com vizinhos homens, em contraste com a interação formal e menos frequente com as vizinhas mulheres, refletindo a centralidade do trabalho produtivo em seu cotidiano. Já Rosalía desenvolve laços mais intensos com mulheres da vizinhança, formando uma rede de apoio moderadamente confiável, enquanto suas interações com homens são formais e superficiais. Com colegas do filho, Francisco mantém relações amistosas e equitativas, e com atravessadores de produtos agrícolas, a interação é eventual e estritamente comercial. Em contraponto, demonstra amizade com estudantes locais, enquanto as interações com profissionais de saúde são formais, neutras e sem distinção de gênero.

Quanto à participação em espaços comunitários, Rosalía se envolve ocasionalmente com membros da FMC e do seu CDR, em relações formais, demonstrando um envolvimento mais funcional e limitado nas atividades políticas locais. No que se refere aos profissionais de saúde, a interação também é formal e esporádica, voltada exclusivamente para a obtenção de cuidados médicos, sem vínculos afetivos. Por fim, a interação de Rosalía com comerciantes do mercado local é classificada como distante ou superficial, centrada unicamente em transações comerciais.

Observou-se que, na interação comunitária, o Francisco mantém mais vínculos com outros homens em espaços produtivos, enquanto Rosalía estabelece relações prioritariamente com mulheres no âmbito doméstico e comunitário. A participação da esposa em redes

comunitárias femininas (como entre vizinhas e outras integrantes da FMC) é mais forte, porém marcada por sua atuação mais passiva na tomada de decisões coletivas.

A hierarquização de papéis se evidencia pela liderança masculina nas esferas produtiva e comercial, enquanto a atuação feminina se concentra na gestão doméstica e nas redes de apoio. Esses achados indicaram que, embora ambos os membros do Lar 1 possuam redes sociais ativas, as relações ainda se organizam conservando alguns padrões de gênero tradicionais, com uma maior visibilidade masculina no espaço produtivo e uma integração feminina mais pronunciada nas redes comunitárias de suporte.

Francisco e Rosalía não acessam as redes digitais e na casa não há telefone. Essa não é apenas uma escolha individual isolada ou uma lacuna técnica, mas expressão material da precariedade econômica do lar e de determinações estruturais mais amplas, derivadas tanto das condições da prolongada crise econômica interna quanto do bloqueio internacional que restringe severamente o desenvolvimento tecnológico no país.

Este lar de agricultores, situado em um setor economicamente mais vulnerável da sociedade cubana, enfrenta obstáculos objetivos que limitam sua capacidade de adquirir dispositivos tecnológicos ou custear serviços de internet. A divisão de gênero dentro dessa unidade doméstica acentua ainda mais as assimetrias. Francisco, ainda que igualmente privado do acesso digital, encontra-se, potencialmente, em posição mais favorável ao se conectar a redes institucionais e produtivas. Já Rosalía, devido à sua localização predominantemente doméstica e à sobrecarga da reprodução cotidiana, enfrenta barreiras adicionais que limitam suas possibilidades de inserção nos espaços digitais e públicos, mesmo em cenários de expansão tecnológica.

Essas diferenças no acesso e uso das redes presenciais e digitais traduzem-se em desigualdades na formação de capital social e político. Francisco, ao estabelecer conexões estratégicas, expande seu *networking* e fortalece sua posição nas cadeias produtivas locais, acumulando capital social que é reconhecido e valorizado na esfera pública. Rosalía, por sua vez, permanece circunscrita a redes restritas, o que limita sua agência coletiva e reduz sua capacidade de reivindicação de direitos ou de organização política. Tal dinâmica perpetua a invisibilização do trabalho feminino e dificulta a mobilização por transformações estruturais na comunidade.

3.3.1.4. Uso do espaço no Lar 1

No que tange ao espaço físico, verificou-se que, no nível pessoal, ambos realizam atividades agrícolas em terras familiares. A proximidade das terras ao domicílio facilita o deslocamento e o controle da produção. A casa, integrada à produção agrícola, possibilita a realização simultânea de tarefas domésticas e agrárias, mas também influencia a tradicional divisão de papéis de gênero.

A proximidade geográfica com a sede da cooperativa (≈500m) contribui para a interação dinâmica entre o espaço doméstico e o produtivo. Entretanto, a qualidade apenas moderada das terras e os escassos investimentos estruturais impactam negativamente a rentabilidade, tornando o lar altamente dependente das condições naturais e da variação do mercado.

Rosalía ocupa predominantemente o espaço doméstico, restringindo-se aos cômodos internos da casa, ao quintal dedicado à horta e a pequenos currais. Esses espaços, embora centrais para a reprodução da vida e para atividades produtivas de subsistência, permanecem invisíveis ao olhar institucional da CCS-F Atanagildo Cajigal, não sendo registrados formalmente como zonas de produção econômica da cooperativa. Em contrapartida, Francisco transita entre a finca (áreas de cultivo mais amplas), a sede da cooperativa e os mercados locais, espaços reconhecidos socialmente como centros legítimos de produção e negociação, o que lhe confere uma inserção pública mais consolidada.

A apropriação diferenciada do espaço reflete e reforça hierarquias de gênero. Para Francisco, a ocupação desses espaços públicos não apenas lhe garante maior mobilidade, como também lhe confere visibilidade, legitimidade e acesso aos processos de decisão e negociação coletiva. Já Rosalía permanece confinada ao chamado “habitat reprodutivo”, com limitada autonomia espacial. Essa segregação espacial não é apenas física, mas simbólica, indicando quem pode, de fato, acessar e ocupar espaços de poder e influência, reproduzindo, assim, uma divisão patriarcal dos usos do território.

3.3.1.5. Uso do tempo no Lar 1

A rotina cotidiana de Rosalía é altamente estruturada, caracterizada pela realização de múltiplas atividades, majoritariamente de forma individualizada e em espaços domésticos ou comunitários de proximidade. As relações interpessoais que estabelece variam em intensidade e gênero, conforme a natureza da atividade desenvolvida, permitindo a identificação de núcleos de sociabilidade doméstica, produtiva, comunitária e afetiva.

Na esfera doméstica, Rosalía dedica a maior parte de seu tempo às tarefas de manutenção do lar, como limpeza da casa, preparo de alimentos, lavanderia e cuidados gerais com o ambiente doméstico. Essas atividades são realizadas de forma rotineira (diária ou semanalmente), com duração média de uma a três horas. Embora ocorra ocasionalmente alguma colaboração do marido, como na lavagem de roupas, predomina o trabalho solitário. O espaço principal de atuação é o próprio domicílio, especialmente a cozinha, sala, banheiro e dormitórios, configurando um ambiente de atividade intensiva, porém de baixa interação social.

No que concerne à esfera produtiva, Rosalía desempenha funções ligadas ao cuidado de animais, manutenção da horta doméstica e, sazonalmente, participação em colheitas agrícolas. No cuidado diário dos animais e da horta familiar, sua atuação é predominantemente individual e ocorre em espaços como o quintal e áreas adjacentes à residência. Já durante o período de colheitas, colabora com o marido e o filho, em um ambiente produtivo que envolve maior interação intergeracional e de gênero predominantemente masculino.

Na esfera de abastecimento e consumo, a Rosalía realiza semanalmente compras em lojas locais, interagindo com *bodegueros(as)*⁷⁰ e vizinhos(as), em sua maioria mulheres. Complementarmente, realiza viagens mensais ao mercado agropecuário “Los Chinos”, acompanhada pelo marido, onde as interações ocorrem com vendedores(as) e demais compradores(as), compondo um espaço público e de sociabilidade mista em termos de gênero.

Na esfera afetiva e de lazer, Rosalía dedica tempo semanal a visitas familiares, especialmente com a irmã, os netos e a nora. Esses encontros, realizados em espaços domésticos ou comunitários, têm como traço marcante a predominância de interações femininas e intergeracionais. Além disso, ela reserva momentos diários para atividades de lazer individual, como assistir televisão, costurar e tecer, práticas que exercem funções de entretenimento e autorregulação emocional.

De maneira sintética, a fragmentação do tempo feminino entre tarefas invisíveis reforça a dupla ou tripla jornada, restringindo a capacidade de descanso e de lazer livre para Rosalía. Suas interações sociais se organizam em torno de diferentes esferas:

⁷⁰ Bodegueros(as) em Cuba: são as pessoas encarregadas da distribuição dos produtos da caderneta de abastecimento, um sistema estatal de racionamento de alimentos e bens básicos vigente desde 1962. Trabalham nas *bodegas*, pequenos estabelecimentos de bairro onde os(as) consumidores(as) registrados(as) retiram suas cotas mensais subsidiadas de arroz, açúcar, café, ovos, sabão, entre outros produtos. Esses(as) trabalhadores(as) desempenham um papel central na logística alimentar de base comunitária, lidando com registros detalhados, entregas periódicas e mediação entre as famílias e o aparato estatal. Apesar da escassez de recursos e das limitações do sistema, muitos(as) bodegueros(as) têm relevância social como figuras de confiança e memória local.

1. no âmbito doméstico, predomina a interação individual e feminina, com alta intensidade e frequência diária;
2. na produção agropecuária, a interação é familiar e sazonal, envolvendo majoritariamente figuras masculinas;
3. no abastecimento e consumo, a interação é comunitária e familiar, de gênero misto e de frequência semanal ou mensal;
4. nas atividades comunitárias e políticas, observa-se uma interação comunitária de gênero misto, porém com baixa frequência;
5. no campo afetivo-social, predomina a interação familiar e feminina, com frequência semanal;
6. enquanto na saúde, a interação ocorre em espaços institucionais e familiares, também de gênero misto e de frequência mensal.
7. Por fim, o lazer individual representa uma esfera de interação solitária, com papel relevante na dimensão emocional da rotina diária.

A esfera produtiva agropecuária constitui o principal eixo de atuação de Francisco. Diariamente, dedica cerca de cinco horas ao pastoreio e quatro horas ao cultivo e cuidado da terra, atividades realizadas no campo ou em zonas agrícolas. No pastoreio, atua individualmente, enquanto no cultivo conta com a colaboração do filho, reforçando vínculos intergeracionais de gênero masculino. Durante o período de colheitas, que ocorre de forma sazonal, o trabalho torna-se coletivo, envolvendo também a esposa, configurando um ambiente produtivo com interação de gênero misto. Além das atividades de produção, participa da gestão de entrega e venda da produção na sede da cooperativa, interagindo com representantes, clientes e outros produtores, em espaços de negociação que apresentam diversidade de gênero.

A participação comunitária e sociopolítica de Francisco manifesta-se por meio da participação regular em reuniões da cooperativa agrícola e dos CDR, além de sua presença anual em atos político-culturais e atividades festivas promovidas pela comunidade. Essas interações ocorrem em espaços públicos e coletivos, com presença equilibrada de homens e mulheres, e fortalecem tanto os laços cívicos quanto os vínculos de solidariedade e pertença comunitária.

Em síntese, as interações sociais de Francisco apresentam uma forte centralidade no trabalho produtivo e familiar, com predomínio de relações masculinas nas atividades agrícolas diárias e de relações mistas nos espaços de consumo, comunitários e de saúde. A intensidade

de sua inserção social varia de acordo com a esfera de atuação: é alta nas atividades produtivas diárias e sazonais; moderada nas atividades domésticas, de consumo e afetivas; e baixa nas interações comunitárias e de saúde, caracterizadas por frequência mensal ou anual.

A estimativa do tempo semanal dedicado às atividades corroborou as diferenças de foco anteriormente apontadas. Rosalía, fora da época de colheita, dedica aproximadamente 122 horas semanais às suas tarefas, enquanto Francisco dedica cerca de 130 horas. Durante a época de colheita, esses valores aumentam para aproximadamente 143 horas no caso dela e 151 horas para o dele. Para a esposa, o tempo é majoritariamente absorvido por tarefas domésticas (como limpeza, cuidado com animais, cuidado da horta, cozinhar, lavar roupas) e atividades de lazer no lar, enquanto o marido concentra grande parte do seu tempo em atividades agrícolas (pastoreio, cultivo da terra) e em participação cooperativa.

Destacam-se as temporalidades distintas que moldam a experiência de cada gênero no Lar 1. A temporalidade agrícola, pautada pelo ritmo das estações e pelas colheitas mensais ou sazonais, configura o tempo de Francisco como “tempo de produção de valor”, orientado para objetivos econômicos definidos. Em contraste, Rosalía vivencia uma temporalidade doméstica, marcada pela rotina diária e pela constante emergência de tarefas imprevistas (um prato sujo, um animal doente, uma roupa acumulada) que exigem respostas imediatas e interrompem qualquer possibilidade de planejamento mais estável. Assim, enquanto o tempo do esposo é orientado pela produção planejada, o tempo da mulher é capturado pela imprevisibilidade e pela multiplicidade incessante de demandas reprodutivas.

Quanto ao capital simbólico, o trabalho de Rosalía é naturalizado como “dever”, invisibilizando seu valor e contribuindo para configurar-la como “guardiana invisível” da reprodução da vida, ao passo que a atuação de Francisco é reconhecida como “profissão” e ele emerge como “produtor visível” de valor econômico, conferindo-lhe prestígio e poder. A estrutura do tempo, da valorização social e do poder permanece moldada por relações de gênero desiguais, com uma divisão entre trabalho produtivo reconhecido (masculino) e trabalho reprodutivo invisibilizado (feminino).

3.3.1.6. Estereótipos, preconceitos, concepções e ideias sobre papéis de gênero no Lar 1

Rosalía, do lar 1, expresou na entrevista que homens e mulheres têm a capacidade de serem igualmente violentos, rejeitando a ideia de que a violência de gênero seja exclusiva de um dos gêneros binários.

Rejeita estereótipos que culpabilizam as mulheres pela violência masculina. Além disso, enfatiza que a violência verbal pode, em certos contextos, ser ainda mais prejudicial do que a violência física. Em relação à sexualidade, considera importante que as mulheres estejam atentas à satisfação de seus parceiros, mas sem que isso represente uma obrigação. No entanto, sua visão sobre a divisão de responsabilidades é ambivalente: embora reconheça a importância da autonomia feminina no mercado de trabalho e a capacidade das mulheres para equilibrar trabalho e família, manifestou preocupações sobre o impacto da vida profissional na atenção e dedicação que mães trabalhadoras podem dar aos filhos.

Francisco, marido de Rosalia, considera que homens e mulheres podem ser vítimas de violência, afastando-se de discursos que atribuem essa condição exclusivamente a um dos gêneros. Embora rejeite estereótipos sobre violência, menciona que, em sua experiência, os homens agredem mais suas parceiras. Aliás, valoriza a presença feminina na vida pública e na cooperação agrícola, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento comunitário.

Assim, temos, no Lar 1, um casal idoso de nível educacional alto, que compartilham visões igualitárias sobre a tomada de decisões e a independência feminina. Ambos rejeitam a ideia de que a violência seja natural ou justificável, defendendo que homens e mulheres devem ter os mesmos direitos e responsabilidades dentro do lar e da sociedade. Além disso, consideram que a violência não é exclusiva de um gênero, reconhecendo que tanto homens quanto mulheres podem ser igualmente violentos. A harmonia de pensamento entre eles é evidente, pois não há grandes conflitos de concepção em suas perspectivas sobre gênero e relações familiares.

3.3.2. Gênero nas relações do Lar 2

O Lar 2, composto por três integrantes. Em entrevista Pedro (chefe do lar), informou que é proprietário de uma parcela de terra que faz parte de uma área maior, compartilhada com dois primos e sua tia e herdada da família. Nessa parcela, Pedro trabalha e convive com sua esposa (Rosa) e seu filho mais novo (Sergio). Eles cultivam hortaliças, banana-da-terra, milho e criam animais para o consumo familiar. Pedro é um dos produtores que aplicam os princípios da agroecologia, realizando a rotação de culturas, protegendo o solo com esterco e utilizando produtos biológicos para o controle de pragas e doenças nas plantações.

Na parcela propriedade de Pedro, o solo está vivo, permitindo que os organismos desempenhem funções essenciais, como a fixação de nitrogênio e a decomposição de material orgânico. O solo desempenha um papel crucial na sustentabilidade dos ecossistemas, pois fornece a água e os nutrientes necessários para o desenvolvimento completo dos seres vivos.

Os sistemas tradicionais oferecem uma ampla variedade de opções e modelos de manejo que aumentam a biodiversidade funcional nos campos de cultivo, reforçando a resiliência dos agroecossistemas (Nicholls e Altieri, 2017).

Os integrantes do Lar 2, ao se identificarem como cis-heteronormativos, beneficiam-se da normatividade dominante, recebendo, em geral, mais privilégios em comparação com aqueles que ocupam posições vulnerabilizadas por sua identidade de gênero ou orientação sexual. A autodefinição de Pedro e Sergio como “brancos com ascendência negra”, aliada à prática da *Regla de Ocha* por os três integrantes desse lar, além da referência à *Mano de Orula*⁷¹ como símbolo de proteção de cada um deles, evidencia a complexidade das identidades em Cuba. Essas características são herança de um passado colonial que impôs categorias raciais e culturais, mas que, atualmente, são ressignificadas como estratégias de resistência e afirmação de uma identidade híbrida. A integração de tradições ancestrais no contexto da vida agrícola e a participação em organizações comunitárias demonstram como os saberes subalternos podem se tornar ferramentas para questionar e transformar narrativas hegemônicas.

No que se refere à prática das crenças afrocubanas, como a *Regla de Ocha*, essa dimensão adiciona complexidade à identidade e às relações de gênero dos membros desse lar, ao oferecer um referencial alternativo para a reivindicação de seus papéis e a construção de redes de solidariedade. Esses saberes ancestrais criam um espaço de resistência e ressignificação que, teoricamente, poderia contribuir para a transformação dos papéis tradicionais. No entanto, essa ressignificação cultural coexiste com as estruturas patriarcais herdadas do colonialismo, o que significa que os avanços em termos de liderança e participação das mulheres ainda não romperam completamente com a lógica tradicional e continuam a limitar o acesso equitativo a recursos e espaços de poder.

As diferenças de gênero se cruzam também com fatores geracionais, nível educacional e localização geográfica. Enquanto Pedro e Rosa possuem distintos graus de acesso à educação formal e a recursos produtivos, Sergio encontra-se em uma etapa de formação na qual a internalização de papéis de gênero pode tanto reproduzir quanto desafiar as dinâmicas atuais, dependendo do apoio que receber e das oportunidades que lhe forem oferecidas no futuro.

⁷¹ A *Mano de Orula* é um dos rituais de iniciação mais importantes da tradição religiosa afrocubana *Ifá*, vinculada à *Regla de Ocha* e ao culto a *Orula* (Orunmila), representando um pacto com esse orixá, o oráculo e divindade da sabedoria no panteão iorubá. Tradicionalmente, é concedida, segundo o gênero da pessoa, durante a cerimônia de *Ikofá* de *Orula* ou *Awofaka* e simboliza proteção, conhecimento e destino. Em Cuba, além de seu valor religioso, a *Mano de Orula* tornou-se um elemento culturalmente reconhecido, presente no imaginário popular como um amuleto de segurança espiritual e orientação frente às incertezas da vida, funcionando como um marcador simbólico da conexão entre o indivíduo e os saberes ancestrais afrodescendentes no país.

O contexto do Lar 2 reflete uma tensão entre a inserção em um sistema socialista, que promove a participação em organizações estatais e cooperativas, e a persistência de práticas culturais e modos de vida tradicionais. Essa dualidade evidencia que, apesar dos avanços em termos de educação e participação política (como o papel de Rosa na liderança de duas organizações políticas e de massas), as dinâmicas cotidianas também são marcadas por estruturas históricas, nas quais às vezes práticas eurocêntricas e tradições locais coexistem e se confrontam.

O Lar 2 depende inteiramente da produção agrícola para sua subsistência. Seus integrantes não recebem salários fixos, pensões ou assistência social; em vez disso, sua renda provém da venda das colheitas, seja por meio da cooperativa Atanagildo Cajigal ou da comercialização privada do excedente. Embora a dependência dos ciclos produtivos e das condições do mercado represente um risco, no momento da entrevista foi relatado que os rendimentos eram suficientes para sustentar o lar e observou-se uma situação econômica mais próspera, em comparação com os outros dois lares visitados.

O processo de geração do excedente (ou lucro) se transforma no socialismo: em vez de ser apropriado pelo capital privado, deve ser reinvestido no desenvolvimento do setor ou redistribuído por meio de serviços sociais. No entanto, no âmbito da propriedade privada na agricultura familiar, a dependência das colheitas para a obtenção de renda evidencia a centralidade da produção material e a necessidade contínua de superar as vulnerabilidades inerentes à agricultura, mesmo dentro do sistema socialista cubano.

No que diz respeito à dimensão educativa, observou-se que Pedro possui escolaridade até o 10º grau, o que poderia limitar seu acesso a conhecimentos técnicos mais avançados, mas ele possui conhecimentos empíricos herdados da tradição agrícola familiar e também faz uso de sua experiência de aprendizagem mediante o assessoramento técnico da CCS-F Atanagildo Cajigal. Rosa, com nível pré-universitário⁷² completo, demonstra maior capacidade de articular redes comunitárias e de acessar informações estratégicas para a gestão da produção e da vida social. Já Sergio, cursando o 12º grau (último ano do ensino pré-

⁷² Sistema de educação pública de Cuba: A educação formal começa na Primeira Infância, que abrange o período do nascimento até os seis anos de idade (com Círculos Infantis e salas de pré-escolar dentro das escolas primárias). A Educação Especial, por sua vez, é fruto de mais de 55 anos de trabalho dedicado à atenção educacional de crianças, adolescentes e jovens com necessidades educacionais especiais (NEE). A Educação Primária (organizadas em 6 graus), de caráter obrigatório e universal, tem como princípio garantir a aprendizagem, o desenvolvimento integral e a equidade no ensino para todas as crianças de seis até 11 anos. Em seguida, o ensino prossegue na Secundária Básica (de sétimo até nono grau), que ocorre em dois tipos de instituições: as Escolas Secundárias Básicas Urbanas (ESBU) e as Escolas Secundárias Básicas no Campo (ESBEC), estas últimas em regime de internato. Também fazem parte desse nível as Escolas Vocacionais de Arte (EVA) e as Escolas de Iniciação Esportiva (EIDE). Na etapa seguinte, encontra-se a Educação Pré-universitária (desde décimo até duodécimo grau), cuja principal missão é orientar cientificamente o processo educacional e consolidar a formação integral dos estudantes, preparando-os para o ingresso no ensino superior, especialmente em cursos alinhados às prioridades territoriais. Outro eixo fundamental do sistema educacional cubano é a Educação Técnica e Profissional, historicamente ligada ao setor produtivo. Logo está a educação universitária.

universitário) no momento do trabalho de campo, encontra-se em uma posição privilegiada para ampliar suas oportunidades formativas e profissionais no futuro, podendo futuramente diversificar as estratégias de reprodução social e econômica do lar.

Em relação ao acesso a serviços e infraestrutura, o lar e as terras produzidas possuem acesso a água, eletricidade e transporte para suas atividades agrícolas. Já no nível cooperativo, a gestão da infraestrutura agrícola (como sistemas de irrigação, maquinário especializado e armazéns) é realizada prioritariamente por homens, o que reflete a persistência de desigualdades de gênero no controle dos recursos.

3.3.2.1. Distribuição do trabalho agrícola e doméstico no Lar 2

A análise revelou uma divisão do trabalho, dos papéis e do acesso aos recursos baseada em gênero, idade e nível educativo. No que se refere ao gênero, o homem (Pedro) ocupa tradicionalmente a posição de liderança na produção agrícola, assim como na tomada de decisões estratégicas. A mulher (Rosa), apesar de sua participação ativa em atividades produtivas, enfrenta uma dupla jornada, dividindo-se entre o trabalho agrícola e as responsabilidades domésticas. Já o adolescente (Sergio), em fase de dependência econômica, não possui controle sobre os recursos e contribui de maneira auxiliar nas atividades familiares.

Embora Rosa participe na comercialização dos produtos, o controle financeiro permanece, em sua maior parte, nas mãos de Pedro. Sergio, ainda em formação, depende integralmente da renda do lar. Em relação aos papéis econômicos, o pai é responsável pela produção agrícola principal, enquanto a mãe se encarrega da venda dos produtos e participa da aquisição de insumos necessários para a atividade produtiva e para o funcionamento do lar agroprodutor. O filho adolescente, mesmo sem um papel econômico ativo, auxilia ocasionalmente em tarefas específicas no campo. Na tomada de decisões econômicas, o homem mantém a liderança, mas a mulher conquista espaço nas deliberações comunitárias e na gestão do ambiente familiar, evidenciando uma divisão de poderes que ultrapassa o âmbito privado.

Rosa e Pedro, nascidos aproximadamente em 1978 e 1971, pertencem à Geração X, geralmente definida entre os anos de 1965 e 1980. Essa geração viveu intensas transformações sociais e econômicas, marcadas tanto por mudanças políticas quanto pela adaptação a novas dinâmicas produtivas e familiares. Rosa, de 47 anos, está intensamente vinculada às tarefas domésticas (limpeza, cuidado dos filhos, cozinhar, lavar e passar roupas)

e tarefas de apoio nas atividades produtivas agrícolas (auxílio na colheita e venda), sem receber qualquer remuneração, além de possuir um nível educacional relativamente alto e atuar como líder local em organizações de massas. Isso reflete a atribuição histórica do trabalho de cuidado e manutenção do lar às mulheres, restringindo-as ao espaço privado e reforçando expectativas sociais sobre seu papel como cuidadoras. Ela enfrenta o desafio de conciliar suas responsabilidades produtivas com as domésticas e as comunitárias. Já Pedro, com 54 anos, ocupa-se centralmente nas atividades de produção primária (cultivo da terra, cuidado de animais, venda) e das decisões estratégicas no campo e na economia do lar, tarefas historicamente naturalizadas como masculinas e que refletem uma construção social associada à autoridade e ao controle dos recursos.

Por outro lado, Sergio, nascido por volta de 2008, faz parte da Geração Z, caracterizada pela digitalização e por uma perspectiva globalizada. No entanto, sua formação ainda está profundamente influenciada pela história e pelas políticas revolucionárias de Cuba, o que molda suas percepções e possibilidades dentro do contexto em que se insere. Sergio se ocupa majoritariamente em atividades de formação escolar, autodesenvolvimento e lazer (escola, autoestudo, atividades esportivas e recreativas). O adolescente encontra-se em processo de transição (com expectativas de continuidade educacional e possibilidade de diversificação de trajetórias futuras) e ainda não está inserido plenamente na divisão de tarefas domésticas ou produtivas, evidenciando também uma divisão geracional. Ele está no processo formativo, mas sua educação é garantida pelas condições materiais proporcionadas pelo trabalho dos adultos.

Assim, no Lar 2, a divisão do trabalho ainda remete a estruturas tradicionais e patriarcais. Essa divisão repete uma dinâmica onde as tarefas de reprodução social (essenciais para a manutenção da força de trabalho) continuam sendo atribuídas às mulheres. A carga de trabalho de Rosa é ampla e fragmentada em múltiplas tarefas não remuneradas e pouco reconhecidas socialmente. Embora Pedro também trabalhe muito, seu trabalho é reconhecido socialmente como produtivo e está ligado diretamente à geração de renda e valor de troca.

Federici (2017) destaca que essa invisibilidade é uma estratégia patriarcal para manter o controle sobre as mulheres, ao assignar, não reconhecer e não remunerar adequadamente o trabalho reprodutivo. Logo, essa espacialização serve para naturalizar o papel subalterno das mulheres, confinando-as ao privado como “extensão natural” da vida doméstica.

Pedro tem maior reconhecimento social por trabalhar na produção agrícola “fora” do lar, considerada um “trabalho duro e masculino”, mesmo que Rosa trabalhe igual ou mais

horas. Ela é percebida como “ajudante”, “dona de casa” ou “mãe”, e seu conhecimento prático (sobre saúde comunitária, educação informal, economia doméstica) raramente é formalizado como capital cultural legítimo. No caso de Sergio, ao pertencer ao gênero masculino e investir tempo na escolarização, é orientado para ocupar posições futuras, contribuindo à hierarquia de idade e escolaridade.

Rosa assegura cotidianamente a reprodução social da família e da comunidade, mas não vê convertido esse trabalho em capital político direto em todos os espaços (pouca participação em decisões na cooperativa, pouco acesso a recursos produtivos). Pedro, pela sua inserção no trabalho agrícola e em esferas cooperativas (eventualmente ligadas ao Estado ou a políticas sociais), tem mais proximidade com fontes de poder (decidir sobre produção, distribuição de insumos, representação política). Sergio poderá futuramente acessar o poder simbólico e real dependendo do capital educacional acumulado, mas sua socialização atual já internaliza as hierarquias de gênero.

A separação entre esferas (o espaço privado, dominado pelo cuidado, e o espaço público, voltado para a produção) perpetua estereótipos de gênero nos quais o trabalho doméstico feminino permanece não remunerado, enquanto as atividades produtivas dos homens são economicamente reconhecidas. Essa divisão limita o reconhecimento da importância do trabalho doméstico para a sustentabilidade do lar e reforça uma lógica histórica que desvaloriza a contribuição feminina no lar. A realidade descrita, onde as funções são distribuídas de acordo com papéis historicamente estabelecidos, demonstra que a sobrecarga de trabalho não remunerado sobre as mulheres contribui para a precariedade econômica.

A análise mostrou como, mesmo em contextos de economia socialista e com maior formalização de igualdade, persistem padrões de divisão sexual do trabalho e desigualdades estruturais de gênero. Essas desigualdades são materialistas (desigual valor do trabalho) e simbólicas (desigual reconhecimento).

3.3.2.2. Tomada de decisões e papéis de gênero no Lar 2

As dinâmicas de poder do segundo lar analisado mostraram que, como relatado por os entrevistados, Pedro toma a maioria das decisões produtivas e econômicas, enquanto Rosa exerce liderança em espaços comunitários e políticos, embora com menos controle sobre a produção. Sergio participa de diálogos familiares, mas não influencia as decisões principais.

Na organização do lar apresentada, os papéis são distribuídos de maneira a atender às diferentes necessidades do lar. O papel de provedor e/ou sustentador, responsável por gerar recursos econômicos e garantir a estabilidade material do lar, é assumido por Pedro. Ele desempenha atividades agrícolas remuneradas formalmente; sua posição como produtor e líder econômico do lar reforça o modelo heteropatriarcal, no qual a autoridade e a tomada de decisões no espaço da produção agropecuária recaem sobre os homens. Assim, embora sua esposa também contribua para a renda, ele detém o controle sobre as finanças domésticas. O filho não desempenha um papel ativo na provisão econômica, ainda que ocasionalmente ajude nas tarefas agrícolas e domésticas. A função de cuidadora ou gestora, que envolve o cuidado de crianças, a manutenção e organização, além do bem-estar emocional da família, é desempenhada por Rosa.

No papel de educador(a) e formador(a), incumbido de transmitir valores, conhecimentos e normas de conduta ligados ao trabalho agrícola e à disciplina, esperando que seu filho siga na agricultura familiar, atuam tanto Rosa quanto Pedro. O esposo organiza as atividades produtivas e distribui as tarefas agrícolas. Já o papel de coordenadora ou organizadora, relacionado à planificação e coordenação das atividades familiares e à gestão da rotina doméstica diária, é assumido pela esposa, bem como a função de apoio emocional, essencial para o bem-estar psicológico dos membros do lar. A participação de Pedro na resolução de conflitos se restringe a questões econômicas e produtivas. Em termos emocionais, Sergio é mais receptor do que provedor de apoio, sendo sua mãe a principal fonte de suporte. Aliás, embora ele coordene suas atividades acadêmicas e sociais, não participa diretamente da organização do lar.

No papel de mediadora ou resolutora de conflitos, que facilita a comunicação e a resolução de desentendimentos para preservar a harmonia no lar, também atua Rosa. Finalmente, o papel de representante ou porta-voz, responsável por expressar opiniões, necessidades e pontos de vista dos integrantes do lar em ambientes externos, é compartilhado por Rosa (exceto no contexto formal da cooperativa) e por Pedro. Por sua vez, Sergio não representa a família em espaços comunitários ou organizativos, e sua participação nesse âmbito é bastante limitada.

Rosa é dona de casa, presidente do CDR, responsável pela FMC em seu bairro, pertence à Anap e produtora agrícola não associada na cooperativa e com status de ajudante familiar, o que evidencia sua participação ativa em diversos campos sociais. No entanto, ao analisarmos sua posição dentro do lar e da cooperativa, percebeu-se que não há um

empoderamento ou inclusão equivalente ao de seu esposo. Pedro é proprietário de terras, produtor agrícola, responsável da vigilância no seu CDR, pertence à Anap e é sócio da cooperativa Atanagildo Cajigal. Essa configuração favorece a Pedro, quem detém maior poder de decisão sobre as questões do lar, consolidando a distribuição de papéis e responsabilidades de forma desigual.

Apesar de possuir autonomia em sua vida pessoal e comunitária, Rosa enfrenta limitações na tomada de decisões dentro do lar e da cooperativa. Nessas esferas, a chefia familiar e o status de associado são atribuídos ao seu esposo, restringindo seu poder de influência e participação em questões fundamentais para a dinâmica doméstica e produtiva. Pedro, como associado da cooperativa, participa de todas as atividades da CCS além de administrar sua parcela de terra, exercer a chefia familiar e ser Responsável de Vigilância em seu CDR.

A multiplicidade de identidades sociais influencia as experiências e resultados de cada pessoa. No caso deste lar, a interação entre autonomia individual, liderança comunitária e chefia familiar explica por que, apesar da autonomia geral de Rosa, ela enfrenta limitações na tomada de decisões sobre a produção agrícola familiar e a administração das finanças. A complexidade do empoderamento fica evidente, destacando que a participação ativa em diversas áreas não garante um empoderamento uniforme em todas as dimensões da vida de uma pessoa. Portanto, é essencial realizar análises mais aprofundadas das dinâmicas de gênero e empoderamento na agricultura familiar, para alcançar uma compreensão mais completa das interseções e desafios inerentes a essas experiências.

As tensões entre a necessidade de integrar todos os setores ao projeto revolucionário e a persistência de desigualdades, especialmente no acesso a recursos e na divisão do trabalho, evidenciam contradições dialéticas inerentes a qualquer processo de transformação social. Sergio, ainda em formação, representa uma esperança de mudança. No entanto, sua inserção em uma estrutura que reproduz normas hegemônicas de gênero e de organização produtiva pode contribuir para a perpetuação das desigualdades, caso não sejam promovidas políticas voltadas à capacitação e à participação equitativa.

A organização interna do segundo lar é um microcosmo onde se negociam as relações de poder, a distribuição do trabalho e a alocação de recursos. As tensões que surgem, como a sobrecarga de trabalho e a mobilidade limitada em uma comunidade periurbana, se retroalimentam e moldam padrões de comportamento que impactam tanto a produtividade quanto a coesão familiar.

A capacidade de Rosa de exercer liderança na FMC e nos CDR, apesar das limitações impostas pelos papéis tradicionais de gênero, evidencia a existência de estratégias para superar barreiras estruturais. Além disso, a formação de redes de apoio comunitário para mitigar as dificuldades de mobilidade e acesso a recursos demonstra que essas dinâmicas emergem da interação de múltiplos fatores e não podem ser previstas por meio da análise isolada de cada variável.

A diferença geracional manifesta-se tanto na acumulação de experiência quanto na perpetuação de papéis tradicionais. Os adultos, como Rosa e Pedro, desenvolveram trajetórias que lhes permitiram consolidar determinadas práticas, ainda que sob desigualdades de gênero evidentes. Já o adolescente, por estar em uma fase formativa, representa uma potencial via para transformações na organização social e produtiva, desde que se crie um ambiente propício ao questionamento das hierarquias estabelecidas.

A estratégia de integração entre setores urbanos e rurais e a valorização da agricultura familiar são avanços dentro do projeto socialista. No entanto, as desigualdades no acesso a insumos, infraestrutura e mercados, somadas às limitações de mobilidade e à distribuição desigual do poder de decisão, evidenciam contradições que precisam ser enfrentadas por meio de políticas de redistribuição e do fortalecimento da participação popular.

Em síntese, neste ambiente doméstico, os papéis tradicionais também são reproduzidos: o homem assume a função de provedor, e a mulher, de cuidadora. No entanto, lembremos que, ao analisar a gestão dos recursos agrícolas da família extensa, observou-se que a autoridade não se restringe exclusivamente ao papel masculino. Isso demonstra que as relações de gênero podem ser negociadas e modificadas dependendo do contexto.

Essa dualidade pode, paradoxalmente, tornar-se uma oportunidade de fortalecimento se houver uma maior integração entre os modelos existentes. O protagonismo da tia na administração agrícola, por exemplo, pode incentivar uma valorização mais ampla da contribuição feminina e abrir espaços para que Rosa participe das decisões relacionadas à produção.

3.3.2.3. Redes sociais e de apoio (presenciais e digitais) no Lar 2

Pedro tem uma rede de relações centrada principalmente na produção agrícola e nas decisões dentro da cooperativa. Ele possui uma relação íntima e muito próxima com sua esposa e reconhece a importância do papel dela na produção e comercialização. Com seu filho, mantém uma relação afetiva, esperada dentro de uma dinâmica familiar que valoriza o

trabalho agrícola, embora o filho também tenha a liberdade de seguir seu próprio caminho. Em relação aos seus companheiros da cooperativa, ele mantém uma interação regular, mais voltada para a produção agrícola e a administração dos recursos, com uma relação formal e profissional. Com os dirigentes da CCS-F e o representante da Anap, sua participação em reuniões é cercano e profissional. Embora mantenha uma boa relação com os dirigentes da cooperativa, ele não ocupa cargos de liderança, portanto, sua interação é mais administrativa e formal.

No CDR, mantém relações amistosas e de confiança moderada, discutindo questões políticas e comunitárias com os outros membros. A relação com outros produtores vizinhos e com os trabalhadores que contrata durante a colheita também é caracterizada por uma colaboração em aspectos produtivos e troca de recursos. Em relação aos clientes na venda de seus produtos é formal, mas sente que as condições de comercialização nem sempre são favoráveis. Por fim, com as autoridades locais, sua relação é distante, restrita a questões administrativas e trâmites específicos.

Rosa tem uma rede de relações mais diversificada, envolvendo tanto a esfera produtiva quanto a comunitária. Ela mantém uma relação muito próxima com seu marido, baseada na confiança, embora se produzam discussões devido ao alcoolismo dele. Com seu filho menor, a relação é igualmente próxima, pois ela o apoia em sua educação e decisões pessoais. No contexto da FMC, organiza e participa de reuniões e tem contato com outras mulheres.

Sua relação com os dirigentes da cooperativa é formal, com menor influência do que seu esposo. A interação com os vizinhos e vizinhas agricultores é marcada pelo diálogo. A relação com os clientes é formal ainda que um pouco ambivalente, pois ela depende em parte do Pedro para a comercialização dos produtos. Com outros líderes comunitários, as relações são mais formais, limitadas a questões administrativas.

Sergio está em um processo de construção de sua rede de relações. Ele mantém uma relação muito próxima com ambos os pais. A relação com a mãe é especialmente forte, pois ela o apoia em seus estudos e lhe dá mais liberdade para decidir seu futuro. No ambiente escolar, mantém uma rede de amizades com outros jovens com quem compartilha interesses e aspirações, sendo uma relação voltada para os estudos. Com os vizinhos jovens, a relação é cordial, embora haja uma diferença de interesses, pois alguns já trabalham no campo enquanto ele está mais inclinado para a educação.

A análise das redes de relações dos três integrantes revelou dinâmicas distintas, mas complementares, dentro da estrutura do lar, familiar e comunitária. Pedro tem uma rede

voltada para a produção agrícola, com relações mais formais e funcionais. Rosa possui uma rede mais diversificada, envolvendo tanto o contexto produtivo quanto o social, embora enfrente barreiras no acesso à tomada de decisões na cooperativa. Já Sergio, está em um processo de transição, com sua rede centrada na escola e nos amigos, enquanto lida com as expectativas familiares.

Rosa faz um uso intenso de aplicativos de mensagem para coordenar compras do lar, cuidados familiares, atividades comunitárias e como meio de lazer. Isso permite certa visibilidade e troca de informação, mas ainda dentro da lógica de cuidado. Pedro está mais presente em redes formais de produção, onde o capital social pode se converter em postos de decisão ou acesso a insumos e créditos. Sua presença digital é menor; suas negociações ainda ocorrem majoritariamente de forma presencial. Sergio tem redes escolares e de amizades online, que lhe oferece capital cultural (grupos de estudo, informação sobre as provas de ingresso na universidade) e capital social jovem (convites para atividades).

Resumindo, as interações sociais seguem padrões fortemente marcados por gênero, geração e estatus econômico. A rede de apoio presencial de Rosa abrange interações com vizinhas, familiares e colegas da FMC e os CDR. Ela interage majoritariamente com outras mulheres, especialmente em atividades domésticas e de abastecimento com sua filha, assim como o cuidado dos netos. Essas trocas formais e informais são cruciais para compartilhar saberes domésticos, emocionais e políticos. Pedro, por sua vez, mantém interações predominantemente masculinas, sobretudo no trabalho agrícola e nas relações com a cooperativa e comunitárias. Por fim, Sergio, diferentemente, apresenta interações sociais de caráter misto, vivenciadas no contexto escolar, familiar e em redes de amizade, refletindo uma configuração social mais horizontal e menos segmentada por gênero.

3.3.2.4. Uso de espaço no Lar 2

A residência e terras deste lar estão localizadas em El Jardín, dentro da comunidade Edecio Pérez. A proximidade relativa com a sede da cooperativa (≈ 2 km) facilita a participação nas assembleias e outras atividades realizadas, além do acesso a seus serviços. Quanto à distribuição dos cultivos, Pedro é responsável por decidir o que plantar em sua parcela e em função da temporada e da demanda do mercado local, além de criar animais para a venda.

No lar, a organização do espaço físico reforça a divisão de papéis tradicionais, com o homem mais ligado ao campo e a mulher à gestão e às atividades domésticas. Quanto aos

espaços de atuação, Rosa transita entre o lar, o campo e a comunidade, o que demonstra sua participação simultânea nos domínios da reprodução e da produção, além de sua presença em espaços públicos para compras e eventos. Ela participa, sobretudo, na colheita e comercialização dos produtos agrícolas.

Em relação às vivências e estratégias de resistência frente às desigualdades, Rosa enfrenta dificuldades no acesso a recursos e espaços de decisão na cooperativa, utilizando sua liderança nos CDR e na FMC para ampliar sua influência. Já Pedro não relatou ter enfrentado essas desigualdades. Ele, por sua vez, tem maior mobilidade no produtivo e concentra suas atividades principalmente no campo, com incursões ocasionais em espaços comunitários e comerciais. Já Sergio divide seu tempo entre a instituição educacional, o lar e locais públicos voltados ao esporte e à cultura, o que revela uma vivência social mais diversificada em comparação aos adultos.

A análise integrada do uso do espaço pelos três integrantes do Lar 2 revelou um contexto multifacetado que se articula em diversos níveis (pessoal, familiar, cooperativo e comunitário), apontando tanto desafios quanto potenciais caminhos para a transformação. Em sínteses, Pedro está focado na produção de cultivos básicos e na criação de animais, enquanto Rosa se dedica à criação de animais, tarefas da colheita e à comercialização. Sergio atua de forma auxiliar. Essa divisão de funções reflete os papéis de gênero patriarcal, mas também aponta para a possibilidade de expansão do papel feminino na gestão.

3.3.2.5. Uso do tempo no Lar 2

A análise comparativa das rotinas e dinâmicas de trabalho dos três integrantes desse lar evidenciou assimetrias nas cargas de atividades, distribuição do tempo, espaços de atuação e formas de interação social. As atividades da rotina de Rosa são contínuas e intercaladas ao longo do dia, enquanto as de Pedro são mais concentradas em turnos longos de trabalho agrícola e momentos determinados (reuniões, vendas). O valor social atribuído às atividades é desigual: cozinhar, limpar, cuidar de crianças é considerado “natural” e menos valorizado; enquanto plantar, vender e negociar é associado a habilidades econômicas e autoridade social. Isso se relaciona com a mais-valia oculta: o trabalho reprodutivo (feminino) gera valor econômico ao permitir a existência de trabalhadores produtivos, mas não é reconhecido como trabalho gerador de valor.

Em termos quantitativos, Rosa é a pessoa que realiza o maior número de atividades registradas (11, majoritariamente ligadas à reprodução social, como limpeza, alimentação e

cuidados com crianças e animais), seguida pelo Sergio (9, voltadas à educação formal e ao desenvolvimento pessoal) e pelo Pedro (7, concentradas na produção agrícola). Ao estimar o tempo semanal dedicado a essas atividades, observou-se que ela alcança uma média entre 60 e 70 horas por semana, impulsionada por jornadas diárias que podem chegar a 12 horas em períodos de maior intensidade. O esposo, ainda que tenha uma carga de trabalho agrícola pesada (entre 7 e 9 horas diárias), apresenta uma estimativa semanal de 50 a 55 horas, demonstrando uma divisão sexual do trabalho que tende a invisibilizar o esforço reprodutivo feminino. Já o filho, com uma rotina centrada na escola (30 horas semanais) e complementada por estudos autônomos e atividades recreativas, contabiliza aproximadamente 45 a 48 horas de ocupações semanais.

Para Rosa, sua rotina não tem fronteiras claras entre trabalho e “tempo livre”. As tarefas de cuidado e de manutenção do lar ocorrem intercaladas, ao longo de todo o dia, sem jornada fixa nem interrupções formais. Mesmo participações em reuniões ou eventos políticos exigem tempo de deslocamento e preparo, sem descontar do trabalho doméstico. Enquanto Pedro, seu trabalho no campo tem horários mais concentrados (por exemplo, 7–9 h diárias), com pausas e término definido, seguido de atividades sociais e de lazer mais claramente demarcadas. No caso de Sergio, sua carga horária escolar e de estudo é parcelada em blocos (aulas, esportes, autoestudo), e há maior reconhecimento social de que ele merece tempo de lazer e descanso. Logo, a temporalidade feminina é marcada por jornadas fragmentadas e cumulativas, condição que dificulta o descanso e o lazer pleno. Essa descontinuidade reforça tanto a sobrecarga de trabalho reprodutivo quanto a invisibilização do intenso esforço diário de Rosa.

3.3.2.6. Estereótipos, preconceitos, concepções e ideias sobre papéis de gênero no Lar 2

Não basta indagar como as mulheres poderiam ser mais plenamente representadas na linguagem e na política. Rosa, do lar 2, expressou que as mulheres enfrentam mais dificuldades na cooperativa devido às responsabilidades familiares, que recaem desproporcionalmente sobre elas, impactando sua participação na produção agrícola.

Para Rosa, o maior protagonismo dos homens na produção agrícola se deve à experiência acumulada ao longo do tempo, e não a uma capacidade inata superior; aliás, acredita que o papel do homem está mais associado ao mundo do trabalho, enquanto as mulheres, embora devam trabalhar para alcançar independência, acabam sobrecarregadas com o cuidado da casa e da família. Ela rejeita a ideia de que as mulheres provoquem agressões

masculinas, mas considera que alguns homens não conseguem controlar seus desejos sexuais. Além disso, valoriza a divisão igualitária do trabalho doméstico e do cuidado dos filhos, destacando a importância da corresponsabilidade dentro do lar.

Pedro, marido de Rosa manifestou discordar das concepções que colocam os homens como naturalmente melhores na tomada de decisões. Sua percepção sobre a liderança feminina na cooperativa é positiva, reconhecendo a competência das mulheres nesse espaço, defendendo a presença feminina em cargos de liderança, rejeitando a ideia de que os homens sejam naturalmente melhores na agricultura e destacando que há mais homens nesse setor apenas porque historicamente eles ocuparam esse espaço.

Acredita que as mulheres podem alcançar independência mesmo trabalhando dentro de casa, desde que tenham autonomia sobre suas decisões. Para Pedro, uma mãe trabalhadora pode manter uma boa relação com os filhos, dependendo da pessoa e não do fato de trabalhar fora de casa. Essa visão reflete uma abordagem mais flexível sobre a conciliação entre vida profissional e familiar. Além disso, considera que tanto homens quanto mulheres podem ser violentos em relações afetivas.

Sergio, filho de Rosa e Pedro, rejeita a ideia de que os homens tomam melhores decisões ou de que as mulheres precisam do casamento para alcançar realização pessoal. Tem uma visão mais equilibrada sobre os papéis de gênero e responsabilidades. Além disso, ele não concorda com a noção de que os homens sejam violentos por natureza, afastando-se de estereótipos que associam masculinidade à agressividade. Para Sergio, a infidelidade depende da pessoa e não deve ser associada de forma generalizada a um gênero específico.

No que diz respeito ao Lar 2, composto por um casal de agricultores de meia-idade e o seu filho adolescente, todos praticantes de uma religião afrocubana, há um equilíbrio entre concepções tradicionais e progressistas. A mulher destaca as dificuldades enfrentadas pelas agricultoras devido às responsabilidades familiares, que frequentemente limitam sua participação plena no trabalho agrícola. Por outro lado, o homem valoriza a presença feminina na cooperativa e reconhece a importância da liderança das mulheres nesse espaço. O adolescente, por sua vez, apresenta percepções mais progressistas sobre igualdade de gênero e papéis sociais, rejeitando estereótipos que limitam as oportunidades e a participação das mulheres na sociedade.

3.3.3. Gênero nas relações do Lar 3

O Lar 3, composto por dois integrantes (Avó – Manuela e Neto – Héctor). Manuela, é um exemplo de mulher agricultora que enfrenta múltiplos desafios ao conciliar a propriedade

da terra, a gestão da produção agrícola e a chefia do lar. Seu trabalho é diversificado, abrangendo o cultivo de tubérculos e vegetais, como mandioca e abóbora, mas sua principal atividade é a criação de animais. No entanto, apesar de seu papel central na produção, Manuela expressa dificuldades em adotar práticas agroecológicas devido a barreiras estruturais. O solo de savana, a escassez de água e a falta de infraestrutura, como poço e bomba, limitam sua capacidade de implementar métodos sustentáveis. Como ela mesma pontua, “a água só está disponível quando chove”, evidenciando a vulnerabilidade de sua produção a fatores ambientais e à ausência de suporte técnico e material.

A impossibilidade de adotar a agroecologia não é apenas uma questão de escolha individual, mas sim um reflexo de uma estrutura de poder que reproduz desigualdades históricas multifacetadas. A divisão de gênero no campo frequentemente coloca as mulheres em uma posição de menor acesso a crédito, assistência técnica e tecnologias que poderiam viabilizar uma transição agroecológica. Além disso, as políticas sociais raramente consideram as especificidades da agricultura conduzida por mulheres, perpetuando um modelo que prioriza grandes produtores e ignora a realidade das agricultoras familiares.

Essa situação evidencia a urgência de políticas e estratégias coletivas que garantam equidade no acesso a tecnologias sustentáveis e infraestrutura básica. A ampliação de programas que assegurem a perfuração de poços, a captação de água da chuva e a disseminação de práticas agroecológicas adaptadas a diferentes contextos é essencial para que mulheres como Manuela possam fortalecer sua produção de forma ambientalmente sustentável. Sem esse suporte, as mulheres agricultoras continuarão a enfrentar barreiras que limitam seu potencial produtivo e reforçam sua invisibilidade dentro do setor agrícola.

Neste lar, a avó Manuela, pertencente à Geração X, vivenciou o processo de emancipação feminina em um contexto que, apesar dos avanços revolucionários, ainda impunha certas limitações culturais à representação da mulher. Sua trajetória reflete a luta por reconhecimento e autonomia em meio a estruturas sociais que, historicamente, restringiram o papel das mulheres na esfera pública e privada.

Por outro lado, seu neto Héctor, integrante da Geração Alfa, terá a oportunidade de crescer em um ambiente onde (considerando as dimensões de gênero, raça e classe) é analisada com maior profundidade. Esse contexto possibilita uma redefinição das relações familiares e sociais, abrindo espaço para novas dinâmicas de convivência e para uma compreensão mais crítica das desigualdades que persistem na sociedade.

A análise integrada evidencia um cenário de contrastes e desafios: para o adolescente Héctor, há um potencial de transformação, mas que se choca com valores tradicionais e a herança de modelos rurais e patriarcais. Por sua vez, para a Manuela, a experiência revela uma luta contínua contra desigualdades estruturais, onde mesmo a participação em espaços formais de mobilização política e comunitária não elimina as barreiras no acesso e controle dos recursos produtivos.

Embora Manuela tenha afirmado que a renda do lar é “suficiente... mais ou menos...”, não há indícios de salários tradicionais e a principal fonte de sustento provém da venda da produção agropecuária. A ausência de salários fixos e de contribuições externas, como pensões ou auxílios da seguridade social, pode representar um desafio para a liquidez financeira, especialmente diante de situações imprevistas.

Além disso, foram identificados problemas no transporte, bem como a escassez de materiais e equipamentos de trabalho. Essas dificuldades podem impactar diretamente a produtividade e a competitividade da atividade agrícola, restringindo tanto o desenvolvimento quanto a modernização das técnicas de cultivo e da manutenção da terra.

A produção agrícola constitui a principal fonte de sustento do lar, mas ocorre em condições de vulnerabilidade. Problemas de transporte, escassez de materiais e a falta de equipamentos de trabalho limitam a produtividade e dificultam a melhoria da produção, impactando diretamente aqueles que dependem da terra para sobreviver. Apesar de haver uma ocupação formal na agricultura, a ausência de salários convencionais e a falta de outras fontes de renda, como pensões ou assistência social, evidenciam a precariedade econômica que afeta toda a unidade familiar. Além disso, a localização geográfica e as condições precárias de infraestrutura, como as dificuldades de transporte, reforçam desigualdades estruturais típicas de áreas rurais ou periféricas, prejudicando tanto a produção quanto a qualidade de vida dos moradores.

Manuela demonstra empoderamento econômico e capacidade de tomada de decisões. Contudo, sua independência financeira é limitada, pois depende exclusivamente dos rendimentos provenientes de sua produção, cujos valores, conforme relatado por ela, são volúveis devido à falta de recursos essenciais, como um sistema de irrigação, à dependência das condições climáticas, à quantidade e qualidade das colheitas, e à capacidade de compra dos consumidores de seus produtos.

No contexto cubano, o Estado busca garantir o acesso aos meios de produção e eliminar a exploração capitalista. No entanto, as dificuldades relacionadas ao transporte, à

escassez de materiais e à falta de equipamentos de trabalho refletem contradições inerentes à economia socialista, onde a centralização e a planificação enfrentam desafios na alocação eficiente de recursos e na modernização das forças produtivas. Esses problemas são ainda mais intensificados por crises externas que impactam diretamente a economia nacional.

A proposta de transformar as dinâmicas produtivas e sociais passa, igualmente, pela necessidade de questionar os discursos hegemônicos sobre progresso e organização social. Nesse sentido, valorizar e fortalecer as práticas agrícolas familiares e os saberes locais representa um caminho para a descolonização do conhecimento. Esse processo busca abrir espaço para modelos de desenvolvimento que estejam alinhados às realidades e necessidades da comunidade, evitando a imposição de fórmulas universais que frequentemente ignoram as especificidades locais.

3.3.3.1. Distribuição do trabalho doméstico e agropecuário no Lar 3

Manuela, de 57 anos, desempenha um papel ativo na economia familiar: ela assume simultaneamente tarefas produtivas e domésticas. Sua participação na agricultura (englobando o cultivo, a gestão e a comercialização). Destaca-se que seu trabalho agropecuário é formal e remunerado, sendo realizado tanto nas terras da família quanto dentro da própria residência, o que caracteriza a economia de subsistência e, ao mesmo tempo, a busca por estabilidade econômica dentro da agricultura familiar; aliás, se soma à responsabilidade do cuidado familiar. Ela participa em organizações de base (CDR, FMC, Anap) e sua representação nos espaços decisórios e de liderança dentro da cooperativa e na gestão dos recursos é garantida.

Essa dupla jornada evidencia como, apesar da formação e a vinculação a organizações de base de Manuela, ela permanece inserida em um esquema no qual os papéis de gênero tradicionais atribuem às mulheres a maior parte do trabalho não remunerado e do cuidado. Embora tenha havido avanços na inserção da mulher no mundo produtivo, a reprodução social (que inclui o cuidado da casa, a educação das novas gerações e a manutenção da vida cotidiana) ainda não foi adequadamente redistribuída. Isso perpetua a exploração da força de trabalho feminina, pois exige uma sobrecarga que impacta sua saúde e seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Héctor, por sua vez, está na fase escolar, cursando o ensino secundário básico, e contribui em algumas tarefas domésticas, auxiliando ocasionalmente no funcionamento do lar. Ao contribuir no trabalho doméstico, encontra-se em um processo de socialização e formação de sua identidade de gênero diferente ao de gerações anteriores. Seu envolvimento no cuidado

do lar sugere uma leve ruptura com os estereótipos de gênero que atribuem exclusivamente às mulheres essas responsabilidades. Do ponto de vista marxista, esse processo faz parte da reprodução da força de trabalho, pois a formação de uma nova geração que observa e participa das práticas cotidianas é essencial para transformar as relações sociais. No entanto, para que essa transformação ocorra de maneira efetiva, é necessário promover uma consciência crítica diante das contradições existentes.

Mesmo diante da dupla carga de trabalho, a avó se mantém como o eixo central da organização e sobrevivência familiar. Por isso, sob uma perspectiva decolonial, reconheceu-se que a opressão de gênero está historicamente vinculada às dinâmicas coloniais, que estabeleceram hierarquias marginalizadoras para mulheres e outros grupos subalternizados. O papel desempenhado por Manuela desafia essa lógica patriarcal e colonial, demonstrando uma luta contínua pela autogestão e autonomia, mesmo em um contexto que, apesar dos avanços revolucionários, ainda carrega resquícios dessas estruturas.

3.3.3.2. Tomada de decisões e papéis de gênero no Lar 3

Esta avó assume a função de provedora e/ou sustentadora, sendo responsável por gerar recursos econômicos e garantir a estabilidade material do lar função tradicionalmente atribuída a um dos progenitores, mas que, neste caso, é desempenhada também por ela. Ocupa o papel de cuidadora ou gestora do lar, cuidando do neto adolescente, organizando o lar e zelando pelo bem-estar emocional do lar e da família. Como educadora e formadora, Manuela transmite valores, conhecimentos e normas de conduta, na entrevista expressou:

Sou quem faz todo no lar, organizo os horários e planejo as atividades familiares para assegurar o bom funcionamento do lar. Dou apoio e acolhimento ao meu neto e aos demais integrantes da família. Além disso, sou quem resolve os problemas. Também participo de reuniões e atividades da cooperativa, das reuniões escolares e das ações no bairro, como nos CDR e na FMC (Manuela, 2022 Tradução da autora).

Manuela, quem possui um nível educacional até 12º grau, atua na produção agrícola e como proprietária e chefe do lar, ocupa um espaço central que, à primeira vista, pode parecer apenas uma posição de liderança. Contudo, a análise revela que a liderança feminina no meio agrícola muitas vezes se dá em contextos de alta sobrecarga e dupla jornada, onde as responsabilidades produtivas e reprodutivas se mesclam e se intensificam. Mesmo sendo detentoras de saberes e práticas ancestrais, sua posição é frequentemente desvalorizada tanto nas esferas decisórias quanto nos processos de legitimação dos conhecimentos agrários.

Enquanto Manuela enfrenta barreiras históricas relacionadas ao patriarcado (evidenciadas, por exemplo, uma disputa pelo “comando de terras” com um de seus irmãos).

Ela acumula funções produtivas (cultivo, gestão e comercialização) e tarefas domésticas e de cuidado (como a atenção ao neto), configurando a clássica “dupla jornada” que limita sua autonomia plena. Sua posição também está na interseção entre identidade de gênero e idade. Como avó, ela assumiu a responsabilidade pela chefia da casa e pela tomada de decisões econômicas, reconfigurando normas de gênero para atender às necessidades familiares. No entanto, sua maturidade pode trazer desafios adicionais, como limitações físicas e dificuldades de acesso a determinados recursos, o que acentua sua sobrecarga de responsabilidades e vulnerabilidades em diversas esferas, como saúde e reconhecimento social.

Héctor, de 12 anos, encontra-se em uma fase formativa na qual já se percebe a influência de modelos de masculinidade heteronormativa. Ao se identificar com o gênero masculino e crescer em um ambiente agrícola, sua socialização é moldada por expectativas associadas à virilidade, à autoridade e à participação em atividades produtivas e políticas. Ele se beneficia de certos privilégios, assim, embora até o momento, não tenha vivenciado discriminação de gênero, sua inserção em espaços de diálogo, pode contribuir para o desenvolvimento de uma visão mais crítica no futuro. Também, o fato de ser criado em um ambiente que combina tradições rurais e valores urbanos também pode reforçar certos estereótipos masculinos que, se não forem questionados, poderão restringir sua abertura a modelos de gênero mais equitativos. Por isso, o fato de ainda estar em processo de escolarização representa uma oportunidade para ampliar sua perspectiva e desafiar modelos tradicionalmente patriarcais, desde que tenha acesso a uma educação crítica e equitativa que promova a reflexão sobre questões de gênero e desigualdade.

Também, a presença cotidiana da avó na vida cotidiana do neto pode influenciar a construção de sua identidade de gênero. Por um lado, a convivência próxima com uma figura feminina forte pode fomentar atitudes de cuidado e empatia; por outro, é importante que se promova um modelo de masculinidade que favoreça a participação equitativa em tarefas e responsabilidades, evitando a reprodução de papéis rígidos e hierárquicos.

Como mencionado previamente, Héctor não desempenha atividades produtivas nem possui renda própria, sendo totalmente dependente economicamente de sua família. Também não participa de maneira significativa das tarefas do lar, reflexo de sua idade e da socialização de gênero predominante. Ele recebe formação escolar formal e é socializado tanto em casa quanto em organizações infanto-juvenis (Opjm), atividades escolares e comunitárias sob supervisão de adultos (avó, mãe e pai).

Héctor ainda não atua como mediador de conflitos, embora tenha testemunhado as disputas no ambiente familiar pela propriedade das terras e se envolva em pequenas mediações em seu entorno escolar. No lar, onde convive com sua avó, não participa diretamente de conflitos, se beneficiando de um ambiente mais colaborativo. Aliás, se beneficia diretamente dessa estrutura organizacional do lar e do suporte oferecido no dia a dia, o que impacta seu bem-estar e segurança.

Poucos anos antes, Manuela foi forçada a abandonar seu trabalho anterior para (apesar de ter três irmãos) dedicar-se integralmente ao cuidado de sua mãe, que estava doente de câncer e era a proprietária das terras familiares. Sua mãe, até então produtora agrícola, ficou incapacitada de administrar as terras devido à doença. Isso levanta a questão de por que os irmãos de Manuela não assumiram igualmente a responsabilidade pelo cuidado da mãe (e só contribuíram com ajuda econômica ocasionalmente). A resposta está intimamente relacionada às expectativas culturais que tradicionalmente atribuem às mulheres o papel de cuidadoras primárias, excluindo os homens dessa responsabilidade.

Além disso, o conflito com um de seus irmãos pela herança das terras familiares revela preconceitos de gênero profundamente enraizados, nos quais se espera que os homens assumam o controle da propriedade agrícola, ignorando as capacidades e contribuições femininas. Finalmente, a decisão de Manuela impactou sua independência econômica, suas oportunidades profissionais e a forçou a se adaptar a um novo papel como produtora agrícola, o que teve consequências tanto no curto quanto no longo prazo.

Logo, o papel de Manuela em seu lar revela a complexidade de suas responsabilidades como cuidadora. Sua participação ativa envolve não apenas as tarefas práticas e produtivas, mas também o cuidado com familiares doentes, idosos e adolescentes. Nesse contexto, o conceito de “cuidado” vai além do aspecto físico, englobando também as dimensões emocionais, relacionais e socioculturais, evidenciando o peso adicional de responsabilidades assumidas por ela. Ainda que o perfil do lar evidencie elementos de resiliência e adaptação, como a tomada de decisões intergeracionais e a inversão de papéis em algumas áreas, a sobrecarga de trabalho da avó continua sendo um desafio central. Isso destaca a dificuldade enfrentada por muitas mulheres ao tentarem equilibrar múltiplos papéis sem comprometer seu bem-estar físico, emocional e econômico.

A participação multifacetada de Manuela transcende a esfera doméstica e se vincula diretamente à teoria feminista e à perspectiva de gênero. Segundo essa abordagem, as responsabilidades de cuidado recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, consolidando

papéis de gênero historicamente arraigados. A distribuição tradicional dessas funções no lar, onde Manuela assume a maior parte das obrigações domésticas e de cuidado, demonstra como essas dinâmicas persistem, limitando a autonomia feminina.

Além disso, essas dinâmicas se entrelaçam com outras áreas da vida de Manuela, incluindo sua atuação na cooperativa e na comunidade. Apesar de seu papel de liderança, a divisão desigual do trabalho persiste, atribuindo-lhe múltiplas responsabilidades que deveriam ser mais equitativamente distribuídas. Seu papel não se limita à produção material, mas também à transformação das relações sociais. Seu reconhecimento como proprietária, responsável pela terra, e cooperativista, mesmo em meio a disputas familiares, desafia a lógica patriarcal tradicional, embora à custa de uma carga de trabalho excessiva.

A análise dos dois perfis dos integrantes do terceiro lar demonstrou que, mesmo em um contexto de políticas igualitárias no marco do socialismo cubano, ainda persistem estruturas e práticas que reforçam os papéis de gênero convencionais. Enquanto o adolescente se beneficia desses esquemas por ser do gênero masculino, a mulher enfrenta as consequências de uma acumulação histórica e cultural de desvantagens, que restringem seu acesso a oportunidades equitativas e ampliam a sobrecarga de responsabilidades.

3.3.3.3. Redes sociais e de apoio (presenciais e digitais) no Lar 3

Manuela tem diversas relações tanto no âmbito doméstico-familiar quanto profissional. Com seu neto, tem uma relação afetiva e de cuidado, sendo fundamental em sua educação. Com sua filha, mantém uma relação próxima, baseada no apoio mútuo nas gestões familiares e agrícolas. A filha é uma figura importante no apoio diário e nas decisões da família. Sua relação com o genro é mais moderada, havendo uma cooperação na produção agrícola e na vida familiar, embora sem um vínculo tão estreito. Com um de seus irmãos, a relação é tensa e conflituosa, marcada por disputas sobre o controle das terras e diferenças na tomada de decisões familiares. Já com os outros dois irmãos a relação é de familiaridade e apoio ocasional.

No contexto da comunidade, Manuela mantém uma rede de apoio com outras mulheres e vizinhas, com quem compartilha estratégias e experiências. Dentro da cooperativa, a ela participa da produção, refletindo uma estrutura mais formal e profissional. Com os dirigentes da cooperativa, a relação é positiva e, como as outras pessoas que participaram do estudo, manifestou se sentir “escutada e apoiada por eles, dentro das possibilidades e recursos dos que dispõem”. Em relação aos espaços comunitários, como a FMC, o CDR e a Anap, ela

participa de forma pasiva. A interação com os técnicos agrícolas ou capacitadores se dá no âmbito formal, com foco na capacitação técnica e no acesso a recursos produtivos.

Héctor tem uma rede de relações onde predominam vínculos doméstico-familiares e escolares. Com a mãe e o pai, a relação é de confiança total, sendo eles uma importante fonte de apoio emocional e financeiro. A relação com a avó é carinhosa, caracterizada por cuidados, convivência e a transmissão de valores familiares.

Como mencionado já, o núcleo desse lar é integrado por uma avó (Manuela), de 57 anos, e seu neto (Héctor), de 12. Embora a responsabilidade parental do adolescente recaia formalmente sobre sua mãe (filha da Manuela) e seu pai, que residem no final da rua, mas convivência foi modificada voluntariamente. O próprio neto propôs “fazer companhia” à sua avó após a emigração do tio materno, e a decisão foi respaldada pelos três adultos envolvidos. Isso evidencia uma flexibilidade e adaptabilidade nas relações familiares, em que os papéis intergeracionais se reconfiguram para responder a mudanças e ausências (como a migração). Assim, a convivência multigeracional não apenas favorece o acompanhamento emocional, mas também pode se traduzir em um apoio prático nas tarefas domésticas e na atividade agrícola, fortalecendo a coesão familiar.

A convivência entre a avó e o neto, juntamente com a coordenação tácita com os familiares que residem em outro lar, ilustra são negociadas e reconfiguradas as responsabilidades e demonstra como emergem novos padrões de cuidado e apoio nas redes familiares estendidas. Esses padrões não foram planejados de maneira centralizada, mas se auto-organizam em resposta às condições particulares do ambiente (disputa por terra, migração, apoio emocional, escassez de insumos, problemas de transporte).

Esse lar evidencia capacidade de adaptação a mudanças e tensões externas. Um exemplo disso é a reconfiguração de papéis, na qual a avó assume funções de chefe do lar e o neto se incorpora como apoio emocional e participa ocasionalmente das tarefas domésticas. Essa resposta auto-organizada permite que o sistema se mantenha funcional e resiliente diante dos desafios estruturais e contextuais. Também pode ser interpretada como uma forma de luta contra a fragmentação social e a precarização que afetam as famílias em contextos de crise e transformação econômica.

De forma geral, as redes de relações dos dois integrantes evidenciam desigualdades de gênero estruturais. Manuela tem enfrentado barreiras familiares significativas no acesso às terras e à tomada de decisões nelas, com relações ambivalentes e conflituosas, que tem conduzido até a violência física por parte de um de seus irmãos. Já Héctor, apesar de

apresentar um quadro mais equilibrado em termos de socialização, pode ser influenciado por modelos de gênero tanto tradicionais quanto mais críticos e equitativos. Isso sugere que, embora haja oportunidades de socialização em espaços educacionais e comunitários, as estruturas familiares e sociais ainda têm um impacto considerável na formação das identidades e nas oportunidades de ambos.

3.3.3.4. Uso do espaço no Lar 3

O lar está localizado na comunidade Carralero (a ≈4km da sede da cooperativa), com acesso limitado a alguns serviços e dependência da produção agrícola. Manuela realiza sua atividade agrícola em terras familiares, participando da produção e gestão agrícola, e também de redes produtivas fora do lar.

Esta agricultora conta com redes de apoio em organizações como FMC, CDR e Anap, além do apoio de sua filha e genro. Ela assiste a reuniões comunitárias e eventos organizados por organizações de massas, mas sua atuação nesses espaços é limitada dado que, segundo ela “fazem muito poucas atividades agora porque as pessoas já não querem participar nelas”.

O adolescente está vinculado a redes infanto-juvenis como a Opjm. O apoio familiar é essencial na divisão do trabalho agrícola e doméstico, embora ainda persista desigualdade na distribuição das responsabilidades. As mulheres têm uma participação limitada nas redes de intercâmbio e cooperação dentro da cooperativa, onde os homens dominam os espaços de decisão.

Manuela participa da cooperativa, mas não ocupa cargos de liderança, enfrentando barreiras estruturais dado que a estrutura organizacional da CCS-F é majoritariamente masculina, com poucas mulheres em cargos de liderança. O adolescente não tem responsabilidades agrícolas nem de liderança. As tarefas agrícolas e domésticas seguem uma divisão tradicional, com a avó assumindo uma carga dupla de trabalho.

A localização periurbana do lar e as terras, além da falta de transporte, dificultam a comercialização e aumentam a carga de trabalho para Manuela. No lar, a distribuição do espaço reforça a divisão (de gênero e geracional) do trabalho, com a avó cuidando das tarefas domésticas e agrícolas.

3.3.3.5. Uso do tempo do Lar 3

A análise da distribuição semanal do tempo de Manuela revela uma intensa sobrecarga de trabalho, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva. Aproximadamente 26 horas

semanais (25,8%) são dedicadas ao trabalho agrícola, incluindo cultivo, cuidado de animais, comercialização e gestão na cooperativa (tarefas que exigem esforço físico e responsabilidade organizacional). Paralelamente, também investe cerca de 15 horas por semana (14,9%) no cuidado de seu neto, além de 13,7 horas (13,7%) em atividades domésticas como cozinhar, limpar e lavar roupas.

Somadas, essas três esferas ocupam mais da metade do seu tempo útil semanal, enquanto o tempo destinado ao lazer, redes de socialização e descanso ativo é drasticamente reduzido: apenas 8,5 horas por semana (8,5%). Ainda que a média de sono (34 horas semanais, ou 34,1%) seja compatível com padrões mínimos, as categorias associadas ao autocuidado, como saúde, idas ao mercado e manutenção doméstica, somam juntas menos de 2,5 horas semanais ($\approx 2,3\%$). Essa distribuição evidencia a sobreposição entre os trabalhos produtivo e reprodutivo, com impacto direto no tempo de descanso, lazer e bem-estar.

Em contraste, Héctor apresenta uma organização temporal significativamente distinta, com maior equilíbrio entre formação, lazer e descanso. Cerca de 30 horas semanais (27,1%) são dedicadas à educação formal e autoestudo, enquanto 37 horas (37,1%) são destinadas a atividades de lazer e socialização, como jogos, televisão, redes sociais e convivência com amigos e familiares. O tempo de sono se mantém elevado, com 45 horas semanais (35,3%), o que corresponde a uma média diária de mais de 6 horas, condizente com as necessidades fisiológicas da adolescência. O envolvimento em atividades comunitárias, políticas ou de saúde é praticamente nulo, não ultrapassando 1 hora semanal. Tal configuração revela um ciclo de vida marcado por menor responsabilidade nas esferas produtiva e reprodutiva, permitindo maior disponibilidade para lazer e desenvolvimento pessoal.

Logo, temos que Manuela dedica cerca de 66% de seu tempo a atividades de trabalho e cuidado, seu neto emprega aproximadamente 43% de seu tempo em atividades estruturadas (educação e saúde), usufruindo de maior liberdade temporal. Essa discrepância reflete, em termos concretos, a reprodução de desigualdades estruturais baseadas em gênero, geração e nível de autonomia econômica. Os dados evidenciam a centralidade da exploração do trabalho feminino invisibilizado, que sustenta o funcionamento doméstico e comunitário sem o devido reconhecimento, e se perpetua por meio da divisão sexual e etária do trabalho.

No lar estudado, a ausência de reconhecimento legal do tempo dedicado às atividades de cuidado tem consequências concretas. Manuela, quem acumula tarefas no campo com um extenso trabalho doméstico e de cuidados, vê sua capacidade de acesso e permanência no mercado de trabalho comprometida. Enquanto o Código das Famílias (2022) valoriza o tempo

investido em cuidados ao equipará-lo ao tempo de trabalho produtivo, faltam medidas concretas, como incentivos para a conciliação entre vida familiar e profissional, para efetivar essa redistribuição. Assim, a falta de políticas sociais específicas sobre o uso do tempo e a divisão do trabalho, conforme apontada pelos dispositivos legais, reforça desigualdades que afetam diretamente o bem-estar e a estabilidade econômica do lar.

O trabalho reprodutivo e produtivo realizado por Manuela constitui a base material da manutenção da força de trabalho familiar, ainda que parte dele permaneça invisibilizado e não remunerado. Ao dedicar cerca de 26 horas semanais às tarefas agrícolas e simultaneamente assumir mais de 28 horas de atividades de cuidado e domésticas, ela garante tanto a subsistência imediata quanto a reprodução cotidiana do lar camponês e limitada pelo poder simbólico. Essa convergência de esferas, invisível no cálculo do valor econômico oficial, expõe a exploração histórica do trabalho feminino, que sustenta o modo de produção familiar sem reconhecimento salarial ou social.

A condição de gênero (ser mulher), combinada com a generacionalidade (adulta/madura/geração X) e a territorialidade (residir em zona periurbana), configura para Manuela uma sobrecarga complexa: espera-se dela simultaneamente desempenho produtivo intenso e responsabilidade reprodutiva extensiva. Em contraste, Héctor, por pertencer à categoria etária mais jovem (adolescente/geração Alfa) e masculina, é priorizado para investimentos em formação educacional (30 h/semana) e socialização (37 h/semana), gozando de tempo livre e de autocuidado. Enquanto a vida laboral da avó é espacialmente confinada a microespaços (finca, casa, cooperativa e pequenos circuitos comunitários) o neto circula em espaços mais amplos como a escola, a cidade e redes digitais, ampliando seu capital social e simbólico.

No plano das interações, a agricultora ocupa papéis predominantemente de suporte ou execução: participa de reuniões comunitárias em posição secundária, mas central para a continuidade das atividades domésticas e agrícolas. Héctor, por sua vez, experimenta relações horizontais de iguais em ambientes escolares, esportivos e até políticos, onde constrói autonomia e identidade cívica. Essa diferenciação reforça a divisão sexual e etária do trabalho: o engajamento comunitário de Manuela ocorre sob a ótica da obrigação (do dever), enquanto o do seu neto se apresenta como projeto de futuro.

A sobreposição de carga física, emocional e mental a que Manuela está submetida resulta, portanto, em uma circularidade da reprodução social: ela trabalha para sustentar a família e, ao mesmo tempo, assegurar a manutenção da vida cotidiana. Em oposição, Héctor é

socializado para ocupar espaços de formação e lazer, com mínima exposição a tarefas que não sejam de desenvolvimento pessoal. Essa dinâmica institucionaliza uma desigualdade estrutural: o tempo e a energia da mulher adulta são consumidos por funções essenciais, enquanto o do adolescente é investido em potencialização de capacidades e acúmulo de capital simbólico.

Em última análise, a vivência de Manuela e de Héctor exemplifica como fatores de gênero, geração e território se articulam para reproduzir a exploração do trabalho feminino e favorecer a emergência do jovem como sujeito político e futuro detentor de recursos. A incomensurabilidade entre suas cargas de tempo e espaços de atuação denuncia a necessidade de intervenções que valorizem o trabalho reprodutivo, redistribuam tarefas e ampliem o acesso das mulheres aos espaços de poder e participação social.

A situação de Manuela evidencia a necessidade de promover políticas que integrem a transformação dos meios de produção com a reestruturação das relações sociais e de gênero. Isso significa valorizar a liderança feminina no campo, reconhecendo que a chefia de mulheres não é apenas uma questão de gestão familiar, mas também um movimento de resistência e transformação frente a uma tradição histórica de discriminação e invisibilidade.

3.3.3.6. Estereótipos, preconceitos, concepções e ideias sobre papéis de gênero no Lar 3

Para Manuela, a independência feminina é essencial e passa pelo acesso ao trabalho fora de casa, permitindo maior autonomia financeira e social. No entanto, mantém uma visão tradicional da divisão do trabalho doméstico, atribuindo maior responsabilidade às mulheres nessas tarefas. Além disso, valoriza as leis que protegem os direitos das mulheres, considerando-as fundamentais para garantir equidade e justiça.

Héctor, neto de Manuela, demonstra uma visão crítica em relação à ideia de que os homens tomam melhores decisões do que as mulheres. Para ele, essa crença não se sustenta, pois, a competência independe do gênero. A percepção de gênero é fortemente influenciada por sua avó. Ele enxerga a Manuela como um exemplo de mulher produtora agrícola, reconhecendo sua capacidade e dedicação ao trabalho no campo. Além disso, rejeita qualquer tipo de justificativa para a violência doméstica, demonstrando uma perspectiva contrária à normalização desse problema social. Apesar da pouca idade, demonstra um pensamento crítico emergente, o que sugere um processo de mudança geracional na forma como gênero e desigualdades são compreendidos dentro do lar e da família.

No Lar 3, composto por uma avó e seu neto, ambos de origem urbana e cristãos não praticantes, há um contraste entre visões tradicionais e emergentes sobre gênero, influenciadas pelas experiências de vida da avó e pelo pensamento crítico do neto. A avó enfrentou discriminação ao longo de sua trajetória por ser mulher e produtora agrícola, o que reforçou sua consciência sobre as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras do campo. O adolescente rejeita ideias de superioridade masculina, demonstrando uma perspectiva mais igualitária em relação aos papéis de gênero. Ambos reconhecem a importância de leis e políticas voltadas para a proteção e promoção dos direitos das mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações de gênero na agricultura familiar em Cuba são complexas e influenciadas por uma série de fatores históricos, culturais, sociais e econômicos. Essas relações têm sido moldadas por mudanças estruturais ao longo do tempo, incluindo as transformações políticas e econômicas associadas à Revolução Cubana, mas ainda permanecem marcadas por desigualdades de gênero. Para que se alcance uma agricultura familiar e uma sociedade mais igualitárias, é preciso considerar não apenas a inclusão das mulheres, mas também a redefinição dos papéis dos homens e a criação de espaços seguros e inclusivos para outras identidades de gênero, promovendo uma reconfiguração completa das relações sociais e produtivas no meio agrícola.

A agricultura familiar cubana tem uma trajetória histórica marcada por profundas transformações. Durante o período colonial, a economia do país foi estruturada em torno das grandes plantações de açúcar e tabaco, nas quais o trabalho era predominantemente escravo, envolvendo populações indígenas (no início) e africanas.

Nesse contexto, as relações de trabalho eram caracterizadas por uma exploração intensa e hierarquias rígidas, onde as pessoas responsáveis pela produção agrícola e a subsistência frequentemente sofriam com a extrema opressão e também era considerável a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres, que acumulavam tarefas reprodutivas e trabalho nos campos. Entretanto, esse mesmo sistema impunha papéis específicos aos homens escravizados, que eram designados para as atividades de força bruta das plantações, mesmo que isso os colocasse sob pressões intensas para cumprir funções produtivas em um ambiente altamente explorador.

Com a abolição da escravidão em Cuba, ocorreu uma transição para o trabalho assalariado na agricultura, que, embora tenha impulsionado a produtividade, também gerou novas formas de desigualdade e discriminação de gênero, especialmente nas áreas rurais. Assim, nesses processos, os homens continuaram a ocupar posições de destaque na administração e gestão da produção agrícola, mas muitos (especialmente os antigos escravizados) enfrentaram desafios na adaptação a um sistema assalariado que com frequência os expunha a condições de trabalho precárias.

Depois, com o advento da República, a economia agrícola foi reconfigurada e a modernização do setor, impulsionada tanto pela industrialização como pelas políticas neocoloniais influenciadas pelos Estados Unidos, consolidaram uma estrutura de dominação econômica que, embora tenha elevado a produtividade, perpetuava antigas relações desiguais

de poder (no social, econômico e no gênero) e dificultava a emancipação das já marginalizadas populações camponesas, mantendo o legado do período colonial.

Após 1959, o Estado revolucionário procurou reconfigurar a sociedade através de reformas sociais e políticas que incluíam programas de educação, saúde e igualdade de gênero. Essas iniciativas visaram promover, entre outros elementos, a integração das mulheres na economia e na vida pública e, no âmbito da agricultura, reconhecer suas contribuições.

As reformas agrárias redistribuíram terras e criaram unidades coletivas, promovendo a integração dos camponeses na produção assalariada. Embora as políticas revolucionárias tenham procurado eliminar as relações de exploração legada do sistema socioeconômico anterior, tanto homens quanto mulheres enfrentaram desafios na transição para o trabalho coletivo. Enquanto as mulheres passaram a ter maior acesso à educação e aos serviços públicos, os homens também tiveram que se adaptar a novos modelos de organização e a partilhar responsabilidades que antes eram ainda mais rigidamente atribuídas, e pessoas de identidades diversas ainda lutavam por reconhecimento dentro do novo sistema.

As primeiras políticas sociais revolucionárias foram frequentemente centralizadas, controladas por lideranças masculinas e concebidas a partir de uma perspectiva binária, o que limitou a efetiva emancipação das mulheres e, simultaneamente, restringiu a diversidade de expressões de gênero no campo. Por isso, persistiram desafios como a sobrecarga de trabalho doméstico, a marginalização de mulheres racializadas no mercado de trabalho e na esfera política e a centralização do poder nas mãos de lideranças predominantemente masculinas.

Nos anos 60, 70 e 80, as cooperativas agrícolas, como as Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS), as Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA) e as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (Ubpc), tornaram-se centrais no sistema de produção. O Estado incentivou a participação dos camponeses nessas cooperativas, buscando uma produção mais coletiva e igualitária. No período, enquanto a Federação de Mulheres Cubanas (FMC) desempenhou um papel importante na inclusão das mulheres, os homens também foram integrados a esses novos espaços produtivos, mas com expectativas de manter funções de liderança e controle. Outras identidades de gênero, entretanto, muitas vezes não encontravam espaço, pois o modelo predominante mantinha uma visão binária, heteronormativa e hierarquizada, limitando a diversidade de experiências e a participação de grupos marginalizados.

Já na década dos 90, a queda do bloco socialista e a subsequente crise econômica nacional impactaram profundamente a agricultura cubana. Durante o Período Especial, a

escassez de insumos e a necessidade de adotar práticas alternativas, como a agricultura orgânica e urbana, impactaram todas as famílias agricultoras e rurais. Tanto homens quanto mulheres sofreram com a instabilidade econômica: enquanto as mulheres enfrentavam o agravamento da sobrecarga de trabalho não remunerado, os homens viram seus modos tradicionais de produção serem desafiados pela necessidade de se adaptarem a novas realidades de mercado.

A partir dos anos 2000, Cuba iniciou novas reformas agrícolas que revisaram o modelo de propriedade coletiva e introduziram alternativas no marco da agricultura familiar, como parcelas privadas e flexibilização de arrendamentos. As políticas de igualdade de gênero incluíram uma maior participação das mulheres, mas as disparidades persistiram. Além de enfrentar barreiras específicas, as mulheres continuaram sendo sub-representadas nas posições de liderança agrícola.

Entre a segunda década e os primeiros anos da terceira década do século XXI, a ênfase passou a ser na sustentabilidade e autossuficiência, com a promoção de práticas orgânicas e a agricultura urbana. O governo incentivou o usufruto de terras ociosas, microempresas e a agroecologia, buscando reduzir a dependência de insumos importados. Essa transição beneficiou tanto homens quanto mulheres, mas as mulheres agricultoras familiares, apesar de contribuírem significativamente, continuam a enfrentar desafios no acesso a recursos financeiros e tecnológicos. Simultaneamente, homens agricultores familiares que tentam adotar práticas mais sustentáveis podem encontrar barreiras culturais e estruturais, e pessoas de outras identidades de gênero muitas vezes permanecem à margem devido à pouca promoção e gestão nos espaços agrícolas de ações e programas baseados nas políticas inclusivas existentes, que reconhecem sua diversidade.

Em síntese, o devir histórico da agricultura familiar cubana revela uma transformação dos modos de produção, da exploração escravista ao trabalho remunerado, acompanhada de mudanças significativas na propriedade da terra e de tentativas de modernização e inclusão social. Todavia, persistem as desigualdades históricas e as disparidades de gênero continuam a influenciar a organização e a sustentabilidade das cooperativas e comunidades agrícolas.

Apesar das mudanças ocorridas, a agricultura familiar em Cuba ainda carrega marcas da divisão sexual do trabalho própria do capitalismo. De modo geral, percebeu-se que as mulheres agricultoras concentram-se principalmente no cultivo de parcelas domésticas, hortas, na criação de animais de pequeno porte e nas atividades relacionadas ao cuidado e ao

trabalho doméstico – funções fundamentais para o funcionamento do sistema agrário, mas que continuam sendo desvalorizadas.

A centralização dos recursos e a persistência de normas culturais hierarquizadas limitam a autonomia de cada grupo que participa da agricultura familiar cooperativa cubana, seja pelo predomínio das lideranças masculinas ou pela invisibilidade de outras vozes. Embora reformas e políticas sociais tenham promovido avanços (como a redistribuição de terras, a criação de cooperativas e o fortalecimento de programas de capacitação) as desigualdades históricas, em particular as relacionadas a gênero, continuam a marcar as comunidades agrícolas. Essas desigualdades não afetam apenas as mulheres, mas também homens e pessoas de outras identidades de gênero, cada grupo enfrentando desafios específicos decorrentes de um legado de hierarquias, de centralização, de rígidas construções de gênero, de preconceitos e de exclusões que ainda precisam ser superados.

Por exemplo, temos a discriminação das mulheres agricultoras familiares cisgênero de parte dos espaços decisórios e barreiras que limitam o seu acesso à terra e aos créditos agrários, o que lhes impede de controlar os recursos produtivos. Além disso, as mulheres neste contexto também acumulam a dupla jornada: realizam tanto as atividades agrícolas quanto a maioria das responsabilidades domésticas, o que as coloca em uma posição de sobrecarga e sendo que seu trabalho muitas vezes tem um reconhecimento limitado ou, é diretamente desvalorizado, além de ser mantido no âmbito informal e não remunerado. Essa divisão sexual do trabalho, que remete a uma tradição patriarcal, contribui para a invisibilidade de suas contribuições na economia do lar, restringindo suas oportunidades de formação e acesso a tecnologias e redes de apoio que são, em grande parte, dominadas pelos homens agricultores cisgênero.

Como a estrutura de poder histórica e sistematicamente enraizada na agricultura familiar cooperativa cubana ainda privilegia os homens, se perpetua uma divisão sexual do trabalho que desvaloriza as contribuições femininas e reforça a dependência econômica das mulheres de famílias agricultoras. Apesar de muitas vezes participar em diretamente na produção agrícola, elas são catalogadas como ajudantes familiares e não têm acesso aos espaços cooperativos de debate e tomada de decisões. A persistência de uma cultura que subestima o trabalho não remunerado das mulheres, somada à falta de apoio e de espaços de liderança para elas, limita a efetiva transformação das relações agrícolas de gênero.

Contudo, essa dinâmica também afeta os homens cisgênero, que muitas vezes são pressionados a se dedicar à produção agrícola familiar e à gestão dos recursos produtivos de

forma exclusiva, entanto se olha preconceituosamente para sua participação em tarefas domésticas e de cuidado, perpetuando uma divisão rígida dos papéis de gênero, em lugar de fomentar a adoção de práticas mais colaborativas no âmbito do lar, familiar, cooperativo e comunitário. Além disso, pessoas de outras identidades de gênero, que não se enquadram nos moldes tradicionais, podem enfrentar barreiras adicionais e encontrar dificuldade em acessar espaços de liderança no agro ou em ter seu trabalho reconhecido, já que as normas sociais convencionais raramente reconhecem ou valorizam suas contribuições tanto no âmbito produtivo da agricultura quanto no doméstico.

As reformas econômicas iniciadas em 2011 trouxeram mudanças significativas para a agricultura familiar cubana, incluindo maior autonomia para os pequenos produtores e a ampliação das cooperativas. No entanto, esses processos também impactaram nas desigualdades de gênero. A flexibilização do mercado agrícola e a necessidade de aumentar a produtividade colocaram uma pressão adicional sobre os o setor camponês, influenciando de forma desigual mulheres e homens. Enquanto os homens produtores familiares tiveram aumentada a facilidade para acessar novos mercados e obter benefícios econômicos, muitas mulheres ficaram sobrecarregadas com a ampliação de suas responsabilidades sem o suporte adequado.

A articulação das relações de gênero na agricultura familiar cubana, especialmente no contexto das CCS, revela um cenário complexo em que avanços institucionais coexistem com desafios históricos, culturais e estruturais. Embora as CCS tenham sido criadas para organizar pequenos produtores (agricultores familiares) e facilitar o acesso a recursos financeiros, assistência técnica e apoio logístico, as desigualdades persistem.

A formulação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar na Cuba socialista tem oscilado entre o ideal marxista de socialização dos meios de produção e a realidade concreta de um setor agropecuário fragilizado. Desde 1959, o Estado cubano promove a coletivização progressiva da terra, ao mesmo tempo em que reconhece o papel do pequeno produtor e da propriedade privada sob regulação estatal. As CCS expressam essa dualidade: por um lado, são estruturas de base cooperativa e socialista, apoiadas pelo Estado (e reconhecidas como formas avançadas de produção socialista), e, por outro lado, preservam o usufruto individual da terra e dos meios de produção por parte dos agricultores.

Essa configuração gera tensões frente aos princípios marxistas clássicos: nas CCS, a propriedade da terra não é plenamente socializada, embora seu funcionamento esteja orientado para suprir necessidades sociais, como o abastecimento alimentar. No que diz

respeito ao trabalho socialmente necessário, as CCS mobilizam sua força de trabalho para atender a essas necessidades, porém enfrentam limitações significativas, como a escassez de insumos e o atraso tecnológico, que comprometem a produtividade.

As relações de produção também passaram por mudanças: observam-se tendências de mercantilização dentro das cooperativas, com processos de capitalização e contratação de mão de obra assalariada, o que se aproxima da lógica capitalista. Diante disso, o Estado cubano tem buscado intensificar a regulação e o controle da orientação produtiva. Nos últimos anos, políticas públicas vêm sendo adotadas com o objetivo de fortalecer as cooperativas (como a entrega de novas terras, o estímulo à criação de mercados concentradores e a ampliação da autonomia local) visando aumentar sua eficácia.

Do ponto de vista empírico, as CCS continuam sendo a espinha dorsal da agricultura não estatal em Cuba. Elas representam o principal canal de inserção de dezenas de milhares de famílias rurais no sistema produtivo, além de facilitarem o acesso a apoios estatais. Ainda assim, a produção conjunta das CCS não consegue suprir plenamente a demanda alimentar interna, devido a problemas estruturais como a escassez de insumos, a baixa retirada de colheitas pelos mercados estatais e as dificuldades impostas pelo bloqueio econômico, que impactam negativamente a mecanização e a adubação das lavouras. Esses desafios limitam o impacto social positivo das CCS, particularmente no que se refere à segurança alimentar e à geração de emprego. Por outro lado, essas cooperativas oferecem maior controle coletivo sobre os processos de produção e distribuição, promovendo formas mais solidárias de gestão dos bens e dos rendimentos entre os associados.

A trajetória da agricultura familiar cubana revela um processo prolongado de construção da propriedade social do campo, ainda marcado por limites pragmáticos. As CCS representam um modelo híbrido de produção: articulam cooperação comunitária e objetivos socializados, mas mantêm elementos de propriedade privada. As políticas públicas mais recentes buscam reforçar essas organizações por meio da expansão do cooperativismo, da diversificação de mercados e da implementação de programas sociais rurais. No entanto, o aprofundamento desse modelo requer o ajuste dos incentivos econômicos, a melhoria da gestão produtiva e o fortalecimento da participação coletiva no planejamento. Apenas assim será possível aproximar as CCS do ideal marxista de uma agricultura em que o trabalho familiar contribua plenamente para o bem-estar social.

Na CCS-F Atanagildo Cajigal, houve esforços para incluir mais mulheres em projetos produtivos. No entanto, a carga dupla de trabalho, na produção e no cuidado do lar e da

família, continua sendo um obstáculo significativo para a plena inserção das mulheres nesta instituição. Além disso, se observou que, a eficácia de suas ações muitas vezes é limitada por barreiras culturais e pela resistência de estruturas patriarcais enraizadas nas associadas, nos associados e na presidência da cooperativa. Para outras identidades de gênero, se verificou a ausência de políticas institucionais específicas para diminuir sua marginalização. Além do mais, o foco das práticas em Atanagildo Cajigal ainda está amplamente voltado para a dicotomia homem-mulher, sem considerar a diversidade de experiências de gênero no campo cubano.

Mulheres negras, idosas, chefes de família e pessoas Lgbtqiap+ enfrentam desafios específicos que precisam ser considerados para que as políticas sejam verdadeiramente inclusivas e transformadoras. No caso da cooperativa Atanagildo Cajigal, a implementação de medidas que levem em conta essas diferenças pode ser um caminho para tornar-la um espaço mais equitativo.

Observamos que as mulheres associadas à CCS Atanagildo Cajigal enfrentam barreiras estruturais relacionadas não apenas à divisão sexual do trabalho, mas também às limitações impostas pelas redes de apoio, pelo uso do espaço e pelas próprias regras cooperativistas. Assim, a estrutura cooperativa, mesmo sendo um espaço de organização coletiva e relativa autogestão, reproduz assimetrias herdadas de um histórico agrário patriarcal e evidencia que as dinâmicas de poder e trabalho são profundamente atravessadas por fatores que muitas vezes reforçam padrões tradicionais de subordinação das mulheres ao não contemplar plenamente suas necessidades específicas e os espaços informais de negociação de poder.

Nota-se que, nos lares da cooperativa Atanagildo Cajigal, os sentidos atribuídos às práticas cotidianas reproduzem normas de gênero tradicionais. A comparação das rotinas e dinâmicas de trabalho dos três lares evidencia assimetrias nas cargas de atividades, na distribuição do tempo, nos espaços de atuação e nas formas de interação social. Nos lares em que as mulheres participam mais ativamente das atividades produtivas, observa-se uma maior tendência à redistribuição das responsabilidades domésticas, embora isso nem sempre implique uma redistribuição do poder decisório. Em contrapartida, a presença de mulheres idosas e adolescentes impacta diretamente a divisão do tempo e do espaço, influenciando as trajetórias de trabalho das mulheres na cooperativa.

Ao associar os fatores de classe, gênero, raça, geração e territorialidade, permite identificar como diferentes sujeitos dentro da CCS Atanagildo Cajigal vivem as contradições do sistema socialista cubano e como as políticas sociais impactam esses sujeitos de formas

desiguais. Os homens agricultores cis-heterossexuais ainda dominam os cargos de liderança e as instâncias de decisão, enquanto as mulheres, mesmo quando ocupam posições de poder, precisam equilibrar as exigências produtivas com a esfera reprodutiva.

Para transformar esse cenário, seria necessário repensar os critérios de adesão à cooperativa, permitindo que mulheres agricultoras sem propriedade possam se tornar membros plenos. A implementação de um programa de redistribuição de terras ou a flexibilização dos requisitos de associação (aliado ao acesso facilitado a créditos e financiamentos) podem contribuir para a superação dessa barreira estrutural.

As mulheres agricultoras familiares racializadas de espaços periféricos enfrentam desafios adicionais e podem ter suas necessidades específicas negligenciadas em comparação com as mulheres agricultoras brancas de áreas mais privilegiadas, devido a modelos de políticas uniformes, binários e heterocentrados.

Dessa forma, este estudo contribui para um debate mais amplo sobre a necessidade de repensar as políticas sociais e agrárias sob uma perspectiva que não apenas contemple a equidade de gênero em seus objetivos, mas também questione as estruturas que perpetuam as desigualdades. Isso envolve a revisão dos mecanismos de tomada de decisão dentro das próprias cooperativas, o fortalecimento das redes de apoio comunitárias e o reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidado como parte fundamental da reprodução social e econômica agrícola.

Para promover uma reconfiguração profunda dos padrões patriarcais presentes na agricultura familiar em Cuba, é essencial que as políticas sociais sejam descentralizadas, adaptadas às especificidades regionais e locais, e voltadas para o fortalecimento da representação, da inclusão, da capacitação e da autonomia de todos os atores na tomada de decisões e na gestão dos recursos produtivos. Isso implica reconfigurar o desenvolvimento no agro, bem como as relações sociais e de poder (desde o lar, passando pela família, até a cooperativa e a esfera comunitária), a fim de garantir maior equidade e promover relações de gênero mais justas nesse tipo de agricultura. A transformação deve abranger não apenas o empoderamento das mulheres agricultoras familiares, mas também a redefinição dos papéis dos homens nesse contexto, a criação de espaços inclusivos para pessoas de outras identidades de gênero e o reconhecimento de todas as dimensões de opressão que afetam os diferentes sujeitos no sistema agrário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGARWAL, B. Negociación y relaciones de género: dentro y fuera de la unidad doméstica. **Historia Agraria**, n.17, p. 13-58, 1999.

AGUILAR, C.; POPOWSKI, P.; VERDESES, M. Mujer, Período especial y vida cotidiana. **Temas**, no. 5, p. 11-17, jan./mar. 1996.

ALTIERI, M A. **La paradoja de la agricultura cubana. Reflexiones agroecológicas basadas en una visita reciente a Cuba**, 2009. Disponível em: http://www.ecoportat.net/Temas_Especiales/Desarrollo_Sustentable/la_paradoja_de_la_agricultura_cubana_reflexiones_agroecologica. Acesso em: 5 março 2022.

ALTIERI, M. A.; FUNES MONZOTE, F. R. The Paradox of Cuban Agricultura. **Monthly Review**, v. 63, n. 8, p. 23-33, 2012.

ALTIERI, M. A; NICHOLLS, C. I. **Nuevos caminos para reforzar la resiliencia agroecológica al cambio climático**. Berkeley, California: SOCLA, 2017.

ALTIERI, M.A.; NICHOLLS, C.I. Agroecology: challenges and opportunities for farming in the Anthropocene. **International Journal of Agriculture and Natural Resources**, v. 47, n. 3, p. 204-215, 2020. Disponível em: <https://www.ijanr.cl/index.php/ijanr/article/view/2281>. DOI: <https://doi.org/10.7764/ijanr.v47i3.2281>. Acesso em: 13 abril 2024.

ÁLVAREZ LICEA, M. D. Estructuras de producción y sostenibilidad en la agricultura campesina. In FÚNEZ, F.; PÉREZ, N. (Eds.). **Transformando el campo cubano**. La Habana, Cuba: Actaf, 2006.

ÁLVAREZ SUÁREZ, M.C. Igualdad de género en el sector público en Cuba: informe de sistematización de experiencias. **Entregas sobre Género**, n. 3, jul. 2022. La Habana: Centro de Estudios de la Mujer (CEM-FMC), Editorial de la Mujer, 2022.

ÁLVAREZ, E. La apertura externa cubana. **Revista Cuba: Investigación Económica**, n.1 enero-marzo, 1995.

ARAÚJO, A.; CANTERI, M. H.; BITTENCOURT, J. V. Gênero no contexto da agricultura familiar. In SERPE, B.; DA SILVA, L. A. (Org.). **Desenvolvimento, gênero e pobreza**. Editora UEPG, p. 223-252, 2018.

ARIAS GUEVARA, M. A; ECHEVARRÍA LEÓN, D. Mujeres, trabajo y reproducción de la vida en Cuba: los desafíos de la pandemia y la reforma económica. **Revista Sudamérica**. n° 15, p. 37-69, dez. 2021.

ARIAS GUEVARA, M.A. Cuba: reforma y transformación agraria. La crisis de los noventa y el proceso de desestatalización de la agricultura. **Revista IDEAS (Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)**, v. 3, n. 1, p. 6- 29, jan./jun. 2009.

ARIAS GUEVARA, M.A. Encuentros y desencuentros entre los estudios de género y las teorías del desarrollo. Aportes de la economía feminista. *In* SERPE, B.; DA SILVA, L. A. (Org.). **Desenvolvimento, gênero e pobreza**. Editora UEPG, p. 189-206, 2018.

ARIAS GUEVARA, M.A. Lo Rural como Circuito Espacial de la Violencia Contra las Mujeres, las Voces de las Víctimas y el Desafío para la Construcción de Políticas Públicas. *In*: VOSNE MARTINS, A.P.; ARIAS GUEVARA, M.A. (Orgs.). **Políticas de Género na América Latina: Aproximações, Diálogos e Desafios**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

ARIAS GUEVARA, M.A.; LEYVA REMÓN, A. Cuba: El camino hacia la sustentabilidad agrícola. Una visión sociológica del cambio. **Revista Estudios Agrarios**, v. 18, n. 51, p. 99-119, 2012.

ARIAS GUEVARA, M.A.; LEYVA REMÓN, A. Los estudios rurales en Cuba. Reflexiones sobre la estructura social y los cambios en la agenda de investigación. *In* LEYVA REMÓN, A.; ECHEVARRÍA LEÓN, D. (Org.). **Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales**. Panamá: Ruth Casa Editorial, p. 22-41, 2017.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BALBOA NAVARRO, I. Entre lo real y lo imaginario: el bandolijrismo rural en Cuba en la segunda mitad del siglo XIX. **CONTRASTES. Revista de Historia**, n. 12, 2001-2003.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Qualitative research for education: an introduction to theory and methods**. Boston: Allyn and Bacon Inc., 1982.

BOTELLA-RODRÍGUEZ, E. Assessing Cuba's early repeasantisation during the Special Period and beyond (1990-2008). **HAAL**, v. 2, n. 2, p. 1-26, nov. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53077/haal.v2i02.89>. Acesso em: 5 março 2025.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3. ed. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003.

CALLEJAS OPISSO, S.; LOYOLA VEGA, O.; DÍAZ PENDÁS, H.; LÓPEZ CIVEIRA, F.; RODRÍGUEZ BEN, J.A. **Historia de Cuba: Nivel Medio Superior**. 2. ed. corr. Playa, La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 2011.

CAMPUZANO, L. Ser cubanas y no morir en el intento. **Temas**, no. 5, p. 4-10, jan./mar. 1996.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 22-55, jul. 2001.

CASIMIRO RODRÍGUEZ, L. **Bases metodológicas para la resiliencia socioecológica de fincas familiares en Cuba**. Tese (Doutorado em Agroecologia) - Universidad de Antioquia, Medellín, 2016.

CASIMIRO RODRÍGUEZ, L.; CASIMIRO GONZÁLEZ, J. A.; SUÁREZ HERNÁNDEZ, J. **Resiliencia socioecológica de fincas familiares en Cuba**. Matanzas: Editora Estación Experimental de Pastos y Forrajes Indio Hatuey, 2017.

CASTELLANOS MATOS, A. **Las Cooperativas de Producción Agropecuaria del municipio Cabaiguán**. Monografía (Economía) - Universidad Central “Marta Abreu”, Las Villas, junho 2016.

CASTELLÓN, C. **Dinámica de Población y Desarrollo**. Monografía (Programa Global de Formación en Población y Desarrollo) - Centro Latinoamericano De Demografía (CELADE), La Habana, 1994.

CASTRO RUZ, F. **La historia me absolverá**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007.

CEBALLO, A.; GIRALDEZ, L. M. **Agroecología: un modelo sustentable de vida**. **Granma**. La Habana, fevereiro, 2015.

CEM-FMC (CENTRO DE ESTUDIOS DE LA MUJER); CEPDE-ONEI (CENTRO DE ESTUDIOS DE POBLACIÓN Y DESARROLLO). **Mirando las relaciones de género en Cuba: informe ejecutivo. Encuesta Nacional sobre Igualdad de Género**. La Habana: Editorial de la Mujer, 2018.

CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE). **Situación económica de Cuba**. Santiago de Chile, 2010.

CEPAL, FAO; IICA. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2014**. San José: Iica, 2013.

COLLINS, P. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. *In*: MORENO, R (Org.). **Reflexões e práticas de transformação feminista**. São Paulo: SOF – Sempre Viva Organização Feminista, 2015. p. 13-42.

COMPANIONI, N.; RODRÍGUEZ-NODALS, A.; SARDIÑAS, J. Avances de la agricultura urbana, suburbana y familiar. **Agroecología**, v. 12, n. 1, p. 91-98, 2017.

COSTA, M. Uma agenda para jovens pesquisadores. *In* COSTA, M. (Org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. Rio de Janeiro: DP&A, p.143-156, 2002.

CPP (COUNTRY PARTNERSHIP PROGRAM). **Apoyo a la implementación del programa de acción nacional de lucha contra la desertificación y la sequía en Cuba**. La Habana: Iré Production, 2014.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º, 2002.

CRUZ, M. C. ¿Agricultura sostenible? *In*: GUZÓN, A. (edit.). **Desarrollo local en Cuba: retos y perspectivas**. La Habana: Ed. Academia, p. 193-220, 2007.

CUBA. Código Civil de la República de Cuba. **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, La Habana, 8 nov. 2022. Disponível em: https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/codigo_civil_actualizado_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Código de las Familias de la República de Cuba. **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, La Habana, n. 99, ext., 27 set. 2022. Disponível em: https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2022-o99_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Código de Trabajo de la República de Cuba. **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, La Habana, n. 29, ext., 17 jun. 2014. Atualizado em: 20 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/es/ley-no-116-codigo-de-trabajo>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Constitución de la República de Cuba. **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, La Habana, n. 5, ext., 10 abr. 2019a. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2019-ex5.pdf>. Acesso em: 9 de jul. de 2023.

CUBA. Decreto 109/2024 – Sistema Nacional para o Cuidado Integral da Vida. **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, La Habana, n. 99, 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2024-o99.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CUBA. Decreto nº 358/2018. Sobre la entrega de tierras estatales ociosas en usufructo. **Gaceta Oficial da República de Cuba**, Edição Extraordinária nº 39, 7 set. 2018. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2018-ex39.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Decreto nº 96/2023. Estrategia Integral de Prevención y Atención a la Violencia de Género y en el Escenario Familiar. **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, nº 101 Extraordinaria, 9 dez. 2021. Disponível em: https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-ex101_.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Decreto Presidencial nº 198/2021. Programa Nacional para el Adelanto de las Mujeres (PAM). **Gaceta Oficial de la República de Cuba**, nº 14 Extraordinaria, 8 mar. 2021. Disponível em: https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-ex14_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Decreto-Ley nº 73/2023. De las Cooperativas agropecuarias. **Gaceta Oficial da República de Cuba**, Edição Extraordinária nº 73, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2023-ex73.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

CUBA. Decreto-Ley No. 365 De las cooperativas agropecuarias. **Gaceta Oficial De La República De Cuba**, No. 37 Ordinaria. 2019b.

CUBA. **Estrategia de Género del Sistema de la Agricultura 2021-2025**. Minag, La Habana, 2021. Disponível em: <https://www.genero.onei.gob.cu/webapp/static/documents/informes/Estrategia%20de%20Genero%20de%20Sistema%20de%20la%20agricultura.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Estrategia de Género del Sistema de la Agricultura de Cuba 2015-2020. Minag, La Habana, 2016. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/cub223890.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. **Ley de Reforma Agraria. 1959.** Disponível em: http://www.revistacaliban.cu/articulo.php?numero=3&article_id=41. Acesso em: 11 nov. 2024.

CUBA. Resolução nº 598/2021. Reconocimiento de Productores Agropecuarios. **Gaceta Oficial da República de Cuba**, nº 115 Ordinária, 30 set. 2021. Disponível em: https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o115_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUBA. Resolução nº 599/2021. Vinculación de Usufructuarios con Empresas y cooperativas. **Gaceta Oficial da República de Cuba**, nº 115 Ordinária, 30 set. 2021. Disponível em: https://www.gacetaoficial.gob.cu/sites/default/files/goc-2021-o115_0.pdf. Acesso em: 9 jul. 2023.

CUENCA RIVERA, J. A; QUEVEDO GUERRERO, J. N; GARCÍA BATISTA, R. M. Evaluación de la mineralización de biochar sobre parámetros químicos del suelo en dos tiempos de incubación. **Revista Científica Agroecosistemas**, v. 8, n. 1, p. 6-14, 2019.

DABENIGNO, V. La sistematización de datos cualitativos desde una perspectiva procesual. De la transcripción y los memos a las rondas de codificación y procesamiento de entrevistas. *In*: BORDA, P; DABENIGNO, V; FREIDIN, B; GÜELMAN, M. (Org.). **Estrategias para el análisis de datos cualitativos**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p.22-71, 2017.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. Tradução livre. Plataforma Gueto, 2013.

DE ARAÚJO, L. Aspectos éticos da pesquisa científica. **Pesqui Odontol Bras.** v.17(Supl 1) p.57-63, 2003.

DE OLIVEIRA, M.; VILAÇA, A.; CORREIO, L. Agricultura Familiar: Reflexões Sobre Gênero. **Revista de Administração de Roraima-UFRR**, v. 9, n.1, p.52-76, jan-jun 2019. Disponível em: <http://revista.ufr.br/index.php/adminrr/>. Acesso em: 5 março 2021.

DE SOUSA *et al.* Capítulo 4: Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. *In*: MINAYO, M. C. S.; ASSIS S. G.; SOUZA, E. R. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.

DEERE, C. D. **The Feminization of Agriculture? Economic Restructuring in Rural Latin America. Occasional Paper 1**. United Nations Research Institute for Social Development: Geneva, 2005.

DEERE, C. D.; GONZÁLES, E.; PÉREZ, N.; RODRÍGUEZ, G. Household Incomes in Cuban Agriculture: A Comparison of the State, Cooperative, and Peasant Sectors. **Development and Change**, v. 26, n. 2, p. 209-34, 1995.

DEERE, C. D; LEÓN, M. **La brecha de género en la propiedad de la tierra en América Latina**. 2014. Disponível em: <https://americalatinagenera.org/wp->

[content/uploads/2014/07/la_becha_de_genero_en_propiedad_tierra_al.pdf](#). Acesso em: 16 fev. 2025.

DEERE, C.D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

DEL VALLE, H. Familia, género y protección social: transformaciones y feminización de las políticas sociales. In SERPE, B; DA SILVA, L. (Org.). **Desenvolvimento, Gênero e Pobreza**. Ponta Grossa/PR, UEPG, p.205-222, 2018.

DENZIN, NORMAN K.; LINCOLN, YVONNA S. Introduction: entering the field of qualitative research. In: DENZIN, NORMAN K.; LINCOLN, YVONNA S. (eds.). **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 1994. p. 1-18.

DONÉSTEVEZ SÁNCHEZ, G.; MUÑOZ GONZÁLEZ, R. Políticas y régimen agrario en la transición socialista en Cuba. Una mirada desde la economía crítica. In LEYVA REMÓN, A.; ECHEVARRÍA LEÓN, D. (Org.). **Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales**. Panamá: Ruth Casa Editorial, p. 43-64, 2017.

DOUZANT, D. Cuba: ¿La vuelta de los campesinos? **Anuario Americanista Europeo**, vol. 6, n. 7, p. 85-109, 2009.

DOUZANT, D. Les défis du développement de l'agriculture cubaine. **Les Cahiers des Amériques latines**, n. 31-32, 2002.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

ECURED (ENCICLOPEDIA CUBANA EN LA RED). **Edecio Pérez (Holguín)**. EcuRed. Disponível em: [https://www.ecured.cu/Edecio_P%C3%A9rez_\(Holgu%C3%ADn\)](https://www.ecured.cu/Edecio_P%C3%A9rez_(Holgu%C3%ADn)). Acesso em: 16 fev. 2025.

ENGELS, F. **El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado**. Marxists Internet Archive, 2017. Edición digital del Archivo Marx-Engels de la Sección en Español del MIA. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/origen-familia.pdf>. Acesso em: 17 fevereiro 2024.

ESPINA, M, *et al.* **El análisis de la movilidad social. Propuesta de una perspectiva metodológica integrada y caracterización del caso cubano**. Cips (Centro de Investigaciones Psicológicas y Sociológicas), 2009.

ESPINAR RUIZ, E. Las raíces socioculturales de la violencia de género. **Revista Escuela Abierta**, v. 10, p. 23-48, 2007.

ESTRADA GARZÓN, J.M.; PEÑA HERRERA, A.A. La mujer campesina en la historia cultural, política y social cubana. **Pedagogía Profesional**, v. 17, n. 1, p. 1-10, jan.-mar. 2019.

FAJARDO GARCÍA, G.; MORENO CRUZ, M. M. Prólogo. In: FAJARDO GARCÍA, G.; MORENO CRUZ, M. M. (Org.). **El cooperativismo en cuba. Situación actual y propuestas**

para su regulación y fomento. España: CIRIEC (Centro Internacional de Investigación e Información), p. 9-12, 2018.

FAO. **Marco Estratégico de Mediano Plazo de Cooperación de la FAO en Agricultura Familiar en América Latina y el Caribe 2012-2015**. 2012. Disponível em: http://www.rlc.fao.org/es/publicaciones/marco_estrategico_cooperacion_fao_agricultura_familiar_alc/. Acesso em: 9 de julho de 2023.

FAO. **Proposed FAO Working Definition of Family Farming for IYFF**. Roma: FAO, 2013.

FEDERICI, S. **Notas sobre género en El capital de Marx**. Viento Sur, 2017. Disponible en: <https://vientosur.info/Notas-sobre-genero-en-El-capital-de-Marx/>. Acesso em: 5 março 2024.

FERNÁNDEZ SILVA, L.A. **Mulheres em Mujeres: um estudo interseccional dos sentidos de gênero produzidos pela revista cubana**. Tese (Doutorado em Jornalismo) – Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

FERREIRA, A. P. A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso. **Rev. Bras. De Agroecologia**, vol. 4, n. 2, p. 2114-2117, 2009.

FERRERO HARDY, T. L. **Expresiones de la Violencia de Género contra la Mujer en la Relación de Pareja en la Comunidad Edecio Pérez, Holguín**. Monografía (Gestión Sociocultural para el Desarrollo) – Universidad de Holguín, Holguín, 2020.

FIGUEROA, V. M. Cuba: One Experience of Rural Depeloment. In RAMACHANDRAN, V. K.; SWAMINATHAN, M. (Edit.). **Agrarian Studies. Essays on Agrarian Relations in Less-Developed Countries**. New Delhi: TuliKa Books, p. 445-472, 2002.

FIGUEROA, V. M. Los campesinos en el proyecto social cubano. **Temas**, v. 44, p. 13- 25, 2005.

FRASER, Nancy. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista». In: BUTLER, Judith; FRASER, Nancy. **¿Redistribución o reconocimiento? Un debate entre marxismo y feminismo**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016. p. 23-66. (New Left Review)

FREITAS, R.; BARROS, N.; BRAGA, C., SANTOS M. C.; MESQUITA, A. Violência contra a mulher em Niterói – Notas. **Niterói**, v.12, n.1, p. 157-182, 2011.

FUNES AGUILAR, F. El enfoque agroecológico en el presente de la agricultura cubana. In: **Taller Nacional BTJ (Brigadas Técnicas Juveniles) “Prácticas agroecológicas para un desarrollo sostenible”**. La Habana, 2013.

FUNES MONZOTE, F. R. **Agricultura con futuro: La alternativa agroecológica para Cuba**. Matanzas, Cuba: Estación Experimental de Pastos y Forrajes Indio Hatuey, 2009.

FUNDORA NEVOT, G.H. **Desigualdades clasistas e interseccionalidad. Análisis del contexto cubano 2008-2018**. La Habana: Publicaciones Acuario, Centro Félix Varela, 2020.

GARCÍA BOTELLA, L. Have Women Gained Access to Land in Cuba? Gender, Agrarian Reform and Land Ownership. **Revista de Estudios Agrarios**, n. 70, p. 45-68, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9069439.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2023.

GARCÍA PEDRAZA, L; LEYVA REMÓN, A; ALONSO FREYRE, J.; GARCÍA RUIZ, J. G. Sector cooperativo y políticas de desarrollo en Cuba (1959-2020). *In*: ROMERO FERNÁNDEZ, E. R. (Coord.). **Necesidad del carácter público de las políticas de desarrollo en función de un modelo socialista próspero y sostenible**. Santa Clara: Editorial Feijóo, 2022. p. 145-165.

GAREA ALONSO, J.M.; LA O SOSA M. **Reforma agraria: la experiencia cubana**. Roma: FAO, 2001.

GÓMEZ FERRALS, M. **De lo espurio y lo salvaje: La Ley Torricelli**. La Habana: ACN (Agencia Cubana de Noticias), 21 outubro 2021. Disponível em: <http://www.acn.cu/especiales-acn/86151-de-lo-espurio-y-lo-salvaje-la-ley-torricelli>. Acesso em: 5 março 2022.

GONÇALVES, Eliane; ASSIS, Mariana Prandini. Reprodução social como trabalho e condição de existência: entrevista com Silvia Federici. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 25, e74680, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/download/74680/39136/357818>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GONZÁLEZ MASTRAPA, E. Cuba: descentralización, agricultura y sociedad en el 2015. Transformaciones en marcha y retos futuros. **Revista De Sociología, Departamento de Sociología Universidad de Nariño**, v. VI – II, p. 217-246, Julho - Dezembro 2017.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e Subjetividade. Os processos de construção da informação**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

GONZÁLEZ, A. La economía cubana en 1994 y escenarios para 1995. **Revista Cuba: Investigación Económica**. n. 1, janeiro-março, 1995.

GONZÁLEZ, A.; ARTILES, J. Las cooperativas agrarias de crédito y servicio en Cuba. **Revista Civilizar Ciencias Sociales y Humanas**, v. 16, n. 30, p. 161-174, 2016.

GOOGLE. **Google Maps**. 2025. Disponível em: <https://www.google.com/maps>. Acesso em: 23 abril 2025.

HEREIRA DOMÍNGUEZ, M. **El cooperativismo y su importancia para el desarrollo del municipio de Manicaragua**. 2015. Disponível em: https://1library.co/article/cooperativismo-agropecuario-potencialidades-cooperativismo-importancia-des.yj7o1v2y#google_vignette. Acesso em: 5 março 2021.

HERNÁNDEZ GARCÍA, Y. Violencia de género, feminismo y representación en Cuba. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 1, e53719, 2019.

HERNÁNDEZ GARCÍA, Y.; DELGADO TORNÉS, A.N. Políticas públicas locales para atender la violencia de género en Cuba: entre desafíos y la realidad social de las mujeres víctimas. **Encuentros**, v. 14, n. 2, p. 105-120, jul./dez. 2016.

HERNÁNDEZ MÁRQUEZ, R. Cambios en las dinámicas del sistema de asentamientos en el oriente de Cuba. 2002 – 2018. **Cuadernos Geográficos**, v. 61, n.1, p. 251-268, 2022.

HERRERA SORZANO, A.; GONZÁLEZ SOUSA, R. Políticas públicas en el agro cubano a partir de la crisis de los años noventa del siglo XX. In LEYVA REMÓN, A.; ECHEVARRÍA LEÓN, D. (Org.). **Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales**. Panamá: Ruth Casa Editorial, p. 65-83, 2017.

HIDALGO LÓPEZ-CHÁVEZ, V. **Desigualdades sociales y ruralidad en Cuba. Los desafíos a la política social**. Fundación Friedrich Ebert, maio 2021.

HIDALGO LÓPEZ-CHÁVEZ, V. **Desigualdades, ruralidad e interseccionalidad: análisis del contexto cubano 2008-2018**. Publicaciones Acuario, La Habana, 2020.

IPS (INTER PRESS SERVICE). Política de género llegó para quedarse en el agro cubano. 2020.

JIMÉNEZ GUETHÓN, R.; ALMAGUER GUERRERO, R. El cooperativismo cubano: historia, presente y perspectivas. **UniRcoop**, vol. 1, n. 2, p. 178-200, 2003.

LAIRE, C. **El desarrollo en la primera infancia en Cuba: La experiencia de un sistema integrado y ampliado para que todos los niños y niñas comiencen la vida de la mejor manera**. Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF), Oficina de País en Cuba, fev. 2016. Disponible em: <https://www.unicef.org/cuba/media/586/file/desarrollo-primera-infancia-cuba-2016.pdf>. Acceso em: 23 mar. 2025.

LARA JUNCO, T.; MENA CORREA, M.; FRANCO S., M.C. **Rol de los datos en la construcción de políticas sobre el cuidado: las brechas de género en el empleo asociadas al cuidado**. Friedrich-Ebert-Stiftung – Cuba, 2022.

LASTARRIA-CORNHIEL, S. **Feminización de la agricultura en América Latina y África. Tendencias y fuerzas impulsoras**. Rimisp (Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural), 2008.

LEFF, E. **Aposta pela vida. Imaginação sociológica e imaginários sociais nos territórios ambientais do Sul**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEYVA REMÓN, A. Cooperativas agropecuarias en Cuba: Dinámicas socioestructurales entre dos siglos. In: LEYVA, A.; ECHEVARRÍA, D.; VILLEGAS, R. (Eds.). **Cuba Rural: Transformaciones agrarias. Dinámicas sociales e innovación local**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2018. p. 135-188.

LEYVA REMÓN, A. Políticas públicas campesinas en cuba: entre la equidad y otros desafíos. In Leyva Remón, A.; Echevarría León, D. (Org.). **Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales**. Panamá: Ruth Casa Editorial, p. 84-101, 2017.

LOPES MIRANDA, T. L.; SCHIMANSKI, E. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In Ferreira, A. J. (Org.). **Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas**. Ponta Grossa/PR, UEPG, p.67-91, 2014.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul.-dez. 2008.

LUXEMBURG, R. **The Accumulation of Capital**. New York: Routledge, 2003, 512 p.

MACHÍN, B.; ROQUE, A. D.; ÁVILA, D. R.; ROSSET, P. M. **Revolución agroecológica: el Movimiento de Campesino a Campesino de la Anap en Cuba. Cuando el campesino ve, hace fe**. La Habana: Anap-Vía Campesina, 2010.

MATÍAS GONZÁLEZ, A. Ensayo crítico sobre el cooperativismo agrícola en Cuba. Observatorio de la Economía Latinoamericana, n.º 135, 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/cu/2010/amg.htm>. Acesso em: 13 jun. 2025.

MUÑOZ MACHÍN, J. E.; LORENZO CHÁVEZ, K.; MIRABAL PATTERSON, A.; CRUZ MARTÍNEZ, Y.; MONTEAGUDO GARCÍA, C. **Ellas atrapan sueños: iniciativas económicas lideradas por mujeres en cooperativas agropecuarias cubanas**. La Habana: ANAP; INIFAT; OXFAM, 2015. Disponível em: <https://cubaresiliente.com/wp-content/uploads/2021/11/Mujeres-que-atrapan-suenos.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MÁRMOL FUNDORA, E. **Transformación de la estructura agraria en el período 1995-2013 en el municipio Los Palacios, provincia de Pinar del Río**. Dissertação (Geografia, Meio Ambiente e Ordenamento Territorial) - Universidad de La Habana, La Habana, 2015.

MARTÍNEZ GALLARDO, L. **Empoderamiento y prácticas culturales en la Comunidad Oscar Lucero Moya, Holguín- Cuba**. Monografía (Estudios Socioculturales) – Universidad de Holguín, Holguín, 2018.

MARTINEZ MONTENEGRO, I.; BAEZA LEIVA, M. Enfoques de género en el papel de la mujer rural en la agricultura cubana. Prolegómenos. **Derechos y Valores**, XX(39), p. 29-38, enero-junio, 2017.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARZIN, J.; LÓPEZ BETANCOURT, T. & ALMAGUER PÉREZ, N. Capítulo VIII. Cuba: ¿fin de la marginalización histórica de las agriculturas familiares? In: SABOURIN, E.; SAMPER, M. & SOTOMAYOR, O. (Coord.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe Balance, desafíos y perspectivas**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal), p. 193-210, 2015.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MCCORMACK BEQUER, M. C.; SARRIA CRUZ, S. Las cooperativas agrarias en Cuba. In: FAJARDO GARCÍA, G.; MORENO CRUZ, M. M. (Org.). **El cooperativismo en Cuba. Situación actual y propuestas para su regulación y fomento**. España: CIRIEC (Centro Internacional de Investigación e Información), p. 57-80, 2018.

MINAG (MINISTERIO DE LA AGRICULTURA). **Caja de herramientas para la implementación de la Estrategia de género del Sistema de la Agricultura: Guía para potenciar sus resultados.** La Habana, 2020.

MINAG (MINISTERIO DE LA AGRICULTURA). **Balance de uso y tenencia de la tierra.** La Habana: Ministerio de la Agricultura, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINED (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE CUBA). **Primera Infancia.** 2025. Disponible em: <https://www.mined.gob.cu/primer-infancia/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MIRABAL GONZÁLEZ, Y. La responsabilidad social de las cooperativas en Cuba. Limitaciones y oportunidades. **Deusto Estudios Cooperativos**, n. 14, p. 121-141, 2019.

MOREAU-LEBERT, M. La Cuba coloniale et la triple discrimination du genre, de la classe et de la race. *In*: Presses Universitaires de Bordeaux (PUB). **Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux**, 2015a. p. 27-55.

MOREAU-LEBERT, M. Las mujeres en Cuba de la colonia a la contemporaneidad: antiguos retos y nuevos protagonismos. **Revista Cubana de Ciencias Sociales**, n. 45, p. 35-54. Editorial Filosofia@.cu, Instituto de Filosofia, 2015b.

MORENO CRUZ, M. M. Transformaciones del modelo económico y social cubano. *In*: FAJARDO GARCÍA, G.; MORENO CRUZ, M. M. (Org.). **El cooperativismo en cuba. Situación actual y propuestas para su regulación y fomento.** España: CIRIEC (Centro Internacional de Investigación e Información), p. 13-28, 2018.

MORENO FRAGINALS, M. **El Ingenio: complejo económico social cubano del azúcar.** España: Editorial Crítica, 2001.

MORENO FRAGINALS, M. La plantación, crisol de la sociedad antillana. **El Correo de la UNESCO**, dez. 1981, ano XXXIV, n. 12, p. 10-13.

MORIN, E. Epistemologia da Complexidade. *In* Schnitman, D. (org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade.** Porto Alegre/RS, Artes Médicas, p.275- 289,1996.

MUÑOZ ALFONSO, Y., LÓPEZ GONZÁLES, I., CAMPOS PÉREZ, Y.; EMBALÓ QUIJANO, Y. Dimensión jurídica del cooperativismo en Cuba ante las nuevas exigencias económicas y sociales del país. **Estudios de Direito Cooperativo e Cidadania**, n. 4, 2011.

MUSTER, B.; FLEITAS, R. **Equidad vs Inequidad de género en el sector agropecuario en Cuba.** Universidad de La Habana: Centro de Investigaciones de la Economía Mundial, 2014.

NOVA GONZÁLEZ, A. La agricultura cubana previo a 1959 hasta 1990. *In*: FUNES, F.; GARCÍA, L.; BOURQUE, M.; PÉREZ, N. (Org.) **Transformando el campo cubano. Avances de la agricultura sostenible.** La Habana: Actaf, p. 1-14, 2001.

NOVA GONZÁLEZ, A. **La agricultura en Cuba**. Taller Nacional de Intercambio sobre agricultura sostenible. Varadero, Matanzas: Anales, 2016.

NOVA GONZÁLEZ, A. La propiedad en la economía cubana, un nuevo escenario y modelo agrícola. **Economía y Desarrollo**, v. 148, n. 2, p. 139-148, julho-dezembro, 2012.

NOVA GONZÁLEZ, A. Línea de desarrollo y resultados de la agricultura cubana en los últimos 50 años. **Enfoques**, n. 8, p. 2-50, 2009.

NOVA GONZÁLEZ, A. Un nuevo modelo cubano de gestión agrícola. **Temas**, n. 77, p. 84-91, 2014.

OLIVEROS, A. **La población rural en Cuba en el período 1990-2006**. Tese de Doutorado (Ciencias Geográficas) – Universidad de La Habana, 2009.

ONEI (OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN). Agricultura, ganadería, silvicultura y pesca. *In*: Onei. **Anuario Estadístico de Cuba 2014**. La Habana: Oficina Nacional de Estadística e Información, p. 223-250, 2015.

ONEI (OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN). **Indicadores del sector agropecuario: Cooperativas de Créditos y Servicios**. La Habana: ONEI; 2021. Disponível em: https://www.vanguardia.cu/images/vangweb/agricultura/2021/05-08-reduccion-tarifas-electricas-productores/INDICADORES_DEL_SECTOR_AGROPECUARIO-ONEI.pdf. Acesso em: 13 jun. 2025.

ONEI (OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMACIÓN). **Panorama uso de la tierra. Cuba 2017**. Centro de Gestión de la Información Económica Medioambiental y Social, 2018.

ONU (ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS). **Noveno informe periódico que Cuba debía presentar en 2017 en virtud del artículo 18 de la Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer**. Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la Mujer, Cedaw/C/CUB/9, 12 dez. 2022. Disponível em: <https://www.genero.onei.gob.cu/webapp/static/documents/informes/Noveno%20informe%20peri%C3%B3dico%20de%20Cuba%20al%20CEDAW.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

ONU (ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS). **Respuestas de Cuba a la lista de cuestiones y preguntas relativa a su noveno informe periódico**. Convención sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación contra la Mujer, Distr. general, 14 mai. 2024. Disponível em: <https://www.genero.onei.gob.cu/webapp/static/documents/informes/Respuestas%20de%20Cuba%20a%20la%20lista%20de%20cuestiones%20y%20preguntas%20relativa%20a%20su%20noveno%20informe%20peri%C3%B3dico.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2024.

OPENAI. **ChatGPT (versão GPT-4)** [ferramenta de inteligência artificial]. Disponível em: <https://chat.openai.com/>. Acesso em: 2 janeiro 2025

OYEWUMI, O. **The invention of women: making an African sense of Western gender discourses**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

PCC (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA). **Conceptualización del Modelo Económico y Social Cubano de Desarrollo Socialista. Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social hasta 2030: Propuesta de Visión de la Nación, Ejes y Sectores Estratégicos.** La Habana: PCC, 2016.

PCC (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA). **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución.** Partido Comunista de Cuba, 2011. Disponível em: <https://www.pcc.cu/lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-del-partido-y-la-revolucion>. Acesso em: 9 de julho de 2023.

PCC (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA). **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021.** Partido Comunista de Cuba, 2017. Disponível em: <https://planipolis.iiep.unesco.org/en/2017/lineamientos-de-la-pol%C3%ADtica-econ%C3%B3mica-y-social-del-partido-y-la-revoluci%C3%B3n-para-el-per%C3%ADodo-2016>. Acesso em: 9 de julho de 2023

PCC (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA). **Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2021-2026.** Partido Comunista de Cuba, 2021. Disponível em: <https://www.tsp.gob.cu/documentos/lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-del-partido-y-la-revolucion-para-el>. Acesso em: 9 de julho de 2023.

PÉREZ SALOMÓN, O. **La ley Torricelli y el bloqueo a las telecomunicaciones de Cuba.** Cubadebate, 9 abril 2012. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/opinion/2012/04/09/la-ley-torricelli-y-el-bloqueo-a-las-telecomunicaciones-de-cuba/>. Acesso em: 9 de julho de 2023.

PIÑEIRO, C. **Guía Introductoria sobre Cooperativismo para Cuba.** La Habana: Editorial Caminos, 2015.

PIÑEIRO HARNECKER, C. Comparing Governance Systems in Cuban Cooperatives: A Study of Producer and Worker Cooperatives in Agriculture, Industry, and Services. *In: The Future of Responsible Management Education.* Silver Spring, Maryland: Springer Nature, 2023. p. 209–248. DOI: 10.1007/978-3-031-17403-2_8.

POATS, S. **Género en el manejo de los recursos naturales con referencia al programa Minga del CIID.** Quito, Ecuador, 2000.

PRENSA LATINA. **Leyes Torricelli y Helms-Burton, ‘perlas’ del bloqueo contra Cuba.** Agosto 17 2021. Disponível em: <https://www.prensa-latina.cu/2021/08/17/leyes-torricelli-y-helms-burton-perlas-del-bloqueo-contra-cuba>. Acesso em: 9 de julho de 2023.

PRIETO GONZÁLEZ, D. C. **La propiedad cooperativa: su papel en la construcción del socialismo.** 2018. Monografía (Licenciatura em Economía) – Universidad de Matanzas, Matanzas, 2018. Disponível em: <https://rein.umcc.cu/bitstream/handle/123456789/2515/La%20propiedad%20cooperativa.%20Su%20papel%20en%20la%20construcci%C3%B3n%20del%20Socialismo%20%28Delis%20de%20la%20Caridad%20Prieto%20Gonz%C3%A1lez%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 jun. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RECOMPENSA JOSEPH, T. W.; RECOMPENSA JOSEPH, L. C. La cuestión agraria cubana aciertos y desaciertos en el período de 1975-2013: la necesidad de una tercera reforma agraria. **Polis**. [On line], n. 47, 2017.

RIVERA RODRÍGUEZ, C. A.; LABRADOR MACHÍN, O.; ALFONSO ALEMÁN, J. L. El cooperativismo agropecuario: una vía para el desarrollo económico, productivo y social en el modelo económico cubano. **Revista de Ciencias Sociales**, v. 12, n. 2, p. 223-236. Maracaibo, Venezuela: Universidad del Zulia, 2006.

RODRÍGUEZ FEBLES, J.; NÚÑEZ RODRÍGUEZ, A.; GARCÍA ÁLVAREZ, D. **Desarrollo de la agricultura familiar en Cuba: particular análisis desde el contexto avileño**. Dez. 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351127666_Desarrollo_de_la_agricultura_familiar_en_Cuba_Particular_analisis_desde_el_contexto_avileno_Development_of_family_agriculture_in_Cuba_Particular_analysis_from_the_Avilanian_context. Acesso em: 17 de julho de 2024.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, G; GIL FLORES, J; GARCÍA JIMÉNEZ, E. **Metodología de la investigación cualitativa**. La Habana: Editorial Félix Varela, 2004.

RODRÍGUEZ MUSA, O. La cooperativa en la constitución cubana. *In*: Fajardo García, G.; MORENO CRUZ, M. M. (Org.). **El cooperativismo en cuba. Situación actual y propuestas para su regulación y fomento**. España: CIRIEC (Centro Internacional de Investigación e Información), p. 29-56, 2018.

ROMERO, M. I; ALEJANDRO, M; DELGADO, S. **Semillas que se esparcen: manual técnico-práctico de la Anap**. La Habana: Editorial Caminos, 2009. Disponível em: <https://cubaresiliente.com/wp-content/uploads/2021/11/Semillas-que-se-esparcen.-Genero-Participacion-y-Poder..pdf>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ROSSET, P. M.; MACHÍN SOSA, B.; ROQUE JAIME, A. M.; ÁVILA LOZANO, D. R. The campesino-to-campesino agroecology movement of Anap in Cuba: social process methodology in the construction of sustainable peasant agriculture and food sovereignty. **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 161-191, 2011.

RUIZ ALMEIDA, D.; LÓPEZ SÁNCHEZ, J. A. Periodización del cooperativismo en Cuba en la era socialista. Relación entre cooperativas no agropecuarias y co-innovación. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**, n. 51, p. 287-315, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SIERRA LIRIANO, Raquel. **ALASS, para que la agricultura de seis municipios vuele**. *Opciones.cu*, Cuba, 1 jun. 2022. Disponível em: <https://www.opciones.cu/cuba/2022-06-01/alass-para-que-la-agricultura-de-seis-municipios-vuele>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SIERRA LIRIANO, Raquel. **Conmemoran en Cuba Día de la Mujer Rural**. *Tribuna de La Habana*, La Habana, 15 out. 2024. Disponível em: <https://www.tribuna.cu/cuba/2024-10-15/conmemoran-en-cuba-dia-de-la-mujer-rural>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 12-32, 2011.

SILVA, C. M. V. **Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo no assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatú-MG)**. Dissertação (Agronegócios) - Universidade de Brasília, Brasil 2007.

SOCORRO, A. R.; OJEDA, R. **Gestión Agraria. Un Análisis Multidimensional de su sostenibilidad**. La Habana: Universo Sur, 2005.

SOUSA SANTOS, B. **Conocer desde el Sur. Para una cultura política emancipatoria**. Lima: Programa de Estudios sobre Democracia y Transformación Global, 2006.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Revista Desenvolvimento Em Questão**, Editora Unijuí, Ijuí, RS, ano 1, n. 2, p. 177–201, 2003.

TOBÍO, C. Roles de género y la relación familia-empleo. **Asparkía: investigación feminista**, n. 9, v. 23, 1998.

TORRENS, J. C.; MENASCHE, R. **Gênero e agricultura familiar cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. Curitiba, Paraná. 1996.

TRINQUETE DÍAZ, D.E. **Ruralidad y género, desafíos más allá de las cifras**. *Cubadebate*, 2021. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2021/10/10/ruralidad-y-genero-desafios-mas-alla-de-las-cifras/> Acesso em: 3 maio 2022.

VALDÉS PAZ, J. A Revolução Agrária Cubana: conquistas e desafios. **Estudios avanzados**. v. 25, n.72, p. 73-87, 2011.

VALDÉS PAZ, J. **Procesos agrarios en Cuba 1959-1995**. La Habana: Editorial de las Ciencias Sociales, 1997.

VALDÉS PAZ, J. **Procesos de organización agraria en Cuba. 1959-2006**. La Habana: Fundación Antonio Núñez Jiménez de la naturaleza y el hombre, 2009.

VAN DER PLOEG, J. D. Diez cualidades de la agricultura familiar. **Leisa. Revista de Agroecología**, v. 29, n. 4, p. 3-6, 2013.

VARELA PÉREZ, Juan. Aumenta presencia femenina en labores de la agricultura. **Granma**, La Habana, 12 abr. 2011. p. 2. Disponível em: <https://www.granma.cu/granmad/2011/04/12/pdf/pagina02.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VASCONCELOS, J. **História agrária da Revolução Cubana. Dilemas do socialismo na periferia.** São Paulo: Alameda, 2016.

VILLEGAS CHADEZ, R. El desarrollo del movimiento cooperativo en Cuba a la luz de los postulados de la Alianza Cooperativa Internacional (ACI). **Rvesco, Revista de Estudios Cooperativos.** n. 63, p. 205-225,1997.

VUOTTO, M. Las cooperativas no agropecuarias y la transformación económica en Cuba: políticas, procesos y estrategias. **Revesco. Revista de Estudios Cooperativos.** n. 120, p. 149-181, enero-abril 2016.

WAPPENSTEIN, S.; VILLAMEDIANA, V. Estudio regional de las políticas públicas en el eje de género. *In* SORIA, A.; ECHANDI, I.; BRECKENRIGDE, S. (Org.). **Políticas sociales en América Latina y el Caribe: Escenarios contemporáneos, inversiones y necesidades.** FLACSO (Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales) – CAF (Banco de Desarrollo de América Latina), p. 281-310, 2015.

ZÚÑIGA IGARZA, L. M.; GALLARDO MILANÉS, O. A; RODRÍGUEZ GÓMEZ, J. L.; ROJAS ANGULO, M. M.; DOMÍNGUEZ RAMÍREZ, A. **Perspectivas del Medio Ambiente Urbano: GEO Holguín.** La Habana: Editorial Academia, PNUMA Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), 2008.

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de consentimento

Término de consentimiento

El(La) señor(a) _____ está siendo invitado(a) a participar en una investigación que pretende hablar de: Relaciones de género y agricultura familiar en Cuba: desafíos para las políticas sociales.

Los objetivos son: Estudiar las relaciones de género en la agricultura familiar en Cuba y su articulación con las políticas sociales, particularmente en las Cooperativas de Créditos y Servicios (CCS).

- Estudiar la evolución histórica y las características de la agricultura familiar cubana.
- Caracterizar las relaciones de género en espacios de agricultura familiar en Cuba.
- Analizar cómo las políticas de la reforma económica cubana iniciada en 2011 han impactado en las relaciones de género de la agricultura familiar en el país.
- Comprender los desafíos de las políticas sociales cubanas para promover la equidad de género en el sector de la agricultura familiar.
- Caracterizar las relaciones de género en el caso de estudio seleccionado, desde la perspectiva de la interseccionalidad.

En esta investigación se respetará la privacidad de los participantes y sus familias y no se divulgarán sus nombres ni información que permita identificarlos.

En caso que acepte participar, su contribución será muy valiosa.

Firma del(la) participante

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Apêndice 2: Guia da entrevista semiestruturada a líderes da cooperativa

Tema: Gênero, Equidade e Relações de Trabalho em Cooperativa de Créditos e Serviços

Público-alvo: Membros da diretoria, associados/as, trabalhadores/as e colaboradores/as da cooperativa.

Bloco 1: Discurso e Compromisso Institucional com a Equidade de Gênero

- Discurso institucional em relação à equidade de gênero.
- Compromisso (formal e por escrito) com a equidade de gênero como um princípio da cooperativa.
- Ações governamentais (nacionais / locais) para promover a equidade de gênero.
- Ações próprias da cooperativa para promover a equidade de gênero.

Bloco 2: Composição e Distribuição de Gênero

- Proporção de gênero de associados/as/es.
- Distribuição da participação, segundo o gênero, nas atividades agrícolas da cooperativa.
- Distribuição, segundo o gênero, dos cargos na cooperativa.
- Equidade/Inequidade de gênero no acesso aos cargos da cooperativa (critérios da escolha e prática).

Bloco 3: Cultura Organizacional e Ambiente de Trabalho

- Linguagem não sexista.
- Comentários, ironias ou piadas relacionadas às características físicas, segundo o gênero.
- Participação, segundo o gênero, na tomada de decisões na cooperativa.
- Política de remuneração, incentivos e benefícios, segundo o gênero.

Bloco 4: Formação e Capacitação

- Capacitação e formação oferecidas pela cooperativa (prática, segundo o gênero).

Bloco 5: Violência, Assédio e Procedimentos

- Registrem registros formais (Violência intrafamiliar, Violência de gênero, Femicídios, Assédio sexual).
- Procedimentos de denuncia de casos de assédio sexual na cooperativa (existência, conteúdo, divulgação, aplicação, resultados).
- Sanções para pessoas que cometem assédio sexual (existência, conteúdo, divulgação, aplicação, resultados).

Bloco 6: Conciliação Trabalho-Família e Responsabilidades Parentais

- Conciliação entre trabalho agrícola e vida familiar (existência, conteúdo, divulgação, aplicação, resultados).
- Facilidades e/ou permissões que estimulem a co-responsabilidade parental (existência, conteúdo, divulgação, aplicação, resultados).
- Acesso a círculos infantis ou creche (convênio).

Bloco 7: Contratações Temporárias

- Trabalho temporário, segundo gênero (critérios da escolha e prática).

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Apêndice 3: Guia da entrevista semiestruturada a agricultoras/res e outros integrantes dos lares visitados

Objetivo: Obter informações acerca das relações de gênero nas dinâmicas da agricultura familiar em lares da CCS Atanagildo Cajigal.

I. Perfil sociodemográfico e do lar

Elementos de interesse:

- Composição: idade, identidade de gênero, orientação sexual, cor de pele, presença de deficiência, procedência, escolaridade, zona de residência.
- Situação de trabalho: se trabalham, tipo de trabalho, se recebem remuneração, local de trabalho, realização de tarefas domésticas.
- Responsável pelo núcleo familiar: quantidade e gênero dos filhos.
- Tipo de moradia: própria, alugada, dividida ou outra.
- Espaço e situação da moradia.
- Renda mensal: valor médio, percepção de suficiência, número de salários que compõem a renda.
- Principal provedor de renda.
- Pessoas que recebem pensão: quantidade e gênero.
- Principais dificuldades enfrentadas no cotidiano.

II. Eixo 1: Gênero nas relações do lar

Elementos de interesse:

- Administração dos recursos econômicos do lar.
- Responsável pelos pagamentos de serviços básicos (água, luz, gás, telefone).
- Responsável pelas compras do lar.
- Titularidade de contas bancárias.
- Distribuição das atividades domésticas (tempo semanal/cada membro).
- Tempo de convivência (atividades conjuntas).
- Atividades de lazer (tipo, participantes, tempo dedicado).
- Qualidade das relações (formas de interação, comunicação, controle e autonomia de cada membro).
- Frequência e natureza dos conflitos familiares (comportamentos, locais, participantes comuns, temas).
- Tomada de decisões sobre lar (formas de participação, autoridade e diálogo).

III. Eixo 2: Gênero nas relações produtivas (intrafamiliares e cooperativas)

Elementos de interesse:

- Titularidade da terra: gênero e tipo de titularidade.
- Tomada de decisões sobre produção agrícola: formas de participação, autoridade e diálogo.
- Trabalho diretamente na terra (gênero e quantidade).
- Uso e controle dos meios de produção: como são utilizados, quem os utiliza.
- Práticas de cuidado com o solo e manejo da água.
- Cultivos: tipo, práticas (rotação), formas de cultivo e comercialização.
- Criação de animais: finalidade (autoconsumo/comercialização), formas de manejo e comercialização, gestão dos resíduos.
- Acesso a financiamento, crédito e seguro: provedores, funcionamento, benefícios e desafios.
- Tarefas produtivas e cuidado com a terra: tempo semanal e quem realiza.
- Participação nas reuniões e atividades da cooperativa.
- Uso de energias alternativas na produção.
- Relação com a cooperativa: tipo de apoio recebido, representação dos interesses do lar pelos líderes.
- Participação dos integrantes do lar nas discussões e decisões da cooperativa.

- Acesso às informações sobre a cooperativa e fontes dessas informações.
- Sugeridos aportes da cooperativa para melhoria da produção familiar.
- Convite e participação em atividades recreativas da cooperativa.

IV. Eixo 3: Gênero, lar e espaço comunitário

Elementos de interesse:

- Problemas enfrentados por integrantes do lar no espaço comunitário: acesso a serviços, apoio institucional, violência, discriminação, segurança, transporte, saúde, educação, etc.
- Redes de apoio comunitárias: presença, tipo, confiança, apoio emocional, econômico ou social.
- Participação dos integrantes do lar (e em especial das mulheres) em espaços de tomada de decisão comunitária ou política.
- Interações com instituições públicas e/ou organizações da sociedade civil no território.
- Percepções sobre o papel da comunidade na superação das desigualdades de gênero.
- Visibilidade e valorização do trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres no espaço comunitário.

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Apêndice 4: Questionário aplicado a agricultoras/res e outros integrantes dos lares visitados

Objetivo: Obter informações acerca das relações de gênero nas dinâmicas da agricultura familiar em lares da CCS Atanagildo Cajigal.

Edad: ___ **Color de la piel:** _____ **Procedencia:** ___ rural, ___ urbana
Identidad de género: _____ **Orientación sexual:** _____
 (En casos específicos) **¿Ha experimentado discriminación por su identidad de género y/u orientación sexual?** ___ Sí, ___ No. **En caso de respuesta positiva, especificar:** _____

Enfermedad o deficiencia: Tipo de enfermedad (_____); Tipo de deficiencia (___ visual, ___ auditiva, ___ motora y ___ mental o intelectual).

Escolaridad: ___ Alfabetizada; ___ Frecuentaba guardería particular o círculo infantil; ___ No frecuentaba guardería particular o círculo infantil; ___ Curso frecuentado: *guardería particular* (___), *círculo infantil* (___), *pre-escolar* (___), *primaria* (___), *secundaria* (___), *preuniversitario* (___), *universitario* (___), *pos-graduación* (___).

Nivel de instrucción: ___ Sin instrucción y primaria incompleta; ___ Primaria completa y secundaria incompleta; ___ Secundaria completa y preuniversitario incompleto; ___ Preuniversitario completo e superior incompleta; ___ Superior completa; ___ No determinado.

Creencias y prácticas religiosas: ___ Cristiana(_____); ___ Afrocubana(_____); ___ Judaísmo; ___ Espiritismo(_____); ___ Islamismo; ___ Budismo; ___ Masonería; ___ Otra(_____).

Organizaciones políticas y de masas a las que pertenece: ___ ANAP, ___ CTC, ___ CDR, ___ FMC, ___ PCC, ___ UJC, ___ FEU, ___ FEEM, ___ OPJM, ___ ACRC.

Zona de la comunidad en que reside: ___ comunidad Oscar Lucero (*parte de la comunidad:* _____); ___ comunidad Edesio Pérez (*parte de la comunidad:* _____).

1. Género en las relaciones en el hogar

¿Tiene hijo(a)? ___ Sí, ___ No. **¿Convive con ellos(as)?** ___ Sí, ___ No. **Cantidad de hijos(as):** _____ hijo(s) y/o _____ hija(s). **Edad en que tuvo primer(a) hijo(a):** _____

¿Con qué frecuencia se habla en su hogar de educación sexual (anticonceptivos, enfermedades de transmisión sexual, etc)? 1 ___ Mucha frecuencia, 2 ___ Bastante frecuencia, 3 ___ Poca frecuencia, 4 ___ Ninguna frecuencia.

(Indica una sola opción) ¿Cómo definirías la relación con:

Calidad de las relaciones en el hogar	Madre y/o padre	Pareja	Hijos(as)	Demás integrantes de su hogar
Muy buena relación. Apenas discutimos y, cuando lo hacemos, solucionamos los problemas hablando y llegando a un acuerdo.				
Bastante buena. Discutimos a veces, pero llegamos a acuerdos.				
Ni buena ni mala. Apenas hablamos.				
Bastante mala. Hablamos a diario pero también discutimos mucho.				
Muy mala. Discutimos a menudo, pero no llegamos a acuerdos.				

Cuando tiene un problema personal, ¿qué es lo que suele hacer? 1 ___ Normalmente lo resuelvo sola; 2 ___ A veces puedo recurrir a la ayuda de mi familia; 3 ___ A veces puedo recurrir a la ayuda de otras personas; 4 ___ Con frecuencia recurro a la ayuda de mi familia; 5 ___ Con frecuencia recurro a la ayuda de otras personas

¿Con qué frecuencia se habla en su familia de sus relaciones personales (amigos, pareja, etc.)? 1 ___ Mucha frecuencia, 2 ___ Bastante frecuencia, 3 ___ Poca frecuencia, 4 ___ Ninguna frecuencia

¿Diría que sus opiniones y las familiares respecto a sus relaciones personales (amigos, pareja, etc.) coinciden? 1 ___ Casi siempre, 2 ___ Alguna vez, 3 ___ Casi nunca, 4 ___ Nunca

¿Con qué frecuencia se habla en su familia sobre sus planes de futuro y sus proyectos? 1 ___ Mucha frecuencia, 2 ___ Bastante frecuencia, 3 ___ Poca frecuencia, 4 ___ Ninguna frecuencia

¿Diría que sus opiniones y las familiares (en su hogar) respecto a sus planes de futuro y sus proyectos coinciden? 1 ___ Casi siempre, 2 ___ Alguna vez, 3 ___ Casi nunca, 4 ___ Nunca

¿Con qué frecuencia se habla en su hogar de: a) su trabajo (T), b) sus labores domésticas (LD) o c) sus estudios (E)? (seleccionar una de las tres opciones en dependencia de la principal actividad de la persona y colocar las iniciales de la actividad en la frecuencia correspondiente): 1 Mucha frecuencia; 2 Bastante frecuencia; 3 Poca frecuencia; 4 Ninguna frecuencia

¿Diría que sus opiniones y las de sus familiares (en su hogar) sobre: a) su trabajo (T), b) sus labores domésticas (LD) o c) sus estudios (E) coinciden con qué frecuencia? (seleccionar una de las tres opciones en dependencia de la principal actividad de la persona y colocar las iniciales de la actividad en la frecuencia correspondiente): 1 Casi siempre; 2 Algunas veces; 3 Casi nunca; 4 Nunca

¿Con qué frecuencia discute con sus familiares (en su hogar)? 1 Casi a diario, 2 2 ó 3 veces por semana, 3 2 ó 3 veces por mes, 4 Casi nunca, 5 Nunca

¿Dónde se suelen producir más comúnmente las discusiones? 1 Fuera de casa, 2 En casa (especificar: _____), 3 En cualquier lugar (especificar: _____).

Cuando discute con alguien de su hogar, ¿cómo se siente usted? 1 Me pongo muy nerviosa, 2 No me altero, no me afecta discutir con mis familiares, 3 Me pongo muy triste y lloro, 4 Me molesto y pongo rabiosa, 5 Intento estar tranquila y mantener una conversación respetuosa con mis familiares, 6 Siento que no me comprenden y me da impotencia, 7 Otros: Indica cómo se siente

Cuando discute con sus familiares, ¿cómo se comportan todos? 1 Cada uno expone su punto de vista, escuchamos a los demás y no alzamos la voz, 2 No estamos atentos a lo que dicen los demás y hablamos todos a la vez, 3 Nos gritamos y a veces nos insultamos, 4 Cuando surge un tema en que no estamos de acuerdo, hablamos de otra cosa y evitamos discutir, 5 Otro comportamiento (_____)

¿Con quién suele discutir más? _____

¿De qué tratan las discusiones que suele tener con su familia? (Puede indicar varias opciones)

Temas de discusiones	Madre y/o padre	Pareja	Hijos(as)	Demás integrantes de su hogar
Por ver la televisión				
Por quién debe hacer las tareas domésticas				
Por el dinero para comprar las cosas de la casa				
Por las decisiones sobre las tierras en que producimos				
Por las cosas que me compro				
Por la hora en que llego a casa cuando salgo.				
Por mi forma de vestir				
Por su forma de vestir				
Por el consumo de tabaco, alcohol, drogas...				
Por política				
Por religión				
Por otro motivo (_____)				
Por otro motivo (_____)				
Por otro motivo (_____)				

¿En cuál de estas situaciones económica personal se encuentra?: 1 Vivo exclusivamente de mis ingresos; 2 Vivo principalmente de mis ingresos, con la ayuda de otra(s) persona(s); 3 Vivo principalmente de los ingresos de otra(s) persona(s), con algunos ingresos propios; 4 Vivo exclusivamente de los ingresos de otra(s) persona(s). Excepto quienes seleccionen la primera opción, especificar relación con esa(s) persona(s) _____.

Condición de ocupación: 1 Persona empleada; 2 Persona desempleada; 3 Persona económicamente activa (empleada o desempleada en esa semana); 4 Persona no económicamente activa (no empleada ni desempleada en esa semana); 5 Persona con trabajo por cuenta propia; 6 Ama de casa; 7 Estudiante; 8 Jubilada y pensionista.

Tipo de trabajo: Formal, Informal. Lugar de trabajo: dentro del hogar, fuera del hogar, ambos.

Trabajo principal (rama económica): _____

Posición en el empleo (Trabajo principal): 1 __ Empleada, 2 __ Empleadora, 3 __ No remunerada, 4 __ Trabajadora en la producción para el autoconsumo

Ocupación secundaria (pluriempleo): _____

Posición en el empleo (ocupación secundaria): 1 __ Empleada, 2 __ Empleadora, 3 __ No remunerada, 4 __ Trabajadora en la producción para el autoconsumo

Ingreso económico mensual promedio: _____

¿Realiza labores domésticas? __ Sí, __ No.

Actividad(es) que realiza en su hogar y cantidad de tiempo que le ocupan semanalmente

Marcar	Actividades	Tiempo Semanal
	Administrar el dinero de la familia	
	Atención a negocio familiar	
	Actividades de atención, cuidado y acompañamiento de familiares enfermos(as)	
	Actividades de atención, cuidado y acompañamiento de familiares con alguna deficiencia que requieran cuidados continuos	
	Actividades de atención, cuidado y acompañamiento de familiares de 60 años y más que requieren cuidados continuos	
	Actividades de atención, cuidado y acompañamiento de niños, niñas y adolescentes	
	Lavar la ropa	
	Planchar	
	Coser	
	Planificar la comida, cocinarla, servirla, fregar	
	Compras para la casa	
	Hacer los mandados	
	Reparaciones del hogar o caseras	
	Cuidado del hogar: limpieza y organización	
	Botar la basura	
	Llevar a los(as) niños(as) a la escuela	
	Recoger a los niños(as) de la escuela	
	Llevar a los familiares a consultas médicas	
	Asistir a reuniones y actividades escolares de niños(as) y adolescentes	
	Ayudar con las tareas y proyectos escolares de niños(as) y adolescentes	
	Actividades comunitarias, de las organizaciones de masas u otras organizaciones sociales voluntarias	

Tiempo que dedica a actividades personales:

X	Actividades personales	Tiempo Semanal	Con quién las realiza (solo(a), con amistades o en familia)
	Aprendizaje y estudio		
	Convivencia social		
	Actividades recreativas		
	Pasatiempos (_____)		
	Uso de los medios de comunicación (redes sociales, ver televisión, escuchar radio, leer la prensa)		
	Dormir		

¿Tiene pareja? __ Sí, __ No. **¿Vive con su pareja?:** __ Sí, __ No. **En caso de respuesta positiva, especificar tipo de relación de pareja** (__ *casamiento*, __ *unión de hecho*, __ *noviazgo*, __ *expareja*). En caso de respuesta negativa, y si vive con una ex pareja, especificar tipo de relación: [__ *divorciada*, __ *separada*, __ *viuda*].

PAREJA (SÍ/NO)	GÉNERO	EDAD	COLOR DE LA PIEL	OCUPACIÓN	DEFICIENCIA	VIVEN JUNTOS (SÍ/NO)

¿Discute con su pareja? Sí, No. En caso de respuesta positiva, especificar con qué frecuencia

Motivos de las discusiones de pareja	(SÍ O NO)
Por celos	
Por problemas de convivencia con otros familiares	
Por no compartir tiempo como pareja	
Por no compartir las tareas domésticas	
Por problemas económicos	
Por malos tratos y violencia	
Por abuso de consumo de bebidas alcohólicas	
Por discrepancias en la educación de los hijos(as)	
Por dedicar demasiado tiempo al trabajo	
Por infidelidad	
Por lejanía	
Por decisión de tener o no hijos(as)	
Porque dejamos de querernos	
Por otra razón	

¿Ha sido víctima maltrato o violencia intrafamiliar? Sí (tipo(s): _____), No.

Tipo de relación con el integrante de la familia que la maltrató o violentó:

2. Género en las relaciones productivas (intrafamiliares y cooperativas)

¿Se considera agricultora? Sí, No.

¿Usted es la única propietaria de las tierras que cultiva? Sí, No. En caso de respuesta negativa, especificar ¿con quién(es) comparte la propiedad? _____.

Otros recursos familiares de los que es propietaria: vivienda(s), herramientas, equipos de trabajo, cosecha, medio de transporte, otros (_____).

¿Quién(nes) toma(n) las decisiones sobre la producción de las tierras?

¿Diría que sus opiniones y las de su pareja respecto a la producción agrícola en las tierras familiares coinciden? 1 Casi siempre, 2 Alguna vez, 3 Casi nunca, 4 Nunca

¿Diría que sus opiniones y las del resto de sus familiares coinciden casi siempre, alguna vez, casi nunca o nunca respecto a la producción agrícola en las tierras familiares? 1 Casi siempre, 2 Alguna vez, 3 Casi nunca, 4 Nunca

Actividad(es) agrícola(s) que realiza y tiempo que invierte en ellas semanalmente:

Actividad	Lugar donde se realiza	Tiempo
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

¿Se considera representado por los(as) líderes de la cooperativa? Sí, No

¿Es convocado a participar de las discusiones sobre la administración y los resultados productivos de la cooperativa? Sí, No

¿Participa usted de las discusiones sobre la administración y los resultados productivos de la cooperativa? Sí, No

(a personas que declaren participar de las actividades donde se habla de la producción de la cooperativa) ¿Se siente escuchada por la presidencia de la cooperativa y el resto de los asociados cuando opina sobre las decisiones en relación a la producción de las tierras? Siempre, Nunca, A veces

¿Recibe usted alguna información del funcionamiento y resultados productivos de la cooperativa? Sí, No. En caso de respuesta positiva, de quien recibe esa información: dirigentes de la cooperativa, líderes comunitarios, otros(as) productores(as) algún familiar, algún vecino(a)

¿Es convocada a participar de las actividades recreativas de la cooperativa? Sí, No.

¿Participa usted de las actividades recreativas de la cooperativa? Sí, No.

Espacios de la cooperativa que suele frecuentar y actividad que realiza en ellos

Lugar	Actividad
1	

2	
3	
4	
5	
6	
7	

¿Escucha y acepta la opinión de su pareja y/o demás familiares sobre las decisiones en relación a la producción de sus tierras? __ Siempre, __ Nunca, __ A veces

¿Se siente escuchada por su pareja y/o demás familiares cuando opina sobre las decisiones en relación a la producción de sus tierras? __ Siempre, __ Nunca, __ A veces

3. Género en el espacio comunitario

Espacios de la comunidad que suele frecuentar y actividad que realiza en ellos

Lugar	Actividad
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

Espacios de la ciudad que suele frecuentar y actividad que realiza en ellos

Lugar	Actividad
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

¿En los lugares que suele frecuentar se hacen regularmente comentarios, ironías, burlas y/o bromas que destacan sus características físicas? __ Sí, __ No. En caso de respuesta positiva, especificar: (__ rostro, __ labios, __ pecho, __ genitales, __ glúteos, __ muslos y piernas, __ todo su cuerpo)

Tipo de comentario	Lugar donde hacen esos comentarios	Persona(s) que hace(n) los comentarios
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		

Género de las personas con las que suele interactuar frecuentemente durante la semana y tipo de relación que tienen (ej.: vecino, masculino o hermana, femenino) (Preguntar teniendo en cuenta los lugares frecuentados por el encuestado)

Tipo de relación	Género
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

Género de las personas con las que suele interactuar ocasionalmente durante el mes y tipo de relación que tienen (ej.: doctora, femenino) (Preguntar teniendo en cuenta los lugares frecuentados por el encuestado)

Tipo de relación	Género
1	
2	
3	

4	
5	
6	
7	

4. Estereotipos, prejuicios, concepciones e ideas sobre roles y relaciones de género (fundamentalmente vinculadas a la producción agrícola y las familias)

¿En qué medida está de acuerdo con las siguientes afirmaciones?

Afirmaciones	Muy de acuerdo	De acuerdo	Ni de acuerdo ni en desacuerdo	En desacuerdo	Muy en desacuerdo
<i>Los hombres son mejores que las mujeres para tomar decisiones</i>					
<i>Es más adecuado que el hombre asuma las principales decisiones familiares, tales como: lo que se produce, lo que se puede comprar o lo que hacen los integrantes de la familia</i>					
<i>Para una mujer es imprescindible tener un trabajo fuera de casa para ser independiente</i>					
<i>Los hombres son mejores para negociar que las mujeres</i>					
<i>Las mujeres no deben participar en actividades que impliquen esfuerzo físico</i>					
<i>Los hombres poseen más fortaleza física que las mujeres</i>					
<i>Los bebés necesitan más cercanía de la mamá que del papá</i>					
<i>Una mujer no puede sentirse bien como mujer si no ha tenido hijos(as)</i>					
<i>Los hombres no pueden controlar sus deseos sexuales</i>					
<i>Las mujeres deben siempre complacer sexualmente a su pareja</i>					
<i>Las mujeres son violadas porque provocan a los hombres</i>					
<i>La mujer es la culpable de que el hombre la maltrate</i>					
<i>Es normal que en las relaciones de pareja exista algún tipo de violencia</i>					
<i>La violencia verbal no es tan mala como la física</i>					
<i>Los abusos sexuales son realizados generalmente por personas desconocidas</i>					
<i>Los hombres son violentos por naturaleza</i>					
<i>La violencia la ejercen personas enfermas o con mala conducta social</i>					
<i>La violencia en la pareja es un asunto privado</i>					
<i>En los casos de violencia de pareja, la mayoría de las mujeres retira la denuncia</i>					
<i>Los hombres también son víctimas de violencia en sus relaciones de pareja</i>					

Responda las siguientes preguntas:

Preguntas	Sí	No	Eso depende de las
------------------	----	----	--------------------

			características de la persona
¿Crees que una madre que trabaja puede tener la misma relación de calidez y estabilidad con sus hijos que una madre que no trabaja?			
¿Las mujeres se alteran más fácilmente que los hombres?			
¿Las mujeres solo quieren casarse y tener una familia?			
¿Los hombres siempre tienen la iniciativa en las relaciones románticas y sexuales?			
¿Cree que los hombres suelen tomar mejores decisiones en la producción agrícola porque son más racionales y objetivos que las mujeres?			
¿Cree que las mujeres tienen menos protagonismo en las actividades de la cooperativa (asambleas, reuniones) porque les gusta ser más discretas?			
¿Cree que un presidente de cooperativa hombre es más objetivo e imparcial y, por tanto, más eficiente que una presidenta mujer?			
¿Cree que los hombres llegan más lejos y a mejores puestos dentro de la cooperativa porque, por naturaleza, las mujeres son menos competitivas y emprendedoras?			
¿Cree que los hombres productores tienen mejores resultados y son rentables para la cooperativa que las mujeres productoras?			
¿Cree que las mujeres productoras tienen menores resultados y son menos rentables para la cooperativa porque tienen muchos más problemas, como: bajas por maternidad, permisos para cuidado, ausencias por enfermedades de los hijos(as) y familiares, etc.?			

¿Quiénes considera que poseen las características que se mencionan a continuación?

Preguntas	Mujeres	Hombres	Depende de las características de cada persona
¿Quiénes tienen más habilidades para las labores de limpieza?			
¿Quiénes tienen más habilidades para cuidar niños(as)?			
¿Quiénes tienen más habilidades para decorar y organizar la casa?			
¿Quiénes tienen más habilidades para cocinar?			
¿Quiénes tienen más habilidades para hacer las compras de la casa?			
¿Quiénes son más infieles?			
¿Quiénes tienen más habilidades para reparar lo que se rompe en la casa?			
¿Quiénes tienen más habilidades para cultivar la tierra?			
¿Quiénes tienen más habilidades para criar animales?			
¿Quiénes tienen más habilidades para administrar el dinero?			
¿Quiénes tienen más habilidades para cuidar personas mayores?			
¿Quiénes tienen más habilidades para lavar y planchar?			

¿Son los celos una expresión de amor? ___ Sí, ___ No.

¿Crees que cuando las mujeres dicen no, quieren decir sí? ___ Sí, ___ No.

¿Qué opina acerca de los siguientes elementos?

	Muy de acuerdo	De acuerdo	Ni de acuerdo ni en desacuerdo	En desacuerdo	Muy en desacuerdo
Leyes, políticas y acciones a favor de las mujeres					
El reconocimiento de los derechos de la comunidad LGBT+					
El nuevo Código de las familias					

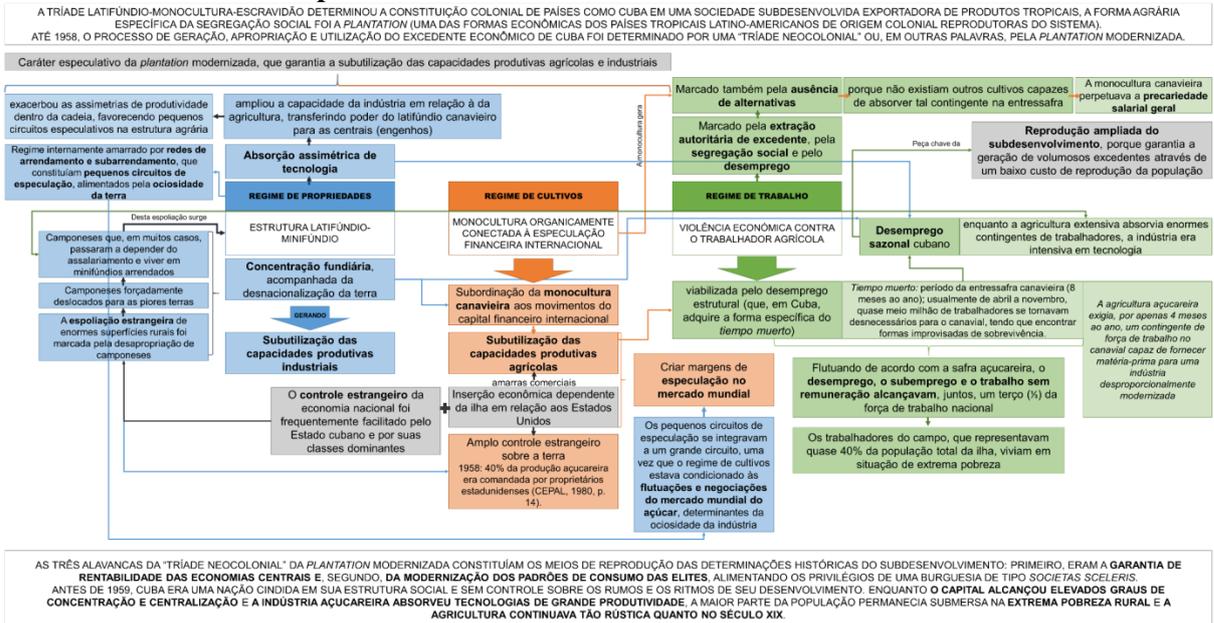
Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

Apêndice 5: Documentos analisados na pesquisa

No	Documento	Ano	Enfoque	Assunto
1	Constituição da República de Cuba	2019	Político-jurídico	Declara o princípio da igualdade de gênero e direitos sociais
2	Lineamentos da Política Econômica e Social do Partido e a Revolução. Partido Comunista de Cuba, 2011.	2011	Político-econômico	Reformas econômicas
3	Lineamentos da Política Econômica e Social do Partido e a Revolução para o período 2016-2021	2017	Político-econômico	Atualização das políticas econômicas
4	Lineamentos da Política Econômica e Social do Partido e a Revolução para o período 2021-2026.	2021	Político-econômico	Sustentabilidade e desenvolvimento local
5	Código de Trabalho da República de Cuba.	2014-2020	Direito trabalhista	Estabelece direitos trabalhistas e igualdade de gênero
6	Código Civil da República de Cuba.	2022	Legislação civil	Regula relações civis e propriedade
7	Código das Famílias da República de Cuba.	2022	Legislação familiar	Reconhece novos modelos de família e equidade de gênero
8	Decreto 96/2023 – Protocolo de Atuação ante Situações de Discriminação, Violência e Assédio no Âmbito Laboral.	2023	Proteção contra violência e assédio	Estabelece protocolos contra violência de gênero no trabalho
9	Decreto 109/2024 – Sistema Nacional para o Cuidado Integral da Vida.	2024	Sistema Nacional de Cuidado	Define políticas para cuidado integral da vida
10	Decreto Presidencial 198/2021. Programa Nacional para o Avanço das Mulheres (PAM).	2021	Gênero e políticas públicas	Define estratégias para o avanço das mulheres em Cuba
11	Estratégia Integral de Prevenção e Atenção à Violência de Gênero e no Cenário Familiar.	2021	Violência de gênero, proteção social	Aborda estratégias de combate à violência de gênero e no ambiente familiar
12	Estratégia de Gênero do Sistema da Agricultura de Cuba 2015-2020.	2016	Gênero e agricultura	Propõe ações para fortalecer a participação feminina no setor agrícola
13	Estratégia de Gênero do Sistema da Agricultura.	2021	Gênero e agricultura	Atualiza diretrizes anteriores e reforça ações afirmativas
14	<i>Semillas que se esparcen: Manual técnico-práctico de la Anap</i> (Sementes que se espalham: Manual técnico-prático da Anap).	2009	Gênero e participação na Anap	Discute experiências e desafios das mulheres na Anap
15	Decreto-Lei 73/2023. Das Cooperativas agropecuárias	2023	Cooperativismo agrícola	Regula as cooperativas agropecuárias
16	Decreto 105/2024. Modificativo do Decreto 350 - Regulamento do Decreto-Lei 358 sobre a entrega de terras estatais ociosas em regime de usufruto.	2024	Reforma agrária, Usufruto de terras	Modifica normas sobre o usufruto de terras estatais
17	Decreto nº 358/2018. Sobre a entrega de terras estatais ociosas em usufruto.	2018	Reforma agrária, Usufruto de terras	Regulamenta a distribuição de terras estatais ociosas
18	Resolução 598/2021. Reconhecimento de Produtores Agropecuários.	2021	Agricultura familiar	Reconhece oficialmente produtores agropecuários
19	Resolução 599/2021. Vinculação de Usufrutuários com Empresas e Cooperativas.	2021	Agricultura e cooperativas	Regula a vinculação de usufrutuários com empresas e cooperativas

Fonte: Elaborada pela autora, 2024.

Apêndice 6: Panorama agrário cubano entre 1902 e 1958. Sustento da *plantation* modernizada na Cuba pré-revolucionária



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Vasconcelos (2016, p. 43-73).

Apêndice 7: Evolução do processo cooperativo em Cuba

Período desde 1492 até 1959	Período desde 1960 até 1975	Período desde 1975 até 1993	Período desde 1993 até 2012	Período desde 2012 até a atualidade
(Antecedentes)	(Cooperativismo agropecuário fundacional)	(Consolidação do cooperativismo agropecuário)	(Preparação para a transição)	(Era fundacional das CNoA)
Surgimento, após o fim da Guerra do 95 ⁷³ , de formas elementares de cooperação, ou melhor dito, formas de ajuda entre famílias camponesas.	Funda-se a gênese do cooperativismo agrícola em Cuba.	Se produz a formação das chamadas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), com alto impacto no desenvolvimento local a partir da dimensão produtiva.	As Unidades Básicas de Produção Cooperativa (Ubpc) surgiram em um período de dificuldades econômicas, devido ao desaparecimento do campo socialista soviético, o que resultou na perda de fornecedores, segmentos de mercado críticos e acesso a fontes de financiamento, entre outros desafios.	Esta etapa começou após o debate sobre os <i>Lineamientos de la Política Económica y Social</i> no VI Congresso do PCC, que visavam atualizar o modelo socialista. Durante esse debate, foi proposto um modelo de gestão econômica, incluindo cinco diretrizes específicas sobre as cooperativas, abordando sua natureza como forma de propriedade, mas sem destacar sua particularidade associativa.
A partir de 1900, tornaram-se comuns as “Juntas”, nas quais grupos de camponeses se reuniam para realizar diferentes tarefas comuns.	Entre 1959 e 1966, foram criadas as primeiras cooperativas agrícolas, originadas das grandes fazendas desapropriadas, principalmente na cultura de cana-de-açúcar. Essas cooperativas, na verdade, eram empresas estatais cooperativas, pois surgiram em um ambiente operário e combinaram princípios de Estado e cooperativismo em sua organização e funcionamento.	Entre 1977 e 1983, o movimento cooperativo cubano experimentou uma aceleração no número de cooperativas e camponeses associados, em um período de crescimento econômico nacional, destacando-se pequenas cooperativas com gestão eficiente. No entanto, a partir de 1981, a política de expansão das CPA começou a gerar efeitos negativos, que se tornaram evidentes a partir de 1983.	A partir do V Congresso do Partido Comunista de Cuba em 1997, foi aprovada a ampliação da produção individual com a entrega de terras em usufruto, fortalecendo as CCS e abrindo o setor agrícola ao investimento estrangeiro. Em 2008, o Decreto-Lei nº 259 favoreceu o cooperativismo agrícola, autorizando a entrega de terras ociosas do Estado em usufruto para	Com a aprovação, em dezembro de 2012, dos Decretos-Lei 305 e 306 do Conselho de Estado da República de Cuba, inicia-se a era do cooperativismo não agrícola em Cuba.

⁷³Guerra do 95 (ou Guerra Necessária): foi organizada pelo herói nacional de Cuba, José Martí, para conseguir a independência definitiva de Cuba da Espanha. Começou em 24 de fevereiro de 1895 e terminou em 1898, com a intervenção dos Estados Unidos no conflito, quando as forças *mambisas* cubanas tinham derrotado praticamente à metrópole espanhola, com o qual a independência de Cuba foi frustrada até 1959.

<p>A Constituição da República de 1940 referiu-se à formação de empresas cooperativas comerciais, agrícolas ou de consumo ou de qualquer outra natureza.</p>	<p>Desde a promulgação da Primeira Lei da Reforma Agrária, surgiram as sementes da união e organização dos camponeses para a exploração coletiva da terra, onde se reorganizaram as Associações Camponesas (AC), o que levou à criação das Cooperativas Integrais de Produção (CIP).</p>	<p>Entre 1984 e 1987, houve um declínio crescente na integração de novos agricultores às cooperativas; manifestou-se um gigantismo cada vez mais acentuado dessas entidades; bem como a diminuição da rentabilidade e, conseqüentemente, o aumento do número de cooperativas não rentáveis, com um período crítico entre 1986 e 1987 a coincidir com a fase recessiva da economia nacional.</p>	<p>pessoas físicas ou jurídicas, com foco na exploração sustentável. A decisão também promoveu o crescimento do setor privado e o fortalecimento das CCS, permitindo o aumento da quantidade de terras em exploração e contribuindo para a satisfação das necessidades alimentares.</p>	
<p>Algumas cooperativas foram criadas, mas não tiveram um significado real para o desenvolvimento do movimento cooperativo em Cuba.</p>	<p>Além disso, a partir de 1961, com a constituição da Associação Nacional dos Pequenos Agricultores, as Cooperativas de Créditos e Serviços (CCS) despontaram como formas simples de cooperação e as Sociedades Agropecuárias (SA) como formas superiores.</p>	<p>Entre 1988 e 1993, destaca-se o esgotamento e a paralisação do movimento cooperativo de transformação do campesinato. Nesse período, o apoio do Estado concentrou-se no fortalecimento do setor CPA e não na expansão do cooperativismo. Assim, embora a crise econômica de 1991-93 tenha afetado as CPA, seu impacto foi menor quando comparado à crise de 1986-87.</p>		

Fonte: Elaborada pela autora a partir de McCormack Bequer e Sarria Cruz (2018), Ruiz Almeida e López Sánchez (2017), Vuotto (2016), Castellanos Matos (2016) e Recompensa Joseph e Recompensa Joseph (2017).

Apêndice 8: Problemas das cooperativas canavieiras e principais argumentos do pequeno debate agrário sobre as cooperativas e as granjas estatais em Cuba

Esferas de análise	Contradições funcionais
(1) econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de Autofinanciamento: Impediam a autonomia econômica dos cooperativistas, que não conseguiam atingir os rendimentos necessários para os 20% de excedente privado "livre". - Ineficiência Econômica: Resultou na ausência de rendimentos distribuíveis e na queda da renda média anual dos cooperativistas. - Distribuição Igualitária da Renda: Apesar do regulamento prever salários proporcionais às horas trabalhadas mais excedentes, na prática a distribuição não refletia o esforço individual, causando baixa produtividade, afrouxamento das condições de trabalho e mal-estar entre os cooperativistas.
(2) territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Durante a transição agrária, as cooperativas enfrentaram descontinuidades territoriais devido à interpenetração entre a antiga estrutura latifundiária e a nova, o que agravou sua fragilidade econômica. - A dispersão das áreas agrícolas e a distância entre cooperativas, aliadas à escassez de recursos de transporte, inviabilizaram uma gestão coletiva eficaz. - A proliferação de parcelas destinadas ao autoconsumo, incentivada pelo bloqueio econômico e políticas de diversificação, resultou na desorganização dos cultivos.
(3) administrativa	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de duplicidade de poderes entre o coordenador e o administrador. - Substituição do poder local da Assembleia pelas ordens do poder central. - Falhas na implementação do Regulamento das Cooperativas, com inoperância do Conselho de Direção e baixa participação dos cooperativistas. - Dissolução do aparato administrativo permanente sem reposição, resultando em perda de controle contábil e comprometendo a participação nos planos estatais.
(4) organização do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - A dispersão territorial fez com que muitos cooperativistas vivessem fora de suas unidades, causando desagregação entre os trabalhadores e a comunidade produtiva. - Muitos cooperativistas trabalhavam longas horas para produtores privados ou em parcelas próprias, o que reduzia o esforço coletivo dentro da cooperativa. - Houve desigualdade de renda, direitos e condições de trabalho entre trabalhadores eventuais e cooperativistas fixos, sendo os eventuais ainda mais inseguros. Quando as cooperativas foram convertidas em granjas, destacou-se a necessidade de reduzir a proporção de trabalhadores eventuais.
(5) política e social	<ul style="list-style-type: none"> - Conversão inviável: Transformar trabalhadores assalariados, acostumados a funções específicas, em cooperativistas responsáveis por toda a cadeia produtiva se mostrou inviável devido ao despreparo cultural e político herdado do passado. - Falta de representação: A ausência de um organismo que representasse os cooperativistas dificultou a organização coletiva, a formação de autoconsciência e a comunicação com o governo. - Desigualdade de condições: Os cooperativistas enfrentavam condições de vida inferiores em comparação aos trabalhadores das granjas estatais, que tinham salários mais altos e maior estabilidade. - Ausência de cultura cooperativista: A falta de uma cultura cooperativista enfraquecia os vínculos comunitários e impedia a criação de um ambiente político adequado para o autogoverno da produção.
(6) ideológica	<ul style="list-style-type: none"> - A desorganização gerou variações no nível de coletivização da terra entre as cooperativas, conforme as diferentes percepções ideológicas de seus membros. - Algumas cooperativas restringiram a socialização da terra diante das dificuldades. - Outras investiram em propriedades privadas para compensar a ineficiência da produção coletiva. - Houve queda na sindicalização dos cooperativistas, que se desvincularam da luta assalariada.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Vasconcelos (2016).

<p>papel social do camponês.</p> <p>Promoção de práticas agroecológicas rurais para enfrentar os desafios ambientais da agricultura cubana.</p>		<p>Pagamento baseado nos resultados produtivos, como parte da política de descentralização implementada pelo Estado.</p>	<p>mercado de trabalho, mostrando resiliência durante a crise econômica e alimentando a população com recursos locais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A agricultura familiar camponesa, com práticas agroecológicas, foi fundamental para a recuperação do setor agropecuário e o enfrentamento da crise alimentar no Período Especial. • Fortalecimento das relações comerciais como complemento ao sistema de planejamento e adoção de regulação indireta para produtores não estatais. • Aumento da produção privada, mas com preços elevados nos agromercados, gerando insatisfação social e desigualdades salariais não regulamentadas. • Ressurgimento do mercado livre nos anos 90, com novos intermediários, e tensões entre a planificação central e a comercialização agropecuária, ainda em processo de normalização. • A economia socialista se revelou com estagnação e mercado informal crescente, caracterizado por minifúndios e intensificação produtiva no setor privado.
	Reforma da comercialização	<p>Abertura de capital no exterior e reestruturação das finanças internas do país.</p> <p>Expansão do mercado com: Mercado Livre Agropecuário, Mercado de Produtos Industriais e Artesanais, Mercado de Câmbio de Divisas e Mercado de Preços Máximos ou Agropecuário Estatal.</p> <p>Criação do mercado agrícola com o Decreto-Lei 191, visando aumentar a produção agrícola para consumo interno, com base na autogestão econômica e financeira. O mercado é organizado localmente e envolve empresas estatais, cooperativas e produtores privados, permitindo a comercialização de produtos agrícolas naturais ou transformados, com preços definidos pela oferta e demanda.</p>	
	Reforma da despenalização da posse de divisas estrangeiras (dólar) em território cubano	<p>A reforma foi concebida para combater o mercado paralelo do dólar, permitindo que agricultores com melhores salários tivessem acesso à moeda conversível e aos produtos vendidos em <i>Tiendas recaudadoras de divisas (TRD)</i>⁷⁴.</p>	
	Estabelecimento de um modelo tecnológico mais sustentável, tanto do ponto de vista ecológico quanto econômico, que, embora baseado em uma maior intensidade de trabalho vivo, exigia o aprendizado de técnicas agroecológicas.		

Fonte: Elaborada pela autora a partir de González (1995); Álvarez (1995); Arias Guevara e Leyva Remón (2017); Casimiro Rodríguez, Casimiro González e Suárez Hernández (2017); Valdés Paz (2011); Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez (2015); Herrera Sorzano e González Sousa (2017); Donéstez Sánchez e Muñoz González (2017); Leyva Remón (2017); Recompensa Joseph e Recompensa Joseph (2017); García Pedraza, García Ruiz e Donéstevez Sánchez (2018).

⁷⁴ TRD: Lojas arrecadadoras de divisas.

Apêndice 10: Classificação dos produtores agrícolas em Cuba

I) Produtores independentes (ou dispersos) e membros das CCS	II) As CPA, as Ubpc e as fazendas estatais	III) Por último, surge a recente figura dos usufrutuários
Em geral se enquadram na categoria de agricultores familiares.	Trabalham sob as regras das empresas, com trabalho assalariado.	Globalmente, metade dos 180.000 beneficiários são camponeses que receberam terras adicionais às que tinham; os outros são novos produtores.
Correspondem ao modelo de agricultura familiar uma vez que: <ul style="list-style-type: none"> • A força de trabalho é principalmente familiar. • Possuem a propriedade privada da maioria dos meios de produção, incluindo a terra, • Existe a possibilidade de transmissão intergeracional desses meios de produção. 	Essas empresas diferem entre si e com as empresas capitalistas pela propriedade do capital, que pode ser estatal, privado, coletivo ou misto.	São uma nova categoria de produtores que não têm propriedade privada da terra, mas têm acesso garantido a médio prazo, e que não estão totalmente integrados numa dinâmica familiar, porque o resto da família continua a trabalhar fora da agricultura.

Fonte: Adaptado de Marzin, López Betancourt e Almaguer Pérez (2015).

Apêndice 11: Superfície total e superfície agrícola de Cuba de acordo com o uso, tipo de pessoas e forma de propriedade

CONCEITO	Superfície (Mha ⁷⁵)					Relação (%)					Superfície (Mha)
	POR TIPO DE PESSOAS		FORMA DE POSSE								SUPERFÍCIE TOTAL SEGÚN EL USO
	Pessoas jurídicas	Pessoas físicas	Administração	Usufruto	Propriedade						
Superfície total	8 536,2	2 452,2	6 021,1	3 421,9	1 545,4	77,7	22,3	54,8	31,1	14,1	10 988,4
Superfície agrícola	4 051,5	2 248,7	1 964,7	3 029,0	1 306,5	64,3	35,7	31,2	48,1	20,7	6 300,2
<i>Cultivos Temporais</i>	427,6	723,5	231,6	558,0	361,6	37,1	62,9	20,1	48,5	31,4	1 151,1
<i>Cultivos permanentes</i>	1 148,4	305,9	205,1	969,7	279,4	79,0	21,0	14,1	66,7	19,2	1 454,2
<i>Cultivos destinados a uso pecuário</i>	2 475,5	1 219,3	1 528,0	1 501,3	665,5	67,0	33,0	41,4	40,6	18,0	3 694,8
De isso:											
<i>Total Superfície vazia</i>	318,0	120,8	143,9	224,8	70,1	72,5	27,5	32,8	51,2	16,0	438,8
<i>Total Superfície ociosa</i>	799,5	117,7	579,2	265,4	72,6	87,2	12,8	63,2	28,9	7,9	917,2

Fonte: Onei (2018, p.3).

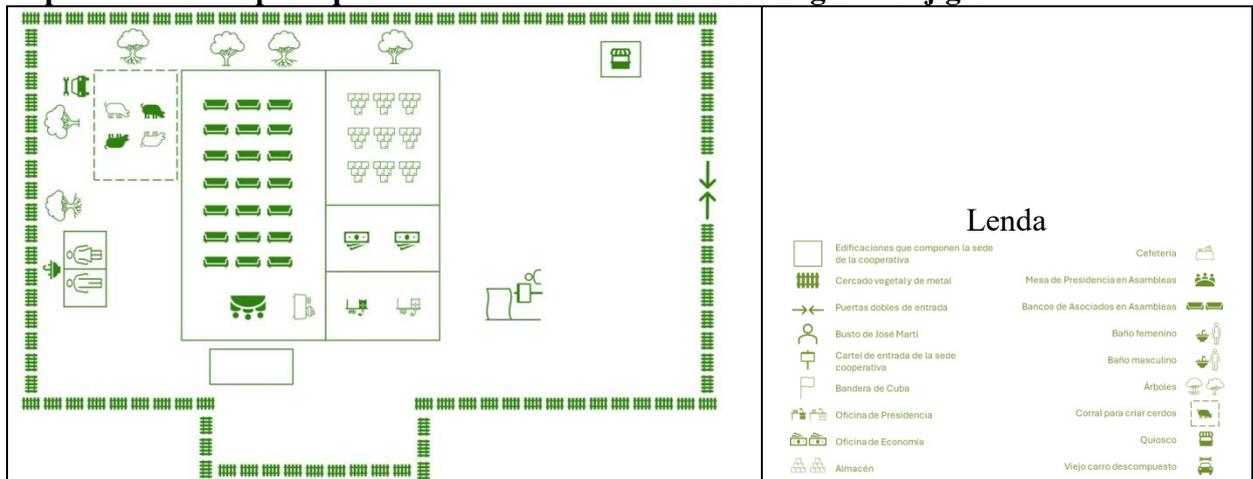
⁷⁵ Mha: miles de hectáreas (milhares de hectares).

Apêndice 12: Limitações e resultados da Responsabilidade Social Cooperativa em Cuba

Principais limitações	
Insuficiências nos processos de formação cooperativa	Os espaços de formação e capacitação desenvolvidos no setor cooperativo ainda privilegiam a formação técnico-especializada, abordando em menor medida os aspectos básicos da dimensão social e filosófico-doutrinária. Além disso, esses espaços são reduzidos às cooperativas que voluntariamente demonstrem maior nível de vontade e comprometimento com este processo.
Alta prioridade, nas assembleias de associados, à gestão econômico-financeira da entidade	As Assembleias Gerais de Associados focam sua análise nos resultados econômico-financeiros, reforçando a natureza econômica das cooperativas, sem promover a prática da responsabilidade social cooperativa, como parte de seu processo de gestão integral.
As ações sociais realizadas pelas cooperativas não fazem parte de seu processo de gestão, mas constituem ações espontâneas	Mesmo o setor possui cooperativas que não desenvolvem a responsabilidade social cooperativa a partir da instrumentação de ferramentas que garantem seu adequado planejamento, execução e controle.
O marco legal do setor cooperativo não estabelece a obrigatoriedade do cumprimento da responsabilidade social, mesmo quando contemplada nos princípios cooperativistas	O marco legal do setor cooperativo em Cuba não estabelece a prática da responsabilidade social cooperativa como norma, de modo que os estatutos e demais regulamentos internos das cooperativas devem definir as condições e obrigações a esse respeito.

Fonte: Elaborada pela autora a partir de Mirabal González (2019).

Apêndice 13: Mapa esquemático da sede da CCS-F Atanagildo Cajigal



Fonte: Elaborado pela autora, 2022.